

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Anderson Frezzato

**Um regaste conceitual da compreensão da Igreja como Povo de Deus à luz
da *Lumen Gentium* e sua aplicação no Doc. 105 da CNBB.**

Mestrado em Teologia

São Paulo

2020

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Anderson Frezzato

Mestrado em Teologia

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Teologia, sob a orientação do Prof. Dr. Edelcio Serafim Ottaviani.

São Paulo

2020

Banca Examinadora

Dr. Edelcio Serafim Ottaviani (PUC-SP)

Dra. Ivenise Teresinha Gonzaga Santinon (PUC-CAMPINAS)

Dr. Antonio Manzatto (PUC-SP)

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código do Financiamento 001”.

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha gratidão a Deus que me conduz em todos os passos e constantemente me inspira a procurar o melhor para o Reino de Deus e para a Igreja.

Aos meus pais Aparecida e Reinaldo Frezzato que sempre me apoiam nos meus sonhos.

A querido Prof. Dr. Edelcio Serafim Ottaviani, orientador capaz, que acreditou no meu Projeto de Pesquisa; enriqueceu-o com suas indicações e me ajudou na elaboração dessa dissertação. Agradeço a paciência, o esforço e o tempo empregue; peço a Deus que lhe recompense.

Aos professores examinadores: Profa. Dra. Ivenise Teresinha Gonzaga Santinon (PUC-Campinas) e ao Prof. Dr. Antonio Manzatto (PUC-SP), por terem aceito ler essa pesquisa, examinando-a e colaborando com preciosas observações.

Agradeço a PUC-SP, todos os professores, colegas e funcionários com quem convivi.

À CAPES e a Paróquia Catedral Nossa Senhora do Amparo pelo apoio financeiro.

A Dom Luiz Gonzaga Fechio, Bispo Diocesano de Amparo, pela autorização e incentivo para os estudos acadêmicos.

Agradeço a todos os amados cristãos leigos e leigas que fazem parte de minha vida.

FREZZATO, Anderson. *Um resgate conceitual da noção de Igreja como Povo de Deus à luz da Lumen Gentium e sua aplicação no Doc. 105 da CNBB*. Dissertação – Programa de Pós-graduado em Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

RESUMO

Esta pesquisa visa apresentar a compreensão nocional de Igreja como Povo de Deus e a sua aplicação no Documento 105 “Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade”, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O referido documento, publicado em 2016, reflete sobre o protagonismo laical à luz da eclesiologia do Concílio Vaticano II. Trata-se de um esforço da Igreja, no Brasil, para receber e atualizar as propostas conciliares. Naquela ocasião, os Padres Conciliares, impulsionados por alguns movimentos renovadores do labor teológico romperam com uma visão eclesiológica demasiadamente fechada e jurídica, para afirmar que a Igreja é antes de tudo, um mistério cuja origem está em Deus Uno-Trino e sua concretização histórica se faz como povo, na eleição de Israel como Povo de Deus. E não somente, mas também novo Povo quando tantos outros se tornam discípulos e missionários de Jesus, congregados através da Igreja. A Igreja é, então, Povo de Deus, continuidade do povo da Antiga Aliança, comunidade de discípulos de Jesus, comunidade de iguais. Todos podem fazer parte do Povo de Deus pelo batismo e através deste sacramento basilar, todos têm a mesma dignidade dentro e fora da comunidade de fé. O que diferencia é modo como prestam serviço ao Reino de Deus. O objetivo da pesquisa é mostrar que o Doc. 105, se estudado e aplicado, é capaz de produzir maior consciência de pertença do Povo de Deus e engajamento na vida pastoral. No entanto, ainda é preciso fazer muito para que o espírito conciliar e suas perspectivas de abertura e diálogo chegue a Igreja do tempo presente. Muitas são as dificuldades atuais como mostra a Pesquisa de Campo realizada, como, por exemplo, a má formação do laicato, a falta de conhecimento sobre o evento conciliar e a incapacidade dos leigos em saber citar algum documento do Concílio. O clericalismo ainda é um grande empecilho para a renovação da comunidade eclesial e deve ser combatido, especialmente pelos cristãos leigos e leigas. Mostra-se em todo o desenvolvimento da pesquisa que os cristãos leigos e leigas são entendidos como sujeitos e realizam ações *ad intra* ou *ad extra Ecclesia* com autonomia e liberdade. Não são meras representações; são a Igreja de fato. Não estão presentes apenas na comunidade eclesial, mas, mais ainda na sociedade, onde são promotores de ações transformadoras. Atualmente, graças à ação divina na Igreja, se pode contar com o pontificado do Papa Francisco que por palavras e atitudes tem trazido à tona o espírito de *aggiornamento* conciliar, convidando a Igreja a estar em constante postura de saída, indo, na alegria da missão, ao encontro do outro, especialmente dos mais pobres. Francisco tem levado a Igreja a se tornar mais conciliar, especialmente quando faz apelo aos ministros ordenados para que tenham predileção pelo trabalho frente as ovelhas a eles confiadas, assumindo na própria vida as realidades de cada uma, a ponto de terem o cheiro delas.

Palavras-Chave: Concílio Vaticano II, Documento 105, Povo de Deus, sujeitos, cristãos leigos.

FREZZATO, Anderson. *A conceptual rescue of the notion of Church as People of God in the light of Lumen Gentium and its application in Doc. 105 of the CNBB*. Dissertation - Postgraduate Program in Theology of the Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2020.

ABSTRACT

This research aims to present the notional understanding of the Church as People of God and its application in the Document 105 “Lay Christians in the Church and Society” of the National Conference of Bishops of Brazil. This document, published in 2016, reflects on lay protagonism under the light of the ecclesiology of the Second Vatican Council. This is an effort by the Church in Brazil to receive and update the conciliar proposals. On that occasion, the Conciliar Fathers broke with an overly closed and juridical ecclesiological view, to affirm, propelled by some renewing movements of theological work, that the Church is first and foremost a mystery whose origin is in One-Triune God and a historical concretization. It is made as a people in the election of Israel as the People of God. And not only, but also new People when so many others become disciples and missionaries of Jesus, gathered through the Church. The Church is then the People of God, community of disciples of Jesus, community of equals. Everyone can be part of God's People through baptism and through this basic sacrament, everyone has the same dignity inside and outside the community of faith. What differentiates them is how they render service to the Kingdom of God. The purpose of the research is to show that Doc. 105 is an instrument capable of, if studied and applied, producing greater awareness of belonging to the People of God and the engagement in pastoral life. However, much remains to be done to bring the conciliar spirit and its prospects of openness and dialogue to the Church of the present time. There are many current difficulties, as the field research shows, such as the laity's poor formation, lack of knowledge about the conciliar event, and the inability of the laity to know how to cite any document of the Council. Clericalism is still a major hindrance to the renewal of the ecclesial community and must be fought, back especially by lay and lay Christians. It is shown throughout the development of the research that lay Christians are understood as subjects and perform actions *ad intra* or *ad extra Ecclesia* with autonomy and freedom. They are not mere representations; they are the church indeed. They are not only present in the ecclesial community, but even more so in society, where they are promoters of transformative actions. Today, thanks to divine inspiration in the Church, we can count on the pontificate of Pope Francis who through words and attitudes has brought to light the spirit of conciliar *aggiornamento*, inviting the Church to be in a constant posture for departure, going, in them joy for the mission, aiming to meet the other, especially the poorest. Francis has led the Church to become more conciliatory, especially when he appeals to ordained ministers to have a penchant for working with the sheep entrusted to them, assuming in their own lives the realities of each one to the point of smelling like them.

Keywords: Second Vatican Council, Document 105, People of God, subjects, lay Christians.

SIGLAS E ABREVEATURAS

Documentos do Concílio Vaticano II

AA	<i>Apostolicam Actuositatem</i> . Decreto sobre o Apostolado dos Leigos.
AG	<i>Ad Gentes</i> . Decreto sobre a Atividade Missionária da Igreja.
CD	<i>Christus Dominus</i> . Decreto sobre o Múnus Pastoral dos Bispos.
DH	<i>Dignitatis Humanae</i> . Declaração sobre a Liberdade Humana.
DV	<i>Dei Verbum</i> . Constituição Dogmática sobre a Divina Revelação.
GS	<i>Gaudium et Spes</i> . Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo atual.
IM	<i>Inter Mirifica</i> . Decreto sobre os Meios de Comunicação Social.
LG	<i>Lumen Gentium</i> . Constituição Dogmática sobre a Igreja.
SC	<i>Sacrosanctum Concilium</i> . Constituição sobre a Sagrada Liturgia.

Documentos do Papa e da Santa Sé

ChFL	<i>Christifideles Laici</i> . Exortação Apostólica Pós-sinodal de João Paulo II (1988), sobre os Leigos.
CIC	Catecismo da Igreja Católica
EG	<i>Evangelii Gaudium</i> . Exortação Apostólica do Papa Francisco (2013), sobre a alegria do Evangelho.
GE	<i>Gaudete et Exsultate</i> . Exortação Apostólica do Papa Francisco (2018) sobre o chamado à Santidade no mundo atual.

Documentos do CELAM e da CNBB

DAP	Documento de Aparecida
DMd	Documento de Medellín
Doc. 105	Documento 105 – Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade
DP	Documento de Puebla
SD	Documento de Santo Domingo

Organismos

AC	Ação Católica
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	Conselho Episcopal Latino-americano e Caribenho
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Outras abreviaturas e siglas

Cf., cf.,	Confira (compare, conforme, consulte).
CVII.	Concílio Vaticano II

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: O Concílio Vaticano II - desenvolvimento da consciência do ser e pertencer ao Povo de Deus.....	14
1. Uma nova ecclesiology proposta pelo Concílio Vaticano II.....	15
1.1. Principais fontes sobre o Concílio Vaticano II.....	15
1.2. Concílio Vaticano II, contextos e desenvolvimento.....	20
1.2.1. Principais antecedentes histórico-ecclesiais.....	20
1.2.2. Contexto Teológico.....	23
1.2.3. A convocação do Concílio e o desenvolvimento dos trabalhos.....	26
1.3. Dom Helder Camara, um olhar brasileiro de dentro do Concílio.....	27
1.4. <i>Lumen Gentium</i> (LG), uma Constituição Dogmática sobre a Igreja.....	32
1.4.1. As características do primeiro esquema da futura Constituição.....	33
1.4.2. O segundo e definitivo esquema da Constituição.....	35
1.4.3. Centralidade na compreensão da Igreja como Povo de Deus.....	37
2. Mapeamento da noção da Igreja como Povo de Deus nas Conferências Latino-americanas.....	44
2.1. Objetivo do Mapeamento.....	44
2.2. Conferência de Medellín (1968).....	45
2.3. Conferência de Puebla (1979).....	47
2.4. Conferência de Santo Domingo (1992).....	49
2.5. Conferência de Aparecida (2007).....	50
3. Documento 62 da CNBB, uma iniciativa de resgate da LG.....	52
3.1. O que trata o Documento 62 da CNBB?.....	52
3.2. Recepção e atualização da <i>Lumen Gentium</i> na ecclesiology brasileira.....	53
3.3. Desenvolvimento de uma Teologia do Laicato no contexto brasileiro.....	57
4. A realidade atual da compreensão da noção da Igreja como Povo de Deus.....	62
4.1. Necessidade de uma Pesquisa de Campo.....	62
4.2. Elaboração do Protocolo de Pesquisa.....	63
4.2.1. Formulação da pergunta-problema.....	63
4.2.2. Hipóteses.....	63
4.2.3. Elaboração do modo de aferição.....	64
4.2.4. Caracterização da amostragem pesquisada.....	65
4.2.4.1. Paróquia Nossa Senhora do Amparo – Dioc. de Amparo\SP.....	66
4.2.4.2. Paróquia Nossa Senhora de Fátima – Arq. de Campinas\SP.....	67
4.2.4.3. Paróquia Imaculada Conceição – Arq. de São Paulo\SP.....	67
4.3. A consciência de ser e pertencer ao Povo de Deus.....	68
4.3.1. Caracterização dos sujeitos da pesquisa.....	68
4.3.2. Tabulação das respostas ao Questionário de Pesquisa.....	72
4.3.2.1. Fundamentos da análise e interpretação dos dados.....	72
Considerações finais.....	78

CAPÍTULO II: Um resgate nocional da Igreja como Povo de Deus à luz da *Lumen Gentium* aplicada ao Doc. 105.....81

1. Documento 105, um amadurecimento da eclesiologia conciliar no contexto brasileiro.....82	
1.1. A organização da presença dos leigos na Igreja do Brasil.....82	
1.2. O que trata o Documento 105 da CNBB?.....88	
1.3. Contexto histórico e eclesial da elaboração do Doc. 105.....91	
1.4. Amadurecimento da recepção da <i>Lumen Gentium</i> na eclesiologia brasileira.....97	
2. Teologia do Laicato promovida pelo Documento 105 <i>ad intra Ecclesia</i>100	
2.1. Opção bíblica pela noção de Igreja como Povo de Deus.....100	
2.2. Povo de Deus visível unido pela fé invisível.....104	
2.3. Sujeitos na vida e na missão da Igreja: dignidade batismal e vocação laical.....109	
2.4. Cristãos leigos e leigas promotores da comunhão eclesial.....114	
2.5. Povo de Deus chamado à santidade, mas marcado pelo pecado.....120	
2.6. Carismas, serviços e ministérios dos leigos e leigas na Igreja.....124	
3. Teologia do Laicato proposta pelo Documento 105 <i>ad extra Ecclesia</i>128	
3.1. As aproximações entre <i>Lumen Gentium</i> e <i>Gaudium et Spes</i>128	
3.2. O serviço dos leigos no mundo e suas ações transformadoras.....132	
3.3. Opção de Cristo e, por consequência, do Povo de Deus: os pobres.....137	
3.4. O cristão leigo e leiga e a espiritualidade encarnada.....140	
3.5. O contributo dos leigos para a missão eclesial na Sociedade.....144	
Considerações finais.....148	

CAPÍTULO 3: Uma postura nova de ser cristão leigo na Igreja e na Sociedade em nossos dias.....151

1. Superação da distância entre a Teologia do Laicato e a prática pastoral.....152	
1.1. Formação teológica laical em vista do engajamento Pastoral.....152	
1.2. A importância do estudo do Documento 105.....157	
1.3. Retomada da <i>Apostolicam Actuositatem</i> sobre o Apostolado laical.....160	
1.4. Releitura da <i>Christifideles Laici</i> para nossos tempos.....164	
2. Entre angústias e esperanças: a necessidade discernimentos necessários.....167	
2.1. A Campanha da Fraternidade e o necessário engajamento político.....167	
2.2. Estruturalismo paroquial ineficiente.....171	
2.3. O clericalismo como mal arraigado.....175	
2.4. Uso das mídias e o abandono da prática religiosa e pastoral.....179	
2.5. As mulheres na comunidade de fé e a teologia feminista.....183	
3. Luz de Francisco para a Teologia do laicato.....186	
3.1. Igreja, Povo de Deus em saída.....186	
3.2. A <i>Evangelii Gaudium</i> e o abandono do pessimismo da missão.....189	
3.3. Pastores com cheiro de ovelha: o cuidado pastoral para com os leigos e leigas.....193	
3.4. As heresias antigas escancaradas no tempo presente pela <i>Gaudete et Exsultate</i>197	
Considerações finais.....202	

CONCLUSÃO.....	204
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	208
ANEXO 1. Questionário - Pesquisa de Campo.....	217
ANEXO 2. Tabulação – idade, escolaridade e sacramentos, respectivos de cada Paróquia.....	218

INTRODUÇÃO

O Concílio Vaticano II afirmou, com grande força, que a Igreja é um mistério por ser constituída por realidade divina e humana, visível e invisível, terrena e celestial, santa e pecadora¹. Isso posto, é certo que todas as indagações feitas sobre a Igreja devem levar em conta esse dinamismo que lhe é próprio, pois essas realidades estão inquestionavelmente entrelaçadas. A tentação que se tem percebido hoje é olhar a Igreja somente em seus aspectos divinos ou apenas humanos, ora exagerando um, ora desprezando o outro. Aqui, justamente, encontra-se o tema do Documento 105 da CNBB, “*Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade – Sal da Terra e Luz do Mundo (Mt 5,13-14)*”, que busca um equilíbrio da vida cristã, ressaltando a presença dos leigos e leigas no mundo e a pertença eclesial deles à luz da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*.

Cabe, então, à Igreja mostrar sua verdadeira identidade. Somente por uma plena consciência de quem ela é, se poderá firmar-se no meio do mundo, dialogar com as oposições e atualizar-se frente aos novos desafios. Nesse sentido, é certo que foi para responder às novas transformações do mundo que a Igreja refletiu sobre si mesma durante o Concílio Vaticano II, elaborando um rosto novo de ser Igreja, envolta ao seu mistério originante e segura de seu destino eterno². Como a Igreja tem que sempre se atualizar no percurso do tempo, admite-se que a maior chave referencial para essa atualização são as assertivas do Concílio Vaticano II. Sendo assim, a Igreja, no Brasil, pensando no papel dos leigos e leigas, publicou, em 2016, o Documento 105, que trata da vida dos cristãos leigos na Igreja e na Sociedade. Deseja-se, assim, nesta pesquisa, apontar a noção de Igreja entendida como Povo de Deus, a partir documento conciliar *Lumen Gentium* e também o modo como esta compreensão nocional é resgata e aplicada no Documento 105.

O Documento 105 será lido de acordo com espírito conciliar de abertura e comunhão, expondo os conceitos ali abordados e desenvolvidos e que fazem referência à noção Povo de Deus intrínseca à *Lumen Gentium*, articulando-a à outras referências nocionais, tais quais: sacerdócio comum dos fiéis, dignidade batismal e identidade laical, serviços e ministérios, serviço cristão na sociedade. Não serão levados em conta todos os temas da LG, mas somente os que estão desenvolvidos no Documento 105.

O objeto principal é mostrar quão presente está a noção *Povo de Deus* explicitada pela *Lumen Gentium* no Documento 105, identificando também os principais conceitos

¹ Cf. LG, ns. 1-8.

² *Ibidem*, n. 5.

eclesiológicos nele desenvolvidos e que foram resgatados do Concílio Vaticano II, considerando a atuação *ad intra* dos leigos e leigas (*Lumen Gentium*) e *ad extra* (*Gaudium et Spes*). Também pretende-se assinalar o quanto é necessário à vida eclesial que deseja ser promotora do protagonismo dos leigos estar em constante recepção e atualização do Concílio Vaticano II.

No que se refere aos objetivos específicos, podem ser pontuados os seguintes: descrever histórica e teologicamente os elementos que constituem o contexto teológico-pastoral do Doc. 105 da CNBB; sistematizar alguns conceitos eclesiológicos presentes no referido documento relacionados à *Lumen Gentium*, especialmente a noção da Igreja como Povo de Deus; apresentar, em termos teórico-práticos, os elementos de atualização da *Lumen Gentium*, contidas no Documento 105 e aplicados na atualidade eclesial brasileira e finalmente propor algumas assertivas que podem promover uma nova postura do ser cristão no tempo presente.

O trabalho se divide em três partes. Na primeira parte (Ver), a História é a ciência referencial para descrever os acontecimentos do Concílio Vaticano II. Tais acontecimentos permitirão tornar claro os principais contextos históricos, eclesiais e teológicos, pertencentes à época da convocação do Concílio pelo Papa João XXIII e que exerceram influências sobre os trabalhos conciliares. É destacada a importância da *Lumen Gentium* para toda a Igreja, expondo o percurso de sua produção e maturação dentro das sessões conciliares, assinalando as tensões existentes entre duas perspectivas: a conservadora, que não almejava mudanças eclesiológicas substanciais, e uma mais contextualizada, que procurava apreender os ideais de *aggiornamento*.

Para ressaltar a importância da teologia do Povo de Deus será exposto um breve mapeamento das citações da expressão “Povo de Deus” nas Conferências Latino-americanas e Caribenhas. Em seguida, analisou-se o Documento 62 da CNBB “Missão e ministérios dos leigos e leigas”, que, desde abril de 1999, pôde ser compreendido como significativo trabalho de recepção e atualização das assertivas do Concílio no que tange à teologia do Povo de Deus. Como se tem o pressuposto de que os documentos eclesiais necessitam de um tempo de estudo e de implantação para, posteriormente, aferir possíveis frutos, propôs-se uma pesquisa de campo, cujo objetivo, depois de 30 anos de promulgamento do Doc. 62 pela Igreja, no Brasil, foi o de averiguar o modo como as pessoas se sentem parte da Igreja, Povo de Deus. Um protocolo de pesquisa foi preenchido segundo as normas científicas, sendo escolhidos três campos peculiares: interiorana (Paróquia Nossa Senhora do Amparo – Amparo - SP); metrópole (Paróquia Nossa Senhora de Fátima – Campinas - SP); e megalópole (Paróquia Imaculada Conceição – São Paulo - SP). Nesta mesma seção, serão apresentados os resultados da mesma.

Na segunda parte (Julgar), apresentamos um resgate nocional da Igreja como Povo de Deus à luz da *Lumen Gentium* e sua aplicação no mais recente trabalho de recepção e atualização da eclesiologia conciliar na Igreja, no Brasil: o Documento 105, que lança luzes sobre o modo como está se dando o protagonismo laical, tido, nesta pesquisa, como um amadurecimento da recepção da teologia do laicato oriunda do Vaticano II. Serão mostrados os principais elementos dessa teologia desenvolvida no referido documento do episcopado brasileiro e que podem ser remetidos, em sua essência, à *Lumen Gentium*. Procurar-se-á, também, explicitar que, se bem estudado e implantado nas comunidades de base, o Doc. 105 pode ser um eficaz instrumento para a construção de um verdadeiro protagonismo cristão, *ad intra* e *ad extra Ecclesia*.

Na última parte (Agir), serão propostos alguns caminhos para uma nova postura de ser cristão leigo ou leiga na Igreja e na Sociedade em nossos dias. Para tanto, afirma-se haver certa distância entre a teologia do laicato e a prática pastoral. Essa ideia deverá ser, de todo modo, explicitada na pesquisa de campo, uma vez que é uma das hipóteses a ser provada. Sem uma formação consistente, prática envolvente, não será possível um engajamento pastoral e até mesmo atitudes pastorais novas, que podem se dar desde o necessário engajamento político dos cristãos ao abandono do funcionalismo eclesial ineficiente amparado numa burocracia sacramental; do clericalismo, arraigado nos pastores e leigos, até a necessária e irrenunciável aceitação da teologia do laicato proposta pelo Papa Francisco. Esta teologia se espelha na concepção Igreja, Povo de Deus, na qual os pastores têm “cheiro de ovelhas”, e se esforçam no cuidado por cada uma delas. Aqui, clérigos, religiosos, leigos e leigas se aproximam das realidades do próximo, indo ao seu encontro, sobretudo, dos mais pobres.

CAPÍTULO I

Concílio Vaticano II – o desenvolvimento da consciência do ser e pertencer ao Povo de Deus

Este primeiro capítulo tem como objeto de pesquisa o Concílio Vaticano II e o desenvolvimento da consciência do ser e pertencer à Igreja enquanto Povo de Deus. Tido pelos especialistas como o maior acontecimento eclesial do século XX, o Concílio Vaticano II (CV II) é a referência mais próxima e válida para os estudos eclesiológicos atuais. Debruçar-se sobre ele é estudar a Igreja em seu todo, ou seja, em seus contextos e perspectivas. Passados mais de cinquenta anos da realização do Concílio, este capítulo, dividido em quatro partes, deseja mostrar a real importância das assertivas conciliares para os dias atuais, sobretudo no que se refere à compreensão de Igreja como Povo de Deus.

Na primeira parte, será exposta a nova eclesiologia conciliar. São muitos os estudos históricos e teológicos referentes ao CV II. É importante, neste momento, dizer quais são as fontes e os comentadores mais aceitos pela comunidade científica e que contribuem para o correto estudo e interpretação do Concílio. No rol apresentado, dar-se-á especial destaque à contribuição de Dom Helder Câmara realizada por meio das inúmeras cartas circulares dirigidas ao seu grupo de amigos no período conciliar. À luz dessas fontes, serão apontados os contextos e as tensões que determinaram o percurso conciliar, especialmente na elaboração da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (LG).

A segunda parte, ao mostrar a centralidade da Igreja compreendida como Povo de Deus na LG, trará um mapeamento da expressão “Povo de Deus”, procurando explicitar o modo como foi utilizada pelas Conferências Episcopais Latino-americanas e o número de vezes que foram empregadas. Muito se tem dito da necessidade de atualização e recepção do Concílio. Não se poderia deixar de afirmar que as Conferências do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) receberam influências da LG.

Na terceira parte, é destacado o esforço da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em receber e atualizar as assertivas conciliares no que tange à Igreja autocompreendida como Povo de Deus, por meio do Documento 62 “*Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas*”. Este documento se caracteriza por ser um dos primeiros esforços da Igreja católica em receber e atualizar, num contexto determinado, a nova eclesiologia baseada na Teologia do Povo de Deus, enfatizando a importância da vida laical e o contributo que os leigos e leigas podem oferecer à evangelização.

Por fim, na quarta parte, serão expostos os resultados de uma pesquisa de campo, que teve por objetivo auferir o grau de consciência do ser e pertencer ao Povo de Deus presente em nossas comunidades. Foi aplicado um questionário em três paróquias, localizadas em três nichos diferentes: Paróquia Nossa Senhora do Amparo – Amparo/SP; Paróquia Nossa Senhora de Fátima – Campinas/SP e Paróquia Imaculada Conceição – São Paulo/SP. Um protocolo de pesquisa foi preenchido, seguindo o método de análise de dados qualitativo – *descritivo e analítico criteriológico*. Por meio dos resultados obtidos, pode-se ter uma visão mais precisa de como está sendo recebido, assimilado e aceito o CV II e a nova eclesiologia apontada na LG.

1. Uma nova eclesiologia proposta pelo Concílio Vaticano II

1.1. Principais fontes sobre o Concílio Vaticano II

Toda pesquisa científica requer referências teóricas válidas e é muito importante para o seu desenvolvimento que o pesquisador inicie a pesquisa a partir de uma base sólida para alcançar possíveis atualizações ou ramificações do assunto trabalhado. Pode-se, sem erro, afirmar que, quanto mais a pesquisa se baseia nas principais fontes sobre o tema e se desenvolve a partir de uma bibliografia já provada pela comunidade acadêmica como fidedigna, a pesquisa ganha crédito e preponderância, uma vez que se torna mais difícil de ser refutada³.

Essas palavras iniciais servem para evidenciar um grande erro que muitos têm cometido nas pesquisas: o distanciamento das fontes e o uso apenas de comentários sobre o assunto como única referência. Nesta pesquisa será tomado o cuidado de não repetir equívocos. Quanto mais presa a comentários posteriores, haja vista que a passagem do tempo cria distância do fato pesquisado, a pesquisa pode criar uma visão distorcida do que se quer aprofundar, perdendo a sua cientificidade. O trabalho, então, se torna mais uma caricatura, nada próxima da realidade ou do evento pesquisado.

A pedagogia científica deveria estar consciente de que não há uma simples continuidade entre senso comum ou vulgar e conhecimento científico. A ciência não constitui um mero prolongamento ou simples aprofundamento do saber já existente ou as ilusões do saber. Na verdade, ele se constrói rompendo com saberes anteriores.⁴

³ Cf. DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. 6.ed. Campinas: Edição, 2003, p. 84.

⁴ JAPIASSÚ, Hilton. *Um desafio à educação: repensar a pedagogia científica*. São Paulo: Letras & Letras, 1999, p. 84.

A respeito dos estudos sobre o Concílio Vaticano II, não é diferente. Pesquisas recentes⁵ mostram a importância de se retornar ao Concílio em seu tempo e evento, procurando as fontes científicas nos seus mais variados contextos, quer sejam, por exemplo, históricas, eclesiológicas, sociais ou teológicas. Schickendantz afirma que se encontra, atualmente, uma diversidade de publicações sobre o Concílio e que uma dificuldade se apresenta: a velocidade das publicações tantas vezes não é acompanhada de uma verdadeira qualidade científica. Silvia Scatena, pesquisadora em Módena e em Bolonha, Itália, ainda vai assegurar que muitas vezes os estudos sobre o Concílio mostram um desequilíbrio entre uma “hipertrófica literatura hermenêutica com fundamentos históricos frágeis”⁶.

Não se quer, de todo modo, desprezar os comentadores. Trata-se aqui de apenas ter um olhar mais preciso e metódico no que se refere a eles. É preciso perguntar: Quais são os comentários? Quem são os comentadores? Qual a importância deles e a sua real proximidade histórica? Nada será desprezado, mas deseja-se abeirar das fontes mais próximas do evento e de alguns estudiosos afamados sobre o assunto. Por conseguinte, também se leva em crédito o pensamento de Gadamer, afirmando que quando alguém procura compreender um fenômeno histórico, levando em consideração a distância histórica do evento, essa distância determina a condição hermenêutica como um todo, colocando o estudioso na condição que ele chamou de “história efetual”⁷. Para ele, história efetual é levar em consideração as influências de todos os discursos produzidos sobre o evento até hoje.

De certo, como qualquer outro evento histórico, o CV II aconteceu num tempo e num determinado espaço. Como fato, é preciso vê-lo a partir de sua emergência, evitando os conflitos de visões que, ao longo do tempo, foram sendo lançadas sobre o evento. Contudo, isso somente pode ser feito no tempo e no espaço atuais. Sendo assim, para estudar o CV II é preciso deixar claro, no início desta pesquisa, as principais fontes que serão utilizadas no percurso do desenvolvimento das ideias.

Primeiramente, elencam-se como fontes os documentos conciliares e sua tradução oficial, no caso, para o português. Esses documentos são o trabalho final do Concílio e mostram

⁵ No que tange a essas pesquisas científicas gostaríamos de mencionar dois principais estudos, um nacional e outro de comunidade científica internacional. O primeiro se trata do estudo de Rodrigo Coppe Caldeira, professor do Departamento de Ciências da Religião da Puc-Minas, cuja citação é: COPPE, Rodrigo Caldeira. O Concílio Vaticano II: apontamentos bibliográficos para um estudo historiográfico. *Revista Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, Ano 43, n. 120, p. 211-226, Mai/Ago, 2011; e o segundo de Carlos Schickendantz, da Universidad Alberto Hurtado, Centro Teológico Manuel Larraín, Chile, com referência: SCHICKENDANTZ, Carlos. Las investigaciones históricas sobre el Vaticano II, estado de la cuestión y perspectivas de trabajo. *Revista Teología y vida*. vol. 55, n. 01, Santiago, 2014.

⁶ SCATENA. APUD SCHICKENDANTZ, 2014, p. 2.

⁷ GADAMER, H.G. *Verdade e método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 448.

o pensar da Igreja sobre as mais diversas realidades. Sem eles não se pode abordar de forma segura o Concílio Vaticano II, posto que eles trazem o trabalho da Igreja que se reuniu para o labor reflexivo e cujo fruto está impresso em cada uma das linhas desses documentos. Eles não mostram os contextos da elaboração dos documentos, os embates, as discussões, uma vez que não têm por objetivo tratar dessas minúcias, mas da produção conciliar. Ao lado dos documentos conciliares, estão os primeiros comentários sobre o Concílio e que oferecem a mais remota interpretação. É necessário notar que esses primeiros escritos são, na verdade, obras de alguns dos principais Padres Conciliares, ou seja, peritos. Pensaram e escreveram, com autoridade, a partir da condição de colaboradores do labor teológico conciliar. Pode-se citar Yves-Marie Congar, Karl Rahner, Michael Philipon, Boaventura Kloppenburg, Joseph Ratzinger⁸.

É importante citar algumas obras. Inicialmente, a obra coletiva organizada por Frei Guilherme Baraúna, perito do Concílio, com título *A Igreja do Vaticano II*. Neste trabalho, cuja primeira edição foi publicada em 1965, pouco depois do encerramento dos trabalhos conciliares, Frei Guilherme Baraúna reúne escritos de alguns peritos que se propuseram a refletir e a começar o trabalho de estudo, oferecendo eles os mesmos caminhos para a recepção do Concílio.

Um outro perito conciliar, que muito contribuiu com os estudos do Vaticano II, foi Frei Boaventura Kloppenburg (1919-2009). Nascido na Alemanha, veio para o Brasil em missão pela Congregação dos Frades Menores. Tornou-se bispo em 1982, da Diocese de Novo Hamburgo – RS, onde faleceu em 8 de maio de 2009. Destacam-se dois de seus trabalhos: *O Concílio Vaticano II e documentos*⁹, documentário pré-conciliar e das sessões conciliares, publicadas em cinco volumes nos quais são reportados os trabalhos das mais diversas comissões; o outro, *A Eclesiologia do Vaticano II*, reporta a nova visão de Igreja conciliar. Sobre Kloppenburg, testemunha Coppe Caldeira:

O franciscano acompanhou de perto o dia a dia dos debates conciliares anotando as intervenções orais que foram proferidas durante o Concílio Vaticano II, trazendo detalhes de sua preparação, de seu desenrolar, os discursos de João XXIII e Paulo VI [...]. Acompanhando cada congregação geral, ou seja, aqueles dias em que

⁸ Cf. SCHICKENDANTZ, Carlos. Las investigaciones históricas sobre el Vaticano II, estado de la cuestión y perspectivas de trabajo. *Revista Teología y vida*. vol. 55, n. 01, Santiago, 2014, p. 1.

⁹ Para quem se interessar na leitura e aprofundamentos: KLOPPENBURG, Boaventura, *Concílio Vaticano II: documentos pré-conciliares*, vol. 1, Petrópolis: Vozes, 1962. _____, *Concílio Vaticano II: primeira sessão (set-dez, 1962)*, vol. 2, Petrópolis: Vozes, 1962. _____, *Concílio Vaticano II: segunda sessão (set-dez, 1963)*, vol. 3, Petrópolis: Vozes, 1962. _____, *Concílio Vaticano II, terceira sessão (set-dez, 1964)*, vol. 4, Petrópolis: Vozes, 1964. _____, *Concílio Vaticano II, quarta sessão (set-dez, 1965)*, vol. 5, Petrópolis: Vozes, 1962.

os Padres se reuniram em assembleia para discutir textos, Kloppenburg oferece em português cada intervenção, além de análises minuciosas do que estava acontecendo. Indispensável para quem deseja fazer a história do concílio ou se aprofundar em seus debates.¹⁰

Sobressai, ainda, a participação, nos trabalhos conciliares, do brasileiro Dom Helder Câmara. Nascido em Fortaleza, Ceará, em 1909, morreu como arcebispo emérito de Recife e Olinda, em 27 de agosto de 1999. Participou dos trabalhos do Concílio nas suas duas primeiras sessões como bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro e como Arcebispo de Recife e Olinda, nas terceira e quarta sessões¹¹. Trata-se de uma participação peculiar, de modo que Dom Helder levará de dentro de si para o Concílio o desejo de aproximar a Igreja cada vez mais dos sofredores, ou seja, dos pobres. Atitude tão em sintonia com o desejo de João XXIII de promover uma abertura eclesial às realidades do mundo e, por consequência, reduzir as mazelas dos povos. Ao escrever a um grupo de amigos brasileiros durante sua estadia em Roma, foi possível recolher cerca de 598 cartas circulares¹² nas quais descreve seu ambiente, conversas com peritos e Padres Conciliares e comenta os debates e tensões das sessões. Esta obra, felizmente, está reunida em 13 grandes volumes e publicada pelo Instituto Dom Helder Câmara. Esse acervo pode ser encontrado, também, traduzido para o francês e disponibilizado pela Editora *Du Cerf*. Dom Helder Câmara, ao ganhar destaque internacional pelas suas posições em favor de uma Igreja mais pobre e pelos pobres, fora chamado diversas vezes para conferências internacionais, sobretudo na França.

Dentro da historiografia conciliar, o trabalho de Giuseppe Alberigo (1926-2007) é de suma importância. Historiador, ele reuniu, por longos anos um grupo de trabalho na Universidade de Bolonha, Itália, cujo objetivo era resgatar a história do Concílio em sua profundidade, levantando os contextos, a dinâmica do desenvolvimento dos trabalhos, as tensões nos debates e as divergências de postura eclesial. Esse grupo de pesquisa era formado por pesquisadores de várias partes do mundo. Pe. José Oscar Beozzo, teólogo e historiador brasileiro, foi um dos colaboradores¹³. São cinco volumes que versam sobre o CV II, desde o momento em que foi convocado por João XXIII, sobre os trabalhos das comissões pré-conciliares, das comissões conciliares, até o seu encerramento operado por Paulo VI. Baseado

¹⁰ CALDEIRA, Rodrigo Coppe. O Concílio Vaticano II: apontamentos bibliográficos para um estudo historiográfico. *Revista Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, Ano 43, n. 120, p. 211-226, Mai/Ago, 2011, p. 219.

¹¹ Cf. LAURIER, Jean-Mariae. Dom Helder Câmara e o Concílio Vaticano II. *Revista Contemplação*. (FAJOPA). n. 01, 2010, p. 01.

¹² Estas cartas circulares correspondem ao período conciliar de 13 de outubro de 1962 a março de 1964.

¹³ Cf. CALDEIRA, 2011, p. 220.

em abundante fonte documental e testemunhal, Alberigo mostra o Concílio em seus bastidores e tendências¹⁴. Há outro trabalho desse historiador¹⁵, traduzido para o português e publicado pela Editora *Paulus*, que reúne informações históricas sobre todos os Concílios Ecumênicos trazendo informações, mesmo que não detalhadas, mas muito precisas e úteis sobre o CV II.

Os críticos sobre o trabalho de Alberigo asseguram que se trata de uma das mais importantes fontes de pesquisa sobre o Concílio, assinalando-as como uma referência obrigatória da historiografia conciliar. Mesmo com novas pesquisas provocadas pela abertura dos arquivos a partir de 2005, pouco se tem acrescentado ao trabalho de Alberigo¹⁶. Com pesar, a obra *Storia del Concilio Vaticano II* não se encontra totalmente traduzida ao português, achando-se apenas os dois primeiros volumes publicados pela Editora *Vozes*. No entanto, não é difícil encontrá-los em italiano pela Editora *Il Mulino*, que aceita encomenda e envia para todas as partes do mundo. Essa obra é a fonte principal para os próximos itens desta pesquisa.

Por último, a obra de Ralph Wiltgen, cujo título é “*O Reno se lança no Tibre. O Concílio Desconhecido*”. Religioso pela Congregação do Verbo Divino, Wiltgen teve acesso aos peritos e demais Padres Conciliares, a partir de um trabalho jornalístico. Estando à procura de informações, inquiria os participantes logo que as sessões terminavam. Conseguia as informações abordando as pessoas certas. Ele foi responsável por formar uma agência de notícias, o *Divine Word News Service* e de reunir suas informações em boletins e distribuí-los aos participantes do Concílio. Ficou conhecido por sua fidelidade na transmissão dos fatos, mesmo que sua obra ainda possa sofrer críticas por privilegiar certas tendências teológicas. Coppe Caldeira assegura que a obra é rica, mesmo sem citar referências claras no decorrer do texto, podendo-se obter “através dela um olhar frente ao desenrolar conciliar”¹⁷. É uma obra jornalística que procura com toda rapidez, manter atualizadas as informações sobre o Concílio. Por isso, quem lê a obra certamente se depara com a falta de referências e provas documentais. No entanto, não se tem informação de que seus dados foram tidos como falsos ou desmentidos por outros. Essa obra está traduzida para diversas línguas e, no Brasil, pode ser encontrada por meio da Editora Permanência, localizada em Niterói/RJ.

¹⁴ Cf. *Ibidem*, p. 271.

¹⁵ ALBERIGO, Giuseppe. *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 45.

¹⁶ Cf. SCHICKENDANTZ, Carlos. Las investigaciones históricas sobre el Vaticano II, estado de la cuestión y perspectivas de trabajo. *Revista Teología y vida*. vol. 55, n. 01, Santiago, 2014, p. 01. Assim diz o autor: “la obra del equipo internacional dirigido por Alberigo ha representado um salto cualitativo en los estudios sobre el suceso conciliar. Representa um punto de referencia obligada en la historiografía del Vaticano II, ha entrado a formar parte del proceso mismo de recepción y ha inaugurado una nueva fase de estudio e investigaciones. [...] las líneas maestras de la Historia del Alberigo se verifican, años después, como correctas. Incluso, añade, los nuevos datos que surgen de los archivos a partir de 2005, por importantes y útiles que resultan, no añaden conocimiento nuevos espectaculares la dicha obra”.

¹⁷ CALDEIRA, 2011, p. 218.

1.2 Os Contextos do Concílio Vaticano II

1.2.1. Principais antecedentes histórico-eclesiais

A história humana está em movimento e, nesse sentido, em constante transformação. Os fatos históricos nos servem também para mostrar a dinâmica das transformações da vida humana e todas as estruturas que a envolvem, ou seja, a economia, a política, a religião. O modo de organizar a vida humana sempre incide sobre essas estruturas e, inevitavelmente, essas últimas modificam o *modus vivendi* do ser humano. O homem e a mulher mudam a política e a política muda o homem e a mulher; a pessoa influencia na esfera religiosa e a religião transforma a pessoa. É sempre um duplo movimento. Nessa perspectiva, o século XX foi certamente um período de grandes transformações que incidiram sobre os mais diversos campos da presença humana, mormente a Igreja Católica¹⁸. Transformações essas que devem ser entendidas em seu contexto histórico e que oferecem luzes para compreender a necessidade de um novo Concílio¹⁹.

Devido à proliferação das ideias do Iluminismo e às profundas marcas da Revolução Francesa em toda a Europa, a Igreja se viu questionada e precisou responder aos novos desafios. A Igreja teve de sair de uma postura cômoda de autoformação e se despir da ideia de que a sociedade ocidental era totalmente cristã. A França, por exemplo, já havia rompido com a Igreja de Roma por meio de uma Assembleia Constituinte, cuja Carta Magna por ela elaborada prescrevia que o clero fosse levado à obediência ou à morte, ao ter que optar por fazer parte de uma Igreja Nacional Francesa. Por causa dos males das Guerras Napoleônicas, a Europa precisou se reunir para reorganizar suas fronteiras, economia e política. A tarefa não foi muito fácil e as pendências se arrastaram até o advento da Primeira Grande Guerra, em 1914²⁰. A Igreja já não era mais formada pelo *orbe* cristão porque a sociedade, especialmente os cidadãos, já estava aceitando as propostas liberais e abandonando a vida regulada pela fé cristã.

A Primeira Guerra deu condições a um desmantelamento dos poderes centrais estatais e ao esfacelamento do poder religioso exercido pela Igreja. Tal desmantelamento motivará processos de unificação dos Estados, realizados e promovidos por regimes totalitaristas. Na Alemanha, por exemplo, o regime imperial foi deposto e, em 1926, a nação passou a ser

¹⁸ Cf. ALBERIGO, Giuseppe. *Storia del Concilio Vaticano II. Il cattolicesimo verso una nuova stagione. L'annuncio e la preparazione (gennaio 1959 – settembre 1962)*. Bologna: Il Mulino, 2012, p. 21.

¹⁹ *Ibidem*, p. 21.

²⁰ GODOY, João Miguel. O Contexto Histórico do Concílio Vaticano II. *Revista Notícia Bibliográfica e Histórica*. Revista da Faculdade de História, Campinas, Puc-Campinas, nº 201, julho/dezembro, 2006, p. 117.

governada pelo líder do Partido Nacional-socialista (*Nazionalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*) Adolf Hitler. Na Itália, o fascista Benito Mussolini tenta reorganizar os estados italianos e assina com Pio XI o Tratado de Latrão, em 11 de fevereiro de 1929, reduzindo o território da Igreja à cidade do Vaticano, às Basílicas Papais e a alguns poucos edifícios.

Nesse mesmo marco histórico, acontece a crise na Bolsa de Nova York, que derruba ou fragiliza muitas das economias mundiais, incluindo o Brasil. Concomitantemente, a corrida armamentista dos Estados Unidos e da URSS, as tensões de conflitos e eminente guerra não declarada, a chamada Guerra Fria, e as duas formas de organizar a economia, o Capitalismo e o Socialismo, polarizaram mais ainda a ordem mundial²¹. As tensões mundiais foram crescendo até que, em 1939, estoura a Segunda Grande Guerra. As revoluções liberais, os nacionalismos de cunho totalitário, as separações do poder temporal (Estado) do religioso (Igreja), impulsionaram uma reação severa da Igreja em relação ao mundo. A Igreja rompe diálogo com o mundo e passa a condená-lo. A postura defensiva da Igreja se tornaria tão consolidada que lhe parece ser conatural à própria existência²².

A Igreja vinha, há algum tempo, procurando se estabelecer na sociedade por meio do uso da autoridade e do imperativo moral e religioso. Atitude praticamente presente em todos os pontificados dos papas do século XIX²³. A perda do poder temporal da Igreja e as medidas infrutíferas visando estabelecer uma sociedade cristã – a qual estava sendo reduzida a uma minoria, pois os ideais iluministas e liberalistas e a “inédita formação de uma cultura laicista”²⁴ se expandiam por toda a Europa e estimularam o Papa Pio IX (1878-1946), em 1864, a pensar na realização de um Concílio, no Vaticano. Este foi convocando em 1868, por meio da *Bula Aeterni Patris*²⁵. O maior desejo de Pio IX era tornar a Igreja, novamente, o centro da vida humana. Sobre essa tentativa, assegura Alberigo, “a disseminação, nas sociedades, do método democrático e das instituições parlamentares, foram (*sic*) uma razão a mais para a Igreja invocar a necessidade de permanecer fiel à estrutura “descendente” da própria autoridade, reforçada por uma intensificação da centralização de Roma”²⁶.

²¹ Sabe-se por R. MARTINA, estudioso do Concílio Vaticano II, que o contexto de Guerra Fria incomodava muito o coração de João XXIII, que deseja que o Concílio também pudesse, de alguma forma, romper com esse tipo de relacionamento de polaridade ente os EUA e a URSS. Esse estudo está em MARTINA, R. *Il contesto storico in cui è nata l'idea di un nuovo concilio*. Bilancio e prospettive venticinque anni dopo (1962-1987), Assisi, 1987, pp. 27-82.

²² Cf. ALBERIGO, 2015, p. 394.

²³ Pio VII (1800-1823), Leão XII (1823-1829), Pio VIII (1829-1830), Gregório XVI (1831-1846), Pio IX (1846-1878), Leão XIII (1878-1903).

²⁴ ALBERIGO, 2015, p. 365.

²⁵ DH 3135-3140.

²⁶ Cf. ALBERIGO, 2015, p. 393.

O Concílio Vaticano I tinha por objetivo reafirmar a autoridade temporal papal já esgarçada. Esse propósito está claro na Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*²⁷ que afirmou, de modo *ex cathedra*²⁸, a infalibilidade papal, no que diz respeito à fé, moral e costumes. No entanto, não houve tempo hábil para maiores intentos, uma vez que o Concílio foi interrompido por causa da Guerra Franco-Prussiana (19 de julho de 1870 até 10 de maio de 1871) e não será retomado²⁹.

Uma nova tentativa de organizar a Igreja está explícita na Encíclica *Ad beatissimi apostolorum principis*³⁰ de Bento XV (1914-1922), sucessor de Pio IX. Dentro do pós-guerra, esse Pontífice vai propor o estabelecimento da paz oferecendo a Igreja como colaboradora e mediadora na reorganização da Europa. De certo, as palavras de Bento XV foram muito importantes para a época; entretanto, ele pouco tratou de uma mudança qualitativa da eclesiologia que visasse a um maior diálogo e à abertura com o mundo moderno. A postura de fechamento interno e de pouca abertura à sociedade será seguida pelos Papas sucessores, como Pio XI (1922-1939) e por Pio XII (1939-1958). Este último, ao escrever a Encíclica *Humanis Generis*³¹, em 12 de agosto de 1950, adverte para os perigos não só da sociedade já distante da vida religiosa, mas ainda para os perigos de uma chamada nova teologia que pululava em alguns ambientes eclesiais. A referida Encíclica reafirma a teologia tradicional, baseada no tomismo³².

Enfim, depois de elencar, acima, alguns dos mais significativos eventos históricos e eclesiais, que mudaram a sociedade e que inqueriram da Igreja uma nova postura eclesial, é preciso abordar, mesmo que de forma sucinta, o contexto teológico – movimentos e teologias – que estava sendo desenvolvido e que provocou alguns incômodos à teologia tradicional da Igreja. É importante tratar desse contexto teológico, uma vez que é base e incentivo para a nova eclesiologia conciliar construída no Concílio Vaticano II.

²⁷ DH 3050-30175.

²⁸ Esta expressão “*ex cathedra*” expressa a autoridade daquele cujo lugar de ofício e de fala é a mesma da cátedra de São Pedro em relação às comunidades apostólicas. Isso quer dizer que todo pronunciamento do Pontífice feito por meio de sua autoridade, no que se refere às questões de fé e de moral, tem caráter infalível e definitivo. Assim afirma o Catecismo da Igreja Católica, no parágrafo 891: “Goza de infalibilidade o Pontífice Romano, chefe do Colégio dos Bispos, por força de seu cargo quando, na qualidade de pastor e doutor supremo de todos os fiéis e encarregado de confirmar os irmãos na fé, proclama por ato definitivo, um ponto de doutrina que concerne a fé e costumes (...)”.

²⁹ Cf. ALBERIGO, Giuseppe. *Storia del Concilio Vaticano II. Il cattolicesimo verso una nuova stagione. L’annuncio e la preparazione (gennaio 1959 – settembre 1962)*. Alberto Melloni (a cura di). Bologna: Il Mulino, 2012, p. 150.

³⁰ DH 3625 – 3626.

³¹ DH 3875 – 3899.

³² Cf. ALBERIGO, 2012, p. 151.

1.2.2 Contexto Teológico

Não foram somente as mudanças da sociedade que impulsionaram a procura por um novo tipo de ser Igreja. Era preciso uma nova eclesiologia que refletisse a Igreja na sua constituição mais íntima, e mais do que isso, oferecesse, também, um passo adiante no entendimento de sua postura e diálogo frente ao mundo moderno. A ciência teológica dará suas contribuições. Giuseppe Alberigo diz que, muito embora houvesse movimentos de renovação pré-conciliar importantes e que se configuram como que um contexto influenciador da mentalidade do Concílio Vaticano II, a Igreja, nomeadamente representada pela cúpula eclesiástica romana, tão preocupada em manter uma simetria teológica e um imobilismo doutrinário garantidor da estabilidade, não podia conter, em muitos ambientes católicos, sobretudo, na Europa centro-ocidental, uma fermentação de renovação³³.

Quais foram esses movimentos? Segundo Olivier Rousseau, eles podem ser entendidos como movimentos de estudos das fontes (renovação bíblica, patrística e litúrgica) e de renovada compreensão teológica e pastoral. No entanto, fica mais completo, no entendimento dessa pesquisa, que a esses movimentos ainda se acrescentem os movimentos ecumênico, laical e teológico³⁴. Essa onda renovadora nasceu pelo menos trinta anos antes da convocação conciliar, e já apresentava seus frutos, ao impulsionar a Igreja, durante o Concílio, a se enveredar por novas vertentes teológicas. Tais vertentes contribuirão para que viessem à luz, como que descortinados, “novos horizontes esquecidos pela teologia mais antiga”³⁵.

O dominicano Lagrange (1855-1938), na procura de um método científico para a ciência bíblica, impulsionou uma série de pesquisas em torno às Escrituras e à sua valorização espiritual. Ele fundou a *École Biblique de Jérusalem* (1890) e a *Revue Biblique* (1892). O modo de exegese bíblica católica havia sido superado pela ciência bíblica protestante. Com os protestantes, os católicos se convenceram de que os estudos bíblicos ficavam mais completos com a utilização de algumas ciências auxiliares, como a linguística, a arqueologia, a ciência comparativa religiosa³⁶. Por parte do Magistério, pode-se citar a contribuição da Encíclica de Leão XIII, *Providentissimus Deus*³⁷, escrita em 1893, que abordou algumas questões relativas

³³ *Ibidem*, 2012, p. 394.

³⁴ Chega-se a essa inclusão a partir dos estudos do professor de História Eclesiástica Antonio José de Almeida, que em seu livro *Lumen Gentium. Uma transição necessária*. São Paulo: Paulus, 2004.

³⁵ ROUSSEAU, Olivier. A Constituição no quadro dos Movimentos renovadores de Teologia e Pastoral nas últimas décadas. In: BARAÚNA, Guilherme (org.). *A Igreja do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, p. 116.

³⁶ Cf. SOUZA, Ney de. Contexto e movimento histórico do Concílio Vaticano II. *Revista de Teologia e Cultura Ciberologia*. São Paulo, ed. 02, 2005, p. 5.

³⁷ DH 3280-3294.

à autoridade das Sagradas Escrituras; Bento XV retoma a memória de São Jerônimo e a centralidade das Escrituras na vida eclesial, em sua Encíclica *Spiritus Paraclitus*³⁸, em 1920; Pio XII, na *Divino afflante Spiritu*³⁹, em 1943, disserta sobre os gêneros literários presentes na Bíblia e promove a leitura a partir dos contextos.

O movimento patrístico se caracterizou por um retorno às contribuições dos Padres Gregos para a teologia cristã. Voltar a se debruçar sobre os escritos patrísticos era, na verdade, buscar a fidelidade às fontes e às tradições cristãs⁴⁰. Aqui, podem ser destacadas duas obras: a *Patrologiae cursus completus, series graeca et orientalis*, que reuniu em formato de curso as obras mais importantes e contribuições dos padres orientais sendo publicada de 1857 a 1866; e a *Patrologiae cursus completus series latina*, que ofereceu também um curso sobre os Padres Latinos e foi publicada de 1841 a 1864. Essas obras são, ainda hoje, as mais significativas para o estudo patrístico e patológico. Houve, também, a procura pela tradução dos textos originais para os mais diversos idiomas⁴¹.

O contato com as obras dos Padres e o modo como a Igreja nos primeiros séculos organizava a liturgia, suscitaram a atenção de muitos que se propuseram a gerar impulsos por um novo modo de celebrar e que não esvaziasse o mistério e o rito, mas os preenchesse de vida. Na Bélgica, Guéranger (1805-1875) elabora novas considerações sobre a liturgia em sua obra *Instruções Litúrgicas*. Algum tempo depois, o dominicano Festugière (1898-1982) publica, em 1903, a *Liturgia Católica*, tida como obra mais importante do início do movimento renovador litúrgico⁴².

Mesmo o movimento litúrgico, que em suas origens é muito antigo, recebeu um impulso inesperado pelos contatos que os ocidentais tiveram com o mundo ortodoxo [...], cuja tão impressionante celebração da noite da Páscoa em nossos países exerceu influência sobre a recentralização da piedade em torno do mistério pascal e sobre a revalorização da Semana Santa.⁴³

O movimento ecumênico nasce a partir do trabalho protestante de aproximação das igrejas para, depois, ser também incorporado às atitudes relacionais católicas, mesmo que incipiente, mas inserido no Concílio Vaticano II com grande pujança. O movimento ecumênico

³⁸ DH 3650-3654.

³⁹ DH 3825-3831.

⁴⁰ ROUSSEAU, 2005, p. 117.

⁴¹ No Brasil, várias das obras dos Padres Gregos e Latinos foram traduzidos e podem ser encontrada na Coleção Patrística, da Editora Paulus.

⁴² Para aprofundamento sobre o tema, a obra de Juan Javier Flores é essencial. FLORES, *Juan Javier. Introdução à Teologia Litúrgica*. São Paulo: Paulinas, 2006.

⁴³ ROUSSEAU, 2006, p. 118.

protestante teve como grande fruto a criação em 1948 do Conselho Mundial das Igrejas. Infelizmente, a Igreja Católica não faz parte desse Conselho, acompanhando os trabalhos apenas com observadores. No entanto, é preciso notar que o próprio João XXIII quis fomentar por parte da Igreja Católica uma maior aproximação com as outras denominações religiosas. Ele criou, em 1960, o Secretariado pela Unidade dos Cristãos, hoje, substituído pelo Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos.

O movimento laical foi, senão, um dos mais contundentes. Movimentos ligados à Ação Católica (AC) e outros afins, ainda que não ligados a ela, foram responsáveis por levar a Igreja aos mais diversos ambientes da sociedade, como a política, educação, economia e cultura. Esses foram os primeiros a fazer a aproximação da Igreja com a sociedade moderna e, ao mesmo tempo, levaram para dentro das estruturas eclesiais o dinamismo transformador da sociedade. É certo que ao lado do movimento laical uma nova teologia começa a ser construída, a teologia do Laicato. Tal escopo teológico vai refletir, sobretudo, dentro do Concílio, o lugar e a missão dos leigos dentro e fora da Igreja. Destaca-se, nesse ponto, a reflexão teológica de Yves Congar, perito conciliar. Ele desenvolveu algumas proposições sobre como devem ser os fundamentos de uma teologia laical e como tal teologia deve ser incorporada à reflexão do magistério eclesial⁴⁴. A obra de Congar mais significativa é *Jalons pour une théologie du Laïcat*, publicada em 1959, na França e, no Brasil, em 1967. É certo que, durante o Concílio, uma grande parte dos Padres Conciliares, quiçá, europeus, já tinham conhecimento dessa obra.

O movimento renovador do pensamento teológico, chamado também de *Nouvelle Théologie*, tem seu desenvolvimento realizado por duas principais escolas teológicas: a dos jesuítas, com a escola de Lyon, sendo possível destacar o pensamento de Henri-Marie Lubac (1896-1991) e Jean Daniélou (1905-1974); e os dominicanos, com a escola de Soulchoir, com proeminência de Marie-Dominique Chenu (1895-1990) e Yves Congar (1904-1995). Congar assume a perspectiva do laicato e do ecumenismo. Chenu parte para a teologia prática. Daniélou retoma as principais fontes do cristianismo, formulando os princípios da inteligência teológica. Lubac promove um diálogo com outras religiões e a relação entre cristãos e ateus. Não demora muito e esses teólogos passam a incomodar: Pio XII, na *Humanis Generis*, condena tais vertentes teológicas⁴⁵, o que resultou no afastamento do ofício de professor de alguns desses teólogos. No entanto, as ideias dessas duas escolas já haviam se propagado de tal modo que, no CV II, grande parte desses pensadores foram convocados como peritos.

⁴⁴ ROUSSEAU, 1965, p. 119.

⁴⁵ Cf. SOUZA, Ney de. Contexto e movimento histórico do Concílio Vaticano II. *Revista de Teologia e Cultura Ciberologia*. São Paulo, ed. 02, 2005, p. 3.

1.2.3 A convocação do Concílio e o desenvolvimento dos trabalhos

A eleição de Ângelo Giuseppe Roncalli, sucessor de Pio XII, causou certa estranheza nos ambientes eclesiásticos. Assumindo o nome de João XXIII, começa a ser conhecido pela própria Igreja e pelo mundo, uma vez que até a essa época só se sabia que era um cardeal da Igreja, Patriarca de Veneza, e que já estava com 77 anos. Como cardeal, João XXIII havia desempenhado ofícios significativos, mas nada que, aos olhos daqueles que cobiçam os altos cargos eclesiásticos, lhe trouxesse alguma notabilidade. A Igreja, depois do intenso pontificado de Pio XII, necessitava de um tempo de acomodação. Um papa já idoso, com um possível breve percurso de vida, certamente poderia proporcionar esse tempo. Além do mais, um papa já idoso não teria as forças necessárias para provocar grandes mudanças na vida eclesiástica, poupando assim a energia da Igreja para que, no futuro, pudesse canalizar melhor seus esforços. No entanto, não foi isso o que aconteceu. Nem bem completados os noventa dias de sua eleição, em 25 de janeiro de 1959, o Pontífice tornou pública sua intenção de convocar um novo Concílio. O anúncio foi feito durante uma breve alocução com a presença de um grupo seletivo de cardeais, reunidos em consistório no final da Semana de Oração pela Unidade das Igrejas, na Basílica de São Paulo fora dos muros, em Roma⁴⁶.

As reações ao anúncio foram de espanto e de preocupação, sobretudo externadas pelos cardeais Lercaro, Ottaviani e Ruffini. Com este último, João XXIII já havia adiantado o desejo de uma convocação conciliar. De todo modo, afirma Alberigo que a simpatia do sorridente pontífice já havia cativado muitas pessoas e que a percepção dele sobre estruturas inadequadas da Igreja e a necessidade de diálogo com o mundo moderno já faziam coro em muitos corações. O bom ânimo – *bonum animarum* - do Pontífice abriu caminhos para uma “mais iluminada atividade apostólica da Igreja”⁴⁷. Tal atividade apostólica será fortemente marcada pelo espírito de abertura, amplamente conhecido como *aggiornamento*. Para João XXIII, a Igreja precisava assumir para ela o empenho de inserir-se numa época de renovação “*epoca di rinnovamento*”⁴⁸. Para tanto, seria necessária grande mobilização na construção de uma nova eclesiologia.

Pretendendo que o Concílio pudesse ser um espaço de reflexão, atualização da Igreja e de diálogo com a sociedade, João XXIII imprimiu caráter absolutamente pastoral aos trabalhos. O Concílio Vaticano II não se debruçaria sobre doutrina, não reformaria nenhuma delas, nem

⁴⁶ Cf. ALBERIGO, Giuseppe. *Storia del Concilio Vaticano II. Il cattolicesimo verso una nuova stagione. L'annuncio e la preparazione (gennaio 1959 – settembre 1962)*. Bologna: Il Mulino, 2012, p. 19.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 19.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 21.

proporia outras. Antes, o Concílio deveria ser um intenso trabalho pastoral da Igreja. E não só. Como se tratava também de olhar a realidade de todos povos, o evento seria, ao mesmo tempo, pastoral e ecumênico. Ecumênico não somente no sentido de abrir-se à participação e conversa com as demais igrejas, mas compreendido como universal, ou seja, a palavra da Igreja haveria de ser destinada a toda humanidade. Isso tudo, não abrindo mão da verdade, mas colocando a Igreja a serviço da salvação dos povos.

Kloppenburger testemunha que a finalidade do CV II era totalmente diferente dos Concílios de Trento e do Vaticano I. Não houve imposição de novas doutrinas, mas atualização da compreensão delas e sua aplicação pastoral. A doutrina católica deveria ser de tal modo tratada no Concílio para que ela fosse também entendida por todos, até mesmo por aqueles que não têm fé. Seria esse o espírito do Concílio proposto por João XXIII e que deveria ser levado a cabo pelos Padres Conciliares. O Concílio seria “positivo e otimista na construção e não de condenação; de compreensão, não de imposição; de serviço, não de domínio; de bênçãos, não de anátema, de amor, não de temor; de diálogo, não de monólogo”⁴⁹.

O desenvolvimento dos trabalhos do Concílio foi realizado por etapas. Elas são importantes porque evidenciam a evolução das discussões sobre os temas e os debates nas aprovações das constituições e decretos. A primeira fase foi iniciada em 17 de maio de 1959, quando João XXIII constituiu uma Comissão antepreparatória presidida pelo Secretário de Estado, Cardeal Tardini, e mais a nomeação de dez representantes das Congregações Romanas. Tardini, depois de duas semanas de presidência dos trabalhos, convocou as Congregações Romanas a elencar os possíveis assuntos a serem tratados no Concílio. Também enviou uma correspondência a 2.593 bispos pedindo sugestões. Retornaram a missiva com sugestões cerca de 1.998 bispos, chegando a 77 % do total dos que receberam a carta⁵⁰.

A segunda fase foi iniciada depois da leitura de todas as contribuições, em 5 de junho de 1960, com a criação das dez comissões pré-conciliares e três secretariados e mais três subcomissões. Todos esses estavam ligados a uma Comissão Central, cujo presidente era o próprio João XXIII. A tarefa principal das comissões era receber os assuntos escolhidos pelo Pontífice, oriundos da pesquisa anterior, e desenvolver para cada um deles um esquema que serviria como *instrumentum laboris* para os Padres Conciliares durante as sessões de deliberação⁵¹. É interessante notar que o Papa João XXIII assume a responsabilidade de

⁴⁹ KLOPPENBURG, Boaventura. *A eclesiologia do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1971, p. 14.

⁵⁰ Cf. WILTGEN, Ralph. *O Reno se lança sobre o Tibre. O Concílio Desconhecido*. Niterói: Editora Permanência, 2007, p. 26.

⁵¹ *Ibidem*, p. 27.

escolher os assuntos do Concílio, embutindo, já na escolha, seus anseios de renovação nos temas que ele achava necessário haver maior reflexão. Um dos assuntos escolhidos foi a própria Igreja. O Concílio teria que aplicar-se sobre uma nova reflexão eclesiológica que respondesse aos novos desafios e ao modo da presença da Igreja na sociedade.

Findadas essas fases, o Concílio se organiza em quatro períodos. Do primeiro período, 11 de outubro a 8 de dezembro de 1962, participam cerca de 2.540 bispos com direito a voto, um montante jamais alcançado na história eclesiástica. Na abertura dos trabalhos, João XXIII havia deposto a tiara pontifícia e estava usando uma mitra, como os demais. Nesse sinal, o Papa já estava dando mostras de que queria uma nova compreensão da Igreja a partir de dentro para se tornar luz para os povos⁵². Todos os continentes estavam representados. Nesse período foram discutidos os esquemas sobre a Liturgia, Fontes da Revelação, Meios de Comunicação, Igrejas Orientais.

O segundo período (29 de setembro a 4 de dezembro de 1963) refletiu sobre a Igreja e procurou expor sua natureza, a necessidade de sua reforma interna, a busca pela unidade dos cristãos e o diálogo com o mundo moderno. O esquema da Igreja e das principais discussões e debates em torno a ele, será tratado à parte, uma vez que ele diz respeito ao assunto principal deste trabalho. No que diz respeito ao início deste período, é preciso ressaltar o falecimento do Papa João XXIII, ocorrido alguns meses antes, no dia 3 de junho de 1963. Em decorrência desse triste fato, os cardeais retornaram à Roma para a eleição do novo papa e escolheram o cardeal Montini, cardeal-arcebispo de Milão, que no dia seguinte à sua eleição anunciou o desejo de dar continuidade aos trabalhos conciliares. Sobre a sucessão pontifícia, Alberigo diz que, por causa da “mudança de pontificado, era natural uma certa descontinuidade, mas não foi o que aconteceu com o clima e trabalhos do Concílio, com Paulo VI. O clima e o espírito conciliar se mantiveram”⁵³, configurando-se como um belo testemunho da nova eclesiologia.

O terceiro período se deu de 14 de setembro a 21 de novembro de 1964. Nele, foi concluído o texto sobre a Igreja, sendo aprovada a LG. Além desse trabalho, foram ainda discutidos os esquemas dos textos sobre a liberdade religiosa, as Igrejas Orientais e a formação do clero. Aqui, é preciso destacar a compreensão da Igreja como Povo de Deus, com a qual é abandonada a compreensão eclesial de *societas perfecta*. Esse terceiro período foi para Paulo VI um dos mais importantes dos trabalhos conciliares porque nele se deu a conclusão e a aprovação do esquema *De Ecclesiae*, na qual está expressa toda a autocompreensão da Igreja⁵⁴.

⁵² Cf. ALBERIGO, 2012, p. 31.

⁵³ *Ibidem*, vol. 3, 2012, p. 636.

⁵⁴ *Idem*, vol. 4, 2012, p. 21.

Ainda nessa fase, foram discutidos o diaconato permanente e sua importância dentro do Sacramento da Ordem.

O quarto e último período se desenvolveu de 14 de setembro ao dia da conclusão, em 8 de dezembro de 1965. Nele, foram finalizados e aprovados os textos sobre a vida religiosa (*Perfectae Caritatis*) e a formação sacerdotal (*Presbyterorum Ordinis*). Tempo também dedicado ao esquema sobre a educação católica e a finalização do esquema sobre as fontes da revelação, da qual originou a belíssima Constituição dogmática *Dei Verbum*. Não se pode esquecer de que o esquema sobre a presença da Igreja no mundo foi concluído neste último período, sendo promulgado com o título de *Gaudium et Spes*. Ao todo, foram promulgados cerca de 16 documentos⁵⁵. No dia 7 de dezembro, na Basílica de São Pedro, Paulo VI encerra o Concílio em missa concelebrada, dizendo:

Outra coisa devemos notar. Toda a riqueza doutrinal se dirige numa única direção: servir o homem. O homem, digamos, em toda a sua amplitude, em toda a sua fraqueza e indigência. A Igreja quase se declarou escrava da humanidade, exatamente na altura em que, tanto o seu magistério eclesiástico como seu governo pastoral, maior esplendor e maior vigor assumiram, por meio da solenidade conciliar.⁵⁶

1.3. Dom Helder Camara, um olhar brasileiro de dentro do Concílio

A participação de bispos brasileiros durante os trabalhos do Concílio se fez notar de um modo paradoxal. Cita-se Dom Helder Câmara, Dom Antônio de Castro Mayer e Dom Geraldo de Proença Sigaud, ambos de perspectivas mais conservadoras, os dois últimos ligados à Plínio Corrêa de Almeida e a Associação de Proteção à Tradição, Família e Sociedade⁵⁷. Dom Helder

⁵⁵ São eles, sigla e ano: Constituição sobre a sagrada liturgia (*Sacrosanctum Concilium* (SC), 4/12/1963); Constituição dogmática sobre a Igreja (*Lumen gentium* (LG), 21/11/1964); Constituição dogmática sobre a revelação divina (*Dei Verbum* (DV), 18/11/1965); Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo atual (*Gaudium et Spes* (GS), 7/12/1965); Decreto sobre os meios de comunicação social (*Inter mirifica* (IM), 4/12/1963); Decreto sobre as Igrejas Católicas orientais (*Orientalium Ecclesiarum* (OE), 21/11/1964); Decreto sobre o ecumenismo (*Unitatis redintegratio* (UR), 21/11/1964); Decreto sobre o ministério pastoral dos bispos (*Christus Dominus* (CD), 28/10/1965); Decreto sobre a formação sacerdotal (*Optatam totius* (OT), 28/10/1965); Decreto sobre a conveniente renovação da vida religiosa (*Perfectae caritatis* (PC), 28/10/1965); Decreto sobre o apostolado dos leigos (*Apostolicam actuositatem* (AA), 18/11/1965); Decreto sobre a atividade missionária da Igreja (*Ad gentes* (AG), 7/12/1965); Decreto sobre o ministério e vida dos padres (*Presbyterorum Ordinis* (PO), 7/12/1965); - Declaração sobre a educação cristã (*Gravissimum educationis* (GE), 28/10/1965); Declaração sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs (*Nostra aetate* (NA), 28/10/1965); Declaração sobre a liberdade religiosa (*Dignitatis humanae* (DH), 7/12/1965).

⁵⁶ PAULO VI, Papa. *Homilia de Paulo VI durante Missa de encerramento do Concílio Vaticano II, proferida em 07 de dezembro de 1965*. Disponível em: w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/.../hf_p-vi_spe_19651207_epilogo-concilio.html.

⁵⁷ Cf. CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Bispos conservadores brasileiros no Concílio Vaticano II (1962-1965): D. Geraldo de Proença Sigaud e D. Antônio de Castro Mayer. *Horizonte. Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, Belo Horizonte, v.9, n.24, 2011, p. 01.

Câmara participou do Concílio durante a primeira e segunda sessão como bispo auxiliar e nas outras duas sessões como Arcebispo de Olinda-Recife⁵⁸, e não estava ligado a nenhum movimento, a não ser ao movimento do Espírito Santo que o impelia a levar para os trabalhos conciliares a perspectiva de uma Igreja mais pobre. Ímpeto já em desenvolvimento através de seu ministério pastoral no contexto da Igreja Católica, no Brasil.

Sabe-se que Dom Helder Câmara não utilizou, em nenhuma vez, a oportunidade de falar durante os debates nas sessões conciliares. Não é possível precisar os motivos pelo qual não o quis fazer. No entanto, é aceitável conjecturar uma hipótese para tal silêncio: para Laurier, Professor de Espiritualidade no *Studim de Notre-Dame*, Paris, Dom Helder Câmara aproveitou melhor o tempo conciliar em conversas no ambiente dos bastidores, ou seja, fora das sessões solenes. Foi nos bastidores que o bispo brasileiro nutriu grandes contatos com os peritos e padres conciliares, particularmente os franceses⁵⁹. Os encontros fora dos plenários se tornaram verdadeiro campo de missão de Dom Helder que, com grande coragem e autoridade pastoral, levava a cabo suas convicções, fomentando a necessidade do Concílio se deter também numa reflexão que almejasse uma Igreja mais serva e pobre.

Mesmo que não tenha falado publicamente, não foi profeta mudo e paralisado. Além dessas conversas e encontros de bastidores, Dom Helder escreveu muito. Dirigindo-se a seus colaboradores brasileiros, aos quais chamava de “família macejanense”, redigiu cerca de duas mil e duzentas cartas, nas quais expressou suas impressões sobre o Concílio, sua visão eclesiológica e as conversas com peritos conciliares. Fez um verdadeiro trabalho de recepção do Concílio mesmo antes dos trabalhos se findarem. Levou, por meio das cartas, as pretensões conciliares para fora dos muros do Vaticano. Graças ao trabalho do organizador Zildo Rocha e do Instituto Dom Helder, as cartas foram publicadas em três blocos: o primeiro refere-se às Circulares Conciliares⁶⁰, em dois volumes de três tomos, que remetem a presença dele nas quatro sessões escritas em Roma; o segundo bloco são as Circulares Interconciliares, escritas em Recife, no período das três últimas sessões conciliares; o terceiro bloco são as Circulares Pós-Conciliares, depois do encerramento do Concílio⁶¹.

Para quem lê a obra, percebe rápido que Dom Helder entendeu muito bem o desejo de João XXIII de abertura e renovação da Igreja. Para ambos, o Concílio deve produzir um fruto:

⁵⁸ Cf. LAURIER, Jean-Marie. Dom Helder Câmara e o Concílio Vaticano II. *Revista Contemplação*. (FAJOPA) n.1, 2010, p. 01.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 01.

⁶⁰ Cf. CÂMARA, Dom Helder. *Circulares Conciliares*. Zildo Rocha (org.). Recife: CEPE, 2009.

⁶¹ Adota-se a seguinte referência: CC – Circulares conciliares; CI – Circulares interconciliares; CpC – Circulares Pós-Conciliares.

uma nova eclesiologia. Claro que, na visão de Dom Helder, essa nova eclesiologia passa, seguramente, pela imagem de uma Igreja pobre para os pobres. Nesse sentido, o bispo brasileiro vê o Concílio dentro de uma perspectiva mística e profética. Mística, quando a Igreja procura refletir e reviver a fé, esperança e caridade; profética, quando assume que essas virtudes são como que motrizes para a missão de denunciar as injustiças. Tarefa difícil, mas necessária.

Assim diz Dom Helder sobre sua tarefa de escrever e sua visão a respeito do Concílio:

É fácil mandar impressões sobre as solenidades do Concílio. É difícil, especialmente nos primeiros dias, fixar impressões sobre o espírito do Concílio: suas tendências, perspectivas e rumos. O Concílio vai ser difficilimo. [...] As Sagradas Congregações pensam que vai ser fácil pensar pelos Bispos e decidir por eles. Acontece que, por exemplo, os esquemas teológicos, a muitos Bispos do mundo inteiro, estão em dissonância com o que o Papa anuncia como espírito do Concílio [...].⁶²

Nota-se que, depois de um mês da abertura do Concílio, em Carta Circular datada de 14 de outubro de 1962, Dom Helder expõe sua percepção de que as tarefas não serão fáceis de serem desempenhadas. Ele entende, como outros, que os esquemas oferecidos para reflexão dos Padres estão bem distantes daquilo que desejava João XXIII e que o exercício de revisão desses textos e a futura aprovação deles provocariam acalorados debates e tensões. Dom Helder toma consciência da situação e quer manter-se fiel ao espírito conciliar apontado pelo Pontífice. Ao mesmo tempo, deseja que o Espírito fosse o condutor dos trabalhos e que por nada se diminua a unidade da Igreja. Assim, deixa escrito: “peçam a Deus que vença não a posição de um ou de outro, de técnicos, de especialistas, e ainda menos o capricho ou a vaidade de quem quer que seja. Vença o Espírito Santo”⁶³.

O então bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro tem consciência de que a revisão dos esquemas é uma “batalha essencial”⁶⁴. Libânio diz que, mesmo sob tensões, a opção fundamental dos Padres Conciliares de rever os esquemas preparados pelas Comissões foi decisão em benefício de uma Igreja mais pastoral⁶⁵. Dom Helder sabe disso e vê nessa perspectiva pastoral chances de convencer outros a aceitar a inclusão da pobreza como *status* de vida das estruturas eclesiais. Encontrou-se com muitos bispos, por exemplo, com Dom Ancel, auxiliar de Lyon; conversou com o Abade Pierre, fundador da Comunidade de Emaús, na França; ainda com Jean Rodhain, fundador da Caritas Internacional, além de bispos africanos

⁶² CC – 14/10/1962.

⁶³ CC – 04/05/1962.

⁶⁴ CC – 13/10/1962.

⁶⁵ Cf. LIBÂNIO, João Batista. *Concílio Vaticano II. Em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005. p. 79.

e asiáticos⁶⁶. A realidade destes últimos era bem familiar a Dom Helder, porque, de certa medida, os sofrimentos são os mesmos entre América, Ásia e África: subdesenvolvimento, injustiças, fome, etc. Paralelamente ao desejo de convencer a todos de uma Igreja mais pobre, tinha, também, a noção de que muitos não aceitariam.

Com efeito, é certo que esse intento conscientizador não foi assumido como uma atitude conciliar. Pode ser que muitos Padres que não ficassem felizes, nas palavras de Dom Helder, se houvessem conseguido colocar o assunto de uma Igreja pobre bem distante das linhas oficiais do Vaticano II. O entendimento nocional de Igreja como pobre a serviço dos pobres não é tratado. A referência mais contundente pode ser encontrada na LG n.8, na qual a Igreja reconhece nos pobres a imagem de Cristo pobre e sofredor. Tal recusa não impediu Dom Helder de ser um dos incentivadores do Pacto das Catacumbas⁶⁷.

Comblin, por sua vez, diz que, no Concílio, Dom Helder teve papel importante, mas geralmente desconhecido, uma vez que ele mesmo fazia de tudo por manter a discrição⁶⁸. Preferindo falar sempre pela boca de outro, incentivou o Cardeal Lercaro a afirmar duas vezes nas sessões que a Igreja falharia em sua missão, caso não fizesse opção pelos pobres. Com sua peculiar personalidade e gênio cearense, Dom Helder era sempre espontâneo, mas seus “encontros e conversas eram sempre pensados, preparados e controlados, [...]. Ele sempre tinha um objetivo; sempre queria alguma coisa”⁶⁹. Perante o Concílio, sonhou com uma Igreja viva na pobreza e serviçal aos pobres. O legado e visão eclesiológicos não foram um sonho, mas uma mística e uma profecia para os dias atuais.

1.4. *Lumen Gentium* (LG), uma Constituição Dogmática sobre a Igreja

1.4.1. As características do primeiro esquema da futura Constituição

Como já se aludiu, os trabalhos conciliares deveriam seguir as assertivas de João XXIII; assertivas que os padres conciliares perceberam ser corroboradas por Paulo VI. As Comissões Preparatórias tiveram a responsabilidade de preparar esquemas sobre os assuntos escolhidos

⁶⁶ Cf. LAURIER, 2010, p. 5.

⁶⁷ O *Pacto das Catacumbas* foi um compromisso assinado por alguns padres conciliares, inclusive por Dom Helder Câmara, que almejavam a construção de uma Igreja mais pobre e mais serviçal aos pobres e sofredores, vivendo eles mesmos o modo ordinário da população, sem luxos, privilégios e ostentação. O documento assinado pelos Bispos ficou conhecido como “Pacto das Catacumbas”, porque foi celebrado na Catacumba de Santa Domitila, fora de Roma, no dia 16 de novembro de 1965.

⁶⁸ COMBLIN, José. *Prefácio*. CÂMARA, Dom Elder. *Circulares Conciliares*. Zildo Rocha (Org.). Recife: CEPE, 2009, 25.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 26.

por João XXIII. No entanto, muitos Padres Conciliares pensavam que os esquemas pudessem, naquela altura, estar imbuídos de um espírito de renovação eclesial. Mas tais expectativas foram frustradas, porque logo entenderam que esses esquemas se caracterizavam por serem mais um amontoado de argumentos fragmentados, não tão organizados. Neles, predominava muito das ideias dos papas antecedentes, especialmente de Pio XII, e algumas sequências doutrinárias do Vaticano I⁷⁰.

A preparação o primeiro esquema teve como essência os assuntos oriundos das consultas realizadas por meio de cartas enviadas a todos os bispos. Os temas foram selecionados por João XXIII. Ao receber os temas, a Comissão Preparatória aprontou e distribuiu o primeiro esquema no dia 1 de dezembro de 1962, com muita pressa. O interesse pela Igreja, que tinha sido tão grande por parte de alguns, e a atitude do Papa João XXIII, que queria a abertura ao mundo, provocaram medo em outros. Antes que houvesse qualquer outra discussão, foi apresentado o esquema *De Ecclesiae*, com 11 capítulos, compreendendo 81 páginas. Kloppenburg afirma que o esquema foi “louvado por uns e criticado por muitos outros, pois apresentava a Igreja excessivamente jurídica, institucional, externa, clerical e triunfalista”⁷¹.

[...] graves objeções não só em relação à sua redação, mas também à linha eclesiológica que o inspirava. Ele pareceu pouco sintonizado com a elaboração teológica mais recente e ainda ligado demais aos aspectos institucionais da Igreja em prejuízo dos aspectos místicos: pouco sensível às questões ecumênicas, sobretudo ao abordar o problema crucial dos membros da Igreja.⁷²

Não é de se estranhar que o esquema fosse decepcionante à maioria. O cardeal Domenico Tardini, nomeado presidente da Comissão que preparou o *De Ecclesia*, estava mais favorável que a Igreja, e por consequência todos os trabalhos do Vaticano II, completasse e integrasse o ensinamento exposto no Vaticano I. O que não era o desejo de João XXIII e de seu sucessor, Paulo VI. Seria preciso, então, fazer uma força para que o texto, como se encontrava, não fosse discutido pelas sessões, mas voltassem à Comissão. Foi fundamental a própria atuação de João XXIII que decidiu enviar o texto, também, à Comissão Teológica do Concílio para que oferecessem maior dinamismo ao texto e adequação ao espírito conciliar. Mesmo deixando espaço livre para os discursos e trabalhos do Concílio, o Pontífice não se furtava, ele

⁷⁰ Cf. SOUZA, Ney de. Desenvolvimento histórico dos quatro períodos do Concílio Vaticano II. *Revista Notícia Bibliográfica e Histórica*. Revista da Faculdade de História, Campinas, Puc-Campinas, n. 201, 2006, p. 6.

⁷¹ Cf. KLOPPENBURG, Boaventura. Os debates conciliares. *Revista Igreja e Missão. Revista missionária de cultura e atualidade*. Ano XVI. n. 13-14, 1964, p. 33.

⁷² ALBERIGO, 2015, p. 405.

mesmo, de acompanhar os debates e de recolher, com atenção, as sugestões e promover as adequações⁷³.

Alberigo afirma que, nem mesmo começados os trabalhos da primeira sessão conciliar, majoritariamente os Padres Conciliares desejavam a mudança do esquema. Havia uma proposta de que outro esquema pudesse ser incorporado ao primeiro, mas tal ideia não prevaleceu. Os Padres estavam conscientes de que não se tratava apenas de pequenas alterações ou enxertos, mas de uma mudança estrutural. Na verdade, o que estava em discussão era uma nova eclesiologia⁷⁴. Para que pudesse haver novo esquema, era preciso ficar claro aos Padres Conciliares que não se tratava de uma nova Igreja, mas uma renovação eclesiológica com finalidade pastoral. Esse era todo o propósito do Concílio. A metodologia não era de ruptura com tudo aquilo que a Igreja já havia consolidado no passado, mas de construir uma nova reflexão, madura teologicamente e mais atenciosa com a pastoral⁷⁵.

Almeida explica qual foi a metodologia conciliar que contribuiu para a não aceitação do primeiro esquema *De Ecclesia*:

Metodologicamente, o Concílio conjugou duas exigências – renovação da Igreja e salvaguarda da continuidade – por meio do procedimento da assim chamada justaposição, ou seja: ao lado de uma doutrina expressa com uma formulação pré-conciliar, são postas uma doutrina ou tese que formulam um aspecto complementar, ou vice e versa. Não se trata, porém, de discrepância, mas de justaposição.⁷⁶

Umberto Betti, perito conciliar, chama a atenção para um esquema proposto pela Conferência dos Bispos Belgas e que se tornou a base para a definição do novo esquema sobre a Igreja⁷⁷. Esse texto foi formulado nos ambientes da Universidade de Louvaina e apresentado no Concílio pelo Cardeal Suenens, muito próximo de João XXIII⁷⁸. Há algum tempo, algumas conferências episcopais estavam se reunindo e lançando propostas ao Concílio. Certamente, com o conhecimento de João XXIII, alguns esquemas propostos pelas Comissões estavam dividindo espaço e conversa com outros esquemas paralelos. Esses esquemas paralelos obtinham, não poucas vezes, maior interesse do que os oficiais. Foi o que aconteceu com o esquema de *De Ecclesia*.

⁷³ BETTI, Umberto. Cronistória da Constituição. In. BARAÚNA, Guilherme (org.). *A Igreja do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, p. 135.

⁷⁴ ALBERIGO, vol. 3, 2002, p. 58.

⁷⁵ ALMEIDA, 2005, p. 18.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 18.

⁷⁷ Cf. BETTI, 1965, p. 140.

⁷⁸ Cf. ALBERIGO, 2015, p. 405.

É preciso frisar que os debates e reflexões que emergiram em torno do primeiro esquema, no *De Ecclesia*, são, verdadeiramente, trabalhos de renovação eclesial. O primeiro esquema não havia colhido todos os frutos dos movimentos renovadores presentes nos mais diversos ambientes eclesiais, especialmente, o movimento teológico. Os Padres Conciliares foram, talvez, pela primeira vez, incomodados, pois perceberam que o trabalho não se limitava ao âmbito interno da Igreja, mas tinha repercussões muito mais amplas. Uma grande quantidade de intervenções no documento foi apresentada. Elas não só seriam consideradas, como se tornariam, junto ao esquema belga, o núcleo do novo esquema.

A primeira sessão conciliar se encerra sem nenhum documento aprovado. A atitude de inconformidade com o esquema *De Ecclesia* teve ressonância nos demais esquemas. A impressão é de que as coisas não começavam bem no Concílio e que talvez fosse preciso muito mais tempo para o desenvolvimento dos trabalhos, além do já pensado pelas Comissões. Sobre esse aspecto, afirma Alberigo, houve certa instabilidade entre os Padres Conciliares, que pouco haviam tomado para si as responsabilidades de deliberar sobre o futuro da Igreja, sendo, tantas vezes, cumpridores das normas e de propostas vindas das Congregações Romanas. E mais, eles se mostravam “um pouco desorientados com a liberdade que o Papa dava ao Concílio”⁷⁹.

1.4.2. O segundo e definitivo esquema da Constituição

O segundo período, de 29 de setembro a 4 de dezembro de 1963, começou com a certeza de que o Concílio Vaticano II deveria ter como tema central: a Igreja. Como era preciso uma nova reformulação do esquema *De Ecclesia*, a Comissão Teológica do Concílio se reuniu, sem que o segundo período fosse aberto solenemente, colhendo as contribuições do esquema do teólogo belga Gérard Philips⁸⁰. Foi possível, desse modo, elaborar um novo instrumento de trabalho. O esquema foi enviado aos bispos antes de 29 de setembro para que pudessem, a partir da abertura do período conciliar, oferecer boas reflexões. O próprio João XXIII

⁷⁹ *Ibidem*, p. 405.

⁸⁰ Assim, diz Alberigo: “Questo testo, che fin dai primi giorni successivi all’annuncio del concilio da parte di papa Giovanni XXIII aveva acceso le aspettative per una chiarificazione ed un completamento del testo del Vaticano I tutto incentrato sulla figura del papa, era stato oggetto di forti discussioni per tutto il período preparatório e durante le prime due sessioni del concilio, L’originário *De ecclesia* era stato considerevolmente revisto sulla base di uno schema preparato da mons. Gérard Philips e alla luce dei dibattiti del secondo período”. **Tradução nossa:** “Este texto, que desde os primeiros dias após o anúncio do Concílio pelo Papa João XXIII, acendeu as expectativas devido a um esclarecimento e conclusão do texto do Vaticano I, todos focados na figura do papa, tinham sido objeto de fortes discussões para durante todo o período preparatório e durante as duas primeiras sessões do Concílio. O *De Ecclesia* original foi consideravelmente revisado com base em um esquema preparado por Mons. Gérard Philips e à luz dos debates do segundo período”. ALBERIGO, vol. 4, 2002, p. 59.

incentivava as reflexões fora do Concílio, tanto para os bispos reunidos em Conferências Nacionais, como para grupos afins. O Papa João, diz Alberigo, afirmava que o Concílio funcionava não só nos períodos solenes, mas, sobretudo, no intervalo entre eles. Era missão dos bispos prolongar, através de reflexão responsável, as discussões do Concílio em suas terras⁸¹.

Os cardeais Ottaviani e Browne fizeram a introdução do “novo esquema, que se encontra totalmente mudado”⁸². Entretanto, mesmo que o esquema estivesse mais próximo do espírito conciliar, de construção de uma nova eclesiologia, ele acabou por receber emendas dos cardeais Ruffini, Koenig, Alfrink, Dopfner, Suenens, Bea, Montini, Lercaro e Ritter. Esses são os grandes responsáveis pela formação do texto final da LG, aprovado somente na quinta sessão solene, no terceiro período. Nesse ínterim, falece João XXIII. Reunidos em conclave de 19 a 21 de outubro, os cardeais elegem Montini, que assume com o nome de Paulo VI. Como pontífice, Montini logo retoma os trabalhos conciliares criando uma comissão de moderadores que o ajudarão a levar avante os trabalhos. Participam dessa comissão os cardeais Agagianian, Dopfner, Lercaro e Suenens⁸³.

Esses cardeais estruturaram um novo capítulo, que não havia sido exposto no primeiro esquema. O novo capítulo traz como tema o Povo de Deus. O esquema belga também não havia focado a compreensão da Igreja como Povo de Deus. A comissão de moderadores, a Subcomissão para o *De Ecclesia* e da Comissão Teológica⁸⁴ apresentaram, então, um segundo esquema.

O segundo *De Ecclesia* não se constituiu como documento definitivo. É preciso, nesse sentido, ressaltar o papel de Paulo VI para a verdadeira mudança do esquema que se configurou no estabelecimento da nova eclesiologia conciliar: o Pontífice havia confidenciado ao Cardeal Ottaviani que desejava que o capítulo sobre o Povo de Deus fosse colocado anteriormente ao da hierarquia eclesiástica; e mais, que os Padres Conciliares pudessem desenvolver através da noção de Povo de Deus, uma nova compreensão e definição da Igreja⁸⁵. Essa visão de Paulo VI mudará os rumos da eclesiologia. Verdadeira inspiração do Espírito.

De 16 a 30 de setembro de 1964, já no terceiro período, os Padres Conciliares fizeram as modificações propostas por Paulo VI. Ainda, ao esquema foram acrescentados três outros capítulos: sobre os religiosos, sobre o horizonte escatológico da Igreja e o último sobre a

⁸¹ Cf. ALBERIGO, vol. 3., 2002, p. 59.

⁸² *Ibidem*, p. 61.

⁸³ Cf. ALBERIGO, p. 410.

⁸⁴ Cf. Cf. BETTI, 1965, p. 150.

⁸⁵ Cf. Cf. ALBERIGO, vol. 3, 2012, p. 59.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 61.

Virgem Maria. Com a mudança na ordem do esquema, se impôs um novo alcance eclesiológico. Há muito tempo a Igreja era definida a partir de sua ordem eclesiástica. À pergunta: o que é a Igreja? Respondia-se, antes do Concílio Vaticano II: a Igreja é o papa, bispos e padres. Depois do Concílio, a resposta é: o Povo de Deus. A pertença à comunidade de fé se realiza por uma pertença primeira, ou seja, ao Povo de Deus, e de modo secundário, ao modo como se organiza o Povo de Deus, marcado por vocação e ministérios variados. Trata-se não só de um drástico redimensionamento do esquema *De Ecclesia*, mas da Igreja toda⁸⁶.

A partir do dia 1º de outubro de 1964, o documento estava pronto para as votações das emendas. O trabalho ainda foi intenso de maturação e o texto teve significativas alterações, mas nada que o fizesse distanciar, mais uma vez, dos ideais da convocação do Concílio. Na sessão V, do terceiro período, no dia 21 de novembro de 1964, foi aprovado o documento final sobre a Igreja que, ao lado do documento sobre a Palavra de Deus (*Dei Verbum*), recebeu a qualificação de “dogmática”⁸⁷, devido a seus pontos fortes de mudança e de aceitação como norma de atualização e renovação doutrinal. Desse modo, a LG foi aprovada por 2.114 votos favoráveis. Contrários, apenas 11 votos⁸⁸.

No conjunto, a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* representava um passo adiante em relação às decisões do Concílio Vaticano I e a algumas posições rígidas do magistério papal dos decênios seguintes. Contrariamente às previsões [...] o documento, de amplo alcance espiritual e teológico, traçava a fisionomia da Igreja, sem limitar-se à dimensão jurídico-institucional e respeitava a dinâmica de um corpo vivo e em contínuo crescimento.⁸⁹

1.4.3. Centralidade na compreensão da Igreja como Povo de Deus

As mudanças eclesiológicas oriundas dos trabalhos do Vaticano II são substanciais. A LG deve ser caracterizada como uma nova eclesiologia, cuja essência está no deslocamento da compreensão da Igreja centrada na hierarquia para uma perspectiva, que toma como essência da estrutura eclesial, a comunidade de batizados, Povo de Deus. Comblin afirma que a compreensão eclesiológica da *Ecclesia* como Povo de Deus é a mais correta, uma vez que o trabalho conciliar de refletir sobre a Igreja nas suas origens, resgatando as fontes bíblicas e

⁸⁶ Cf. Cf. BETTI, 1965, p. 150.

⁸⁷ ALBERIGO, vol. 4. 2012, p. 63.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 64.

⁸⁹ ALBERIGO, 2015, p. 430.

patrísticas, contribuiu para que o Concílio voltasse ao modo de organização anterior às influências do Império Romano⁹⁰.

No capítulo segundo da *LG*, encontra-se desenvolvida a compreensão da Igreja como Povo de Deus. A Constituição começa levantando as bases bíblicas da constituição desse povo. A chave hermenêutica é aquela que afirma ser o povo de Deus a comunidade na qual o próprio Deus se revela. De modo germinal, essa comunidade começa a ser formada na vocação de Abraão e de sua descendência⁹¹. A profissão fé abraâmica num único Deus se amplia, posteriormente, com a libertação dos hebreus da escravidão do Egito, sob a guia de Moisés⁹², e o estabelecimento das tribos, nas terras de Canaã. Em Canaã, cultuar-se-á a presença de Deus que se fará próximo de seu povo, mesmo que tal povo esteja em processo de organização com a ajuda de Josué, depois com os juízes, os profetas e os reis. Esse Israel, que se forma peregrino no deserto e que se estabelece na nova terra, já é chamado de assembleia de Deus, ou seja, reunião de um povo escolhido⁹³.

O movimento bíblico fez com que o Concílio fosse procurar nas Sagradas Escrituras os fundamentos da constituição do Povo de Deus. Comblin assegura que “ao propor o conceito de Povo de Deus no centro da eclesiologia, os Padres Conciliares se fizeram fiéis à orientação existente de fazer das Sagradas Escrituras fonte de verdadeira reflexão”⁹⁴. É através das Sagradas Escrituras que a Igreja vai se entender e se autoafirmar como povo. O termo Povo de Deus, em sua expressão literal aparece poucas vezes no Antigo Testamento. A palavra que é mais empregada para definir a porção do povo eleito para ser o povo da epifania divina é λαός - *laós*. Esta palavra significa assembleia, reunião. De fato, havia outros povos, mas a promessa divina é destacar o povo de Israel como seu povo e se fazer conhecido a todos por meio de Israel. Com esse povo fez aliança e estabeleceu compromisso de fidelidade. Assim explica a *LG*:

Aprouve Deus santificar e salvar os homens não singularmente, sem nenhuma conexão uns com os outros, mas constituí-los num povo, que O conhecesse na verdade e santamente O servisse. Escolheu por isso Israel como seu Povo. Estabeleceu com ele uma Aliança. E instruiu-o passo a passo. Na história desse povo, Deus manifestou-se a Si mesmo e os desígnios de Sua Vontade.⁹⁵

⁹⁰ Cf. COMBLIN, José. *O Povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002, p. 20.

⁹¹ Cf. Gn 12,1-3.

⁹² Cf. Ex 3,1-15.

⁹³ Cf. *LG*, n. 9.

⁹⁴ Cf. COMBLIN, 2002, p. 29.

⁹⁵ *LG*, n. 9.

É preciso considerar que não se pode entender a escolha, a eleição e a formação do Povo de Deus sem levar em conta sua existência histórica. Há um povo na história, concreto, que faz parte da história divina e de toda a humanidade. Deus está junto de seu povo, mesmo que tenha que enfrentar outras nações. Exemplo disso fica claro quando as Sagradas Escrituras mostram a saga da libertação do povo da escravidão no Egito. O chamamento de Moises é fundamental para a continuidade da formação do Povo de Deus. Deus não só assumiu o papel primeiro da criação, como demonstram as primeiras páginas do Gênesis, mas também desempenhou papel protagonista na libertação de seus eleitos. Não se trata apenas de uma escolha aleatória de um povo em detrimento de outro. A escolha pode ser mudada. A palavra correta para definir, então, a atitude de Iahweh diante dos hebreus é eleição. A eleição não permite troca, mas, sim, fidelidade. Kloppenburg diz que à noção de eleição se juntou a de Aliança, em hebraico, *berit*:

Israel se tornou povo de Deus em virtude da eleição de Iahweh, que o queria como seu próprio povo. A isso se juntou a ideia da aliança: “voltar-me-ei para vós, far-vos-ei crescer, multiplicar-vos-ei e ratificarei a minha aliança convosco [...], demorar-me-ei no meio de vós e serei o vosso Deus e vós sereis o meu povo” (Lv 26,9-12).⁹⁶

Considerar a formação do povo de Deus na história permite perceber as fragilidades e as contingências próprias desse povo. Franquezas, cuja origem está nos limites da existência humana, que é frágil, em outras palavras, pecadora. O povo nem sempre foi capaz de corresponder em boa medida os compromissos da Aliança. O episódio da criação e adoração do bezerro de ouro explicita tal fato⁹⁷. A peregrinação no deserto não foi fácil e Moisés teve de enfrentar muitos desafios. No entanto, mesmo que o povo não conseguisse permanecer fiel às orientações que Deus dava através de Moisés, Iahweh permaneceu fiel. A atitude de Deus de deixar de lado as infidelidades do povo e sempre retomar a Aliança vai ser fundamental para a construção da memória da eleição. A fidelidade de Deus é inquebrantável⁹⁸. Mesmo diante das tensões e retrocessos⁹⁹, o povo não deixará de se lembrar de seu Deus, construindo uma história de salvação. Diante das misérias humanas, Iahweh encontra na formação do povo de Israel o ambiente adequado para se empenhar, também, na salvação de todos os povos¹⁰⁰.

⁹⁶ KLOPPENBURG, Boaventura. *A eclesiologia do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1971, p. 42.

⁹⁷ Cf. Ex 32.

⁹⁸ KASPER, Walter. *A Igreja Católica. Essência, Realidade, Missão*. São Leopoldo: UNISINOS, 2012, p. 168.

⁹⁹ Cf. Ex 34.

¹⁰⁰ Cf. SMELROTH, Otto. *A Igreja, novo Povo de Deus*. In: BARAÚNA, Guilherme (org.). *A Igreja do Concílio Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, p. 481.

Ainda, a experiência de exílio permitirá ao povo resgatar a memória profunda do cuidado de Deus levando-os a sentir pesar profundo pela falta de fidelidade. O salmo 137 deixa bem claro o resgate da memória da presença divina na história do povo que vivia livre, mas que, agora estava no cativeiro, chorando de saudade¹⁰¹. Nesse episódio, parte do povo é levado para o exílio na Babilônia, ficando para trás destruição. Os profetas ajudaram o povo a superar a crise, recordando a necessidade do acolhimento da Lei e da fidelidade aos compromissos da Aliança. O profetismo elaborou uma teologia escatológica do resgate do povo de Deus¹⁰². Os profetas criaram esperança de novos tempos, aguardando a chegada de um Messias libertador que reconduziria o povo com mão de verdadeiro Pastor¹⁰³, ainda que este povo seja apenas um resto¹⁰⁴. O Messias será o responsável por estabelecer uma nova e eterna Aliança. Afirmam Jeremias e Isaías, respectivamente:

Eis que dias virão em que selarei com a casa de Israel uma nova Aliança. Não como a aliança que selei com seus pais, no dia em que os tomei pela mão para fazê-los sair do Egito – minha aliança que eles mesmos romperam, embora eu fosse o seu Senhor. (...) . Eles não mais terão que instruir o seu próximo ou seu irmão, dizendo: “Conhececi a Iahweh”, porque todos me conhecerão, do menor ao maior, vou perdoar sua culpa e não me lembrarei mais de seu pecado.¹⁰⁵

Um ramo sairá do tronco de Jessé, um rebento brotará de suas raízes. Sobre ele repousará o espírito de Iahweh (...). Naquele dia, a raiz de Jessé, que se ergue com um sinal para os povos, será procurada pelas nações, e sua morada se cobrirá de glória. Naquele dia, o Senhor tornará a estender sua mão para resgatar o resto de seu Povo.¹⁰⁶

Em muitas passagens do Novo Testamento, pode-se perceber que a Igreja primitiva, inaugurada por Jesus, entendia ser ela mesma este povo escatológico anunciado pelos profetas¹⁰⁷. De todo modo, tudo aquilo que viveu o povo judaico, escolha, aliança, revelação paulatina, santificação foi uma preparação para a nova aliança realizada por Jesus¹⁰⁸. A LG diz, de forma clara, que este povo escatológico, messiânico é reunido pela Aliança da oferta e derramamento do sangue de Cristo. Esta aliança, instituída por Jesus, do qual o povo de Deus tem sua continuidade, possui três marcas inseparáveis e essenciais: o enraizamento da Igreja no Antigo Testamento, não sendo constituída a partir de uma nova convocação e eleição de outro

¹⁰¹ Sl 137,1.

¹⁰² KLOPPENBURG, 1971, p. 43.

¹⁰³ Cf. Ez 34.

¹⁰⁴ Cf. Is 49,8.

¹⁰⁵ Jr 31,31-34

¹⁰⁶ Is 11,1-11

¹⁰⁷ Cf. At 15,14; Ti 2,14; 2Cor 6,16; Hb 8,10; Ap 31-34.

¹⁰⁸ Cf. KLOPPENBURG, 1971, p. 42.

povo, mas como continuidade de Israel; a novidade radical em Jesus; e a abertura para todas as pessoas, tanto judeus quanto os pagãos¹⁰⁹.

Os números 9, 10, e 13 da *LG* utilizam, nas palavras de Kloppenburg, “sem escrúpulos”,¹¹⁰ a expressão “novo Povo de Deus” para designar a Igreja. Essa expressão não se encontra em nenhuma parte do Novo Testamento, mas se tornou, no Concílio, a expressão para designar a formação da Igreja como povo, não só, mas, como, também, qualitativamente novo. Para entender melhor não se pode deixar de recorrer ao conceito de eleição, já mostrado acima. A Igreja tem se denominado como novo Povo de Deus uma vez que se considera herdeira e continuadora da eleição de Israel. Não se trata de dois povos, um do Antigo e outro do Novo Testamento, mas de um único povo, agora novo, porque é gerado em Jesus.

Cabe citar uma retomada simbólica feita por Jesus para demonstrar sua perspectiva de iniciar um novo modo de ser comunidade, isto é, um novo povo de Deus. Ao escolher doze homens, primeiros discípulos e depois apóstolos, retoma a consciência da formação do povo de Israel e sua eleição através da simbologia dos patriarcas das doze tribos, pais do Povo do Antigo Testamento. Ratzinger diz que a intenção de Jesus não era apenas defender uma nova moralidade¹¹¹, baseada no amor a Deus e ao próximo, mas, sim, formar uma comunidade que, de posse do Evangelho, se tornasse novo povo de Deus:

O número doze tinha para eles um significado especial e, portanto, não era algo casual. Israel sempre fora encarado como o povo das doze tribos, as quais deveriam ser reconstituídas nos tempos messiânicos. Elas se haviam originado no tempo dos doze filhos de Jacó-Israel. Constituindo os doze, Jesus manifestou-se como o novo Jacó, que então lançava os fundamentos do novo Israel e do novo Povo de Deus.¹¹²

O Novo Testamento não se utiliza da palavra *λαός* para exprimir a assembleia reunida, mas a palavra *ἐκκλησία του Θεού*, ou seja, a Igreja de Deus¹¹³. Esse uso da palavra *Ecclesia* não representa somente a comunidade reunida, mas uma realidade nova: trata-se de uma comunidade reunida, convocada por Jesus e chamada a viver e a testemunhar a novidade histórica da salvação do gênero humano e do ato redentor de Cristo¹¹⁴. Desse modo, falar da Igreja como assembleia reunida significa localizá-la na história dos homens e mulheres. Como

¹⁰⁹ Cf. HACKMANN, Geraldo. *A amada Igreja de Jesus Cristo*. Manual de Eclesiologia como Comunhão Orgânica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p. 158.

¹¹⁰ KLOPPENBURG, 2003, p. 42.

¹¹¹ RATZINGER, Joseph. *O Novo Povo de Deus*. Trad. Clemente Rafael Mahl. São Paulo: Editora Molokai, 2016, p. 103.

¹¹² *Ibidem*, p. 103.

¹¹³ Cf. At 15,14; 18,10; Rm 9,25; 2Cor 6,16.

¹¹⁴ KASPER, 2012, p. 168.

continuidade do povo das Antigas Promessas, sofre também as vicissitudes do tempo¹¹⁵. Essas ideias fizeram com que o CV II conseguisse esvaziar uma eclesiologia triunfalista, que quase retira a Igreja de sua existência no mundo, para colocá-la tão somente dentro de uma existência sobrenatural. A Igreja é mistério¹¹⁶, uma vez que encontra no mistério trinitário seu fundamento. No entanto, é também um “organismo visível”¹¹⁷, dotada de uma consciência, de um ser na história¹¹⁸. Segundo Almeida, o Concílio fez a Igreja passar de um *statu gloriae* para o *itinerare historico*¹¹⁹.

Trazer à tona, na LG, a compreensão da Igreja como Povo de Deus fez com que se pudesse lançar novas luzes à formação de consciência e de pertença a esse novo Povo. A consciência se faz à luz do batismo que configura o batizado a Jesus e o faz ter responsabilidades perante a Boa Nova¹²⁰, cujo núcleo é o Reino de Deus¹²¹. Pelo batismo os cristãos tomam consciência de que devem se identificar a Jesus e viver as realidades do Reino¹²², mas não sozinhos, em comunidade de fé. Não se entrará, aqui, nas questões sobre a identificação da Igreja e Reino. Salienta-se, como suficiente, a ideia de que a LG afirma que a Igreja é primeira destinatária da Palavra e, por isso, se tornou “início e germe deste Reino”¹²³. Ninguém pode querer fazer parte do reinado de Deus, sozinho; é preciso pertencer à comunidade eclesial de fé e amor.

A centralidade da compreensão da Igreja como povo de Deus fez, ainda, resgatar a teologia batismal, por tanto tempo esquecida. O Concílio vai conseguir, por meio desta teologia, enfatizar a condição necessária para pertença ao novo Povo de Deus: o batismo. A Igreja não só recebeu a missão de anunciar a Boa Nova, mas conjuminada a essa tarefa primeira uma outra: batizar¹²⁴ aqueles que desejam ser identificados a Jesus, assumindo à pertença de ser Igreja. Não basta batizar e aumentar o número de batizados. Com o Vaticano II, a proposta é diferente. Trata-se de batizar e levar as pessoas a tomar consciência do ser e pertencer à Igreja¹²⁵.

Desse modo, a teologia batismal conciliar destacou a noção de sacerdócio comum que é a identificação a Cristo – Sacerdote, Profeta e Rei, como base da consciência cristã. Em cima

¹¹⁵ Cf. LG, n. 9.

¹¹⁶ Cf. LG, n. 1.

¹¹⁷ Cf. LG, n. 8.

¹¹⁸ ALMEIDA, 2005, p. 77.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 99.

¹²⁰ Cf. LG, n. 5.

¹²¹ Fica claro em: Mc 1,14-15; Mt 4,23, Mt 10,7.

¹²² Cf. Rm 14,17ss.

¹²³ LG, n. 5.

¹²⁴ Cf. Mt 28,16-20.

¹²⁵ Cf. LG, n. 14

do sacerdócio comum se assentam o ministério sacerdotal e a diversidade de ministérios¹²⁶. Em primeiro lugar, o cristão recebe o sacerdócio comum de Jesus. Este é comum a todos e a partir dele se pode ter ofícios e prestar serviços na Igreja. Nesse sentido, encontra-se a razão da *LG* tratar a Igreja como Povo de Deus, para, depois, abordar a hierarquia. A realidade que existe primeiro é a consciência de ser e pertencer ao Povo de Deus, oriunda do sacerdócio comum, para depois, em segundo ato, no meio desse Povo exercer as ordens sagradas.

É preciso, ainda, destacar que entender a Igreja como Povo de Deus é expandir a *economia da salvação*¹²⁷ a todos os povos¹²⁸, para que estes possam ser inseridos na comunidade eclesial. O batismo não é oferta exclusiva a alguns, mas dom a todos os que o desejarem. Paralelamente à história da salvação, que começa com Abraão, há uma história de salvação de todos os homens e mulheres¹²⁹. Em outras palavras, o CV II propôs ir ao encontro de todos - índole missionária - para estabelecer com todas as nações verdadeira comunhão, sacramento da salvação. Com isso, a Igreja rompe com a postura de ser detentora de um exclusivismo de salvação para se colocar em atitude de serviço para a salvação de todos. A *LG* continua afirmando que há uma necessária pertença a Igreja para haver condições de salvação. Mas dá passos além dessa compreensão. Também assumiu seu status de servidora e instrumento da ação salvífica de Deus e a reconhecer que existem meios de salvação empenhados pela providência divina, podendo levar outros à salvação, mesmo que esses não lhe pertençam. Isso proporcionou grande mudança da postura da Igreja frente às outras comunidades religiosas¹³⁰.

O destaque que o CV II fez da compreensão da Igreja como Povo de Deus trouxe novos modos da Igreja se relacionar consigo mesma e com o mundo. As proposições da *LG*, em especial aquelas que se encontram no seu capítulo segundo, são importantes e foram ofertadas às comunidades eclesiais espalhadas no mundo todo¹³¹. Portanto, passados mais de 50 anos do CV II, como as nossas Igrejas latino-americanas têm recebido a nova eclesiologia? E a Igreja, no Brasil? Esta pesquisa se propõe nos próximos itens a oferecer algumas respostas.

¹²⁶ Cf. *LG*, n. 10.

¹²⁷ Cf. CIC, ns. 56; 57; 66: É a expressão teológica que designa a Revelação do Divina e o projeto de salvação do gênero humano. Indica o plano divino, realizado no transcórre da história; plano que tem em Cristo o seu centro e ponto culminante.

¹²⁸ Cf. *LG*, n. 13.

¹²⁹ KASPER, 2012, p. 171.

¹³⁰ ALMEIDA, 2005, p. 148-149.

¹³¹ Vale considerar que são muitos os temas abordados pela *LG* em todo percurso de reflexão. No entanto, não se tomará como objeto de reflexão todos os esses temas, que são, sem dúvida muito importantes, mas apenas aqueles que são trabalhados pelo Doc. 105 cuja origem é Constituição conciliar, como sacerdócio comum dos fiéis, dignidade batismal e identidade laical, serviços e ministérios, serviço cristão na sociedade, a santidade cristã.

2. Mapeamento da noção da Igreja como Povo de Deus nas Conferências Latino-americanas

2.1. Objetivo do Mapeamento

Nesta fase da pesquisa, procurar-se-á elaborar um mapeamento sobre a quantidade e o modo em que foi empregada a expressão “Povo de Deus”, utilizada para conceituar a Igreja, nas Conferências Episcopais Latino-Americanas. O objetivo principal é perceber em que medida a nova eclesiologia proposta pelo CV II incidiu sobre os trabalhos das Conferências de Medellín (1968), de Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007).

Comumente, tem-se definido o trabalho de mapeamento como o esforço por compreender os processos de compreensão sobre um determinado assunto e sua aplicação. Por mais que pareça ser essa definição mais própria ao modo de pesquisa das ciências exatas, também é possível, por analogia, absorvê-la para as outras ciências, no caso, a teológica. No fundo, é uma coleta de evidências¹³². Quanto mais se utiliza de um assunto ou conceito para sustentar o desenvolvimento de futuros trabalhos, mais importante se torna o seu uso. Desse modo, deseja-se evidenciar a importância da recepção da nova eclesiologia no desenvolvimento dos trabalhos e propostas pastorais do CELAM.

Não poucas vezes se tem falado da necessidade da recepção do CV II nas diferentes realidades eclesiais. A necessidade de receber os trabalhos do Concílio na América Latina é latente. De nenhum modo, nos trabalhos conciliares, houve expressiva representação dos povos latino-americanos, sendo a europeia a participação maior. Beozzo diz que mesmo sendo um acontecimento europeu, precisa, também, de toda maneira acontecer na América pobre e sofrida¹³³. As Conferências são, assim, espaços propícios para a recepção da atualização conciliar.

Ainda mais, como se tratará logo mais à frente do modo como a Igreja no Brasil procurou desenvolver o conceito de Povo de Deus e a elaboração de uma teologia do laicato, cuja raiz se encontra no Vaticano II, haveria uma lacuna temporal se fosse omitido neste trabalho tal mapeamento nas Conferências. Para tanto, utilizar-se-á os textos conclusivos de cada uma das Conferências do CELAM.

¹³² Cf. PROENÇA JÚNIOR, D.; SILVA, E. R. Contexto e processo do Mapeamento Sistemático da Literatura no trajeto da Pós-Graduação no Brasil. *TransInformação*, Campinas, v. 28, n. 2, maio/ago. 2016, p. 233-240.

¹³³ Cf. BEOZZO, José Oscar. *O Concílio Vaticano II: a etapa preparatória*. LORSCHIEDER, A.; LIBÂNIO, J. B.; COMBLIN, J.; VIGIL, J. M.; BEOZZO, J. O. *Vaticano II: 40 anos depois*. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 24.

2.2. Conferência de Medellín (1968)

A Conferência de Medellín foi realizada na cidade de Medellín, Colômbia, de 24 de agosto a 6 de setembro de 1968, sendo convocada pelo Papa Paulo VI. Devido à proximidade temporal do Vaticano II, a Conferência de Medellín teve como principal objetivo recepcionar os trabalhos conciliares na América Latina e, de certo modo, atualizá-los a partir da realidade dos povos latino-americanos¹³⁴. Paulo VI desejava que a Conferência de Medellín pudesse oferecer um novo período à vida eclesial, no qual estivesse bem marcado o desejo por uma renovação espiritual, generosa caridade e autêntica sensibilidade social¹³⁵.

A recepção dos trabalhos de Medellín não foi apenas uma retomada das assertivas do Concílio, mas uma recepção criativa, ou seja, complementa tudo aquilo que recebeu dos Padres Conciliares, aplicando-as às realidades da Igreja, entendida como Povo de Deus. Medellín se insere, então, de forma contundente, na nova eclesiologia do Vaticano II e assumiu a formação das Igrejas Particulares a partir da noção de Povo de Deus. Encontra-se, no Documento Final, citada doze vezes a expressão “Povo de Deus”.

Já na introdução, n. 6, o DMed¹³⁶ afirma que a Igreja é definida como continuação do povo de Israel cuja experiência fundante foi a libertação da escravidão no Egito. O Documento chama a atenção para o fato de o povo antigo passar da escravidão para a liberdade, das piores condições para as melhores condições de vida e o quanto os povos latino-americanos desejam fazer a mesma passagem. A história é de um mesmo povo, o povo de Deus. Esse povo é destinatário de todo o trabalho dos bispos reunidos em Conferência e “convocado para sua plena realização”¹³⁷.

No parágrafo 20, na sessão sobre a Justiça, a Igreja é novamente definida como Povo de Deus, cuja missão se realiza em prestar “ajuda aos desvalidos de qualquer tipo e meio social¹³⁸”. Uma dessas ajudas se concretiza quando a Igreja se oferece como formadora de consciência dos pobres e injustiçados para que estes possam requerer e fazer uso de seus direitos. Já na sessão sobre a Paz, no número 14, a menção à noção Povo de Deus serve para designar os povos

¹³⁴ Cf. JUNIOR, Francisco de A. Medellín – Centralidade dos pobres na Igreja: clamores e resistências atuais. *Horizonte. Revista de Teologia e Ciências da Religião*, Belo Horizonte, v. 16, n. 50, 2018, p. 578.

¹³⁵ VILELA, Avelar B.; PIRÔNIO, Eduardo. *Apresentação do Documento Final de Medellín*. In. DMed. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1969.

¹³⁶ Passaremos a utilizar a sigla DMed para Documento de Medellín. O DMed é dividido em 10 sessões ou documentos; assim se acompanhará, na citação, a respectiva sessão.

¹³⁷ DMed, n. 6.

¹³⁸ DMed, n. 20 (Justiça).

latino-americanos que deverão lutar pela construção da paz, contra o “egoísmo, a injustiça pessoal e coletiva”¹³⁹.

Na sessão Família, no número 7, a Igreja é aquela que recebe e incorpora as famílias. Nas famílias, o indivíduo realiza sua primeira experiência de sociedade humana, experiência em que sua participação continua na vida eclesial; “pela família são gradualmente introduzidos no consórcio civil dos homens e no Povo de Deus”¹⁴⁰. Medellín coloca, ainda, no parágrafo 4 da sessão da Catequese, que a catequese é instrumental “colaboradora no desenvolvimento progressivo do Povo de Deus”¹⁴¹. Ainda a expressão Povo de Deus é utilizada na sessão sobre os Movimentos de Leigos, quando afirma que “no seio do Povo de Deus, que é a Igreja, há unidade de missão e diversidade de carismas, serviços e funções”.¹⁴²

Quando Medellín trata da vida religiosa, afirma que os religiosos deverão ser “sinal no meio do Povo de Deus”¹⁴³. A vida se abre para uma realização futura em Deus e que a permanência neste mundo não é uma cidadania permanente, sendo a vida religiosa um modo de viver as realidades futuras. Na mesma sessão, há ainda um apelo para que todos os trabalhos das Congregações Religiosas, além de estarem integradas nos Planos de Conjunto de cada lugar, devem tomar “consciência da responsabilidade colegial e refletirem em sintonia com os demais grupos e membros do Povo de Deus”¹⁴⁴. Desse modo, também os Institutos Seculares devem acompanhar o que vale para os religiosos, mediante uma inserção, ação profunda e eficiente no meio dos leigos do Povo de Deus”¹⁴⁵, em suas mais variadas “funções e ministérios como Povo de Deus”¹⁴⁶.

Quando fala sobre os pobres, o DMed diz que a Igreja da América-Latina quer ser evangelizadora e solidária com os pobres, servidora de todos os homens e mulheres. Missão essa “não assumida por um grupo, mas por todos os membros do Povo de Deus que devem dar sua vida, suas palavras, atitudes e ações, a coerência com as exigências evangélicas”¹⁴⁷. Usa-se, por fim, o conceito de Igreja como Povo de Deus na sessão sobre a Pastoral de Conjunto, no parágrafo 18, quando afirma ser o Conselho de Pastoral das Dioceses, verdadeira representação do “Povo de Deus na diversidade de suas condições”, e pela última vez, no

¹³⁹ DMed, n. 14 (Paz).

¹⁴⁰ DMed, n. 7 (Família).

¹⁴¹ DMed, n. 4 (Catequese).

¹⁴² DMed, n. 7 (Movimentos de Leigos).

¹⁴³ DMed, n. 3 (Religiosos).

¹⁴⁴ DMed, n. 14 (Religiosos).

¹⁴⁵ DMed, n. 24 (Religiosos).

¹⁴⁶ DMed, n. 26 (Religiosos).

¹⁴⁷ DMed, n. 8 (Pobreza da Igreja).

mesmo parágrafo, dizendo que “as atitudes pastorais devem estar em conformidade com a ação do Povo de Deus com o Evangelho¹⁴⁸”.

2.3. Conferência de Puebla (1979)

A terceira Conferência Latino-Americana foi convocada pelo Papa João Paulo II. Aconteceu em Puebla de los Angeles, México, no período de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979. Passados mais de dez anos do desenvolvimento de Medellín, desejou-se, nesta Conferência, manter também a mesma linha de trabalho perante o CV II, procurando recebê-lo, refleti-lo a partir das realidades latino-americanas. Para Codina, a grande chave de leitura da recepção do Concílio por parte de Puebla está na interpretação dos enunciados dos documentos conciliares à luz da pobreza da América Latina¹⁴⁹. Nesse sentido, a nova eclesiologia conciliar é tratada em Puebla, reafirmando que a Igreja é Povo de Deus, povo pobre, marcado por injustiças e sofrimentos. Por dezessete vezes é citada a expressão Povo de Deus no Documento Final¹⁵⁰.

Puebla vai retornar à definição de Igreja como Povo de Deus, ressaltando o mistério originante da Igreja, a Trindade, e a comunhão das Pessoas Divinas, como o modelo de comunhão eclesial a todo o Povo de Deus. O acento está na compreensão de Igreja como Povo de Deus em vista da comunhão. O número 232 do DP conceitua pela primeira vez a Igreja como Povo de Deus, ao dizer que ela é verdadeira família que caminha rumo ao seu Senhor. Tal família é constituída por uma multidão de irmãos que devem, como família, viver a comunhão. No número 234, está explícita a intenção dos bispos latino-americanos de “após dez anos, depois de Medellín, encontrar-se em Puebla com condições ainda maiores para reafirmar, cheia de alegria e de felicidade, sua realidade como Povo de Deus”¹⁵¹.

Com nítida referência à nova eclesiologia conciliar, o DP deixa evidente, no número 235, sua visão de Igreja, “enquanto Povo de Deus”, afirmando que, sem aderir à noção de Igreja como Povo, não seria possível “completar o processo de transição que foi acentuado em Medellín: transição de um estilo individualista de se viver a fé para a grande consciência comunitária para à qual o Concílio nos abriu a todos”¹⁵². E mais, no parágrafo 238, para definir

¹⁴⁸ DMed, n. 18 (Pastoral de Conjunto).

¹⁴⁹ Cf. CODINA, Victor. Os pobres, a Igreja e a Teologia. *op.cit.* VIGIL, José Maria. In: LORSCHIEDER, A.; LIBÂNIO, J. B.; COMBLIN, J.; VIGIL, J. M.; BEOZZO, J. O. *Vaticano II: 40 anos depois*. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 71.

¹⁵⁰ Utilizaremos a sigla DP para designar o Documento de Puebla.

¹⁵¹ DP, n. 234.

¹⁵² DP, n. 235.

a Igreja como família de povos, é utilizada a “mesma expressão que a Bíblia usa repetidamente, e também o Concílio, para exprimir a realidade mais profunda e íntima do Povo de Deus”¹⁵³. No DP, nota-se muito mais citações relativas ao Concílio do que no DMed.

Quando o DP fala sobre a santidade dos cristãos no n. 250, ele faz, por três vezes, referência ao Povo de Deus, dizendo que “o Povo de Deus, em que habita o Espírito, é também Povo Santo”; que a santidade de vida “recorda ao Povo de Deus a dimensão vertical e constituinte da sua comunhão”; e é “Povo de Deus que aparece assim como o templo vivo, morada de sua presença entre os homens”. Essas referências fazem desembocar no parágrafo 255, uma vez mais, a citação de Igreja como “Povo de Deus, organizado, como família, estrutura visível”. O número 257 diz que a Igreja, “enquanto Povo de Deus reconhece apenas uma única autoridade: Cristo”. A palavra família é constantemente utilizada como recurso de analogia para explicar a formação do Povo de Deus.

A Igreja, como povo histórico, afirma Puebla, no parágrafo 262, assume as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, como “parte integrante do Povo de Deus”, tomando o cuidado de não caírem em uma anarquia ou em um elitismo fechado. Situações na qual sempre se espalham doutrinas paralelas e que pouco dizem respeito à doutrina católica. Isso tantas vezes se deve ao fato de a Igreja como “condição histórica do Povo de Deus” estar em constante mudança. Sobre esse assunto, o número 264 diz que as mudanças não são apenas exteriores e acidentais, porém, mais que isso, são estruturais, de modo que a Igreja não pode permanecer imutável perante as realidades de sofrimento dos povos. Assim diz o DP: “Cristo enquanto Filho de Deus, permaneceu sempre idêntico a si mesmo, mas seu aspecto humano foi mudando sem cessar: de estatura, de rosto, de aspecto. O mesmo acontece com a Igreja”¹⁵⁴. A Igreja, fundamentalmente, pode assumir, de maneira criativa, vários modos, mas não pode mudar sua essência de Povo de Deus.

No que se refere ao serviço, Puebla diz no número 267, que o “Povo de Deus é enviado para servir ao crescimento do Reino de Deus nos demais povos” como serviço de evangelização. A Igreja se torna cada vez mais servidora quando anuncia a Boa-Nova e promove a vida. Em seguida, à luz do Concílio, o parágrafo 270 explicita que “o Povo de Deus, como Sacramento universal de salvação, está inteiramente a serviço da comunhão dos homens com Deus e do gênero humano entre si”. Não se pode esquecer, de acordo com o número 271, de que a “Igreja, Povo de Deus – hierarquia, leigos, religiosos – são servidores do Evangelho, cada qual segundo seu papel e carisma próprios”.

¹⁵³ DP, n. 238.

¹⁵⁴ DP, n. 264.

A última citação encontrada está no número 373 e fala a respeito da “fé do Povo de Deus”. Puebla diz que a fé da Igreja universal se exprime e se vive concretamente nas comunidades particulares. Tais comunidades, quando crescem na consciência de que vivem uma fé universal, comum a todo o Povo de Deus, deixam de ser uma comunidade privada e isolada para viver a fé da Igreja na sua totalidade. Uma comunidade mesmo que localizada geograficamente longe de outras, está próxima de todas por meio do único dom da fé¹⁵⁵.

2.4. Conferência de Santo Domingo (1992)

A quarta Conferência dos Bispos Latino-Americanos aconteceu em Santo Domingo, na República Dominicana, no período de 12 a 28 de outubro de 1992. A Conferência foi convocada pelo Papa João Paulo II, com o tema “*Nova Evangelização, Promoção Humana e Cultura Cristã*”. Diferente do que foram as Conferências anteriores, Santo Domingo sofreu por demais a influência da Cúria Romana, o que impediu uma maior liberdade no desenvolvimento dos temas. Mesmo assim, em Santo Domingo, a Igreja mais uma vez é conceituada como Povo de Deus. Em todo o Documento, é encontrada, cerca de dez vezes, a expressão Povo de Deus.

No número 25, a expressão Povo de Deus é utilizada para explicitar o sujeito da nova Evangelização. O sujeito é toda a comunidade eclesial, bispos, presbíteros, diáconos, religiosos e “todos os homens e mulheres que constituímos o Povo de Deus”. Na tarefa de evangelização dos povos latino-americanos, a Igreja oferece seu ministério profético a todos. Nesse serviço profético, o número 33 diz que os “teólogos prestam grande serviço ao Povo de Deus”, cuja tarefa principal está em oferecer caminhos para uma adequada inculturação da fé.

Do mesmo modo que Puebla, SD¹⁵⁶ fala sobre a vida dos religiosos e religiosas no número 37, afirmando que eles “são sinal vivo da santidade de todo o Povo de Deus”. A vida contemplativa comum à vocação religiosa possa fazer, como consta no número 47, com que todos os batizados, a partir do zelo dos religiosos, descubram a vida contemplativa oriunda da consagração batismal e possam rezar, imitando a vida orante de Jesus. Já o uso da expressão Povo de Deus, no parágrafo 51, comenta que as Igrejas locais têm a tarefa de promover “uma séria e permanente formação litúrgica do Povo de Deus”, preparando-o para celebrar, em especial, a Eucaristia¹⁵⁷, e como as Igrejas Diocesanas, conforme número 55, têm por ser e missão “congregar o Povo de Deus de um lugar ou região”, devendo se interessar pelos

¹⁵⁵ Cf. DP, n. 373.

¹⁵⁶ Utilizaremos a sigla SD, para o Documento Final de Santo Domingo.

¹⁵⁷ Cf. SD, n. 51.

problemas de seus integrantes. Para tanto, assegura o parágrafo 57, as Dioceses devem “impulsionar processos globais, orgânicos e planejados que facilitem e promovam a integração de todos os membros do Povo de Deus”.

Para falar da unidade eclesial, o Documento de Santo Domingo coloca em evidência, no número 65, que a unidade é fruto do batismo, concretizada na formação do “Povo de Deus, membros vivos da Igreja”. É nesse povo e através desse povo que Deus suscita vocações para sua Igreja para que possam colaborar com a missão do anúncio do Reino. Desse modo, a promoção das vocações sacerdotais e também religiosas deve ser uma prioridade dos “bispos e um compromisso de todo o Povo de Deus”, assegura o número 82. Enfim, a última citação da expressão Povo de Deus aparece no número 94, ao afirmar que esse povo, vocacionado à unidade e à promoção das vocações, é “constituído em sua maioria por fiéis leigos”.

2.5. Conferência de Aparecida (2007)

A quinta Conferência do Episcopado Latino-Americano aconteceu no Brasil, na cidade paulista de Aparecida, de 13 a 31 de maio de 2007, tendo sido convocada pelo Papa Bento XVI. A Conferência procurou, no seu desenvolvimento, marcar os frutos do Sínodo para a América, celebrado em Roma de 16 de novembro a 12 de dezembro de 1997, e também, após 10 anos do ocorrido, propor novas luzes à evangelização na América Latina. Encontra-se citada por vinte e cinco vezes a expressão nocional de Igreja como Povo de Deus. É a Conferência cujo Documento Final mais utiliza dessa expressão em seu escopo eclesiológico.

O DAp¹⁵⁸, no número 7, afirma que as maiores riquezas que os povos “latino-americanos possuem são a fé no Deus amor e a tradição católica na vida e na cultura”¹⁵⁹. Sendo assim, a Igreja tem a “tarefa de proteger e alimentar a fé do Povo de Deus¹⁶⁰”. No número 10, o DAp diz que a tarefa da Igreja, além de proteger e alimentar a fé do Povo de Deus, deve convidar a todos os fiéis a se tornar, em virtude do batismo, discípulos e missionários de Jesus Cristo. Felizmente, diz o número 127, que a maioria dos latino-americanos e caribenhos estão batizados e que o Sacramento do Batismo tem feito “há mais de quinhentos anos, o Povo de Deus, peregrino nessas terras”.

Do mesmo modo das Conferências anteriores, Aparecida coloca, no número 155, o lugar de verdadeira comunhão do Povo de Deus nas comunidades locais, ou seja, nas Dioceses. É nas

¹⁵⁸ Usaremos a sigla DAp para o Documento de Aparecida.

¹⁵⁹ DAp, n. 7.

¹⁶⁰ *Ibidem*, n.7.

Igrejas Particulares, continua o número 157, que os batizados e batizadas, por meio do “sacerdócio comum do Povo de Deus”, são chamados a viver e a transmitir a comunhão na Trindade; haja vista que a missão da evangelização é um chamado à participação na comunhão trinitária¹⁶¹. A força da missão, afirma o número 163, tem sua raiz na comunhão missionária dentro das Dioceses, lugar onde o “Povo de Deus, segundo as vocações específicas, é convocado à santidade na comunhão e na missão”. E mais, retomando o que o Concílio fala sobre as Igrejas Particulares, o número 165 define as Dioceses como “uma porção do Povo de Deus confiada a um bispo para que a apascente com seu presbitério”.

É inegável que o DAp dá ênfase às Igrejas locais como o núcleo privilegiado da ação de Deus no meio de seu povo. O número 181 diz que as Conferências Episcopais se oferecem como instrumental de colaboração e coesão das Igrejas, de modo que podem oferecer aos “membros do Povo de Deus” orientações pastorais que os animem a assumir com fidelidade e decisão a vocação de discípulos e missionários¹⁶². São nas Igrejas diocesanas que “o Povo de Deus se constrói em comunhão e através das Igrejas mantém intercâmbio de culturas”, certifica o número 182. Dentro das Dioceses, mostra o número 186, a vocação episcopal é entendida como “vocação de servir o Povo de Deus”; são os bispos os primeiros a empenhar-se, clareia o número 187, para que o “Povo de Deus cresça na graça do sacramento presidida por eles mesmos”. Dentre todos os bispos que desempenham a missão de Bom Pastor, o número 190 diz que, especialmente, o “Povo de Deus deve agradecer aos Bispos eméritos” como pastores que entregaram suas vidas a serviço do Reino de Deus.

O Povo de Deus, afirma o DAp, não é só servido pelos bispos, mas, sobretudo, por presbíteros que devem ser verdadeiros discípulos, aponta o número 199. E não só, em comunhão com o bispo diocesano e com o presbitério, o diácono permanente, mostra o número 206, deve fomentar “estreita unidade com os presbíteros e os demais membros do Povo de Deus”, tornando eles também servidores da comunhão¹⁶³. Todos os membros do Povo de Deus, quer pastores, quer fiéis leigos, são chamados a promover a outros a maior consciência do preceito dominical, de modo que a comunidade paroquial cresça e se sustente a partir da Eucaristia celebrada e partilhada. É dito no número 252, que se deve, portanto, dar maior ênfase à “pastoral do domingo”, para “produzir novo impulso na evangelização do Povo de Deus”.

Alguns centros de peregrinação, como os santuários, são ambientes de desenvolvimento de pastorais e de devoção aos santos, cumprimento de promessas; são verdadeiros lugares de

¹⁶¹ *Ibidem*, n. 157.

¹⁶² *Ibidem*, n. 181.

¹⁶³ *Cf. Ibidem*, n. 206.

peregrinação “onde é possível reconhecer o Povo de Deus a caminho”, fala o número 259. Além desses santuários e paróquias, onde são desenvolvidas as atividades pastorais, o número 312 mostra que os movimentos e as novas comunidades estão também realizando significativos trabalhos pastorais dentro das Igrejas Particulares, de modo que correspondem a uma dimensão mais carismática da “constituição do Povo de Deus”. Seja em qualquer ambiente eclesial, todos os membros do Povo de Deus, afirma o número 314, sem exceção, devem promover a pastoral vocacional, de modo que não falem vocações para os mais variados trabalhos da Igreja.

Ao tratar da formação dos presbíteros, Aparecida acentua a necessidade de uma espiritualidade mariana que leve os candidatos ao sacerdócio a encontrar em Maria, força e esperança para os momentos difíceis, estimulando-os a assumirem cada vez mais a vocação de “discípulos missionários para o Povo de Deus”. São os presbíteros e outros cristãos que assumirão a missão *ad gentes*. O encargo na missão não é somente ir a campos distantes a procura de povos não cristãos, mas a todos os campos da atividade do Povo de Deus, especialmente os campos socioculturais, conforme afirma o número 375. Na missão evangelizadora da Igreja, diz o número 491, nunca se abandone a opção preferencial pelos pobres, uma vez que essa opção “nasce do amor apaixonado por Cristo que acompanha o Povo de Deus”, Tal povo que se tornou, na América Latina, como aponta o número 550, “um imenso rebanho”.

3. Documento 62 da CNBB, uma iniciativa de resgate da LG.

3.1. O que trata o Documento 62 da CNBB?

A *LG* propôs uma nova forma da Igreja se autocompreender. A nova eclesiologia deixou, então, no passado uma teologia de formação e constituição da Igreja baseada na cristandade para dar lugar à compreensão eclesial como Povo de Deus. À luz dessa teologia, pautada, sobretudo, no movimento bíblico, o Concílio Vaticano II fez emergir uma teologia, chamada Teologia do Laicato, na qual pode ser desenvolvido algum entendimento sobre a missão e vida dos leigos e leigas, tão úteis para os tempos atuais. Não constitui erro afirmar que a Teologia do Laicato, desenvolvida no Concílio, tem, na nova compreensão de Igreja como Povo de Deus, seus fundamentos mais sólidos¹⁶⁴.

¹⁶⁴ Cf. AZEVEDO, Josimar. Leigo como sujeito eclesial: da Teologia do Laicato à Teologia do Povo de Deus. Comunicação. *Horizonte. Revista de Teologia e Ciências da Religião*, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, 2007, p. 183.

Como se pode mostrar no item 2 desse capítulo, a nova eclesiologia incidiu no modo da Igreja Latino-americana autoafirmar-se. As Igrejas Particulares, no contexto latino-americano, se compreendem como Povo de Deus. No Brasil, a compreensão nocional de Igreja como Povo de Deus tem sua recepção e desenvolvimento no Documento 62 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, cujo título é “*Missão e ministérios dos Cristãos Leigos e Leigas*”, publicado em 1999. Trata-se de uma reflexão da Igreja sobre o Povo de Deus, constituída, principalmente, de leigos e leigas. Sobre esse documento incidem, particularmente, as proposições da LG e da Exortação Pós-Sinodal *Christifidelis Laici*, de João Paulo II, a última publicada, também, em 1999¹⁶⁵.

Afirma o Documento 62, que o CV II, no campo do laicato, trouxe uma contundente renovação eclesial no que diz respeito ao Povo de Deus, haja vista o nítido florescer de novas formas de associação e de apostolado. As novas associações e a distribuição de ministérios precisavam, assim, por parte da Igreja no Brasil, de um maior discernimento e engajamento na pastoral. Posto isso, os bispos brasileiros vão resgatar a teologia conciliar do Povo de Deus e aplicá-la à pastoral, seja “nas “atividades *ad extra*”, presentes na sociedade, seja nas “atividades *ad intra*”, participantes do serviço das comunidades eclesiais¹⁶⁶.

Destarte, o Documento 62 apresenta alguns objetivos: o primeiro torna claro o reconhecimento da dignidade dos leigos e leigas na Igreja; o segundo explicita a eclesiologia conciliar, como base segura para entender e harmonizar as diversas formas de apostolado dos leigos; o terceiro oferece um esclarecimento para as dúvidas a respeito da multiplicidade de experiências de atuação do laicato católico e de seu relacionamento com os ministros ordenados, no Brasil. Para atingir esses objetivos, o Documento é dividido em três capítulos: *I. Desafios e Sinais dos Tempos; II. A Missão do Povo de Deus – Fundamentos Teológicos, III. Comunidades em Missão – Diretrizes para a Evangelização.*

3.2. Recepção e atualização da LG na eclesiologia brasileira

O Documento 62 se apresenta como o primeiro esforço da Igreja no Brasil em retomar os trabalhos do Vaticano II no que se refere à reflexão eclesiológica sobre o Povo de Deus, com destaque aos cristãos leigos e leigas. Isso foi possível porque, à luz do Concílio, a Igreja se sentiu chamada a levar para suas estruturas a noção de que é formada primeiramente por um povo, convocado e eleito por Deus, de modo uno e único, para depois, serem distinguidas as

¹⁶⁵ Cf. CNBB, Doc. 62, *Apresentação*, p. 7.

¹⁶⁶ Cf. *Ibidem*, p. 8;

peessoas segundo vocações específicas e ministérios. A nota que une a todos é a dignidade de ser Povo de Deus; a diferenciação está no tipo de serviço prestado ao mesmo Povo. Não é um esforço para apenas dizer o que é comum a todos, mas de colocar em primazia aquilo que está ligado diretamente ao ser cristão¹⁶⁷.

A compreensão da missão da Igreja vai aprofundando-se na medida em que a Igreja presta atenção aos “sinais dos tempos” e às mudanças na história humana. Podemos mediar os passos dados pela Igreja na compreensão de si mesma e da sua missão, se considerarmos os avanços do Magistério e da reflexão eclesial desde o Concílio Vaticano II até hoje.¹⁶⁸

Ao procurar oferecer uma interpretação rigorosa e coerente dos textos do Concílio, à luz da LG¹⁶⁹, o Documento 62 faz no seu primeiro capítulo uma análise dos sinais dos tempos na realidade brasileira, levantando as dificuldades da presença da Igreja na sociedade e os desafios a serem superados. Desse modo, o capítulo *I. Desafios e Sinais dos Tempos* consegue realizar aquilo que o próprio João XXIII havia feito para toda a Igreja: assumir que a Igreja não pode mais romper as barreiras do tempo sem uma adequada atualização. A Igreja, no Brasil, não poderia levar a cabo uma renovação eclesial, que busca também “avançar na direção da justiça, da paz e da fraternidade”¹⁷⁰, prescindindo da participação dos leigos e leigas.

No Brasil, são muitos os desafios econômicos, sociais, políticos, culturais e religiosos enfrentados pelo Povo de Deus. Não se pode mais dizer que esses desafios não são os da Igreja, uma vez que a Igreja é formada pela totalidade desse povo sofredor. A economia e as mudanças no mercado deixam em dívida muitos e até a própria nação, esta curvada à dívida externa¹⁷¹. A desigualdade social é acentuada pela onda de desemprego e lentidão na Reforma Agrária. A desolação é o sentimento geral do povo que sofre corrupção da política que não mais promove o bem-comum. O individualismo e o relativismo fizeram muitos repensarem sua participação efetiva como Povo de Deus e abandonaram a fé. Entre luzes e sombras, dores e angústias, a Igreja, no Brasil, afirma o Doc. 62, conta com o protagonismo dos leigos na missão evangelizadora. Eles, também, são *lux* (luz)¹⁷².

No capítulo *II. A Missão do Povo de Deus – fundamentos teológicos*, encontra-se o núcleo da recepção da teologia do Povo de Deus do CV II. Nessa parte, o Documento 62 diz

¹⁶⁷ Cf. AZEVEDO, 2007, p. 184.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. 37.

¹⁶⁹ Cf. CNBB, Doc. 62, *Apresentação*. p. 12.

¹⁷⁰ Cf. *Ibidem*, p. 19.

¹⁷¹ Cf. *Ibidem*, p. 21.

¹⁷² Cf. *Ibidem*, p. 30.

que a Igreja, depois de ser apresentada pela *LG* como mistério, é mostrada como Povo de Deus¹⁷³. Povo de Deus que, nas terras brasileiras, é peregrino e que procura passar, tantas vezes, de uma realidade de dependência para a de liberdade dos filhos de Deus¹⁷⁴. A expressão Povo de Deus recorda, assim, para a Igreja, no Brasil, que ela é, além de uma realidade sobrenatural, uma realidade histórica, e que deve prestar colaboração, sem omissão da parte de alguém, para construção de um povo mais solidário e fraterno. Os cristãos leigos e leigas, nesse sentido, são também capazes, especialmente nos momentos de crises, de fazer escolhas e de abrir caminhos¹⁷⁵.

Essa nova eclesiologia permitiu que o Documento do episcopado brasileiro pudesse ressaltar o dinamismo histórico da Igreja. Ao mesmo tempo em que caminha para Deus, o povo caminha no mundo e vive, de certa forma, as realidades do mundo. Não se vive a realidade mundana, ou seja, deve-se lutar contra o pecado e as estruturas de pecado. Vive-se no mundo como lugar do mistério salvífico de Deus, empenhado por Jesus. Ele mesmo disse que não condena o mundo, mas salva-o¹⁷⁶. Como os leigos possuem por vocação a missão no mundo, cada fiel é também protagonista da ação missionária da Igreja que deseja que a ação salvífica de Deus chegue a todos os lugares onde há a presença dos homens e das mulheres. Sem dúvida, para a concretização desse propósito missionário, os leigos e leigas são os primeiros encarregados¹⁷⁷. Pelo menos, é o desejo expresso pela Igreja, no Documento 62.

É preciso fazer uma consideração: o CV II define os leigos como cristãos que participam, pelo batismo, da comunidade daqueles que formam o Povo de Deus. Nesse Povo, os cristãos leigos e leigas realizam diversas atividades pastorais que visam ao crescimento do Reino de Deus. É evidente que não pertencem à estrutura do Sacramento da Ordem (bispos, padres e diáconos) ou a algum tipo de vida religiosa consagrada. Entretanto, é interessante notar que o Concílio não faz uma diferenciação dos leigos e leigas em relação à hierarquia. O que se faz é uma diferenciação tipológica, ou seja, os leigos e leigas assumem um tipo de vocação, no caso a laical, enquanto que os demais assumem outros tipos de vocações, por exemplo, o diaconato permanente, o presbítero, o bispo, religioso e religiosa. Com isso, a diferenciação não é excludente, mas unitiva.

Através dessa compreensão tipológica, foi possível romper a compreensão de definição “negativa” de leigo e leiga como aqueles que não pertencem ao clero – diferenciação e

¹⁷³ Cf. *Ibidem*, p. 49.

¹⁷⁴ Cf. Gl 5,1.

¹⁷⁵ Cf. CNBB, Doc. 62, n. 67, p. 51.

¹⁷⁶ Cf. Jo 12,47.

¹⁷⁷ Cf. AZEVEDO, 2007, p. 185.

contraposição, e que não receberam formação adequada – incultos na Doutrina, tantas vezes propagada por alguns grupos eclesiais. É necessário deixar claro que a afirmação de que os leigos são meros participantes passivos da vida eclesial - que não podem explicar e falar sobre a doutrina, que são auxiliares dos sacerdotes - não corresponde à visão positiva do Concílio e da Igreja presente na sociedade brasileira. O Documento 62 proporciona às comunidades locais de maior fomento à compreensão da dignidade da vida laical. Em outras palavras, a Igreja, no Brasil, entende a vida dos leigos e leigas do mesmo modo que entendeu o Vaticano II. Tudo o que está para além disso corresponde mais a subjetivismos desmedidos do que fidelidade ao Magistério eclesial universal, recepcionado nas Igrejas Locais.

O leigo é antes de tudo “*homo christianus*”. Esta é a condição cristã comum a todos os batizados. Esta é a novidade cristã, que define sua identidade e os diferencia dialeticamente do mundo. A consciência da “novidade cristã” era tão forte que, mais do que ressaltar as diferenças internas, o Novo Testamento insiste em acentuar a esta condição comum a todos os batizados.¹⁷⁸

No capítulo terceiro do Documento 62, intitulado *III – Comunidade em Missão*, tem-se claro que a Igreja, no Brasil, recebeu a proposta conciliar de alavancar a participação dos cristãos leigos na sua própria missão. Missão de a todos anunciar a Boa-Nova. Não se trata de uma missão apenas da hierarquia, mas de todo o Povo de Deus. Isso fez com que os bispos brasileiros considerassem “uma participação diversificada na única missão do Povo de Deus – que tem como fim a expansão do Reino, servindo, neste tempo de peregrinação, à construção de uma sociedade justa e fraterna¹⁷⁹”. Nesse sentido, este capítulo procura estabelecer algumas diretrizes práticas que podem ajudar os cristãos leigos e leigas a enriquecer, por suas atividades pastorais, cada Igreja Diocesana¹⁸⁰.

A quem é confiada a missão evangelizadora? De certo, à Igreja. A atividade evangelizadora anterior ao CV II era reservada quase que em sua totalidade aos ministros ordenados. Quem pode acompanhar um pouco as atividades pré-conciliares sabe que a instrução catequética, liturgia, encontros, missão, leitura das Sagradas Escrituras¹⁸¹, não eram realizados pelos leigos. O Concílio modificou tal estrutura, propondo também aos cristãos leigos maior atuação. Nesse sentido, o Documento 62 afirma que a missão evangelizadora da Igreja é confiada ao Povo de Deus, que se torna, assim, comunidade de evangelizadores. Todos são

¹⁷⁸ CNBB, Doc. 62, n. 96, p. 80.

¹⁷⁹ *Ibidem*, n. 76, p. 61.

¹⁸⁰ *Ibidem*, n. 76, p. 61.

¹⁸¹ Geralmente o próprio sacerdote fazia as leituras, na ausência do diácono ou do candidato às Ordens Sacras, já investido no Ministério de Leitor.

evangelizadores e recebem diversos dons, carismas e ministérios para serem desenvolvidos na comunidade.

Posto que os cristãos leigos passam a exercer atuação responsável na missão evangelizadora da Igreja, eles levam o Evangelho e o Reino de Deus às realidades seculares em que vivem: política, economia, educação, cultura¹⁸². Ninguém pode negar, atualmente, que quando um cristão leigo católico age como fermento na massa¹⁸³ nessas realidades, é a Igreja toda que atua. Os cristãos vão atuar, como Igreja, nas realidades terrestres que tantas vezes precisam de transformação que apenas o Evangelho pode provocar. Afirma o Documento 62 que, após o Concílio, a reflexão posterior, desenvolvida pelos Sínodos e Episcopados, destacou a conexão entre evangelização e animação cristã, entre evangelização e libertação, evangelização e promoção humana, evangelização e enculturação, graças ao envolvimento e comprometimento dos leigos¹⁸⁴. Enfim, recebendo a noção de Igreja como Povo de Deus, a Igreja, no Brasil, promove uma conscientização maior da participação ativa nas comunidades eclesiais, como aponta o CV II. Sem admitir a Igreja como Povo de Deus, é possível que a Igreja, no contexto brasileiro, ainda não tivesse elencado os leigos e leigas como assunto de discussão.

3.3. Desenvolvimento de uma Teologia do Laicato no contexto brasileiro

O desenvolvimento da compreensão de Igreja como Povo de Deus, promovida pelo CV II, permitiu que a Igreja católica, no Brasil, pautasse suas reflexões através do mesmo prisma eclesiológico. Ao assumir que a Igreja é Povo de Deus, o Documento 62 pode desenvolver alguns princípios da Teologia do Laicato. Tal escopo teológico foi ampliado no Documento 105, “Cristãos leigos e leigas, na Igreja e na Sociedade”, publicado em 2017 que, nesta dissertação, será abordado no segundo e terceiro capítulos. No entanto, nesta parte se colocam, em evidência, os principais elementos que constituem o princípio do desenvolvimento da Teologia do Laicato contidos no Documento 62.

A expressão Povo de Deus indica, em seguida, a Igreja “**em sua totalidade**”, ou seja, **naquilo que é comum a todos os membros**. Esta foi, sem dúvida, uma das maiores aquisições do Vaticano II e deve fazer valer todo o seu peso quando se trata de refletir sobre a missão da Igreja.¹⁸⁵

¹⁸² CNBB, Doc. 62, n. 107, p. 89.

¹⁸³ Cf. Lc 13,18-21.

¹⁸⁴ CNBB, Doc. 62, n. 127, p. 99.

¹⁸⁵ *Ibidem*, n. 69, p. 52.

A teologia sobre os leigos, no contexto da Igreja brasileira, se assenta sobre o conceito nocional de Igreja Povo de Deus, na dignidade cristã conferida pelo batismo e na participação no tríplice múnus de Jesus – profeta, sacerdote e rei, através do sacerdócio comum, pelo qual os batizados são associados à vida de Jesus. Até aqui, nenhuma novidade quanto ao CV II. A novidade está em tomar todo esse desenvolvimento teológico à luz da realidade brasileira marcada pelo sofrimento, sociedade desigual, miséria, corrupção. Diante da ideia conciliar de Igreja como Povo de Deus, que aprofunda e ressalta a dimensão histórica do Povo, a Igreja, presente nas terras de Santa Cruz, vai mostrando e citando quais são essas realidades históricas, mormente destacando as que geram angústias e tristezas.

O batismo é, portanto, a razão inicial de pertença do Povo de Deus. A consciência cristã do ser Povo de Deus vai sendo desenvolvida quando o cristão é inserido no processo catequético que lhe descortina a Revelação divina e toda a economia da salvação; instrução realizada na comunidade eclesial. Desse modo, afirma o Documento 62, a “noção de Povo de Deus exprime a profunda unidade, a comum dignidade e a fundamental habilitação de todos os membros da Igreja à participação na vida da Igreja e à corresponsabilidade na missão”¹⁸⁶. Desse modo, antes de “qualquer diferenciação, carismática ou ministerial, está a condição cristã, comum a todos os membros da Igreja”¹⁸⁷. O batismo é a condição necessária para que a pessoa possa pertencer ao Povo de Deus e, na comunidade eclesial, desenvolver o sentido de sua pertença a esse Povo.

O sacramento do batismo não só admite a pessoa à formação do Povo de Deus, mas a identifica à pessoa de Jesus como foi dito acima que a condição cristã é comum a todos os membros da Igreja. Isso significa que todo fiel batizado é identificado com Jesus Cristo e como sugerem as palavras de São Paulo em Rm 8,28: “configurado a Cristo”. Pelo sacerdócio comum, todo batizado é participante das funções profética, sacerdotal e real de Cristo¹⁸⁸. A vida eclesial de um batizado não se resume somente em fazer a vontade de Jesus, sendo-lhe obediente. É muito mais que obedecer.¹⁸⁹ A Igreja é de Cristo que por ela se entregou e que a adquiriu com seu sangue¹⁹⁰, confiando a essa Igreja seu próprio Sacerdócio, mediação entre os homens e o Pai. Como Sacerdote, Profeta e Rei, Jesus continua a viver na sua Igreja e, pela participação no Sacerdócio dele, os fiéis não simplesmente obedecem a ordens e cumprem tarefas, mas se

¹⁸⁶ CNBB, Doc. 62, n. 69, p. 51.

¹⁸⁷ *Ibidem*, n. 70, p. 51.

¹⁸⁸ Cf. I Pd 2,9-10.

¹⁸⁹ Cf. PEREIRA, Reginaldo. Igreja Povo de Deus: o Sacerdócio Comum dos fiéis na vida da Igreja. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, n. 53, Ano 24, 2009, p. 153.

¹⁹⁰ Cf. At 20,28.

santificam e colaboram na santificação das realidades terrenas. O sacerdócio comum dá condições de o cristão agir ativamente e não, passivamente.

“O Povo de Deus participa da função profética de Cristo”. Com essas palavras, o Documento 62 afirma que, ungidos pelo Espírito Santo, os cristãos leigos e leigas não podem se deixar enganar pelas mentiras, mas devem testemunhar profeticamente a verdadeira fé na sociedade brasileira. Do mesmo modo que Jesus anunciou a Boa-Nova, também denunciou a existência e a prática do pecado. A força do testemunho cristão vem do Batismo e da Palavra de Deus. Jesus havia afirmado que Ele falava das coisas que ouvia do Pai¹⁹¹, tornando-se, assim, porta-voz do Reino Divino. Por sua voz, a mandado do Pai, Jesus denunciava com coragem, o pecado e a vida hipócrita. Desse modo, todos os cristãos leigos assumem, pela função profética, a missão de anunciar como Povo de Deus a Boa-Nova e colaborar pela construção do Reino, denunciando as injustiças e opressões.

À função profética pertencem as várias modalidades de relação entre a comunidade dos fiéis e a Palavra de Deus: sua acolhida na fé, sua vivência no amor, seu testemunho exterior, seu aprofundamento pela catequese e reflexão teológica, a denúncia em seu nome, o anúncio pela pregação, sua meditação na oração pessoal, sua celebração na liturgia comunitária. A pregação da Palavra não foi confiada somente a alguns, mas a todos.¹⁹²

A Igreja, Povo de Deus, ao participar do sacerdócio de Cristo, é constituída como povo sacerdotal. É certo que há um só sacerdócio: o de Jesus Cristo. Jesus, como Sacerdote, faz de sua vida uma entrega oblativa ao Pai e, nessa entrega, oferece toda a humanidade como Nova Criação¹⁹³. Não se trata de um sacerdócio nos moldes do Antigo Testamento, pautado no rito e no serviço do Templo, mas sim baseado no amor ao Pai e no serviço ao próximo. Ao morrer longe do espaço sagrado, fora da cidade de Jerusalém e do Templo, Jesus torna todo espaço sagrado e de encontro com seu amor, sobretudo, o coração de cada homem e mulher. Nesse sentido, participando da vida em Cristo, os cristãos leigos, à semelhança de Jesus, oferecem a si mesmos ao Pai como oferenda e buscam transformar suas vidas e a do outro por meio da caridade divina¹⁹⁴.

Pela função sacerdotal, os leigos e leigas vão professar e viver a fé não por meio de um ministério, mas de um “culto cristão existencial”¹⁹⁵, oferecendo seus dons para a edificação do

¹⁹¹ Cf. Jo 12,49.

¹⁹² CNBB, Doc. 62, n.72, p. 54.

¹⁹³ Cf. Ap 12,5.

¹⁹⁴ Cf. CNBB, Doc. 62, n. 74, p. 56.

¹⁹⁵ *Ibidem*, n.74, p. 56.

Povo de Deus. É, portanto, a “vida cristã feita de fé, de esperança e caridade”¹⁹⁶, como serviço a Deus e ao próximo, no prosseguimento, na força do Espírito, à prática de Jesus”. O múnus sacerdotal impele os cristãos a irem ao encontro do outro, especialmente os mais pobres e feridos e oferecer Cristo como libertador e remédio. O melhor modo de um leigo e leiga empregar seu tempo e esforço está em viver no amor a Deus e ao próximo como a si mesmo¹⁹⁷. Esta é a vocação primeira e disposição fundamental do batizado, sem a qual não poderia ser conferido o ministério sacerdotal, nem mesmo a consagração religiosa.

No que diz respeito à função real, todo cristão participa da realeza de Cristo e passa a pertencer ao Reino de Deus. Reino de Deus, que é proclamado e iniciado pelo próprio Jesus, pois Nele estão implicadas duas realidades: ao mesmo tempo em que Jesus anuncia a Boa-Nova, Ele é a Boa-Nova para o mundo. Jesus anuncia o Reino de Deus como uma realidade próxima, na mesma medida em que já está presente¹⁹⁸. Todo cristão faz parte do Reino de Jesus e deve, desse modo, tornar explícito o Reino do mesmo modo que Jesus: Ele se sentava à mesa com pecadores¹⁹⁹, fazia milagres²⁰⁰, realizava exorcismos²⁰¹, promovia gestos de proximidade com as mulheres, oferecia o perdão dos pecados²⁰². Já o cristão pode partilhar o pão com o necessitado, apoiar o próximo nas tristezas, visitar os encarcerados, vestir os nus, dar de comer a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede²⁰³. Tudo isso faz parte do Reino de Deus.

A Igreja, no contexto da realidade brasileira, não deixa passar despercebido que a compreensão mais adequada do Reino de Deus, uma vez que é mistério²⁰⁴, faz-se admitindo que o “Reino é uma autocomunicação da paternidade divina - revelada na intimidade de Jesus com o Pai, a ponto de chamá-lo de Abbá-papai - e na predileção pelos pobres, pelos últimos, pelos pecadores”²⁰⁵. A Igreja proclama o Reino de Deus e onde ela está se faz presente o Reinado do Pai. No entanto, o Reino cresce e é contundente onde a Igreja se esforça, através de uma atitude de confiança e simplicidade, por se encontrar com o outro, com o pequeno, o estrangeiro, o imigrante. Quando não há o desejo por parte da Igreja de ir ao encontro do próximo, pode-se lançar dúvidas se realmente está vivendo a plenitude do Reino.

¹⁹⁶ *Ibidem*, n. 74, p. 56.

¹⁹⁷ Cf. Mc 12,29-34.

¹⁹⁸ Cf. Mt 12,28; Lc 10,18; 11,20.

¹⁹⁹ Cf. Mt 9,12.

²⁰⁰ Cf. Mt 11,4-5.

²⁰¹ Cf. Mt 12,25-28.

²⁰² Cf. Mt 11, 2-6.

²⁰³ Cf. Mt 35,45ss.

²⁰⁴ Cf. Mt 13.

²⁰⁵ CNBB, Doc. 62, n. 75, p. 59.

Os cristãos, de maneira idêntica a Jesus, assumem a filiação divina, posto que em Jesus todos são filhos do mesmo Pai²⁰⁶, e se lançam como protagonistas na construção e edificação do Reino, especialmente favorecendo a presença de Deus na história das pessoas²⁰⁷. Essa presença de Deus, levada a cabo pelos leigos e leigas, gera transformação, ruptura com sistemas de escravidão. Em virtude disso, todos os cristãos, sem distinção de ministérios, devem servir e gastar forças pela promoção da vida e da liberdade. Sem dúvida, por diversos modos da presença dos leigos na Igreja e na sociedade, tem-se tornado possível chegar ao Reino de Deus, próximo de tantos corações. Do contrário, nunca é demais assumir que, sem a presença e trabalho dos leigos, não se poderia expandir o Reino de Deus para fora dos muros das igrejas²⁰⁸.

Os pastores reconhecem, com efeito, perfeitamente quanto os leigos contribuem para o bem de toda a Igreja. Pois eles próprios sabem que Jesus Cristo não os instituiu para se encarregarem sozinhos de toda a missão salvadora da Igreja para com o mundo, (...) sendo reconhecido os serviços e carismas de todos.²⁰⁹

Todo esse desenvolvimento teológico a respeito da vida laical baseado no conceito de Igreja como Povo de Deus, na dignidade batismal e na vivência do sacerdócio comum, fez com que se pudesse admitir a ideia de que os leigos e leigas possam exercer, por sua pertença ao Povo de Deus, os mais diversos carismas, serviços e ministérios na Igreja. O Documento 62 afirma que a expressão Povo de Deus evoca a variedade de dons e capacidades²¹⁰. Pelos dons e carismas que cada leigo tem, distribuído pelo Espírito Santo como lhe apraz²¹¹, eles “se tornam aptos e prontos a tomarem sobre si os vários trabalhos e ofícios, que contribuem para a renovação e maior incremento da Igreja no contexto brasileiro.”²¹² O trabalho dos leigos fora e dentro da Igreja se torna mais frutuoso quando encontra apoio nos ministros ordenados. No entanto, tantas vezes não é isso o que acontece, uma vez que o trabalho laical tem se esbarrado num clericalismo arraigado. Também é certo que, em tantos outros momentos, os ministros ordenados procuram apoio e disponibilidade, tantas vezes negados pelos leigos. Será isso fruto de inadequada compreensão da Igreja como Povo de Deus? É o que se propõe a analisar no próximo item.

²⁰⁶ Cf. Mt, 23,8.

²⁰⁷ Cf. Mt 16,15.

²⁰⁸ Cf. CNBB, Doc 62, n. 76, p. 61.

²⁰⁹ LG, n. 30.

²¹⁰ Cf. CNBB, Doc. 62, n. 79, p. 63.

²¹¹ Cf. I Cor 12.

²¹² *Ibidem*, p. 64.

4. A realidade atual da compreensão da noção da Igreja como Povo de Deus

4.1. Necessidade de uma Pesquisa de Campo

Antonio Fallico, destacado professor italiano de Pedagogia Pastoral, afirma que a Igreja não pode prescindir de adotar para o desenvolvimento da pastoral o contributo de outras ciências e dos mais variados métodos de pesquisa científica. Para Fallico, a ação pastoral da Igreja deve ser analisada também sob a ótica de uma “pastoral científica”. A pastoral científica deve ser senão, dentro da pastoral eclesial, o interesse de fazer com que a atividade pastoral da Igreja seja mais eficaz e cumpra os seus objetivos evangelizadores. Não se pode simplesmente fazer pastoral sem método, sem estudo, sem colher informações; é preciso fazer pastoral organizada²¹³.

O CV II foi um grande esforço por fazer da Ecclesiology um sistema teológico mais próximo da realidade dos fiéis. Toda a pastoral conciliar é um encontro com o ser humano no desejo de lhe apresentar Jesus e toda a história da Salvação. Na verdade, é mais aceitar o ser humano no seu mundo, em sua liberdade, e conduzi-lo a Jesus. Posto isso, é necessário que a Igreja, de algum modo, possa medir a eficácia de sua pastoral. Yves Congar afirma que a Igreja deve procurar obter informações sobre a eficácia de sua atividade através de uma pastoral de ambiente²¹⁴, ou seja, ir até as pessoas, ao seu ambiente, aos seus contextos e auferir informações que possam confirmar a ação pastoral desenvolvida, ou provocar mudanças.

Há pouco tempo, foram comemorados os 50 anos dos trabalhos do CV II. É um tempo significativo. Tempo em que puderam ser realizadas iniciativas de recepção e de aprofundamento dos temas abordados nos documentos conciliares. Esta dissertação alude ao fato de que a compreensão da Igreja como Povo de Deus é ponto central na teologia do Concílio e que foi recebido pelas Conferências Latino-Americanas; e no Brasil, em vista do maior entendimento da vida laical, no Documento 62 da CNBB. Deseja-se, assim, agora, obter algumas informações sobre a real influência da compreensão da Igreja como Povo de Deus entre o povo fiel. Para tanto, se propõe uma pesquisa de campo.

A pesquisa de campo é uma das etapas do método de pesquisa científica que procura, a partir da coleta de dados, no caso, as respostas a um questionário, analisar e interpretar as informações e fenômenos num determinado nicho ou em vários e suas relações. Por essa pesquisa de campo, deseja-se comprovar uma hipótese ou mais. Para que se possa realizar uma

²¹³ FALLICO, Antonio. *Pedagogia Pastorale. Questa sconosciuta*. Roma: Edizioni Chiesa-Mondo, 2001, p. 173.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 175.

pesquisa de campo eficaz e demonstrativa, é preciso preencher, mesmo que basicamente, um protocolo de pesquisa²¹⁵. O protocolo de pesquisa ajudará, assim, a delinear a pesquisa, de modo que o resultado das análises seja de um contributo à ciência teológica.

O conhecimento científico exige demonstração, submete-se à comprovação, ao teste. O senso comum representa a pedra fundamental do conhecimento humano e estrutura a captação do mundo empírico imediato, para se transformar posteriormente em um conteúdo elaborado que por meio do bom-senso, poderá conduzir às soluções metodologicamente elaboradas e que compõe o proceder científico²¹⁶.

4.2. Elaboração do Protocolo de Pesquisa

Geralmente, os Protocolos de Pesquisa devem conter, de forma suficiente, a descrição do objetivo, ou dos objetivos, se forem mais de um; das hipóteses que se quer confirmar ou refutar; o método/modo de obtenção das informações; a descrição do instrumento de pesquisa, por exemplo: quais são as perguntas de um questionário, de entrevista, de uma enquete; a caracterização das amostragens do campo e a razão da escolha. Depois disso feito, se passa à análise e interpretação das informações²¹⁷.

4.2.1 Formulação da pergunta-problema

Passados mais de cinquenta anos do CV II e mais de vinte anos da publicação do Documento 62, objetiva-se saber: Em que medida o CV II e as proposições do Documento 62 foram recebidos, estudados; e se influenciam a vida pastoral desenvolvida atualmente na Igreja, no Brasil?

4.2.2 Hipóteses

Elencar hipótese, ou hipóteses a serem provadas ou refutadas, é o passo mais significativo depois de se ter clareado o objetivo. Não se pode iniciar a pesquisa sem um prévio conhecimento sobre o assunto. Este prévio conhecimento ajuda o pesquisador a levantar as hipóteses. Sem hipótese, não há pesquisa. A comprovação das hipóteses ou não, no campo da pesquisa científica colaborará com a construção da verdade. Não uma verdade absoluta, estabelecida de uma vez por todas, mas de uma verdade que se permita questionar mais

²¹⁵ Cf. BARDIM, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011, p. 125.

²¹⁶ TARTUCE, T. J. A. *Métodos de pesquisa*. Fortaleza: UNICE, 2006, p.8.

²¹⁷ Cf. MARCONI, Mariana de Andrade. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas, 1996, p. 158.

intensamente a realidade, abrindo possibilidade para novas pesquisas, novas hipóteses, novas teses²¹⁸.

Isso posto, são descritas abaixo as hipóteses desta pesquisa de campo:

- A) O CV II, com sua teologia, tem sido pouco trabalhado nas comunidades. Não se tem assumido a teologia conciliar, atualmente, sendo o Concílio desconhecido por boa parte dos fiéis;
- B) A maior parte dos agentes pastorais nunca leu um documento do CV II;
- C) A maior parte das pessoas não sabe o que significa o sacerdócio comum dos fiéis;
- D) O protagonismo leigo é insipiente porque há um entendimento insuficiente sobre a compreensão nocional da Igreja como Povo de Deus e suas implicações.

4.2.3 Elaboração do modo de aferição

A “pesquisa de campo é caracterizada por ser uma investigação para além de uma pesquisa bibliográfica ou documental, à qual se somam dados coletados junto às pessoas. Esta pesquisa de campo é uma pesquisa *ex-post-facto*”²¹⁹, ou seja, tem por objetivo investigar possíveis relações de efeito e causa entre um determinado fato identificado pelo pesquisado e pelo fenômeno que acontece posteriormente. O fato acontecido é o CV II e sua primeira recepção pelo Documento 62 da CNBB. O fenômeno a ser percebido é mensurar qualitativamente os efeitos do Concílio e do Documento 62 na eclesiologia e na pastoral no contexto brasileiro.

Nesse sentido, deseja-se obter informações através da pesquisa fundamentada nos dados, ou seja, dados oferecidos por um questionário, contendo 10 perguntas. As respostas marcam, primariamente, o fenômeno-descritivo²²⁰, ou seja, o questionário procura determinar a situação da pessoa perante aquele assunto, no momento em que responde às questões. As respostas são analisadas posteriormente dentro do contexto de cada uma das amostragens à luz da Teologia. As respostas, depois na fase de análise, são necessárias para testar as hipóteses.

Ademais, podem ser obtidas como cabeçalho da pesquisa algumas informações relevantes como idade, escolaridade, sexo, raça. Essas informações ou outras que sejam pertinentes poderão oferecer informações complementares para a análise das respostas do

²¹⁸ TATIANA, Engel; DENISE, Tolfo. (orgs.) *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRS, 2009, p. 45.

²¹⁹ FONSECA, J. *Metodologia da Pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002, p. 32.

²²⁰ Cf. FALLICO, 2001, p. 179.

questionário²²¹. Assim, antes de responderem às 10 questões, as pessoas deveriam marcar a idade, escolaridade e os sacramentos que já receberam da Igreja. Quatro perguntas (números 4; 8; 9 e 10) eram descritivas – as pessoas podiam escrever o que quisessem, e as demais questões ofereciam alternativas, conforme, Anexo I. As perguntas deveriam ser respondidas e entregues no espaço de um mês. As perguntas foram as seguintes:

1. Você já ouviu a expressão “Povo de Deus”?
2. Se afirmativo, onde ouviu?
3. Para você, quem faz parte do Povo de Deus?
4. Você se sente parte do Povo de Deus? De qual modo?
5. Você exerce alguma atividade na Igreja? Qual?
6. A tarefa de evangelizar cabe a quem?
7. Você já ouviu falar algo sobre o sacerdócio comum dos fiéis. Sabe do que se trata?
8. De tempos em tempos, os bispos, sob a presidência do Papa, se reúnem em Concílio. O último Concílio é chamado de CV II. Você já ouviu falar desse Concílio? Conhece algum documento desse Concílio?
9. Descreva o que você pensa ser a participação dos leigos e leigas na Igreja?
10. O que você entende da expressão “protagonismo laical”?

4.2.4. Caracterização da amostragem pesquisada

O questionário foi entregue para cerca de 30 pessoas de três nichos diferentes. Poderia responder ao questionário qualquer pessoa da comunidade. A ideia é colher dados e confrontá-los a partir de três realidades sociais cujas características são marcantes. Foram escolhidas três paróquias de cidades que estão localizadas no Estado de São Paulo: a Paróquia Nossa Senhora do Amparo – Diocese de Amparo, localizada no interior paulista, cuja caracterização é ser interiorana; a Paróquia Nossa Senhora de Fátima, localizada em Campinas, também no interior do Estado de São Paulo, mas que já é qualificada como uma cidade metrópole – metropolitana; e a Paróquia Imaculada Conceição, localizada na cidade de São Paulo, capital, peculiarmente chamada de megacidade – megalópole. Os sujeitos da pesquisa são, desse modo, trinta pessoas que vivem em uma dessas três divisões.

A escolha dessas paróquias localizadas nesses ambientes é, assim, proposital. De certo, a Igreja absorve em sua dinâmica existencial a realidade onde está, com as dificuldades e

²²¹ *Ibidem*, p. 58

facilidades inerentes. A escolha, a partir das realidades dessas cidades, se justifica porque a pesquisa pode se tornar mais ampla e suas futuras conclusões podem ser aplicadas a outros nichos que possuem as mesmas singularidades.²²²

Como o primeiro momento da pesquisa é auferir de modo fenomenológico-descritivo e quantitativo as respostas às questões, não se poderia, num segundo passo, analítico, dizer sobre um todo, isto é, sobre a situação atual da compreensão do pertencer e do ser Igreja, se não é contemplado, de modo análogo, pela pesquisa de campo, um todo real. Quanto mais a pesquisa de campo leva em conta realidades diferentes ou semelhantes, ela pode, de forma ampla, sobre o mesmo assunto, ser transportada para realidades afins.²²³

4.2.4.1. Paróquia Nossa Senhora do Amparo – Diocese de Amparo – SP

Localizada no interior do Estado de São Paulo, a cidade de Amparo é uma das onze cidades consideradas Estâncias Hidrominerais, no Estado. Tem por volta de setenta mil habitantes. Destacado ponto turístico atrai inúmeros visitantes que podem contemplar a beleza da natureza e a estrutura arquitetônica do patrimônio das casas e construções antigas espalhadas pelo centro da cidade e adjacências. Grandes empresas fazem parte do consórcio industrial, como a Indústria de Produtos Higiênicos Química Amparo, cujo nome fantasia é Ypê. A cidade é sede da Diocese de Amparo. Setenta por cento da população é católica²²⁴. Na cidade, estão erigidas seis paróquias, das quais a mais antiga é a Paróquia Nossa Senhora do Amparo, elevada, em 1997, a Sé Catedral²²⁵.

A Paróquia Catedral Nossa Senhora do Amparo tem sua igreja primitiva construída por volta de 1828. O vicariato teve início em 1839. Dez anos depois, foi construída uma nova igreja, mais ampla para o abrigo dos fiéis. Em 1920, o engenheiro amparense Amador Cintra do Prado projetou a ampliação do prédio como se encontra nos dias de hoje. Abriga diversas pastorais, movimentos e irmandades, além de abrir um grande serviço aos necessitados, ofertando até mesmo moradia aos carentes por meio da Sociedade de São Vicente de Paulo e das Damas de Caridade. Habitam cerca de 7 mil munícipes no território paroquial. O pároco atual é o pesquisador deste trabalho, Pe. Anderson Frezzato.

²²² Cf. BARDIM, p. 127.

²²³ Cf. FALLICO, Antonio. *Pedagogia Pastorale. Questa sconosciuta*. Roma: Edizioni Chiesa-Mondo, 2001, p. 180.

²²⁴ Fonte IBGE – *Censo 2010*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/amparo/panorama>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

²²⁵ Fonte DIOCESE DE AMPARO. Disponível em www.diocesedeamparo.org.br. Acesso em: 01 de julho de 2019.

4.2.4.2 Paróquia Nossa Senhora de Fátima – Arq. de Campinas – SP

A Paróquia Nossa Senhora de Fátima está localizada na cidade de Campinas, no interior do Estado de São Paulo. No entanto, é a terceira maior cidade em número de habitantes e apresenta todos os desafios e oportunidades das cidades caracterizadas como cidades metropolitanas, ou seja, com grande densidade de vida urbana e que influencia as demais cidades ao seu redor. Possui mais de um milhão de habitantes e um destacado polo econômico e cultural. Abriga uma das mais referendadas universidades brasileiras, a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP²²⁶.

A Paróquia Nossa Senhora de Fátima pertence à Arquidiocese de Campinas. Sua matriz está localizada no bairro do Taquaral, um dos mais famosos e antigos bairros da cidade campineira. Moram no território paroquial cerca de dez mil pessoas. Faz parte da unidade pastoral da Forania Coração de Maria. Fundada a partir da visita da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima em 1953, a Paróquia é, relativamente, nova. Possui diversas pastorais e movimentos. O Pároco atual é o Pe. Adriano Broleze²²⁷.

4.2.4.3 Paróquia Imaculada Conceição – Arq. de São Paulo – SP

A Paróquia Imaculada Conceição está localizada na Arquidiocese de São Paulo, cidade de São Paulo, capital. Imersa na realidade de uma megacidade, com mais de doze milhões de habitantes²²⁸, a Paróquia tem sua matriz no bairro tradicional do Ipiranga. Fundada em nove de fevereiro de 1967, pelo Cardeal Dom Agnelo Rossi, abriga diversas pastorais e movimentos, bem como ao lado de suas dependências, o Campus Ipiranga da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O Pároco é o Pe. Pedro Amorim²²⁹.

Muitos desafios pastorais incidem sobre a ação evangelizadora da Paróquia, pelo fato de ela estar localizada numa região megalópole que compreende a cidade de São Paulo, a cidade do Rio de Janeiro, a região metropolitana de Campinas e a Baixada Santista. São Paulo é a principal cidade da América do Sul, o centro financeiro do país. O espaço socioeconômico é

²²⁶ Fonte IBGE – *Censo 2010*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/panorama>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

²²⁷ Fonte ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS. Disponível em: <https://arquidiocesedecampinas.com/paroquia-nossa-senhora-de-fatima/historico>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

²²⁸ Fonte IBGE – *Censo 2010*. Fonte IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/saopaulo/panorama>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

²²⁹ Fonte ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Disponível em www.arquisp.org.br/regiaoipiranga/paroquias/paroquia-imaculada-conceicao. Acesso em 01 de julho de 2019.

marcado por contrastes abrigando centros de desenvolvimento e riqueza, ao mesmo tempo que também abriga bairros pobres, favelas e pessoas em situação de miséria²³⁰.

4.3. A consciência de ser e pertencer ao Povo de Deus

4.3.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Este momento da pesquisa refere-se à caracterização dos sujeitos. Trata-se de uma apresentação específica, salvaguardando o anonimato das pessoas envolvidas. Aqui, colocar-se-á em relevo, a partir do questionário preenchido, a idade, escolaridade e os sacramentos das 30 pessoas de cada comunidade paroquial, perfazendo o total de 90 pessoas.

Os dados são tabulados e colocados de forma expositiva, por meio de tabelas e de gráficos e que serão utilizados para a análise. Esse recurso é utilizado por oferecer uma visão ampla e comparativa dos dados, de modo que, aqueles que entrarem em contato com eles possam captar todas as informações.

a) Caracterização do perfil dos sujeitos por **idade**.

Tabela 1 – Perfil dos sujeitos investigados por idade – abril/2019

Paróquia	Idade	
	0-15	Nenhuma pessoa
Paróquia Nossa Senhora do Amparo	16-30	8 pessoas
	31-50	8 pessoas
	51-70	14 pessoas
	71-mais	Nenhuma pessoa

Modo de interpretação: das 30 pessoas entrevistadas, nenhuma assinalou ter idade de 0 a 15 anos; 8 pessoas estão na faixa etária de 16 a 30 anos; 8 pessoas afirmam possuir de 31 a 50 anos; 14 pessoas disseram ter entre 51 a 70 anos; nenhuma pessoa sinalizou possuir 71 anos ou mais.

²³⁰ Cf. PENA, Rodolfo Alves. *São Paulo: aspectos físicos e humanos*. Geografia do Brasil. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/sao-paulo.htm>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

Tabela 2 – Perfil dos sujeitos investigados por idade – abril/2019

Paróquia	Idade	
Nossa Senhora de Fátima	0-15	Nenhuma pessoa
	16-30	1 pessoa
	31-50	8 pessoas
	51-70	17 pessoas
	71-mais	4 pessoas

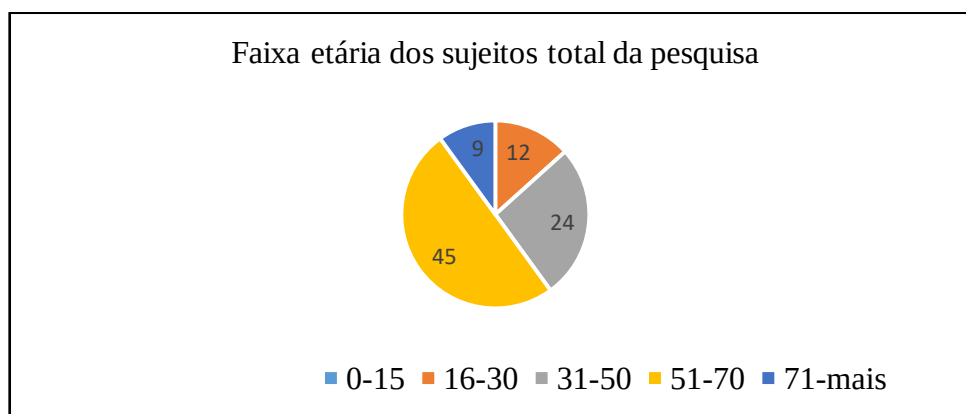
Modo de interpretação: das 30 pessoas entrevistadas, nenhuma assinalou ter idade de 0 a 15 anos; 1 pessoa está na faixa etária de 16 a 30 anos; 8 pessoas afirmam possuir de 31 a 50 anos; 17 pessoas disseram ter entre 51 a 70 anos; 4 pessoas sinalizaram possuir 71 anos ou mais.

Tabela 3 – Perfil dos sujeitos investigados por idade – abril/2019

Paróquia	Idade	
Imaculada Conceição	0-15	Nenhuma pessoa
	16-30	3 pessoas
	31-50	7 pessoas
	51-70	15 pessoas
	71-mais	5 pessoas

Modo de interpretação: das 30 pessoas entrevistadas, nenhuma assinalou ter idade de 0 a 15 anos; 8 pessoas estão na faixa etária de 16 a 30 anos; 8 pessoas afirmam possuir de 31 a 50 anos; 14 pessoas disseram ter entre 51 a 70 anos; nenhuma pessoa sinalizou possuir 71 anos ou mais

Visão geral:

**Figura 1:** Quantidade de pessoas por faixa etária – total de 90 pessoas

Percebe-se que cerca de 45 das pessoas entrevistadas tem entre 50 e 70 anos de idade (50%); em seguida, cerca de 24 pessoas têm entre 30 e 50 anos (26,7%); 12 pessoas estão entre a faixa etária de 15 a 30 anos (13,3%); 9 pessoas disseram ter mais de 70 anos (10%) e nenhuma pessoas afirmaram ter até 15 anos de idade.

b) Caracterização do perfil dos sujeitos por escolaridade.

Tabela 1 – Perfil dos sujeitos investigados por escolaridade – abril/2019

Paróquia	Escolaridade	
	Fundamental	3 pessoas
Paróquia Nossa Senhora do Amparo	Médio	10 pessoas
	Superior	15 pessoas
	Superior Incompleto	2 pessoas

Modo de interpretação: das 30 pessoas entrevistadas, 3 afirmam ter apenas o Ensino Fundamental; 10 pessoas possuem o Ensino Médio; 15 pessoas o Superior e 2 pessoas Superior Completo.

Tabela 2 – Perfil dos sujeitos investigados por escolaridade – abril/2019

Paróquia	Escolaridade	
	Fundamental	Nenhuma pessoa
Paróquia Nossa Senhora de Fátima	Médio	6 pessoas
	Superior	22 pessoas
	Superior Incompleto	2 pessoas

Modo de interpretação: das 30 pessoas entrevistadas, nenhuma disse ter apenas o Ensino Fundamental; 6 pessoas possuem o Ensino Médio; 22 pessoas o Superior e 2 pessoas Superior Completo.

Tabela 3 – Perfil dos sujeitos investigados por escolaridade – abril/2019

Paróquia	Escolaridade	
	Fundamental	1 pessoas
Imaculada Conceição	Médio	4 pessoas
	Superior	23 pessoas
	Superior Incompleto	2 pessoas

Modo de interpretação: das 30 pessoas entrevistadas, 1 afirma ter apenas o Ensino Fundamental; 4 pessoas possuem o Ensino Médio; 23 pessoas o Superior e 2 pessoas Superior Completo.

Visão geral:

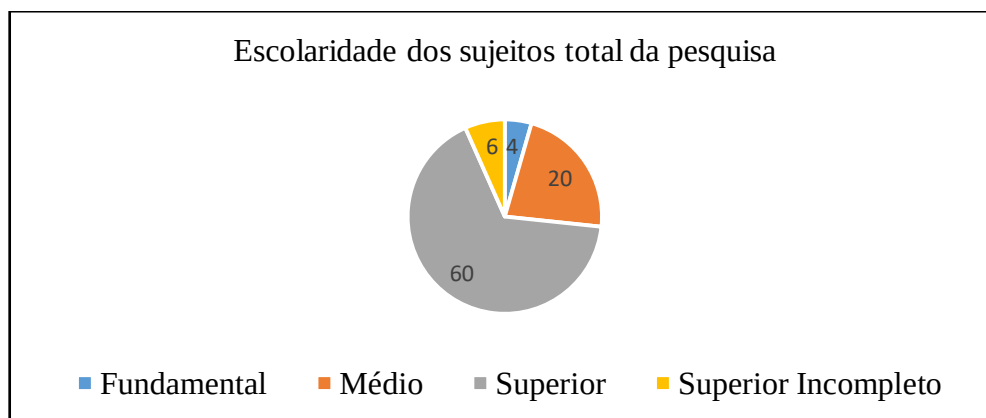


Figura 2: Escolaridade dos sujeitos – total de 90 pessoas.

Os dados permitem inferir que 67% das pessoas possuem Ensino Superior; 7% possuem Ensino Superior Incompleto; 22 % possuem Ensino Médio e 4% apenas Ensino Fundamental.

c) Caracterização do perfil dos sujeitos por **sacramentos**.

Tabela 1 – Perfil dos sujeitos investigados por sacramentos – abril/2019

Paróquia	Sacramentos	
Paróquia Nossa Senhora do Amparo	Batismo	30 pessoas
	Eucaristia	30 pessoas
	Crisma	25 pessoas
	Matrimônio	28 pessoas

Modo de interpretação: das 30 pessoas entrevistadas, todas foram batizadas e fizeram a Primeira Eucaristia. Dessas 30 pessoas, apenas 25 receberam o Crisma e do total de entrevistados, 28 celebraram o sacramento do Matrimônio.

Tabela 2 – Perfil dos sujeitos investigados por sacramentos – abril/2019

Paróquia	Sacramentos	
Nossa Senhora de Fátima	Batismo	30 pessoas
	Eucaristia	30 pessoas
	Crisma	21 pessoas
	Matrimônio	27 pessoas

Observação para interpretação: das 30 pessoas entrevistadas, todas foram batizadas e fizeram a Primeira Eucaristia. Dessas 30 pessoas, apenas 21 receberam o Crisma e do total de entrevistados, 27 celebraram o sacramento do Matrimônio.

Tabela 3 – Perfil dos sujeitos investigados por sacramentos – abril/2019

Paróquia	Sacramentos	
Imaculada Conceição	Batismo	30 pessoas
	Eucaristia	30 pessoas
	Crisma	25 pessoas
	Matrimônio	28 pessoas

Modo de interpretação: das 30 pessoas entrevistadas, todas foram batizadas e fizeram a Primeira Eucaristia. Dessas 30 pessoas ainda, apenas 25 receberam o Crisma e do total de entrevistados, 28 celebraram o sacramento do Matrimônio.

Visão geral:

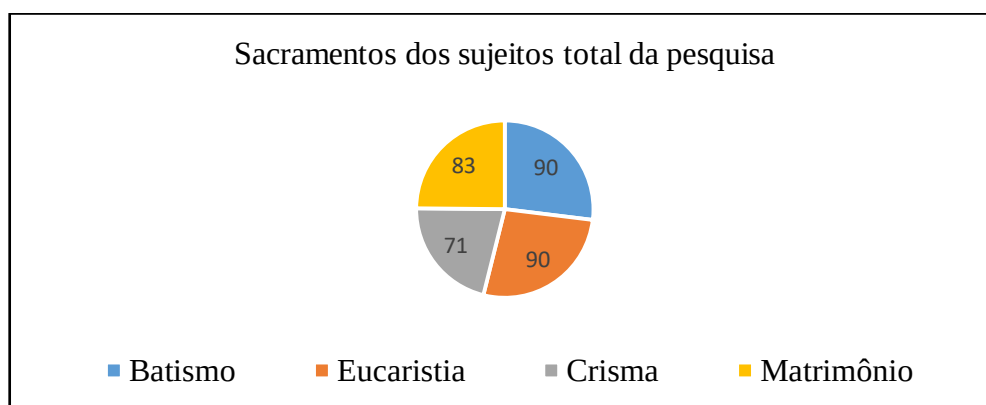


Figura 3: Sacramentos dos sujeitos da pesquisa – total de 90 pessoas.

A partir dos dados é possível afirmar que todos os que responderam às perguntas do questionário são batizados, ou seja, 90 pessoas (100%); 90 pessoas (100%) receberam o Sacramento da Eucaristia; receberam o Sacramento da Crisma cerca de 71 pessoas, o que significa 64% em relação ao total de pessoas e 83 pessoas (74%) receberam o Sacramento do Matrimônio.

4.3.2 Tabulação das respostas ao Questionário de Pesquisa

4.3.2.1 Fundamentos da análise e interpretação dos dados

Depois de se ter realizado a exposição por meio do *método descritivo* dos sujeitos da pesquisa, que se baseou em informações sobre idade, escolaridade e recepção de sacramentos, passa-se, agora, a tabular as informações acerca das perguntas do questionário. Esse momento

é chamado de *análise criteriosa*²³¹, quando as informações já revelam fenômenos sobre o assunto conhecido, impressões pessoais dos sujeitos sobre os temas questionados, visando obter conclusões qualitativas, extraindo os dados mais significativos que serão lançados sobre as provas das hipóteses²³².

Seguem a tabulação e análise de informações das questões 1; 2; 3; 5; 6; 7; 9. Essas questões serão tabuladas no gráfico, pois permitiam escolha de alternativas. E também se fará a análise das perguntas 4; 8; 10 e 11 que são discursivas. Seguirá a ordem como é apresentada no Questionário.

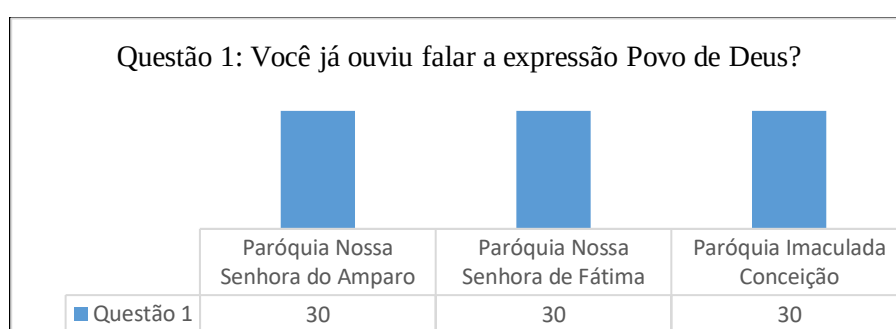


Figura 4. Tabulação – Pergunta 1. Pesquisa de Campo. Abril/2019.

Todos ouviram falar sobre a expressão “Povo de Deus”. A expressão não é desconhecida por todos os que responderam o questionário. Trata-se de um dado fenomenológico, ou seja, aponta para a ideia de que o termo já foi ouvido de algum modo pelos sujeitos da pesquisa. Trata-se de um primeiro conhecimento empírico, tornando, então, a Questão 1 uma *questão de passagem*²³³ para a Questão 2.

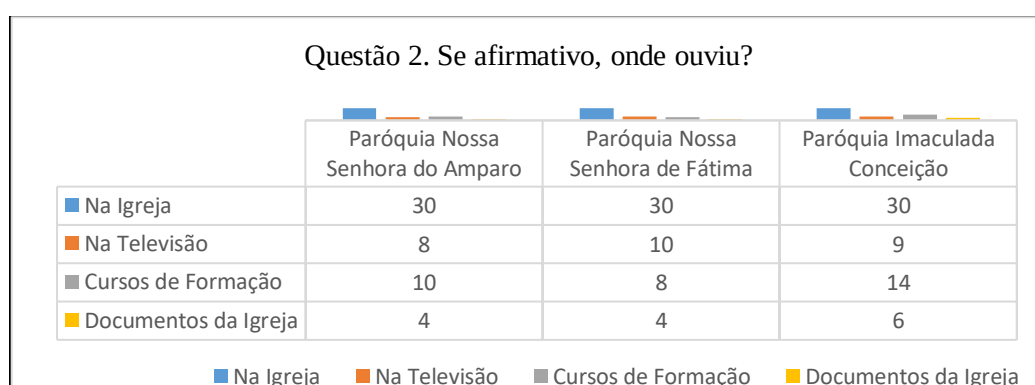


Figura 5. Tabulação – Pergunta 2. Pesquisa de Campo. Abril/2019.

²³¹ Cf. FALLICO, 2001, p. 185.

²³² Cf. BARDIM, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, pp 37-38.

²³³ Cf. FALLICO, 2001, p. 185.

Os dados oferecidos pela Questão 2 são relativamente os mesmos para as três realidades paroquiais. Contudo, é preciso chamar a atenção com relação à Paróquia Imaculada Conceição, posto que, além dos sujeitos terem ouvido na Igreja a expressão Povo de Deus, aqui subentendido nas homilias, forma passiva, aproximadamente metade deles também ouviram em cursos de formação, o que se pode inferir que entraram em contato com o assunto de modo ativo. No entanto, no geral, o saber é fenomenológico: as pessoas sabem que existe a expressão Povo de Deus, mas é possível que a maioria não saiba do que se trata.

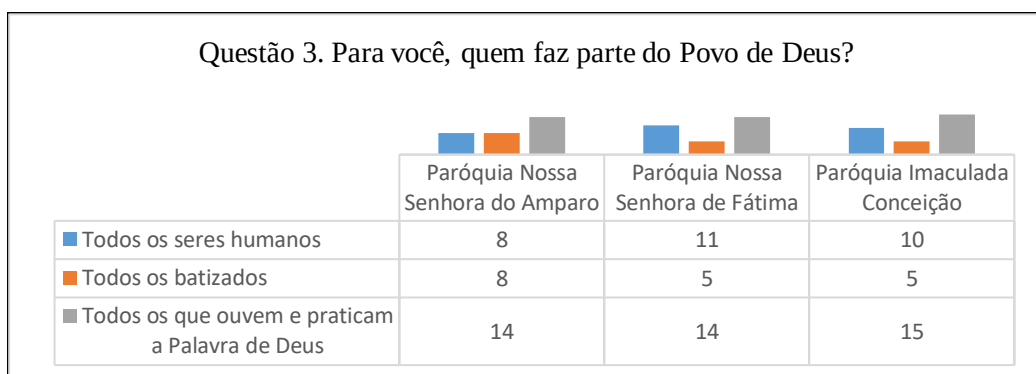


Figura 6. Tabulação – Pergunta 3. Pesquisa de Campo. Abril/2019.

A *Lumen Gentium*, nos números de 10 a 14, vai afirmar que o batismo é via de pertença ao Povo de Deus. Há clareza no documento conciliar que todos os povos e nações são vocacionados a pertencer ao Povo de Deus, assumindo a pertença à Igreja²³⁴. Os dados permitem considerar que a maioria dos sujeitos, nas três realidades paroquiais, acredita fazer parte do povo de Deus todos os seres humanos, sem que talvez possam pertencer à Igreja. Esses ouvem, tantas vezes, a Palavra de Deus através das mídias e praticam-na prescindindo da vida eclesial. A afirmação de que todos os que ouvem e praticam a Palavra, sem serem membros da Igreja, fazem parte do Povo de Deus não corresponde à teologia do Povo de Deus elaborada no CV II.

A questão 4 é discursiva. *Você se sente parte do Povo de Deus? De qual modo?* Todos os sujeitos da pesquisa, nas três diferentes realidades paroquiais responderam que se sentem parte do Povo de Deus. Seguem, as principais variantes das respostas do modo como se sentem:

“quando rezo”;
 “quando tenho as mesmas dificuldades do Povo da Bíblia”;
 “porque nasci num lar católico”;
 “porque gosto da Igreja”;
 “me identifico com a doutrina católica”;
 “porque faço a vontade de Deus”;

²³⁴ Cf. LG, n. 13.

“sigo os mandamentos da Igreja”;
 “quando participo da vida da Igreja”;
 “quando pratico a caridade”;
 “trabalhando na comunidade”²³⁵.

As respostas acima são proposições práticas na vida eclesial e podem ser divididas em dois blocos: daqueles que se sentem parte do Povo de Deus de um modo afetivo, ou seja, “porque gostam, porque se identificam”; e a outra parte, mais ativa, referindo-se à participação e à contribuição na construção da vida eclesial. De certo, a resposta mais válida deve ser aquela que conjuga a pertença ao Povo de Deus tanto afetiva quanto efetivamente. Interessante notar que a maioria se sente parte do Povo de Deus, ao fazer referência à Igreja.

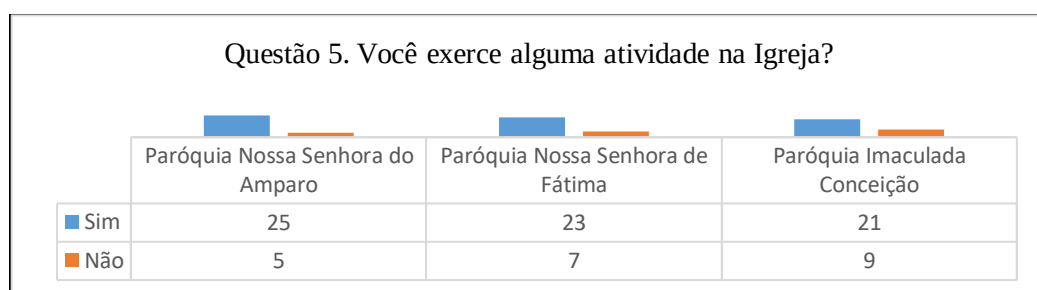


Figura 7. Tabulação – Pergunta 5. Pesquisa de Campo. Abril/2019.

A maior parte dos sujeitos da pesquisa exerce alguma atividade na Igreja. Foram citadas respostas, como ministros, catequistas, membros de grupo de oração, liturgia, agentes da pastoral do dízimo, pastoral dos noivos, pastoral do batismo, coordenadores de pastoral, etc. No entanto, com todo apelo à participação efetiva dos batizados, ainda há aqueles que resistem em colaborar no trabalho pastoral da Igreja. De certo, essa pergunta não foi capaz de mostrar a realidade, uma vez que, na sua maioria, foi aplicada aos agentes de pastoral, mas se sabe que a porcentagem da não participação da vida eclesial dos batizados é muito maior do que revela a pergunta.

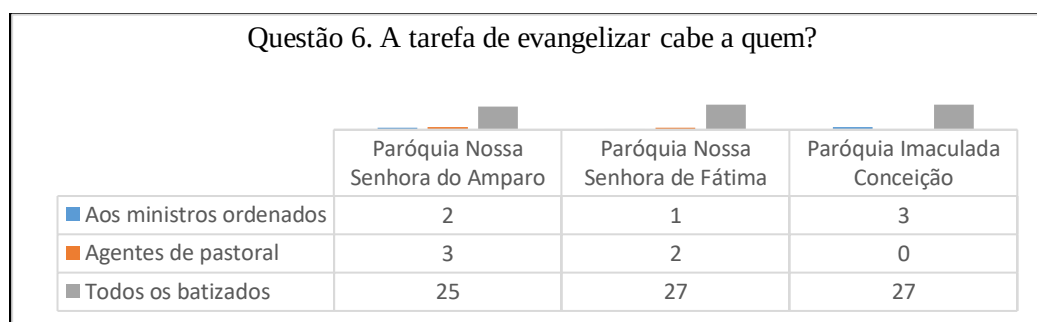


Figura 8. Tabulação – Pergunta 6. Pesquisa de Campo. Abril/2019.

²³⁵ Fonte Questionário de Pesquisa de Campo. *Respostas*. Abril/2019.

Felizmente, a maioria das respostas à Questão 6 revela uma adequada consciência sobre quem deve ser o agente de evangelização da Igreja. Todos os batizados são chamados a evangelizar, não sendo essa uma tarefa apenas dos ministros ordenados da Igreja.

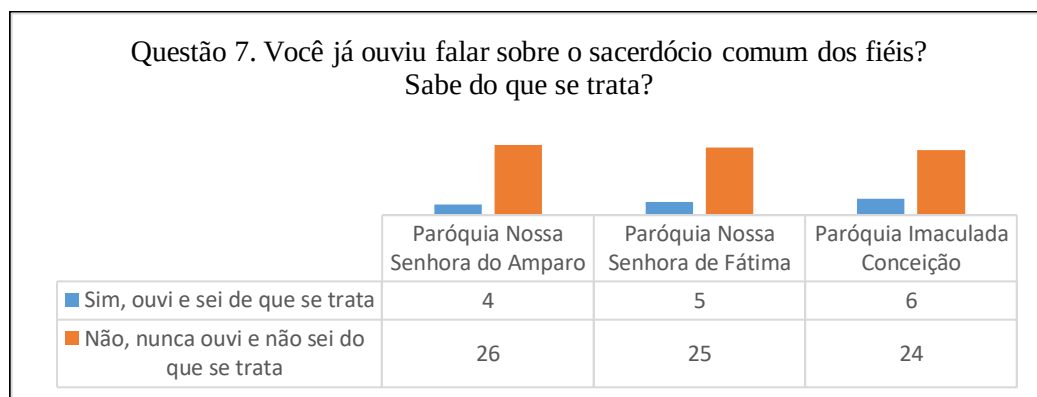


Figura 9. Tabulação – Pergunta 7. Pesquisa de Campo. Abril/2019.

Os números 10, 11 e 12 da LG são uma descrição da teologia do Povo de Deus assentada sobre o batismo e o sacerdócio comum dos fiéis. A maioria dos sujeitos da pesquisa nunca ouviu falar sobre o sacerdócio comum dos fiéis e também não sabe do que se trata. A teologia do Povo de Deus depende, também, da compreensão clara e distinta do que vem a ser o sacerdócio comum dos fiéis. A pergunta prova, então, a hipótese C, que afirmava que a maior parte das pessoas não sabe do que se trata o sacerdócio comum dos fiéis. Também pode ser usada para provar a hipótese de que os principais temas abordados no CV II têm sido pouco desenvolvidos nas comunidades paroquiais.

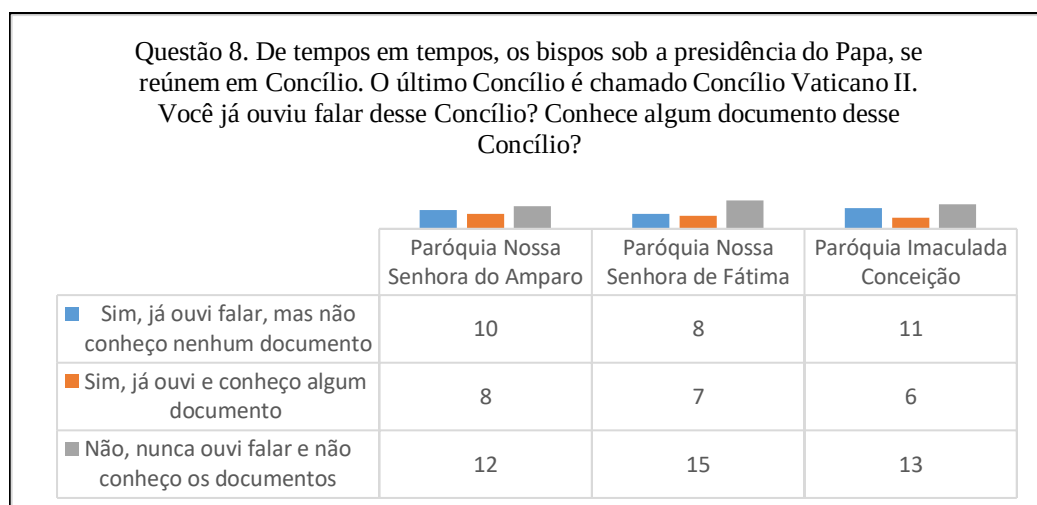


Figura 10. Tabulação – Pergunta 8. Pesquisa de Campo. Abril/2019.

A hipótese A e B são confirmadas nessa questão. A hipótese A afirma que o CV II, com sua teologia, tem sido pouco trabalhado nas comunidades. Não se tem assumido a teologia conciliar, atualmente, sendo o Concílio desconhecido por boa parte dos fiéis; a hipótese B afirma que a maior parte dos agentes pastorais nunca leu um documento do CV II. Os dados revelam que a maior parte dos agentes de pastoral, de forma preocupante, nunca ouviu falar sobre o CV II e não entrou em contato com nenhum documento. Isso corrobora a ideia manifesta por alguns teólogos e historiadores eclesiais de que o Vaticano II não tem sido recepcionado na vida eclesial, ou seja, a teologia do Vaticano II não é importante para os tempos atuais, o que é uma visão eclesiológica equivocada²³⁶.

A Questão 9 é discursiva e trouxe o seguinte questionamento: *Descreva o que você pensa ser a participação dos leigos e leigas na Igreja?* Seguem as respostas mais frequentes:

“colaboro com os párocos”;
 “auxílio nas pastorais”;
 “frequento as missas e movimentos”;
 “presto ajuda ao sacerdote na evangelização”;
 “enriqueço a Igreja”;
 “na ajuda aos pobres”;
 “ajudo nas celebrações”²³⁷.

As respostas permitem acreditar que a participação dos leigos e leigas na vida da Igreja ainda é muito insipiente e pouco proativa. Por mais que se tenha visto acima que a maioria deles está engajada de alguma forma na ação pastoral, a atividade se assemelha mais à prestação de serviços e ajuda aos sacerdotes. O CV II e sua recepção relativa ao Documento 62 da CNBB propõem uma forma diferente de ação pastoral, mais protagonista como sujeito evangelizador pleno da Igreja. De fato, os leigos prestam ajuda e auxílio aos ministros ordenados, mas não está aí o sentido pleno da participação deles na vida eclesial. Prova a hipótese D ao afirmar que o protagonismo leigo é insipiente porque há um entendimento insuficiente sobre a compreensão nocional da Igreja como Povo de Deus e implicações.

Por fim, a Questão 10 aborda justamente o tema do protagonismo dos leigos: *O que você entende da expressão “protagonismo leigo”?* Seguem as respostas mais frequentes:

“entendo que os leigos são importantes”;
 “porque tem uma participação relevante”;

²³⁶ Pode aprofundar no assunto a partir do artigo CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Reflexão acerca da continuidade e descontinuidade no Vaticano II. Possibilidade de análise. *Revista de Teologia Reveleto*, São Paulo, n.3, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleto/article/view/6762/4892>. Acesso em 02 de julho de 2019.

²³⁷ Fonte Questionário de Pesquisa de Campo. *Respostas*. Abril/2019.

“porque podem contribuir pelo bem estar da Igreja”;
 “estão sempre em ação”;
 “são sinais do amor de Deus”;
 “são os leigos assumindo alguns papéis dos ministros ordenados”;
 “tem participação ativa na comunidade”;
 “porque são responsáveis pela Igreja²³⁸”.

Mais uma vez pode-se provar a hipótese D. Não há uma clareza sobre o significado da palavra protagonismo e suas implicações na vida eclesial. As respostas apontam, em sua maioria, para uma compreensão da participação dos leigos e leigas na vida da Igreja como uma atividade de cooperação (ao clero). Para a maior parte deles, o protagonismo leigo é participar de pastorais, desempenhar alguma função ou estar incumbidos de alguma responsabilidade. De todo modo, é uma participação insipiente frente aos desafios atuais da evangelização. De certo, é preciso considerar que os leigos e leigas podem não estar tendo espaço para o protagonismo, visto o crescente movimento clericalista dentro da Igreja e de volta à teologia pré-conciliar (antes do CV II). Não se pode deixar de mencionar a resposta equivocada de que o protagonismo leigo é assumir alguns papéis próprios aos ministros ordenados. O CV II²³⁹ e o Documento 62²⁴⁰ deixam bem claro a distinção das vocações e ministérios, mas iguala os sujeitos da missão, isto é, todos são sujeitos da missão evangelizadora, leigos e ministros ordenados.

Considerações finais

Os Papas João XXIII e o Paulo VI fizeram com que o CV II iniciasse e terminasse seus trabalhos com um destaque pastoral-eclesiológico. Não se tratava de confirmar doutrinas ou mesmo redefini-las para o homem e mulher modernos. A Igreja se propôs ao mundo, apresentando-se como aquela que ajuda a todos a se encontrarem com Deus, na aceitação de Jesus Cristo e na prática do Evangelho. Nesse sentido, a Igreja se voltou para ela mesma e abrindo um caminho necessário para uma adequada renovação eclesiológica. O Concílio rompe com uma compreensão demasiado fechada, distante e jurídica da Igreja, autoformada como sociedade perfeita, para dar lugar à Teologia do Povo de Deus, não se autoafirmando, mas autocompreendo-se como Povo de Deus²⁴¹. Afirmar Comblin que a Igreja, em Concílio, desejou

²³⁸ Fonte - Questionário de Pesquisa de Campo. *Respostas*. Abril/2019.

²³⁹ Cf. *LG*, n. 10.

²⁴⁰ Cf. CNBB, Doc. 62, ns. 61-62, p. 46-47.

²⁴¹ Cf. LORSCHIEDER, Aluísio. Linhas mestras do Concílio Vaticano II. In: LORSCHIEDER, A.; LIBÂNIO, J. B.; COMBLIN, J.; VIGIL, J. M.; BEOZZO, J. O. *Vaticano II: 40 anos depois*. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 24. Vaticano II, 40 anos depois. São Paulo: Paulus, 2005, p. 39.

explicitar como prioritário o tema do Povo de Deus para abandonar uma visão de Igreja assaz hierárquica, para visão de Igreja como comunidade de batizados, comunidade de irmãos²⁴².

“Igreja, que dizes de ti mesma? ”, pergunta o Papa Paulo VI, no discurso de reabertura dos trabalhos do Concílio, em 29 de setembro de 1963, logo após de ser eleito sucessor de João XXIII²⁴³. A resposta não só ecoaria dentro da Igreja, mas seria, pastoralmente proposta para o mundo afora. Tomando consciência de todas as transformações históricas e os seus mais diversos contextos, como o social, político, econômico e teológico, a Igreja elaborou, com tensões e muitos debates, a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*.

Visto ser tão necessário o estudo e a recepção do Concílio, sobretudo da nova eclesiologia do Povo de Deus, as Conferências Latino-Americanas, cada uma a seu modo, umas mais, outras menos, procuraram incorporar dentro de seus trabalhos a visão eclesiológica conciliar. Destaca-se o trabalho de recepção feito por Medellín, Puebla e Aparecida, que de modo extensivo se utilizaram da expressão Povo de Deus para referenciar a compreensão da Igreja na América Latina e Caribenha; já a Conferência de Santo Domingo utiliza menos e com menor extensão a compreensão de Igreja como Povo de Deus no seu Documento Final. Fazer um mapeamento do uso da expressão nocional “Povo de Deus” nos Documentos Finais do CELAM mostra, de algum modo, o interesse, na América Latina, de receber e atualizar as assertivas do Concílio, fora da realidade europeia.

Nesse sentido, tendo em vista a necessária tarefa de receber e atualizar o Concílio ao longo do tempo, a Igreja, no Brasil, em 1999, à luz da Teologia do Povo de Deus, procurou destacar o papel dos batizados, elaborando o Documento 62. Este Documento é uma tentativa primeira da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em retomar a noção de Igreja como Povo de Deus colocando em destaque o protagonismo dos leigos na missão evangelizadora. Através da participação no sacerdócio de Jesus, os leigos assumem, por vanguarda, a missão da evangelização, sendo evangelizadores ativos e não simples cumpridores de tarefas (tarefeiros passivos). Na Igreja, todos têm a mesma importância, são todos iguais, e na diversidade de ministérios todos são responsáveis pela vida e ação eclesiais. O Documento 62 recebe e atualiza a LG e pode ser caracterizado como o princípio da construção de uma Teologia do Laicato, no Brasil.

²⁴² Cf. COMBLIN, José. As sete palavras-chave do Concílio Vaticano II. In: LORSCHIEDER, A.; LIBÂNIO, J. B.; COMBLIN, J.; VIGIL, J. M.; BEOZZO, J. O. *Vaticano II: 40 anos depois*. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 24. Vaticano II, 40 anos depois. São Paulo: Paulus, 2005, p. 57.

²⁴³ *Ibidem*, op. cit, p. 39.

No livro *Povo de Deus*, o teólogo José Comblin afirma que o Concílio não foi bem recebido, estudado e atualizado nos vários setores da Igreja e também nas Igrejas Particulares. Ele diz que há um esforço para que a compreensão da Igreja como Povo de Deus caia no esquecimento, não promovendo a consciência nos batizados de sua pertença ao Povo da Salvação. O péssimo fruto da não recepção da nova eclesiologia é que os batizados tem se distanciado cada vez mais da Igreja, porque não se sentem parte desse Povo²⁴⁴.

A Pesquisa de Campo, então, procurou auferir informações, de modo qualitativo, sobre a influência da nova eclesiologia do Vaticano II na consciência atual dos batizados. Infelizmente, a Pesquisa de Campo só faz ratificar as palavras de Comblin, ao serem provadas todas as hipóteses: os batizados conhecem a existência da expressão Povo de Deus, mas não sabem da teologia que a envolve; acreditam na universalidade da pertença de todos ao Povo de Deus prescindindo do batismo; a maioria nunca ouviu falar sobre o CV II e nem sequer leu um documento conciliar; na ação evangelizadora da Igreja, a participação é pouco consciente e passiva; os batizados estão cada vez mais distantes da Igreja porque não a veem como comunidade do Povo de Deus.

²⁴⁴ Cf. COMBLIN, 2002, pp. 386-387.

CAPÍTULO II

Um resgate nocional da Igreja como Povo de Deus à luz da *Lumen Gentium* aplicada ao Documento 105

Objetiva-se neste capítulo fazer um resgate nocional da compreensão da Igreja como Povo de Deus à luz da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* e sua aplicação no Documento 105, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, publicado em 2016, cujo tema é o protagonismo leigo e leiga na vida e missão da Igreja e na Sociedade. Considera-se o Doc. 105 como o mais atual trabalho de recepção das assertivas conciliares no tempo presente da Igreja no Brasil. Ao refletir sobre o papel dos leigos e leigas no contexto eclesial brasileiro, os bispos sustentam toda a reflexão na nova eclesiologia conciliar que entende a Igreja como Povo de Deus²⁴⁵.

Serão apontados os principais elementos que os bispos brasileiros utilizaram para organizar a teologia do laicato no Documento 105 e que podem ser remetidos à *LG*. Esses elementos desenvolvidos e estudados nas comunidades eclesiais podem ser um instrumento eficaz para a construção de um verdadeiro protagonismo cristão, *ad intra* e *ad extra Ecclesia*. A ideia norteadora das páginas que se seguem é que o Documento 105 pode ser caracterizado como recepção, esforço de atualização e amadurecimento da eclesiologia conciliar nestas Terras de Santa Cruz. Para poder atingir o objetivo deste capítulo, a exposição será dividida em três partes.

A primeira parte, cujo título é *Documento 105, um amadurecimento da eclesiologia conciliar no contexto brasileiro*, procura mostrar através da história, como foi, de modo sintético, a organização dos leigos e leigas na vida eclesial brasileira. Isso posto, é feita uma apresentação do Documento 105 no contexto histórico-eclesial de sua elaboração. A peça final desta primeira parte apresenta os principais elementos que permitem considerar o Documento 105 como um esforço de retomada da *LG* na construção de uma teologia do laicato, baseada na compreensão nocional de Igreja como Povo de Deus.

Teologia do Laicato promovida pelo Documento 105 ad intra ecclesia é a segunda parte da exposição. Neste momento, serão apresentados os principais elementos utilizados para fundamentar a reflexão sobre o protagonismo cristão dentro das estruturas eclesiais brasileiras. O ponto de partida é a consideração de que os leigos e leigas são sujeitos eclesiais e que, pelo

²⁴⁵ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 96, p. 59.

Batismo, são partícipes no sacerdócio de Jesus. Os cristãos leigos e leigas são a Igreja e não uma mera representação dela. São colocados os fundamentos bíblicos da eleição de Israel como Povo de Deus e a sua continuidade no Novo Testamento, na comunidade dos discípulos de Jesus. É apresentada, ainda, a ideia de Povo de Deus unido pela fé invisível; os leigos e leigas como protagonistas da missão eclesial à luz daquilo que é próprio da vocação laical; o Batismo como o único fundamento da dignidade eclesial; o chamamento do Povo de Deus para a santidade de vida e o reconhecimento da existência da realidade do pecado; e, finalmente, a necessidade de valorização dos mais diversos carismas, serviços e ministérios que os leigos e leigas podem exercer na comunidade de fé.

A terceira parte levanta os elementos resgatados da *LG* utilizados pelo Documento 105 que mostram que os cristãos leigos e leigas são sujeitos eclesiais na sociedade, ou seja, agem *ad extra ecclesia*. A tarefa missionária e evangelizadora que os cristãos leigos e leigas realizam não é recebida através de mandato da Igreja. É assegurada como dever inerente da vocação batismal de serem na sociedade “sal da terra e luz do mundo”²⁴⁶. Neste momento da exposição, são apresentadas algumas aproximações existentes entre a *Lumen Gentium* e a *Gaudium et Spes*; a ação dos leigos e leigas, sujeitos eclesiais, como serviço de transformação social; a opção preferencial de Jesus pelos pobres e por consequência opção de todo o Povo de Deus; e a figura dos cristãos leigos e leigas como agentes promotores da comunhão eclesial na sociedade. Por último, é assinalada a espiritualidade encarnada como a mística mais coerente com a vida de Jesus e que deve ser assumida pelos leigos e leigas no trabalho evangelizador da sociedade tão fortemente geradora de exclusão e de miséria.

1. Documento 105, um amadurecimento da eclesiologia conciliar no contexto brasileiro

1.1 A organização da presença dos leigos na Igreja no Brasil

O Concílio Vaticano II foi para toda a Igreja um desabrochar de uma nova eclesiologia²⁴⁷. As propostas encontradas nos documentos conciliares, em particular na Constituição Dogmática *Lumen Gentium* e na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, influenciaram a vida pastoral das Igrejas Particulares em todo o mundo. Não foi diferente no Brasil. A partir do interesse por levantar as propostas do Concílio Vaticano II, a Igreja procurou

²⁴⁶ Mt 5,13-14.

²⁴⁷ Cf. ALMEIDA, Antônio José. *Leigos em quê? Uma abordagem histórica*. Paulinas, 2006, p. 249.

organizar a vida pastoral do laicato abrindo-se às realidades em que vive o povo brasileiro. Maria Clara Bingemer afirma, que “para se ter uma ideia da organização do laicato no Brasil, é preciso voltar os olhos para os diversos tipos de organização que estes leigos foram criando e formando ao longo da história”²⁴⁸. Certos disso, para explicitar a organização da presença da vida laical, nestas terras brasileiras, é preciso citar, nesta exposição, quatro principais movimentos: o movimento leigo pré-tridentino, o movimento leigo romanizado, o movimento da Ação Católica e o movimentos eclesial pós-Vaticano II²⁴⁹.

O primeiro modo da organização da vida dos leigos e leigas na Igreja e na sociedade brasileira pode ser chamado de movimento pré-tridentino. Segundo Libânio, o movimento leigo pré-tridentino se constituía basicamente pela “tradição lusa, de forte acento devocional”²⁵⁰. Nesse movimento, os leigos eram atuantes, mas não de forma organizada. Destacavam-se certos homens e mulheres de grande fé que utilizavam de orações espontâneas e criadas espontaneamente; não eram orações oficiais eclesiásticas, mas muito utilizadas para benzer pessoas. São conhecidos como beatos, rezadores, benzedores. A eficácia da oração não podia ser medida a não ser pelo testemunho pessoal de quem as recebia.

Paralelamente a essa forma espontânea de atuação, havia uma outra mais organizada, chamada de confrarias (irmandades), e as ordens terceiras. As confrarias eram organizadas e pertenciam à estrutura eclesial. Ajudavam nas novenas nas festas de padroeiros, nas procissões. Nelas eram projetadas as divisões sociais: algumas eram para os negros, outras, somente para os brancos, ora somente para mulheres, ora apenas para homens. Pode-se citar como exemplo as Irmandades do Santíssimo Sacramento, a Irmandade das Almas, a Irmandade do Rosário. Tanto os benzedores quanto as confrarias tiveram seu apogeu no Brasil Colonial, continuando ainda muito fortes no Brasil Imperial. Declinou-se no período republicano, mas com alguma presença em comunidades ainda hoje. É preciso ficar claro que este tipo de movimento leigo reflete a eclesiologia da época basicamente organizada na piedade popular e na forma de organização da vida social que, quase na totalidade, era rural²⁵¹.

A organização do catolicismo brasileiro nos primeiros tempos de sua história, é, portanto, marcadamente laical, sendo a marca clerical coisa mais recente, datada da época do início da Primeira República. A partir daí, somente, é que os leigos passam a – na sua grande maioria – viver a fé e expressões religiosas sob a direção e formação

²⁴⁸ BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. Da teologia do Laicato à Teologia do Batismo. *Revista Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, n. 19, 1987, p. 27.

²⁴⁹ Cf. LIBÂNIO, João Batista. O leigo na Igreja do Brasil. Tipologia de movimentos. *Revista Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, n. 19, 1987, p. 69.

²⁵⁰ *Ibidem*, p. 70.

²⁵¹ *Ibidem*, p. 71.

do clero e da hierarquia. O catolicismo popular passa a ser incorporado ao modelo de Igreja tridentina que começa a implantar-se²⁵².

Com o advento da época imperial e com o surgimento de uma classe mais organizada da vida social, educada nas escolas e empolgadas pela cultura europeia, começou-se claramente uma mudança na vida eclesial da Igreja no Brasil. Libânio afirma que essa mudança tem o nome de romanização. Trata da implantação do espírito tridentino, pautado no incentivo de movimentos laicais mais clericais, como por exemplo, o Apostolado da Oração, Congregação Mariana, Filhas de Maria. Esse modelo de organização laical ajudou a hierarquia católica brasileira a gerar forças pedindo a proteção do Estado para suas atividades, mormente o ensino religioso na escola pública. Internamente, essas organizações ajudaram a reforçar a apologética católica, reforçando a disciplina nos costumes. O clero passa a dirigir os leigos e a decidir sobre a vida laical, reservando a ele o poder de definição, enquanto os leigos serão colocados como executores de tarefas religiosas.

A romanização da vida laical brasileira produzirá uma espiritualidade individualista da salvação, com insistência na prática e na contagem do número de recebimento dos sacramentos, por exemplo, a Comunhão. Havia relatórios colhendo informações do número de missas participadas, comunhões recebidas, quantidade de confissões. A romanização não desapareceu por completo, uma vez que se percebe ainda hoje o exagero da moral individual em contraposição à piedade popular. Não tão poucas vezes se pode observar o desprezo pela piedade popular, em especial das comunidades mais pobres, na tentativa da exacerbação da justiça e santidade individual conquistada por mérito próprio. Curiosamente, haja vista os *Bilhetes Mensais*²⁵³ do Apostolado da Oração traz, ainda hoje, um campo para marcar o número de sacramentos recebidos.

Não se pode continuar a exposição das ideias sem que se possa dar devido destaque à Ação Católica no Brasil. Mesmo que a “tradição recente seja ainda de uma forte continuidade da romanização, sempre mais clerical, onde os leigos e leigas foram passando para uma posição mais dirigida e apagada”²⁵⁴, a partir da década de 40, surgem, no contexto eclesial brasileiro os movimentos da Ação Católica que visavam permitir maior participação do laicato na vida da

²⁵² BINGEMER, 1987, p. 29.

²⁵³ Os *Bilhetes Mensais* são um comunicado da organização brasileira do Apostolado da Oração e traz sempre uma mensagem aos membros da Irmandade, a oração diária que deve ser feita por todos e que contém a intenção do Papa para o mês, o calendário das celebrações litúrgicas e campo para marcar a quantidade de missas participadas, comunhões, confissões e sacrifícios realizados durante o período.

²⁵⁴ BINGEMER, 1987, p. 30.

Igreja²⁵⁵. Agenor Brighenti diz que a Ação Católica tinha como objetivo, inicialmente contrapor a Igreja ao laicismo moderno e começou a ser atrelada à mentalidade de cristandade e organizada nos ramos masculino e feminino. Nesta fase inicial, a Ação Católica deveria levar a verdadeira religião aos mais diversos ambientes paroquiais. O movimento não deveria sair da circunscrição paroquial e da submissão ao pároco²⁵⁶.

Já numa fase posterior e mais madura, a Ação Católica procurava estar presente nas realidades dos leigos e, em especial, dos jovens. Assim, foi sendo criada a JOC (Juventude Operária Católica), a JAC (Juventude Agrária Católica), a JEC (Juventude Estudantil Católica), a JUC (Juventude Universitária Católica), a JIC (Juventude Independente Católica)²⁵⁷. Todos esses modos de organização são uma forma de participação no apostolado da Igreja. Aqui, não são os clérigos que dirigem a Ação Católica ou assumem a presidência das aglomerações, mas, sim, os próprios leigos. Os clérigos apenas acompanharão a Ação Católica como assistentes eclesiais. Mesmo que em colaboração com a hierarquia, em alguns países, como no Brasil, a Ação Católica conseguiu grande engajamento, sobretudo social, político e cultural²⁵⁸.

Nesse período da organização da vida do laicato, Almeida destaca a vida e ação de Alceu Amoroso Lima, nascido em 11 de dezembro de 1893, e falecido em Petrópolis, Rio de Janeiro, em 1983. É também conhecido como Tristão de Athayde. Ele foi responsável por fazer uma estreita ligação entre a Ação Católica no Brasil com diversos movimentos cristãos leigos como a Associação dos Universitários Católicos (1929), o Instituto Católico de Ensino Superior (1932), a Confederação Nacional dos Operários Católicos, as Equipes Sociais. Foi ainda presidente da Coligação Católica Brasileira que abrigava sob sua égide a Confederação da Imprensa Católica e a Associação das Livrarias Católicas. Participou junto às autoridades brasileiras da abertura dos trabalhos do Concílio Vaticano II, sendo, posteriormente escolhido pelo Papa Paulo VI para ser membro da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz²⁵⁹.

No pós-Concílio, pode-se perceber a criação e atuação de diversos movimentos internacionais que incidiram sobre a vida do laicato brasileiro. A criação da *Prelazia do Opus Dei*, em 27 de setembro de 1982, com cerca de setenta e dois mil membros, encontrou espaço nos católicos que queriam conservar certa rigidez doutrinária e nostalgia pela liturgia anterior ao Concílio Vaticano II; o *Cursillo de Cristandade*, mesmo fundado em 1949, na Espanha,

²⁵⁵ *Ibidem*, p. 30.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 158.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 158.,

²⁵⁸ Cf. KUZMA, Cesar. *Leigo*. Verbete. PASSOS, João Décio; SANCHES, Wagner Lopes (orgs.). *Dicionário do Vaticano II*. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2015, p. 529.

²⁵⁹ ALMEIDA, Antonio José. *Leigos em quê? Uma abordagem histórica*. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 276.

creceu muito nas décadas de 70 e 80, sendo possível ser contado cerca de oitenta e cinco mil cursinhos e mais de dois milhões de pessoas envolvidas no movimento; a Renovação Carismática Católica, movimento de espiritualidade iniciado nos Estados Unidos, em 1967, que no final da década de setenta, havia se espalhado em inúmeras comunidades pelos chamados Grupos de Oração; pode-se, ainda, citar o *Movimento de Schöenstatt*, fundado na Alemanha, *Movimento Catecumenal* na Espanha, a *Comunhão e Libertação* e *Focolares* na Itália, e outros que chegaram ao Brasil e agruparam inúmeros leigos e leigas²⁶⁰. É interessante, aqui, escrever a consideração de Maria Clara Bingemer sobre esses movimentos:

O momento pós-conciliar no Brasil, juntamente com a ascensão e queda da Ação Católica traz, ainda outro componente importante em relação à reflexão sobre o leigo: o grande florescimento dos movimentos leigos de classe média. Nascidos e formados em contexto outro que o brasileiro ou latino-americano, com sua estrutura e espiritualidade centralizada nos leigos, apresentam-se esses movimentos uma filiação, vinculação e identidade em nível que se poderia chamar de transnacional. Procuram os movimentos acima mencionados como um “lugar eclesial” que lhes tranquilize a consciência e os faça sentir-se bem e com direito de cidadania dentro da Igreja.²⁶¹

Diferentemente de tudo o que já foi apontado, surge também no contexto da América Latina, e de modo particular no Brasil, um movimento que agrupou especialmente leigos, mas também clérigos na luta pela libertação das opressões sociais: Comunidades Eclesiais de Base. As assim chamadas CEBs trazem à tona uma nova forma de organização da vida laical no contexto da Igreja em terras brasileiras. Fruto do Concílio Vaticano II e das proposições da Conferência de Puebla, os leigos foram se organizando a partir de classes populares em vista da libertação por meio da transformação social, transformação essa calcada no Evangelho de Jesus. As CEBs fomentavam maior consciência eclesial e social, seja pela formação dos leigos nos círculos bíblicos, na estruturação de novos ministérios, seja no diálogo e embates pela justiça social e os direitos dos mais pobres²⁶².

Para Comblin, é extremamente triste notar que as forças promotoras de formação das CEBs perderam cada vez mais força. A repulsa causada pela ação das CEBs em grande parte da hierarquia brasileira foi o fato delas sobrepujar ao compromisso sacramental o compromisso pela ação social transformadora. A vida sacramental deveria levar ao compromisso de ir ao encontro do outro, senão a vida eclesial de recepção de sacramento se tornaria apenas uma realidade de *status*: sem fé, culto externo e ritualista, sem vida de amor e justiça ao próximo.

²⁶⁰ Cf. LIBANIO, João Batista. O leigo na Igreja do Brasil. Tipologia de movimentos. *Revista Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, n. 19, 1997, p. 72.

²⁶¹ BINGEMER, 1987, p. 35.

²⁶² Cf. LIBANIO, 1997, p. 77.

Ainda para Comblin as CEBs são o mais original modo de ser Igreja, uma vez que se assemelha à comunidade primitiva iniciada por Jesus, basicamente formada pelo povo, Povo de Deus. De qualquer modo, as CEBs se constituem um modo da organização da vida laical no contexto da Igreja Católica, no Brasil²⁶³.

Os leigos e leigas também são organizados nas comunidades paroquiais, onde escutam e praticam a Palavra de Deus, celebram a Eucaristia e recebem os demais sacramentos. A maioria apenas participa das missas, enquanto uma pequena parcela já descobriu seu valor e responsabilidade na missão evangelizadora assumindo algumas pastorais, ministérios e tarefas eclesiais. O Concílio Vaticano II, na *Apostolicam Actuositatem*, deixa claro o direito dos leigos e leigas de se associarem, criando Associações ou Comunidades por iniciativa própria, embora precisem do consentimento da autoridade eclesiástica²⁶⁴.

No Brasil, essas associações ou comunidades são conhecidas como Comunidades de Vida ou Novas Comunidades. Elas podem assumir características próprias e espiritualidade designada pelos seus fundadores. A maior parte delas assume a espiritualidade da Renovação Carismática e desenvolve trabalhos dentro e fora do âmbito das Dioceses, uma vez que sua extensão é pessoal e não territorial. Podem cuidar da formação laical, da formação de presbíteros, ter meios de comunicação social, cuidar dos pobres, dirigir clínicas de dependentes químicos. Segundo dados, há no Brasil mais de quarenta e quatro novas Comunidades, sendo as mais conhecidas Canção Nova, Shalon, Toca de Assis, Mar a Dentro, Colo de Deus²⁶⁵.

Acima está um pouco do panorama sobre a organização da vida laical no Brasil. Tratou-se de destacar, mesmo que por um processo descritivo simples, os principais movimentos que caracterizam a formação e organização dos leigos e leigas. Claro que seria necessária para uma visão mais aprofundada e mais ampla sobre este assunto procurar e citar outros detalhes. No entanto, para uma visão panorâmica, acredita-se ser suficiente. Logo, o trabalho de Antônio José de Almeida, em sua obra *Leigos em quê? Uma abordagem histórica*, publicada pela Editora Paulinas, em 2006, encontram-se aprofundamentos não só da organização da vida dos leigos no Brasil, como também desde o início do Cristianismo.

²⁶³ Cf. COMBLIN, 2002, p. 240.

²⁶⁴ Cf. BRIGHENTI, Agenor. Identidade e vocação do laicato: uma abordagem histórica. *Revista Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 51, 2019, p. 163.

²⁶⁵ Cf. Fonte. Artigo UNISINOS. *Novas Comunidades, números e desafios*. Disponível em: www.ihu.unisinos.br/78-noticias/566507-novas-comunidades-numeros-e-desafios. Acesso em 26 de julho de 2019.

1.2. O que trata o Documento 105 da CNBB?

É urgente uma reflexão atual sobre os leigos e leigas na Igreja, do Brasil. Há a necessidade de uma reflexão madura que abarque os anseios da Igreja e da Sociedade. Era preciso levar em conta a nova eclesiologia e teologia do laicato desenvolvidas pelo Concílio. Nesse sentido, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com o desejo de estabelecer maior diálogo entre a Igreja e Sociedade, publica, em 2016, um documento importante cujo título é “*Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade. Sal da Terra e Luz do Mundo (Mt 5,13-14)*”²⁶⁶. Como os Documentos publicados pela CNBB sempre recebem um número, esta obra é comumente chamada de *Documento 105 (Doc. 105)*. Como bem sugere o título, o Doc. 105 trata dos cristãos leigos e suas responsabilidades dentro da Igreja e fora dela; portanto, na Sociedade. O referido Documento oferece uma compreensão da teologia do laicato à luz da realidade brasileira, olhando para o cristão católico na sua dupla dimensão de pertença: a Igreja e a Sociedade. Afirma o Documento 105, no número 2:

A 54ª Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de 2016, teve como tema central: “Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade”. Trata-se da vocação dos cristãos leigos e leigas, verdadeiros sujeitos eclesiais e corresponsáveis pela nova evangelização, tanto na Igreja como no mundo. A caminhada da Igreja na América Latina e no Brasil, a celebração do cinquentenário da conclusão do Concílio Vaticano II, a atualidade da Conferência de Aparecida e a eclesiologia missionária e renovada do Papa Francisco nos motivam a dar atenção especial à ação evangelizadora que os cristãos leigos e leigas desempenham na Igreja e na sociedade em nosso país, neste tempo marcado por uma mudança de época²⁶⁷.

Libânio afirma que a fé cristã e o modo de vivência dessa fé consolidaram-se, na atualidade, como uma reação tridentina à Reforma Protestante, cujos “traços marcantes era justamente colocar uma concepção de mundo, de pessoa, de relacionamento, de política, de cultura, anteriores ao que se chama de modernidade”²⁶⁸, ou para outros, pós-modernidade. Esse modo de conceber a fé e a vivência dela não corresponde às necessidades atuais da Igreja de abertura e diálogo. A medida em que o laicato brasileiro era organizado para assumir uma posição apologética da fé, de igual modo levava a cabo a condenação de tudo quanto a sociedade oferecia como novo. O embate do espiritual com o mundano, entre o santo e o pecador, são

²⁶⁶ O Documento 105 foi elaborado durante a 54ª Assembleia Geral dos Bispos do Brasil, em Aparecida, no período de 06 a 15 de abril de 2016, sendo aprovado no dia 14 de abril.

²⁶⁷ CNBB, Doc. 105, n. 2, p. 15.

²⁶⁸ LIBÂNIO, João Batista. *Introdução à Teologia Fundamental*. São Paulo: Paulus, 2014, p. 107.

como que uma recuperação do dualismo platônico²⁶⁹, assimilado pelo Cristianismo, sobretudo, primitivo, nos dias de hoje. A Igreja contra o mundo e o mundo contra a Igreja, o cristão católico contra todos os outros. O Concílio Vaticano II criou perspectivas maiores de diálogo e interação entre a Igreja e a sociedade, não sendo estas realidades opostas, mas, de todo modo, complementares.

Não pode passar despercebido, para o entendimento de todo o Documento 105, que o contexto de sua elaboração é justamente a Igreja marcada pelas assertivas do Concílio Vaticano II e da Conferência de Aparecida (2007). Vale lembrar ainda a atual influência do Papa Francisco, que através de sua sensibilidade pastoral, propõe para toda Igreja como atitude e comportamento eclesiológico, uma eclesiologia de saída, tão correspondente à eclesiologia conciliar. Então, o Documento 105 deve ser entendido como o esforço da Igreja, no Brasil, em mais uma vez resgatar os trabalhos conciliares, especialmente no que tange ao tema do laicato, trazê-los à realidade e contexto brasileiros. A intenção primordial é ser fiel à Igreja e a tudo o que o Concílio Vaticano II assegura como orientação pastoral para o laicato. Afirmam os bispos brasileiros que o Documento 105 oferece, inspirado nos trabalhos conciliares, “uma reflexão sobre a dimensão pastoral, evangelizadora e missionária que os cristãos leigos e leigas, por meio do testemunho, da santidade e da ação transformadora, exercem no mundo e na Igreja”²⁷⁰.

O presente documento tem como perspectiva a afirmação dos cristãos leigos e leigas como verdadeiros sujeitos eclesiais. Esta expressão – sujeitos eclesiais – é recorrente em todo o texto e se fundamenta nos ensinamentos do Concílio Vaticano II e do Magistério subsequente. [...] Como sujeitos eclesiais não são uma realidade pronta, mas um dom que se faz compromisso permanente para toda a Igreja²⁷¹.

Perpassa por todo o desenvolvimento do Documento 105 a ideia de que os cristãos leigos e leigas são “sujeitos eclesiais”. Com a expressão sujeitos eclesiais, pretende-se “animar a todos os cristãos leigos e leigos a compreenderem sua própria vocação e missão e atuação como verdadeiros sujeitos eclesiais nas diversas realidades em que se encontram inseridos”²⁷². Em outras palavras, os cristãos leigos são verdadeiros sujeitos da ação evangelizadora da Igreja. Convidados a assumir responsabilidades dentro e fora da Igreja, são protagonistas da ação e atitude eclesial, *ad intra* e *ad extra*. Desse modo, pode-se encontrar na Teologia do Laicato,

²⁶⁹ O dualismo platônico se baseia na dicotomia antropológica do ser humano e na cosmológica em relação às coisas materiais. Há um acento na diferenciação e na contraposição das realidades que se chocam e se rivalizam: a alma versus corpo, espírito versus matéria, ideias versus coisas, opinião versus ciência. Para um aprofundamento: RUBIO, Alfonso Garcia. *Unidade na Pluralidade*. São Paulo: Paulinas, pp. 75-87, 1989.

²⁷⁰ CNBB, Doc. 105, n.4, p. 16.

²⁷¹ *Ibidem*, n. 10, p. 18.

²⁷² *Ibidem*, n. 10, p. 18.

desenvolvida pelo Documento 105, a abordagem da unidade da vocação cristã com destaque à atuação e a vivência dela na Igreja e na Sociedade. É preciso frisar que de igual modo o Concílio Vaticano II desenvolve sua visão sobre o leigo e leiga cristãos.

Utilizando o método ver-julgar-agir, o Documento está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, *O cristão leigo, sujeito na Igreja e no mundo: esperanças e angústias* faz, de início, uma “descrição do marco histórico-ecclesial da caminhada da vida dos cristãos leigos e leigas, com avanços e recuos e, de modo sucinto o rosto do laicato”²⁷³; após essa exposição, é encontrada uma análise da situação social da sociedade, que o próprio Documento caracteriza como “mundo globalizado” e da realidade pastoral da Igreja. Alguns discernimentos são feitos e descritos, convidando a uma mudança de mentalidade e de estruturas, quer da sociedade, quer da própria Igreja²⁷⁴.

O segundo capítulo *Sujeito eclesial: discípulos missionários e cidadãos do mundo* aborda, por meio da perspectiva da nova ecclesologia proposta pelo Concílio Vaticano II, a comunhão na diversidade como base teórico-prática da compreensão da identidade e da dignidade laical. Aqui, são “identificados os ambientes de atuação dos cristãos leigos e leigas como sujeitos, considerando a diversidade de carismas, serviços e ministérios na Igreja”²⁷⁵. É a Teologia do Laicato desenvolvida *ad intra* das estruturas eclesiais. Temas desenvolvidos pelo Concílio serão, neste capítulo retomados e desenvolvidos à luz da realidade brasileira, como a compreensão nocional da Igreja como Povo de Deus, a dignidade batismal, o chamado à santidade, sacerdócio comum, e outros.

O terceiro capítulo *A ação transformadora na Igreja e no mundo* “trata da ação transformadora dos cristãos leigos e leigas na Igreja, e sobretudo no mundo”²⁷⁶. Neste capítulo, encontra-se maior ênfase na ação laical *ad extra*, na sociedade. Descreve a ação missionária da Igreja realizada pelos leigos e leigas nos mais diversos campos de atuação e de sua presença, deixando claro que o serviço dos leigos e leigas deve ser desenvolvido na busca pela promoção da vida, da opção preferencial pelos pobres e no fomento de uma espiritualidade encarnada. Conclui apontando alguns caminhos de como deve ser a presença e atuação do laicato brasileiro na sociedade.

O conteúdo é extremante rico e bem desenvolvido. O estudo sério do Documento 105 nas comunidades cristãs poderia, possivelmente, reverter um pouco o quadro de pessimismo

²⁷³ *Ibidem*, n. 12, p. 18.

²⁷⁴ Cf. *Ibidem*, n. 12, p. 18.

²⁷⁵ *Ibidem*, n. 12, p. 19.

²⁷⁶ *Ibidem*, n. 12, p. 19.

que é retratado pela Pesquisa de Campo, descrita no primeiro capítulo deste trabalho. Não se trata apenas de uma retomada e recepção dos trabalhos do Concílio Vaticano II, mas, sim, de tudo o que a Igreja pensa para os dias de hoje sobre a vida e atuação dos leigos e leigas, no Brasil. Todo o teor do Documento 105 oferece um conhecimento substancial sobre a nova eclesiologia conciliar que, estudado e aprofundado, poderia levar os cristãos leigos e leigas a uma maior consciência de atuação na Igreja e na sociedade. Acredita-se que este Documento é o referencial mais próximo de um adequado desenvolvimento da Teologia do Laicato e que, de modo algum, deve ser deixado no esquecimento.

1.3. Contexto histórico-ecclesial da elaboração do Doc. 105

Luiz Alberto Gómez afirma que não é fácil descrever o contexto histórico e ecclesial da Igreja e da incidência dos contextos nos mais diversos trabalhos ecclesiais, principalmente nos documentos magisteriais, quer universais, promulgados pela Santa Sé, ou pelo magistério particular, publicados pelas Conferências Episcopais ou Igrejas Diocesanas²⁷⁷. De todo modo, é preciso considerar os contextos, uma vez que eles oferecem dados do correto modo de interpretação das linhas dos documentos oferecidos. De início, parte-se da “ideia de que é preciso manter a distinção de um lado a Igreja Católica como instituição, com suas estruturas de poder ecclesiástico; e de outro, o Povo de Deus, como comunidade de fiéis, presentes na sociedade”²⁷⁸. Ou seja, ao analisar o contexto histórico e ecclesial do Documento 105, é preciso tê-lo como um documento do magistério da Igreja Católica, no Brasil, dirigido aos católicos e católicas, Povo de Deus, e que formam não só a Igreja, mas, também, a sociedade brasileira ou grande parcela dela.

As pesquisas do Censo Brasileiro marcam que, desde 1970, a porcentagem de católicos tem diminuído. Em 1970, cerca de 91,77% dos brasileiros se confessam católicos; em 1980, o montante já decresce para 88,95%; em 1990, o contingente passa a ser de 83,35%, e, no início do ano 2000, a população que afirmava ser católica estava em 73,89% da população²⁷⁹. É preciso fazer uma consideração: a diferença entre aqueles que se declaram católicos e os que de fato são praticantes pode levar à queda esses números de forma drástica e assustadora. Muitos são os fatores que têm levado a Igreja não só a perder membros confessionais, mas,

²⁷⁷ Cf. GÓMEZ, Luiz Alberto. As várias faces da Igreja Católica. *Revista de Estudos Avançados*, USP, São Paulo, n.18, 2004, p. 77.

²⁷⁸ *Ibidem*, 2004, p. 77.

²⁷⁹ *Ibidem*, 2004, p.77.

mais do que isso, estão tornando-a incapaz de formar novos membros, uma vez que a população brasileira passou de 85 milhões de pessoas, em 1970, para mais de 200 milhões de pessoas em 2018 e o número de católicos, seguindo o contrário, caiu. O advento de novas tecnologias, incentivo à cultura dos solitários, influências políticas e econômicas, falta de padres, padres sem formação adequada, carência de zelo pastoral de Bispos, escândalos morais no âmbito eclesial, crescimento do pentecostalismo e novas associações religiosas, secularismo, imediatismo²⁸⁰ são alguns dos motivos que possivelmente têm fomentado esse atual cenário. O Documento 105, para todo efeito, se dirige aos cristãos leigos e leigas que estão presentes na Igreja, mas que, a cada tempo, também estão em menor número e atuação na Sociedade.

Constatado este triste cenário e indo contra o pessimismo reinante, o Documento 105 se propõe a ser um novo estímulo para a vida laical. O próprio Documento coloca um ponto de referência para o contexto histórico eclesial: a celebração dos 50 anos do encerramento dos trabalhos do Concílio Vaticano II²⁸¹. O Concílio é o evento histórico e eclesial mais importante para a vida da Igreja, particularmente no Brasil. E não pode ser considerado de outro modo. Não é possível pensar a vida dos cristãos e leigos e leigas sem considerar a teologia do laicato lá desenvolvida. Do ponto de vista histórico, é o mais atual Concílio da Igreja e no prisma eclesial, válido para o tempo de hoje, sobretudo com forte acento à “veia pastoral²⁸²”.

Kuzma assegura que no que se refere ao laicato, “com o Concílio muito se fez para procurar enriquecer nesta questão, deixando, porém, algumas lacunas que podem ser preenchidas”²⁸³. Nesse sentido, o Documento 105 é qualificado como reflexão que recebe e atualiza, nas possibilidades, o Concílio Vaticano II. Também, a Igreja Católica, no Brasil, através do Documento 105 aproveita-se de todo o Magistério do episcopado latino-americano, que, desde Medellín (1968) até Aparecida (2007), tem afirmado, com destaque, o papel dos leigos e leigas na missão evangelizadora da Igreja, compreendida nocionalmente como Povo de Deus. Do mesmo modo que as Conferências do CELAM levaram em conta o modo como vivem os seus povos, também a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, na elaboração do Documento 105, destaca a realidade dos brasileiros, marcada pela pobreza, exclusão, corrupção, polarização social, queda de governo, disputas de poder.

Não se pode esquecer de que o Documento 105 recebe, ainda, como herança, toda a Teologia do Laicato proposta no primeiro trabalho do episcopado brasileiro sobre essa temática,

²⁸⁰ Cf. *Ibidem*, p. 48.

²⁸¹ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 17, p. 23.

²⁸² Cf. KUZMA, 2009, p. 65-69.

²⁸³ KUZMA, 2009, p. 72.

ou seja, o Documento 62, publicado em 1999 e que já foi explanado no primeiro capítulo desta pesquisa. Naquela ocasião e depois de haver passado cerca de trinta anos, a Igreja continua “a propor para os leigos e leigas discernimento e orientações na perspectiva da teologia e da organização dos ministérios na comunidade”²⁸⁴. Atualmente, de forma especial, a partir do Ano Santo da Misericórdia²⁸⁵ e da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco se torna, ele mesmo, um novo contexto. Ele tem motivado e influenciado a vida eclesial, lançando um vigoroso chamado para que todo o Povo de Deus seja evangelizador. Toda a Igreja é convidada a sair ao encontro de Cristo e com o próximo que de tantos modos, vive nas piores condições de vida²⁸⁶. Papa Francisco é um determinante da história e vida eclesial e, por isso, não poderia deixar de ser citado.

Dentro da perspectiva de descrição do contexto histórico-eclesial, o Documento 105 afirma que há avanços e retrocessos na vida pastoral dos leigos e leigas nas últimas décadas. Depois do Concílio, apontam os bispos brasileiros que “iniciou-se uma caminhada histórica de maior consciência da identidade e da missão dos cristãos leigos e leigas; no entanto, houve avanços e recuos”²⁸⁷. Ao mesmo tempo em que depois do Concílio foram criando-se espaços para a criativa participação dos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade, também, não havendo passado tanto tempo, a Igreja viveu um clima de menos abertura do contexto eclesial para os seus próprios leigos e para sociedade moderna²⁸⁸. João Batista Libânio, ao refletir sobre os recuos da Igreja, fala de um “tempo de inverno”²⁸⁹.

A criação do Conselho Nacional do Laicato do Brasil é um dos grandes avanços, bem como os demais Conselhos de leigos presentes nos regionais e dioceses espalhadas pelo Brasil. É inegável que os cristãos leigos e leigas organizados podem com melhor destreza ajudar na evangelização. Estes Conselhos são muito importantes na formação de lideranças; tais líderes podem atuar dentro da Igreja e, em nome dela, na Sociedade. E ainda, os “líderes atuam na organização dos setores paroquiais, grupos bíblicos, catequese, celebrações da Palavra, escola de teologia, pastorais, movimentos”²⁹⁰. Ao lado desses Conselhos, estão as Comunidades de Base. Mesmo que essas tenham sofrido com o descrédito por grande parte da hierarquia, elas continuam a ser verdadeira expressão da vida eclesial, Povo de Deus.

²⁸⁴ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 20, p. 24.

²⁸⁵ O Ano Santo da Misericórdia foi celebrado na Igreja Católica de 08 de dezembro de 2015 a 20 de novembro de 2016.

²⁸⁶ CNBB, Doc. 105, n.21, p. 24.

²⁸⁷ *Ibidem*, n. 23, p. 25.

²⁸⁸ Cf. GÓMEZ, 2004, p. 88.

²⁸⁹ LIBÂNIO *apud* GÓMEZ, 2004, p. 88.

²⁹⁰ CNBB, Doc. 105, n. 27, p. 26.

A atitude missionária da Igreja tem sido colocada em destaque nos últimos tempos na Igreja, no Brasil, graças aos leigos e leigas que têm assumido o papel protagonista de ir ao encontro daqueles que mais necessitam e os afastados da prática da fé. Leigos e leigas por exemplo, têm assumido a ação de defesa da vida nascitura e tarefas no atendimento aos migrantes. Cabe destacar o desempenho tão significativo que a Diocese de Roraima tem feito no acolhimento dos imigrantes venezuelanos. Pode-se, ainda, citar novas formas de ação pastoral, como leigos à frente de comunidades terapêuticas, casas de acolhimento, direção de albergues e outras ações.²⁹¹

Avança-se criando espaço de serviços devido à pressão organizativa do próprio Estado brasileiro. Por exemplo, no que tange à contabilidade e prestação de contas à Receita Federal tantas vezes os leigos e leigas são os mais qualificados²⁹². Na contabilidade das paróquias e dioceses, colaboram como peritos na publicação de relatórios de contabilidade transparentes, bem como ajudam as mais diversas comunidades a se organizarem financeiramente. Também, muitos professores, políticos, juristas, médicos, comunicadores têm prestado, no engajamento da sociedade, verdadeiro trabalho humanista, inspirados no próprio Evangelho²⁹³. Outros cristãos leigos e leigas estão comprometidos com movimentos sociais, movimentos populares, membros de partidos políticos, sindicais. Procuram conquistar para si e para o próximo, melhores condições de vida²⁹⁴. Um trecho muito significativo do Documento 105 deve ser considerado:

Os cristãos leigos e leigas que vivem sua fé no cotidiano, nos trabalhos de cada dia, nas tarefas mais humildes, no voluntariado, cuja vida está em escondida em Deus, são o perfume de Cristo, o fermento do Reino, a glória do Evangelho. Eles se santificam nos altares do seu trabalho: a vassoura, o martelo, o volante, o bisturi, a enxada, o fogão, o computador, o trator. Constroem oficinas de trabalho e oficinas de oração²⁹⁵.

Quanto aos retrocessos, é evidente o abandono da nova eclesiologia proposta pelo Concílio Vaticano II. A Pesquisa de Campo, exposta no primeiro capítulo desta dissertação, assegura tal fato. O Concílio, de tantos modos esquecido por grande parte do clero, não tem sido trabalhado nas comunidades, o que faz com que cada um, por própria conta construa sua eclesiologia, tão pouco parecida com a eclesiologia católica. O espírito conciliar de abertura e

²⁹¹ Cf. Doc. 105, n. 30, p. 26.

²⁹² *Ibidem*, n. 31, p. 27.

²⁹³ *Ibidem*, n. 33, p. 27.

²⁹⁴ *Ibidem*, n. 34, p. 27.

²⁹⁵ *Ibidem*, n. 35, p. 28.

maior participação à vida laical tem encontrado pouca ressonância nos dias atuais. Os Conselhos Pastorais têm sido extintos e os que existem não funcionam; os Conselhos de Assuntos Econômicos, para além de uma obrigação canônica, tantas vezes são fantasiosos; há um incentivo para o afastamento dos cristãos leigos e leigas do mundo da política, da cultura, da medicina, do judiciário e de outros ambientes²⁹⁶.

Sem dúvida, a Igreja, no contexto brasileiro, permanece muito centrada nos clérigos. A Igreja Católica que chegou ao terceiro milênio é uma Igreja dos bispos e dos padres e não é diferente aqui. “É verdade que muito se avançou quando a Igreja do Vaticano II se esforçou para fazer a passagem da Igreja do clero para a Igreja do Povo de Deus. No entanto, a passagem ainda é estreita e limitada”²⁹⁷. Leigos cumpridores de tarefas e meros executores de funções são formados. Assumem funções na vida pastoral passivamente e quando procuram obter voz de questionamentos ou de profetismo²⁹⁸ são tão logo colocados à margem da comunidade eclesial. Muitos cristãos leigos e leigas não têm espaço para desenvolver suas atividades, esbarrando no clericalismo, este exacerbado e infrutífero. É interessante notar que os cristãos leigos correspondem à maior parte da constituição dos membros da Igreja e, por conseguinte, da sociedade brasileira; no entanto, estão “numa situação de relativa marginalidade ou, pelo menos, carente de iniciativa e com a participação eclesial bastante limitada”²⁹⁹.

Há, de certo, o incentivo da participação dos leigos e leigas nas atividades internas da Igreja. Mas a qualidade dessa participação continua muito aquém do esperado protagonismo da missão evangelizadora. A procura pelas massas de pessoas, grandes concentrações em procissões, apresentação de shows por padres, mídia católica ufanista, devocionismo, têm se tornado cada vez mais o Plano de Pastoral de muitas comunidades.

Percebe-se, afirma o Documento 105, que, na Igreja Católica, no Brasil, há a proliferação de grupos de elite, tidos como “católicos iluminados”³⁰⁰. Antes mesmo que o Papa Francisco apontasse essa realidade para toda a Igreja na Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate*, em 2018, falando da existência de grupos incentivadores de um espiritualismo desencarnado, da obsessão por doutrinas e supostos modelos de vida santa, o Documento 105, já em 2016, afirma que essa é uma realidade eclesial brasileira. Os bispos brasileiros percebem que perduram, nestes tempos, a sacramentalização e o devocionismo e que é preciso um correto discernimento quanto, por exemplo, à prática de exorcismos, missas de curas, certos estilos de

²⁹⁶ Cf. *Ibidem*, p. 29.

²⁹⁷ GÓMEZ, 2004, p. 90.

²⁹⁸ Cf. Doc. 105, n. 42, p. 20

²⁹⁹ GÓMEZ, 2004, p. 90.

³⁰⁰ CNBB, Doc. 105, n. 41, p. 29.

celebrações litúrgicas que só contribuem para a que a conversão pastoral fique prejudicada e enfraquecida³⁰¹.

O Documento 105 chama a atenção para a maior participação dos leigos na Igreja e na Sociedade. No entanto, a realidade eclesial atual é outra: uma instituição fortemente hierarquizada, na qual a noção de autoridade tem papel destacado, não tem promovido práticas pastorais consistentes, mormente as sociais. O contexto, então, é de contradição³⁰². O profetismo e o compromisso social estão enfraquecidos e, até muitas vezes, rejeitados por alguns setores da Igreja, quer clero, quer leigos. Comumente, nos meios de comunicação social são proferidos discursos de indivíduo ou de grupos a favor da disciplina na Igreja e do respeito à autoridade eclesiástica, mas tão logo se nota grave contradição, uma vez que, especificamente, no Brasil, os mesmos têm atacado o Papa Francisco e outras lideranças eclesiásticas, sendo alvejados com preconceitos e desrespeito, por causa da visão eclesiológica e testemunho próprios³⁰³. Promove-se a obediência a autoridades eclesiásticas, mas rejeitam o Papa.

Outro retrocesso na vida eclesial no contexto brasileiro está no fato de que há resistências quanto à opção preferencial pelos pobres. Por mais que se peça uma maior ação do Estado para com o cuidado dos pobres, a Igreja não pode se furtar na sua missão de ir ao encontro do outro que é sofredor. A Igreja toda, leigos, leigas, padres e bispos. Há uma carência de cristãos leigos engajados na vida política pela falta de incentivo e promoção da própria Igreja. Indubitavelmente, é preciso cristãos leigos e leigas envolvidos com a política para ajudar no cuidado dos pobres. E além disso, para que possam ajudar a eliminar o “câncer social”³⁰⁴ da corrupção que vem assolando a sociedade brasileira. Também é notória a ausência de lideranças eclesiásticas quando os assuntos são políticas públicas. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil se silencia diante de inúmeras questões de interesse nacional e, pela falta de orientação, muitos católicos promovem estilo de governos totalitários e polarizadores.

De todo modo, o contexto da vida laical, no Brasil, segundo o Documento 105, é de ganhos e perdas. As atitudes pastorais que deram certo devem ser, de algum modo, incentivadas e até implementadas. Por outro lado, em muitos âmbitos é preciso renovação pastoral que proporcione maior protagonismo na vida laical, sobretudo à luz do Concílio Vaticano II.

³⁰¹ *Ibidem*, n. 43, p. 30.

³⁰² Cf. GÓMEZ, 2004, p. 90.

³⁰³ Cf. Doc. 105, n. 42, p. 30.

³⁰⁴ Cf. *Ibidem*, n. 49, p. 31.

1.4. Amadurecimento da recepção da *Lumen Gentium* na eclesiologia brasileira

Libânio afirma que o Vaticano II proporcionou à Teologia novas ferramentas de desenvolvimento e de diálogo com as demais ciências. Engrandeceu o labor teológico e alavancou a construção de uma teologia contextualizada. Uma dessas ciências é a história³⁰⁵. Através da mediação histórica pode-se considerar que a mensagem de Deus é transmitida nos mais distintos contextos e realidades. Procurar estabelecer diálogo com a realidade nos mais diversos contextos da presença do ser humano, quer tenha fé ou não, quer seja cristão católico ou de outra confissão, tem ofertado um caminho mais maduro e consciente do trabalho teológico nas suas mais diversas facetas; aqui, principalmente a nova eclesiologia proposta pelo Concílio Vaticano II.

Nessa perspectiva, o Documento 105 deixa bem claro que a opção eclesiológica é aquela que remonta aos trabalhos conciliares, especialmente no que tange à compreensão da Igreja como Povo de Deus³⁰⁶. Para os bispos brasileiros, as atitudes pastorais e o desenvolvimento da eclesiologia melhor se realizam de modo contextual, na história dos homens e das mulheres, uma vez que “o mundo e a história da humanidade são o grande campo da ação do amor de Deus”³⁰⁷. “Para o Concílio, a Igreja está dentro do mundo, não fora, nem ao lado, nem acima, nem contraposta a ele”³⁰⁸. Consciente da necessidade de fidelidade a todo o trabalho universal da Igreja, a Igreja Católica, presente no Brasil, recebe a compreensão nocional da Igreja como Povo de Deus, oriunda da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* e a utiliza na sua reflexão teológico-pastoral contextual, elaborando o Documento 105.

A realidade eclesial, pastoral e social dos tempos atuais torna-se também um forte apelo a uma avaliação, aprofundamento e abertura ao tema do laicato. Urge abrir espaços de participação, estimular a missão, refletir sobre os avanços e retrocessos, fazer crescer a participação e o protagonismo dos leigos na corresponsabilidade e na comunhão com todo o Povo de Deus³⁰⁹.

Brighenti em seu texto *Identidade e vocação do laicato: uma abordagem histórica*, publicado neste ano, ao citar o Documento 105 afirma que o debate teológico conciliar se encarregou de mostrar que todo compromisso do cristão, quer com a Igreja quer com o mundo, deriva do Batismo, não existindo, assim, exclusividade de campo da missão confiado a alguém.

³⁰⁵Cf. LIBÂNIO, João Batista. *Introdução à Teologia Fundamental*. São Paulo: Paulus, 2014, p. 75

³⁰⁶ Cf. Doc. 105, n. 94, p. 59.

³⁰⁷ *Ibidem*, n. 15, p. 22.

³⁰⁸ *Ibidem*, n. 15, p. 22.

³⁰⁹ *Ibidem*, n. 3, p. 16.

A Igreja não é campo de missão do clero e o mundo dos leigos, mas, sim, Igreja e Sociedade são campos de missão dos ministros ordenados e dos não ordenados³¹⁰. Em tempos em que se acredita que o Concílio Vaticano II deve ser recepcionado e atualizado, os bispos brasileiros, de modo acertado e amadurecido, escreveram o Documento 105, considerando como válidas as assertivas da Teologia do Laicato conciliar, repropondo tal teologia para os dias de hoje, enaltecendo o papel dos cristãos leigos e leigas como protagonistas da ação eclesial³¹¹.

“A Igreja, no Brasil, é e quer ser uma filha assumida do Concílio Vaticano II”³¹², escreve Altemeyer. À luz dessa frase, pode-se afirmar que a Igreja, no contexto brasileiro, recebe o esforço da *Lumen Gentium* em não acentuar as diferenças entre ministério ordenado e não ordenado. Não se assume a perspectiva teológica que afirma ser a Igreja uma comunidade de desiguais. Através de uma visão mais positiva do cristão leigo e leiga, adota-se a concepção de Igreja como comunidade de iguais. O binômio clero-leigos não é mais incentivado, criando espaço para o binômio comunidade-ministérios³¹³. O Documento 62 tratou de uma Igreja totalmente ministerial, e na sequência, o Documento 105 recebe esta reflexão teológica, aprofundando-a.

Uma das maiores contribuições conciliares a respeito dos leigos e leigas está no fato de o Concílio romper com uma compreensão reducionista, que fazia uma distinção e não diferenciação do leigo e leiga perante o ministério ordenado. Para os Padres Conciliares é assaz prejudicial impor uma conceituação dos leigos apenas dizendo que não são os que receberam o Sacramento da Ordem; modo de distinção que se arrasta desde o século III, quando o termo *laikós* (leigo) é destinado aos fiéis não ordenados e *klerós* (clero), reservado aos ordenados³¹⁴. Tal modo de categorizar e não conceituar produz, no fundo, distinção de uma classe em relação a outra. Fato que deixa mais nítida as estruturas de poder: o clero é tido como superior e poderoso, mais especializado que os leigos, esses inferiores e fracos³¹⁵. Vale, considerar que os bispos brasileiros também se esforçam, no Documento 105, por se manterem fiéis à perspectiva de não distinção entre leigos e clero, mas de diferenciação pelo ofício e ministério.

Ao colocar na *Lumen Gentium*, antes dos capítulos sobre a hierarquia (cap. 3) e o laicato (cap. IV), o capítulo sobre o Povo de Deus (cap. II), onde se sublinha tudo o que é comum a todos os membros da Igreja, o Vaticano II superou a concepção de uma Igreja como “sociedade de desigual”, que favorecia aquela distância entre

³¹⁰ BRIGHENTI, 2019, p. 163.

³¹¹ Cf. Doc. 105, n. 10, p. 18.

³¹² ALTEMEYER JUNIOR, Fernando. Leigos e Leigas no Concílio Vaticano II: Novos atores e atrizes. PASSOS, João Décio (org.). *Sujeitos no mundo e na Igreja*. São Paulo: Paulus, 2014, p. 120.

³¹³ BRIGHENTI, 2019, p. 162.

³¹⁴ *Ibidem*, p. 155.

³¹⁵ Cf. BRIGHENTI, 2019, pp. 43-47.

hierarquia e laicato, que o Novo Testamento não conhecia e que se tornou prejudicial para o testemunho cristão do mundo³¹⁶.

Podem ser encontrados, no Documento 105 cerca de vinte e uma referências³¹⁷ à *LG*. Através de uma leitura analítica, é possível inferir que se trata do maior referencial teórico utilizado pelos bispos brasileiros na elaboração do documento. Também no Documento 62, o primeiro a abordar a vida laical brasileira, podem ser encontrados cerca de vinte e três vezes³¹⁸ referências ao mesmo documento conciliar. Também se trata do maior referencial teórico utilizado. A utilização da *LG* não é desproposita: é a base teórica da eclesiologia e também fonte de reflexão para a teologia prática, no contexto brasileiro, para o pensamento do laicato. É uma recepção e atualização madura; um verdadeiro esforço de fidelidade do Magistério.

Quais são os temas que a *Lumen Gentium* oferece e que são recebidos, refletidos e atualizados no Documento 105? Como o Documento 105, à luz da *Lumen Gentium*, elaborou uma Teologia do Laicato contextualizada? Ao analisar o Documento 105 pode-se perceber o desenvolvimento de assuntos bem caros à *Lumen Gentium*, como a base bíblica da formação do Povo de Deus³¹⁹; a índole secular que qualifica a vocação laical³²⁰; a teologia do batismo na qual se assenta a pertença ao Povo de Deus e o sacerdócio comum dos fiéis³²¹; a vocação à santidade³²²; a colaboração dos leigos na construção do Reino de Deus, os carismas, serviços e ministérios exercidos dentro da Igreja³²³; da promoção e comunhão eclesial³²⁴. Esses temas foram todos recebidos e trabalhados no Documento 105 e constituem a visão dos bispos brasileiros a respeito da Teologia do Laicato *ad intra Ecclesia*.

A *LG* procura compreender a vida laical dentro e fora da Igreja. De igual modo, o Documento 105 repete o método, explicitando uma Teologia do Laicato também na perspectiva *ad extra Ecclesia*, ou seja, da ação do cristão leigo e leiga na sociedade brasileira. Os temas abordados são: o serviço dos leigos no mundo e suas ações transformadoras³²⁵; testemunhas de Cristo Pobre e da opção pelos sofredores;³²⁶ a espiritualidade da imitação de Cristo no cuidado

³¹⁶ CNBB, Doc. 62, n. 69, p. 52.

³¹⁷ Pode ser encontrado nos números: duas vezes na Apresentação do Documento; 5; 7; 40; 63; 94; 96; 104; 105; 108; 109; 111; 113; 115; 117; 133; 151; 185; 191; 241.

³¹⁸ Pode ser encontrado nos números: 45; 46; 61; 63; 65; 66; 69; 76; 77; 79; 84; 87 (duas vezes); 100; 102 (duas vezes); 109; 114; 157 (três vezes); 244 (duas vezes).

³¹⁹ Cf. *LG*, ns. 1-9.

³²⁰ Cf. *LG*, ns. 30-38.

³²¹ Cf. *LG*, ns. 9-11.

³²² Cf. *LG*, ns. 30-40.

³²³ Cf. *LG*, ns. 5; 12; 33.

³²⁴ Cf. *LG*, ns. 13; 37.

³²⁵ Cf. *LG*, ns. 33-38.

³²⁶ Cf. *LG*, ns. 38-41.

do próximo, a espiritualidade encarnada; o relacionamento com os não-cristãos católicos e os não cristãos³²⁷; do contributo dos leigos na missão eclesial na sociedade³²⁸.

Todos esses temas são desenvolvidos no Documento 105 e que na sua essência podem ser remetidos à *LG*. Tais temas constituem todo o escopo conciliar da compreensão nocional da Igreja como Povo de Deus. E não somente, mas também para o modo como a Igreja, no Brasil, se auto compreende e se auto afirma. Não se trata, aqui, de dependência de referência teórica. A Igreja, no Brasil, compreendida como Povo de Deus depende meramente das referências conciliares? Não se trata de dependência da mesma teologia, mas de continuidade e avanço. Nesse sentido, os próximos itens procurarão levantar esses elementos temáticos, sempre marcando um fio condutor das premissas: que se o Documento 105 for estudado nas comunidades eclesiais, ele pode oferecer maior conhecimento e consciência sobre o Concílio Vaticano II e da sua real importância na reflexão do papel dos leigos na Igreja. A ideia inspiradora é:

A Igreja, no Brasil, sabe que não pode ser um museu e sim um jardim florido. As grandes tensões pós-conciliares só serão fecundas se os leigos e leigas puderem assumir um lugar de destaque nas Igrejas locais e na Igreja Universal (...). Todos concordam que é chegada a hora de cuidar melhor da sementeira e da diversidade de nossa pastoral. Todos percebem que a hora dos leigos surgiu e clama no horizonte da pregação.³²⁹

2. Teologia do Laicato promovida pelo Documento 105 *ad intra Ecclesia*

2.1. Opção bíblica pela noção de Igreja como Povo de Deus

Comblin deixa bem claro que os Padres, no Concílio, queriam realizar mudanças substanciais na eclesiologia, ou seja, no modo do pensar da Igreja sobre si mesma. Ao dar destaque à compreensão nocional de Igreja como Povo de Deus, o Concílio fez um movimento, consciente, de romper com a eclesiologia comum da época e, de modo refletido e cuidadosamente elaborado, oferecer a Igreja para si mesma, transformada e rejuvenescida. A influência do movimento bíblico fez com que os Padres Conciliares optassem pela volta às origens e tomassem da leitura das Sagradas Escrituras, as referências para a definição da Igreja. A definição, assim, de Igreja com o Povo de Deus, iluminará toda a reflexão conciliar sobre o

³²⁷ Cf. *LG*, n. 14-15.

³²⁸ Cf. *LG*, n. 17.

³²⁹ ALTEMEYER JUNIOR, 2014, p. 120.

laicato e será proposta como modelo válido de reflexão às Conferências Episcopais de todo o mundo³³⁰.

A mesma opção que o Concílio Vaticano II fez em compreender a Igreja como Povo de Deus é feita pelo Documento 105 tratando-se de “uma das compreensões centrais da Igreja na tradição bíblico-ecclesial”³³¹. Os bispos brasileiros mantêm a mesma ordem temporal da constituição do Povo de Deus, explícito na *Lumen Gentium*: iniciando com o chamamento de Abraão³³², pai germinal do Povo de Deus da Antiga Aliança, e culminando no evento da Encarnação, Ministério, Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus, Cabeça do Povo de Deus da Nova Aliança³³³. A noção Povo de Deus expressa, de todo modo, “o amor misericordioso de Deus para com o ser humano em sua história, e antecede a qualquer decisão histórico-existencial do ser humano; Povo de Deus se realiza em processo de continuidade entre o antigo e novo povo”³³⁴.

Explicita o Documento 105 que desde os primórdios da história da salvação, em Abraão, Iahweh deseja constituir para si um povo no qual irá inabitar³³⁵ e manifestar sua vontade. Mesmo que o chamamento divino seja dirigido a uma pessoa, tem-se sempre em vista a formação e o serviço de um povo e através desse povo, uma dinâmica universal³³⁶. Essa dinâmica universal pode ser entendida como a vontade salvífica de Deus e a realização concreta desse desejo perante todo o gênero humano. Em outras palavras, a missão de Israel, como povo particular de Iahweh, sacerdotal e mediador³³⁷, será a de levar a revelação divina a outros povos, cujo ponto mais alto da revelação está na vida do Messias. É claro que a consciência da formação do Povo de Deus a partir da nação de Israel é gradual. Yahweh vai conduzindo a formação do seu povo, ao mesmo tempo em que vai se mostrando, se revelando, na história concreta dessa nação³³⁸.

³³⁰ COMBLIM, 2002, p. 20-21.

³³¹ CNBB, Doc. 105, n. 94, p. 59.

³³² Cf. Gn 12.

³³³ Cf. I Cor 12.

³³⁴ CALIMAN, Cleto. *Povo de Deus/Igreja*. Verbete. *Dicionário do Vaticano II*. PASSOS, João Décio, SANCHEZ, Wagner (orgs.). São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015. p. 760.

³³⁵ Em português a palavra inabitar significa aquilo ou lugar que não tem habitação ou não é habitável. Fonte: Dicionário Infopédia. Verbete: Inabitar. Acesso *on line* disponível em: <https://www.infopedia.pt> > dicionarios > lingua-portuguesa > inabitar. No entanto, o emprego da palavra pela Teologia Dogmática é essencialmente outro: Segundo Santo Agostinho diz que a inabitação de Deus no ser humano dá condições dele gozar da presença do Espírito Santo e seus dons. Tomás de Aquino a presença da graça divina inabitar o coração do ser humano, ou seja, tem o coração de todos os homens e mulheres como morada e lugar de presença. SCHNEIDER, Theodor. (org.). *Inabitação*. Verbete. *Manual de Dogmática*. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 455-465.

³³⁶ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 95, p. 59.

³³⁷ Cf. Ex 19,5-6.

³³⁸ Cf. CALIMAN, 2015, p. 760.

Os bispos brasileiros comparam o desenvolvimento histórico dessa consciência da formação do Povo a uma peregrinação: ao passo que se anda, se vislumbra o caminho; ao mesmo passo que a história humana se desenvolve, Deus vai se revelando e tornando conhecido. É uma nítida referência a *Lumen Gentium*, número nove, utilizada pelo Documento 105 quando adjetiva o Povo de Deus como “Povo de Deus peregrino”. Na peregrinação da história de Israel, no Antigo Testamento, Deus busca, a partir de um processo pedagógico peculiar, ir ao encontro de todas as criaturas³³⁹. Trata-se de uma postura aberta e dialogante de Deus que, mesmo localizando sua presença na história a partir de um povo, se abre para todas as nações da terra, como havia prometido a Abraão que a descendência dele seria uma nação grande e forte, e nele seriam abençoadas todas as nações da terra³⁴⁰.

A vocação de um povo em favor dos demais povos faz parte de um processo pedagógico de Deus em busca de suas criaturas. O primeiro passo desse processo, por nós reconhecido, é a eleição de Israel no qual existe o Povo de Deus. Israel é escolhido para ser povo mediador. Ele não pode fechar-se em si mesmo. Sua eleição não é privilégio que o distingue e o separe dos outros povos³⁴¹.

Essa leitura bíblica da formação do Povo de Deus foi determinante para a necessária fundamentação da nova eclesiologia conciliar, que afirma ser a Igreja, continuidade desse Povo peregrino na história. O mistério da ação de Deus no seu Povo, abrigada pela Igreja, supõe a história e os mais variados contextos do desenrolar dela. Por isso, é possível debruçar-se na atividade do Povo de Deus, na realidade brasileira, sem levar em conta a história desse Povo que vive nestas terras. A nova eclesiologia permite dar o devido realce a vida das pessoas, não como uma realidade profana, mas como lugar da habitação da divindade. A história de Deus com o fiel não se realiza apenas nos sacramentos, na doutrina sagrada, nos lugares sagrados, mas também na cultura e interação dos povos.

No Novo Testamento, a compreensão de Povo de Deus é central e mostra o nascimento da Igreja como novo Povo, a partir de Israel, de sorte que aparece claramente a continuidade entre os dois povos³⁴². Sem diferenças ou exclusão, mas continuidade e interação. Movidos por essa ideia, os bispos do Brasil escrevem que a opção bíblica que versa sobre a “Igreja como Povo de Deus lembra que a salvação, embora pessoal, não considera a pessoa de maneira individualista, mas como relacionada e interdependente”³⁴³, pertencente a uma comunidade.

³³⁹ *Ibidem*, p. 760.

³⁴⁰ Cf. Gn 18,18.

³⁴¹ CALIMAN, 2015, p. 760.

³⁴² Cf. COMBLIN, 2002, p. 28.

³⁴³ CNBB, Doc. 105, n. 98, p. 60.

Isso é um grande ganho, uma vez que, afirmam eles, a inter-relação e a interdependência proporcionam maior valorização da diversidade de rostos, de grupos e de membros, carismas e funções deste povo-comunidade, colaborando para enfraquecer divisões, evitando rupturas. Na Igreja, Povo de Deus, comunidade de nações, todos possuem a mesma dignidade³⁴⁴.

O Novo Testamento atesta a consciência que as primeiras comunidades cristãs desenvolveram de serem o novo Povo de Deus, em continuidade com suas raízes na cepa da fé abraâmica e, ao mesmo tempo, na diferença dos tempos salvífico [...]. A diferença desse novo Povo de Deus está na novidade absoluta da pessoa e da obra de Jesus Cristo, origem e sentido da comunidade messiânica, constituída com o próprio Jesus terreno em comunidade de vida.”³⁴⁵

A comunidade de vida formada por Jesus é constituída primeiramente pelos seus primeiros discípulos e continua existindo, nos dias de hoje, através dos batizados. Ratificando essa ideia, o episcopado brasileiro mostra no Documento 105 que compreender a Igreja por meio da noção bíblica como Povo de Deus proporciona chamar a “atenção para a totalidade dos batizados”³⁴⁶, os quais são parte constitutiva do Povo. O conjunto dos batizados, povo sacerdotal, profético e real, formam a expressão mais visível dos membros da Nova Aliança³⁴⁷. É o batismo que oferece a dignidade concreta e existente: a filiação ao Pai, a identificação a Jesus e inserção no Povo da história da Salvação. Sobre a dignidade batismal, não se sobrepõem outras dignidades, mas por meio do batismo comparado a um alicerce é que se assentam ofícios e ministérios.

Essa atitude de compreender que a dignidade existente é aquela oferecida pelo batismo, fez com que o Concílio Vaticano II superasse a noção da Igreja como uma estrutura piramidal, começando por apresentar a Igreja na sua mais íntima formação, isto é, como comunidade de batizados³⁴⁸. A ecclesiology atual, promovida no contexto brasileiro, não pode deixar de tornar cada vez mais claro que a Igreja é primeiro Povo de Deus, comunidade de batizados, haja vista que os cristãos leigos são a maioria, para depois se tornarem alguns poucos, um Papa, alguns Bispos e outros presbíteros e diáconos. Estes últimos recebem ministério ordenado para estar a serviço dos demais batizados, de modo que não são maiores em dignidade, apenas recebem mandato para o cuidado integral do Povo de Deus³⁴⁹.

³⁴⁴ Cf. *Ibidem*, n. 99, p. 60.

³⁴⁵ CALIMAN, 2015, p. 760.

³⁴⁶ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 100, p. 60.

³⁴⁷ Cf. *LG*, n.31.

³⁴⁸ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 100, p. 60.

³⁴⁹ Cf. BRIGHENTI, 2019, p. 93.

A adequação da compreensão de Igreja como Povo de Deus a partir das Sagradas Escrituras, permite colocar de forma igualitária as responsabilidades de todos os batizados na missão de evangelizar. A partir dessa perspectiva, o Documento 105 aponta, de forma contundente, que o “sujeito da evangelização é todo o Povo de Deus, a Igreja”³⁵⁰. Há uma tarefa de evangelizar dada a todos os membros do Povo de Deus e por conseguinte, coordenada e animada pelos ministros ordenados. Isso não quer dizer que há um escalonamento de responsabilidades, quando uns tem mais responsabilidades e outros menos. Todos são evangelizadores e devem depositar os frutos da missão aos pés de Jesus, no altar da Igreja, na mesa do Povo de Deus.

Não é evangélico pensar que os clérigos – ministros ordenados – sejam mais importantes e mais dignos, sejam “mais” Igreja do que os leigos. Esta mentalidade, errônea em seu princípio, esquece que a dignidade não advém dos serviços e ministérios que cada um exerce, mas da própria iniciativa divina, sempre gratuita, da incorporação a Cristo pelo Batismo.

Enfim, a opção feita pela Igreja, no Brasil, de referenciar a compreensão da Igreja como Povo de Deus a partir das Sagradas Escrituras, permitiu promover uma Teologia do Laicato contextualizada, que nitidamente recorre à Exortação Dogmática *Lumen Gentium* como referencial. Isso é muito importante para a promoção do laicato brasileiro e o desdobramento da prática pastoral desempenhada pelos leigos e leigas dentro da Igreja. Brighenti afirma que os leigos e leigas também são sujeitos no interior da Igreja, com voz e vez em tudo, expressão mais plena e verdadeira da responsabilidade como integrantes do Povo de Deus³⁵¹. Enfim, de certo, ainda é preciso que a noção bíblica de Povo de Deus possa ser estudada e aprofundada para continuar gerando nova consciência de ser e de pertencer à Igreja, efetivamente e de modo notável, verdadeiro Povo de Deus.

2.2. Povo de Deus, comunidade visível unida pela fé invisível

Os cristãos leigos e leigas, nos tempos de hoje, que não possuem adequada consciência de serem sujeitos de sua vida de fé, correm sérios riscos de declinar na tentação de procurar viver a fé batismal, desvinculando-se da comunidade de fé, ou seja, da Igreja³⁵². Reporta-nos o Documento 105 que o Papa Francisco por ocasião da mensagem do Dia Mundial da Paz, em

³⁵⁰ CNBB, Doc. 105, n. 101, p. 61.

³⁵¹ Cf. BRIGHENTI, 2019, p. 100.

³⁵² Cf. CNBB, Doc. 105, n. 71, p. 40.

primeiro de janeiro de 2016, fala de uma lógica da indiferença que incide sobre a Igreja. A lógica da indiferença pode ser entendida como a oferta de satisfação individual da fé que dispensa a relação com o outro. A satisfação do desejo pessoal, nesse contexto, provoca desinteresse perante as necessidades do próximo. Há predomínio da aparência em relação à realidade. Há uma busca da salvação pessoal fora da Igreja³⁵³. Tal mentalidade tem levado a muitos a se distanciarem cada vez mais da Igreja e por consequência da prática da fé. No fundo, para estes há uma carência de consciência do ser e pertencer à comunidade eclesial.

O primeiro a fazer uma abordagem distinta das realidades da Igreja, visível e invisível, foi Santo Agostinho em sua obra *A Verdadeira Religião*. Para o santo teólogo e filósofo, a verdadeira religião possui uma Igreja, comunidade de eleitos, que é a Igreja Católica, terrestre e sobrenatural. Esta distinção foi levada a cabo por outros pensadores cristãos e tantas vezes oferece confusão de pensamento. Agostinho não quis dividir a Igreja em duas realidades de modo que uma se contraponha a outra. Quando fala de Igreja visível diz ser o que é empírico, como o templo, os quadros, pinturas, a pessoa do Papa, dos bispos, e invisível a realidade dotada de fé, conteúdo doutrinário, obras espirituais, eventos sobrenaturais, espiritualidades. Infelizmente, o dualismo influencia o tempo de hoje, contrapondo, para muitos, as duas realidades eclesiais³⁵⁴.

Tudo na Igreja é divino; no entanto essa Igreja tão unilateralmente considerada na sua divindade tem atuação humana bem concreta. Porém, essa atuação humana não é realidade teológica, não se inspira em princípios evangélicos. A ação humana da Igreja é puramente contingente e nada tem que ver com a realidade da Igreja. Esta pode, impunemente e com toda a tranquilidade de alma, seguir os critérios de qualquer instituição humana. De fato, isso não tem fundamento na eclesiologia do Vaticano II³⁵⁵.

Os bispos brasileiros afirmam que o Concílio Vaticano II é a base do ensinamento sobre as relações dos fiéis com a própria Igreja³⁵⁶. Como a Igreja é definida como Povo de Deus, o não entendimento ou aceitação dessa autocompreensão produz outras eclesiologias em nada correspondentes à eclesiologia conciliar. Estas levam muitos cristãos leigos a abandonar a Igreja como comunidade visível, lugar privilegiado da vivência da fé, para vivê-la como posse

³⁵³ Cf. *Ibidem*, p. 41.

³⁵⁴ Cf. MORAES, João Ricardo de; GONÇALVES, Paulo Sérgio. *A verdadeira religião segundo Agostinho*. Anais do XVIII Encontro de Iniciação Científica, 2016. Disponível em: https://www.puc-campinas.edu.br/2013820_10330_375703357_resIC.

³⁵⁵ *Ibidem*, p. 120.

³⁵⁶ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 66, p. 36.

particular, de modo individual. Fato que promove os individualismos, grupos ideológicos, guetos nostálgicos de uma eclesiologia do passado.

Albert Roussiau, perito conciliar e professor na Universidade de Louvaina, Bélgica, escreve que o Concílio se esforçou por entender a Igreja em sua totalidade, não oferecendo condições para rupturas, entre aqueles que adotam a noção de que a Igreja é uma comunidade de fé visível, organizada de forma jurídica e sectária, e aqueles que adotam uma eclesiologia de comunhão fundamentada na formação comunitária e carismática do Povo. Por isso, a nova eclesiologia, ao afirmar que a Igreja é Povo de Deus, abarca as duas realidades, equilibrando-a: comunidade de fé visível, formada pela comunhão entre os fiéis, concreta, e a comunidade de fé invisível, que agrega todos os membros da Igreja pelo Batismo espalhados pelo mundo.

Aucun théologien ne peut réduire l'Eglise à n'être qu'une réalité invisible ou une réalité visible; tout la question porte donc sur la manière dont s'articulent les deux aspects ou les deux composante. En fait, à la veille du Concile, le débat ecclésiologique portait sur l'intégrations des aspects dans l'unique Eglise³⁵⁷.

Isso posto, as Sagradas Escrituras e toda a teologia decorrente dela afirma que o Povo da Antiga Aliança eram herdeiros, como comunidade racial e realidade carnal, dos bens de Yahweh. Bens que podem ser entendidos como materiais e terrestres, ou seja, a terra, casa, alimento; realidades visíveis, prometidas desde o tempo de Abraão³⁵⁸. A comunidade do Povo era então visível, estabelecida num lugar, na sua própria terra, nela construíram suas moradas e dela retiravam seu sustento. No entanto, sob direta influência dos profetas, a partir do momento em que Israel fica privado de sua terra por ocasião do Exílio, na Babilônia, a ideia da formação de Povo se alarga para fora do âmbito local e visível, para se tornar uma realidade espiritual³⁵⁹.

Os herdeiros, a partir desse momento, estão espalhados e a comunidade visível de fé está dispersa. Desse modo, abre-se a existência de um outro modo de pertença: à comunidade invisível, a um Israel espiritual. É uma pertença provisória, pois o povo no Exílio almejava a libertação e a reconstrução da Nação. Esse modo de organizar a vida do Povo de Deus, no Antigo Testamento, influenciou a formação do povo como continuidade na Nova Aliança. A Igreja é fruto da Nova Aliança, da união dos seres humanos reconciliados com o Pai por meio

³⁵⁷ ROUSSIAU, Albert. L'Eglise du Christ, réalité visible et invisible. Signification historique d'un thème conciliaire. *Nouvelle histoire de l'Eglise*, Paris: Seuil, p. 583. Disponível em: https://www.nrt.be/docs/articles/1985/107-6/858_conciliaire%0B.pdf. Tradução livre: "Nenhum teólogo pode reduzir a Igreja a ser somente uma realidade invisível ou uma realidade visível; toda a questão é, portanto, sobre a maneira pela qual os dois aspectos ou os dois componentes são articulados. Na véspera do Concílio, o debate eclesiológico retratava sobre a integração desses aspectos numa única Igreja.

³⁵⁸ Cf. KASPER, Walter. *A Igreja Católica. Essência. Realidade. Missão*. São Leopoldo: UNISSIONOS, 2012, p. 149-151.

³⁵⁹ Cf. Is 2,1ss; 56.

de Jesus. A formação da Igreja também supera a comunidade carnal e terrena, localizada num determinado território, para além das fronteiras das nações e étnicas. A Igreja se tornou comunidade visível espalhada no mundo, unida por uma fé invisível, sendo ao mesmo tempo um Povo real e espiritual³⁶⁰.

A Constituição Dogmática *LG* afirma que a Igreja é “comunidade de fé, esperança e caridade, como entidade visível pela qual difunde a verdade e a graça a todos”. Almeida diz que é um grande passo na eclesiologia conciliar não ter usado a expressão “sociedade” ou “sociedade perfeita”, mas sim a palavra “comunidade” para denominar a formação daqueles que professam a fé cristã, na Igreja Católica³⁶¹. A Igreja não é uma estrutura societária, mas uma organização comunitária. No entanto, é preciso esclarecer que para a *LG*, a comunidade de fé é formada por aqueles que comprometem toda a vida pela fé professada, não sendo reduzida a um ato privado, mediante o qual somente a pessoa é responsável pela vivência de sua fé perante Deus e de sua própria consciência³⁶², prescindindo da corresponsabilidade e missão da comunidade.

Desde o Antigo Testamento até o Novo Testamento, encontram-se relatos de experiências e cultos essencialmente comunitários. A vida de fé do Povo de Deus está, na sua totalidade, ligada à vida e à história desse mesmo Povo. É inconcebível uma fé privada e isolada que esteja à margem do Povo de Deus³⁶³. Ainda que, na Igreja, seja preciso considerar que os batizados devem ser respeitados na sua subjetividade, este respeito não apaga, nem dilui, nem mesmo desfaz a identidade comunitária deles. Para todo efeito, o desígnio salvífico de Deus, mostrado e realizado plenamente em Jesus, é comunitário na sua destinação e na sua recepção: destina-se ao Povo de Deus e por ele é recebido. E revelado, oferecido e acolhido na Igreja, como continuadora do Povo de Deus no hoje da história. Desse modo, a decisão de acolher a mensagem de salvação tem que ser tomada por cada um, mas só se torna realidade salvífica quando está sendo vivida junto à comunidade dos que creem, ou seja, na Igreja como reunião de todos, *congregatio populorum*³⁶⁴.

É preciso explicitar ainda que o Povo de Deus formado também pela totalidade da Igreja, ou seja, da Igreja em sua universalidade invisível, está localizada, de forma visível na Igrejas locais, ou diocesanas. Isso quer dizer que a pertença à comunidade universal dos que creem é

³⁶⁰ Cf. CONGAR, Ives. *Introdução ao Mistério da Igreja*. Trad. Petrus Gerardus Hollanders. São Paulo: Herder, 1966, p. 8.

³⁶¹ Cf. ALMEIDA, Antonio José. *Lumen Gentium. A Transição necessária*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 88.

³⁶² Cf. *LG*, n. 8.

³⁶³ Cf. BARREIRO, Álvaro. *Povo Santo e Pecador: a Igreja questionada e acreditada*. São Paulo: Loyola, 1994, p. 90.

³⁶⁴ Cf. KASPER, 2012, p. 139.

impossível sem uma inserção na comunidade concreta e situada. É nas comunidades locais que Povo de Deus se torna sujeito da missão evangelizadora, tendo à frente o Bispo, este unido ao Papa, que faz o vínculo de unidade entre todas as Igrejas³⁶⁵. É justamente na comunidade concreta e particular, afirma o Documento 105, que os cristãos leigos e leigas crescem na consciência de pertença ao Povo de Deus e assumem de maneira pessoal e livre as interpelações da fé assumida comunitariamente³⁶⁶.

Depois de ter tornado claro que a Igreja, Povo de Deus, é organizada de modo comunitária e que responde, existencialmente, por uma realidade visível, concreta e ao mesmo tempo por uma realidade espiritual, invisível, unidas e não contrapostas, é necessário expor qual é o conteúdo da fé, da comunidade, Povo de Deus. Barreiro afirma que a fé comum³⁶⁷ é o vínculo mais forte e irrenunciável da comunidade eclesial³⁶⁸. Então cabe a pergunta: qual é o conteúdo da fé do Povo de Deus, comunidade eclesial? Indubitavelmente crer, ter fé, implica um conteúdo. Isso significa que são precisos dois atos: o primeiro ato – *fides qua* – é a adesão a Jesus e a sua comunidade; o segundo ato de fé – *fides quae* – é aceitar todo o conteúdo da Revelação, guardado pela Tradição e explicitado pelo Magistério. Então, o conteúdo da fé está descrito no Credo e influencia todos os âmbitos da vida do crente³⁶⁹.

O conteúdo da fé do Povo de Deus é, então, o que está descrito no Credo Niceno-Constantinopolitano. Trata-se do conteúdo mais completo das sentenças que constituem a fé cristã. Também chamado de Símbolo, no Ocidente e no Oriente, as frases ou sentenças ali expostas simbolizam e remetem à realidade do conteúdo da fé comum. Aqui, mais uma vez, encontra-se a união de perspectivas: mesmo que o conteúdo da fé afirme as verdades doutrinárias oferecidas à universalidade da Igreja, é necessária a adesão particular, ou seja, mesmo sendo a fé da Igreja como comunidade, o ato de profissão de fé é eminentemente pessoal, motivo pelo qual a profissão de fé contida no Credo é formulada e desenvolvida na primeira pessoa do singular: “Creio”.

O correto entendimento de que a Igreja, Povo de Deus, comunidade de fé unida pela fé que não se vê, cria condições para superar o desejo de fazer oposição entre fé e vida. Segundo os bispos brasileiros, há uma mentalidade entre alguns que almejam criar uma distância entre a vivência da fé espiritual da prática da mesma fé. Para estes, a fé diz respeito apenas às coisas religiosas, espirituais, ao culto, à vida de oração, aos sacramentos. É reduzida ao foro particular

³⁶⁵ Cf. LG, n. 13.

³⁶⁶ Cf. CNBB, Doc. 105, n.124, p. 70.

³⁶⁷ Tt 1,4.

³⁶⁸ Cf. BARREIRO, 1994, p. 53.

³⁶⁹ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 133.a, p. 73.

não havendo necessidade de levar a luz da fé cristã aos demais campos da presença do cristão como a política, a economia, a cultura. Isso gera cristãos, leigos e leigas, ministros ordenados alienados e pouco conscientes da missão evangelizadora da Igreja na Sociedade.

Enfim, não se pode separar a comunidade de fé da Igreja como se fosse duas realidades diversas. Não se pode viver a fé sem prática comunitária. Não se deve reduzir a vivência da fé apenas ao foro particular. A formação do Povo de Deus é essencialmente comunitária. A Palavra de Deus no Antigo Testamento e a Boa Nova de Jesus no Novo Testamento destinam-se à formação contínua do Povo de Deus no decurso da história. A fé comum se torna o vínculo de união e o fundamento da unidade. Mesmo invisível, a fé aponta e constrói a realidade visível da Igreja.

2.3. Sujeitos na vida e na missão da Igreja: dignidade batismal e vocação laical

Depois de se ter fundamentado a formação do Povo de Deus, as condições de sua existência comunitária, unida pela fé invisível, torna-se muito importante descrever o lugar que ocupam os cristãos leigos e leigas dentro da comunidade eclesial e a participação deles como sujeitos da missão evangelizadora. Desse modo, dois temas são essenciais para o desenvolvimento deste trabalho: a dignidade batismal e a vocação laical. É urgente nestes tempos, dentro da conceituação de dignidade batismal, explicar o que é o sacerdócio comum dos fiéis e, na definição do que seja a vocação laical, o que é próprio aos leigos e leigas, caracterizados singularmente pela sua índole secular. Isso tudo desenvolvido dentro da nova eclesiologia conciliar. Kasper corrobora essa perspectiva descritiva:

Através do Concílio e após o Concílio, a eclesiologia do povo de Deus e o sacerdócio comum de todos os batizados tornaram-se fundamento para a determinação do lugar e da missão dos leigos e leigas na Igreja. A tomada de consciência por parte dos leigos figuram entre os frutos agradáveis do Concílio; no entanto, após o Concílio, ela se tornou fonte de muitos mal entendidos e novas controvérsias³⁷⁰.

Um dos maus frutos produzidos pelas controvérsias geradas pela confusão da compreensão do conceito de dignidade batismal e do lugar dos leigos e leigas dentro e fora da Igreja foi justamente a procura por anular a compreensão do sacerdócio comum dos fiéis e por consequência de toda a teologia batismal. No Documento 105, os bispos do Brasil tornam claro que a adequada consciência da dignidade batismal proporciona condições de que os leigos e

³⁷⁰ KASPER, 2012, p. 269.

leigos possam assumir seriamente seus direitos e deveres no âmbito eclesial, tornando eles mesmos sujeitos na missão evangelizadora³⁷¹. Tal caminho produz, sem sombra de dúvida, sérios constrangimentos a alguns grupos eclesiais que não desejam que os leigos e leigas possam assumir responsabilidades, compartilhando a missão e a corresponsabilidade do Reino de Deus. A Pesquisa de Campo, exposta no primeiro Capítulo desta Dissertação provou que a maior parte das pessoas não sabe de que se trata o sacerdócio comum dos fiéis e tampouco tem consciência de serem sujeitos, protagonistas da missão evangelizadora.

Faz-se necessário investir na adequada compreensão da dignidade batismal e da índole secular para que os frutos de maior engajamento dos leigos e leigas na vida eclesial e na sociedade possam ser colhidos. A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* afirma que a Igreja é formada por muitos membros, unidos pela eleição como Povo de Deus, cuja nota³⁷² marcante é ter “um só Senhor, uma só fé e um só Batismo”³⁷³. O Batismo incorpora a pessoa ao Povo de Deus, configura à pessoa de Jesus e oferece o maior status possível dentro da Igreja: o ser cristão, o ser cristã. Desse modo, o Concílio, ao fundamentar a dignidade laical provinda do Batismo, supera-se a compreensão de que os leigos e leigas são apenas encarregados e braço avançado do clero. “Sua vocação e missão não decorrem de um encargo que recebem do ministério nem da participação na missão deste, mas procede do próprio Cristo, pelo Batismo”³⁷⁴.

Recepcionando as proposituras do Concílio Vaticano sobre o Batismo, o Documento 105 explicita que os cristãos leigos são portadores da graça batismal, única fonte de dignidade para todos na Igreja, enquanto família de Deus³⁷⁵. Por mais que, no desenvolvimento da vida na Igreja, alguém possa assumir a Ordem Sacra, a perpétua consagração na vida religiosa, ou qualquer outro ministério, função e encargo, não há sobreposição de dignidade. O fato de assumir trabalhos não confere maior ou menor dignidade. O que acontece é que quando se assume trabalhos, assentados na dignidade batismal, a pessoa ocupa um determinado lugar na comunidade do Povo de Deus; lugar esse que, essencialmente, deve ser de serviço. A dignidade e a missão dos cristãos leigos têm sua base na realidade ontológica do batismo. Qualquer outro tipo de fundamentação carece de fundamentos teológicos. Propagar outro viés teológico é

³⁷¹ CNBB, Doc. 105, n. 111, p. 66.

³⁷² *LG*, n. 32.

³⁷³ Ef 5,3.

³⁷⁴ KASPER, 2012, p. 269.

³⁷⁵ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 110, p. 65.

compreender a vida e missão dos leigos e leigas de modo puramente funcional, tentação na qual, muitos, na atualidade eclesial, tem caído³⁷⁶.

Isso posto, o que é o sacerdócio comum dos fiéis? O Batismo faz com a pessoa comece a fazer parte do Povo de Deus, um povo sacerdotal e integrado à vida de Jesus que é que Sacerdote, Profeta e Rei. É uma mudança radical de vida e faz com que o fiel se torne uma pessoa comprometida com Jesus e sua Igreja. A vida se torna uma extensão da vida de Jesus, vivida não apenas como dom individual, mas em comum, na comunidade dos irmãos. A *Lumen Gentium*, afirma, que os cristãos leigos e leigas são consagrados como casa espiritual e sacerdócio santo. Através das obras, o cristão e cristã, oferecem sacrifícios espirituais e dão testemunho de Cristo por toda a parte³⁷⁷.

Emile Joseph de Smedt, perito conciliar, que aprofundou sobre o tema do sacerdócio comum, afirma que a Igreja, compreendida como Povo de Deus, não pode ser reduzida apenas a uma comunidade dos que se esforçam por viver em conformidade com a doutrina e vontade de Cristo. É preciso ir além dessa compreensão naturalista e estática. A Igreja é uma realidade maior, é a presença de Jesus na história, na qual o Senhor continua agindo e operando. O Cristo, afirma Smedt, continua a viver na Igreja e nela permanece como Sacerdote, Profeta e Rei. E não só: permite que a Igreja, por meio do Batismo, possa conferir seu sacerdócio, àqueles que são batizados, consagrando-os como sacerdotes³⁷⁸. É chamado de sacerdócio comum porque é dado a todos os fiéis³⁷⁹.

Cristo surgiu no mundo como sumo sacerdote, rei e profeta da Nova Aliança. E igualmente como sumo sacerdote, rei e profeta que ele continua a viver em sua Igreja e recorre à sua livre colaboração. Mas não o faz como que do exterior. Deixa que seu povo participe de seu sacerdócio, de sua missão profética, de sua função régia. Faz desse povo uma comunidade consagrada³⁸⁰.

Os bispos brasileiros escrevem que o sacerdócio comum, fundado no único sacerdócio de Cristo, dá condições para que os cristãos possam fazer de si mesmos oferta para o Senhor, “na participação dos sacramentos, sobretudo da Eucaristia, na vivência das virtudes, na ação evangelizadora, na constante busca pela conversão e santificação”³⁸¹. Pelo sacerdócio comum, todo batizado é agente da missão evangelizadora, podendo anunciar o Evangelho. No exercício

³⁷⁶ Cf. KASPER, 2012, p. 269.

³⁷⁷ Cf. LG, n. 10.

³⁷⁸ SMEDT, Emile Joseph de. O Sacerdócio dos fiéis. In: BARAÚNA, Guilherme (org.). *A Igreja do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, p. 487.

³⁷⁹ *Ibidem*, p. 487.

³⁸⁰ *Ibidem*, p. 487.

³⁸¹ CNBB, Doc. 105, n. 110, p. 65.

do sacerdócio comum, os cristãos leigos não só pertencem à comunidade eclesial, mas são “*ipso facto*” a comunidade eclesial³⁸². Na comunidade, Povo de Deus, é desenvolvido o sacerdócio comum, quando são colocados à disposição os dons de cada um e cada uma. Através do “sacerdócio comum, cada leigo e leiga se transforma em sinal vivo da presença e da ação de Jesus na história humana”³⁸³.

Sabendo que o batismo confere a maior dignidade possível a um fiel, que é a de se tornar um cristão, uma cristã, inserido (a) no Povo de Deus e participante do sacerdócio de Jesus, o Concílio Vaticano II procurou definir qual seria a missão específica dos leigos e leigas dentro da participação comum da vida eclesial. Segundo os Padres Conciliares, o que é próprio da vocação e missão dos leigos é procurar o Reino de Deus nas realidades temporais e ordenando-as segundo Deus³⁸⁴, sendo-lhes “própria e peculiar dos leigos a característica secular”³⁸⁵. Em outras palavras, a missão e vocação dos leigos e leigas se realiza no cuidado, por exemplo, da economia, política, educação; lugares cuja presença é em sua maioria, dos leigos e leigas. No entanto, esse enunciado da *LG* tem sido usado com frequência para associar os leigos, unilateralmente, ao serviço do mundo, excluindo-os do serviço eclesial, ou tirando a responsabilidade de bispos e padres de irem ao encontro das realidades do mundo, tantas vezes marcadas por estruturas de pecado³⁸⁶.

É claro que o Concílio não quis somente fazer uma distinção da missão entre cristãos leigos e cristãos ordenados³⁸⁷. Os Padres Conciliares, escreve Kasper, quiseram descrever o conteúdo da missão apenas ressaltando que a missão, no tempo e espaço, deve ser assumida também pelos leigos e leigas. A missão evangelizadora não é exclusivo dos ministros ordenados, mas de todos os batizados³⁸⁸. Em muitos ambientes eclesiais, ainda se propaga que a missão dos cristãos leigos no mundo advém de um mandato e delegação conferido pela hierarquia. É um equívoco. A missão na sociedade deriva da missão de Jesus e é comum tanto a leigos quanto ao clero. O contrário também é válido: os cristãos leigos não podem deixar de assumir responsabilidades dentro da Igreja, pensando que a função de organizar a vida do Povo de Deus como comunidade esteja reservada apenas aos que receberam o Sacramento da Ordem.

³⁸² Cf. PEREIRA, Reginaldo. Igreja Povo de Deus: o Sacerdócio comum dos fiéis na vida da Igreja. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, n. 53, Ano 24, 2009, p. 156.

³⁸³ *Ibidem*, p. 156.

³⁸⁴ Cf. KASPER, 2012, p. 269.

³⁸⁵ *LG*, n. 31.

³⁸⁶ KASPER, 2012, p. 269.

³⁸⁷ Cf. *LG*, n. 31.

³⁸⁸ *Ibidem*, p. 269.

Para Comblin, o Concílio Vaticano II permitiu romper com o pensamento que afirmava ser o lugar e a missão do clero o interior da Igreja e dos leigos e leigas, o mundo. Essa premissa era notória na eclesiologia tridentina e perdurou até os tempos pré-Vaticano II³⁸⁹. No Documento 105, os bispos demostram ter a consciência de que não se pode dividir a missão em dois lados, clero e leigos, entre sagrada e profana. Há uma única missão dada a uma Igreja, Povo de Deus. É nesse sentido que, de forma muito bonita, o Documento 105 fala que os cristãos leigos e leigas são sujeitos na Igreja e no mundo. A posição dos cristãos leigos e leigas, através de sua vocação laical, são sujeitos, quer dentro da Igreja, quer no mundo. Não são passivos nem lá e nem cá. São protagonistas da missão evangelizadora. Igreja e sociedade estão relacionadas e articuladas³⁹⁰.

Mais que no passado, temos hoje as condições eclesiais, as condições sociais, as condições políticas e culturais e as bases eclesiológicas para que o cristão leigo exerça sua missão como autêntico sujeito eclesial, apto a atuar na Igreja e na sociedade e a promover uma relação construtiva entre irmãos”.³⁹¹

Nas duas realidades entrelaçadas, Igreja e Sociedade, os cristãos leigos e leigas são sujeitos. Explicam os bispos, no Brasil, que a noção de sujeitos eclesiais além de ser fundamentada na dignidade batismal, no exercício do sacerdócio comum, possuiu uma “raiz genuinamente judaico-cristã”³⁹². O fundamento bíblico de sujeito está na ideia de criatura distinta do Criador. A criatura é chamada a se unir cada vez mais ao seu Criador e a criatura responde, não de forma inconsciente e alienante, mas de modo maduro e livre. A maturidade e a liberdade fazem da pessoa livre e eticamente responsável pelas suas opções que, na perspectiva da fé, adere a Jesus e à sua comunidade, expandindo-a pela sua participação.

Os cristãos leigos e leigas, como sujeitos eclesiais, livres e maduros, ao assumir seus direitos e deveres na Igreja não podem cair no fechamento de grupos ou de determinadas ideologias eclesiológicas, mas, sempre em vista da união-comunhão, devem conquistar espaço para exercer com “criatividade e ousadia o testemunho de Cristo”. Nesse sentido, não se pode nunca se esquecer de que uma comunidade unida, cuja base seja a própria comunhão Trinitária, tem maiores condições de promover o protagonismo cristão, uma vez que como Povo de Deus todos são unidos pelo amor que se torna serviço, doação, saída, encontro. Típicas atitudes de imitação da Trindade.

³⁸⁹ COMBLIN, 2002, pp. 52-57.

³⁹⁰ Cf. CNBB, Doc. 105, n.133, p. 73-76.

³⁹¹ *Ibidem*, n. 122, p. 70.

³⁹² *Ibidem*, n. 121, p. 69.

Conclui o Documento 105 que os cristãos leigos e leigas, à luz da dignidade batismal e do lugar de sujeitos na Igreja e na Sociedade, são discípulos missionários³⁹³. São aqueles que experimentaram a alegria de um encontro pessoal com Jesus e desejam repartir essa alegria com a própria Igreja e a Sociedade. Eles se dispõem a seguir a Jesus com todas as consequências dessa escolha e levam a cabo a construção de um Povo de Deus, marcado pela busca do amor que se traduz em obras diante dos mais pequenos e excluídos. Isso tudo, sem nunca perder de vista que são responsáveis também pela promoção da unidade eclesial e da edificação da comunhão entre todos os batizados³⁹⁴.

2.4. Cristãos leigos e leigas promotores da comunhão eclesial

Um dos temas mais caros aos Padres Conciliares é o da comunhão eclesial. O assunto é amplamente tratado na *LG*³⁹⁵. Fica claro para quem se aprofunda nos estudos do CV II que uma linha condutora está presente em todos os documentos: a procura por explicitar o que é a comunhão eclesial e o melhor modo de construí-la. Como sujeitos eclesiais, os leigos e leigas assumem papéis de destaque na colaboração da construção da comunhão eclesial e do bem de toda a Igreja³⁹⁶. Os bispos brasileiros afirmam que a comunhão potencializa a missão da Igreja e deve ser almejada por todos os seus membros, sem distinção, na liberdade, na responsabilidade e na criatividade³⁹⁷.

A comunhão eclesial deve ser entendida como a essência mais profunda da unidade da Igreja cuja origem está no modo como se organiza a vida divina na Trindade, ou seja, na comunhão das Pessoas Divinas, Una-Trina. Em grego, a palavra utilizada para empregar a comunhão é *koínonia*. A *LG*, no seu capítulo primeiro, vai afirmar que a comunhão da Igreja nasce justamente da Trindade e, por isso, é mistério³⁹⁸. Isso foi inovador para a eclesiologia durante e posteriormente ao Concílio. Almeida diz que o esforço da Igreja em colocar sua origem na Trindade fez com que fossem criadas condições para abandonar uma eclesiologia cristonomista, visibilista e triunfalista que privilegiava a compreensão da Igreja como *societas*, ou seja, como meramente uma reunião, em sociedade, de fiéis.

³⁹³ *Ibidem*, n. 132, p. 69.

³⁹⁴ *Ibidem*, n. 132, p. 69.

³⁹⁵ Cf. *LG*, 13; 14; 18.

³⁹⁶ Cf. *LG*, n. 30.

³⁹⁷ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 93, p. 58.

³⁹⁸ Cf. ALMEIDA, 2005, p. 75.

O Documento 105 acolhe essa perspectiva de que a Igreja não é formada por uma mera associação de indivíduos, mas na união das mais “diversidades dos rostos”³⁹⁹. Por mais que se deva lutar para que na comunidade eclesial se possam guardar e defender os direitos individuais, se sobrepõe, não anulando, à individualidade, a comunidade. Isso significa que a relação do indivíduo com Deus não é privada, independente de todo e qualquer aspecto comunitário. “Os indivíduos, na Igreja, mantendo sua subjetividade, possuem uma identidade comunitária”⁴⁰⁰, que jamais poderá ser negada. Seria ir na contramão do CV II que elaborou a eclesiologia da comunhão como aquela que mais serve para compreender a Igreja à luz da comunidade Trinitária⁴⁰¹.

De outra parte, a comunidade eclesial só cumpre eficazmente a vocação de ser imagem da comunhão da Trindade como Povo de Deus levando também em consideração sua formação histórica no mundo. A historicidade é um dos mais importantes elementos que ajudam a compreender que a Igreja responde por uma presença de construção, continuação no mundo e na história das pessoas, tantas vezes marcada pela violência, exclusão e negação de dignidade. Nesse sentido, escreve Cavaca que os aspectos históricos da formação da Igreja permitem não ceder à tendência atual de, exclusivamente, oferecer à comunidade eclesial, visibilidade pelos ritos e pelo culto. A Igreja, através dos leigos e leigas, mantém sua notoriedade e comunhão, mesmo estando eles dispersos pelo mundo, cuidando da família, da economia, da cultura⁴⁰², lutando contra regimes sociais excludentes, sendo “sal da terra e luz do mundo”⁴⁰³.

O fato de centrar a autocompreensão da Igreja não diretamente em sua realidade jurídico-institucional, mas no Povo de Deus, significa que o Concílio, primeiro, situa a Igreja no horizonte do mistério de Deus Uno e Trino, em relação de origem última; segundo, situa a Igreja no horizonte do mundo, pelo reconhecimento de sua plena historicidade. (...). Enfim, significa estabelecer na Igreja uma nova consciência daquela “cidadania” eclesial, de que falava Paulo, fundada na morte e ressurreição de Jesus Cristo, capaz de gerar o sujeito da fé eclesial⁴⁰⁴.

Ainda mais, afirma Caliman que para estabelecer os leigos e leigas como sujeitos de comunhão eclesial não basta proceder de uma forma dedutiva, a partir de uma consideração teológica abstrata. É necessário ir mais a fundo. É mister considerar as condições históricas de sua realização como *communio fidelium* e os modos de poder e participação nesta comunidade

³⁹⁹ *Ibidem*, p. 58.

⁴⁰⁰ CNBB, Doc. 105, n. 103, p. 61.

⁴⁰¹ Cf. FUELLENBACH, John. *Igreja comunidade para o Reino*. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 73.

⁴⁰² Cf. LG, n. 32.

⁴⁰³ Mt 5,13-14.

⁴⁰⁴ CALIMAN, 2011, p. 1052.

de fiéis. Para ele, o primeiro passo para compreender os leigos e leigas como sujeitos de comunhão eclesial está no fato de que o CV II deixou de compreender a Igreja como sociedade de desiguais, o que gerava desigualdade e disputas por espaço e voz perante dois tipos de classes de pessoas: o clero e os demais fiéis⁴⁰⁵. Por mais que se possa preservar o ambiente das ações do clero e dos leigos e leigas, todos são uma comunidade eclesial de iguais. O batismo é a condição única de igualdade e de dignidade.

É evidente que na comunidade eclesial não existe a pura comunhão como existe na vida trinitária. Na vida Deus-Uno-Trino, não há confusão de pessoas e conflitos de vontades⁴⁰⁶. Na Igreja existem os conflitos entre as pessoas, lutas, choques de mentalidades, projetos, ambições⁴⁰⁷. Então, como pode haver comunhão eclesial? Primeiro, que a comunhão se realiza como consequência da ação de Deus⁴⁰⁸ no próprio corpo eclesial; Deus é uma presença viva na comunidade e em torno de sua presença se mantém na fé, na esperança e na caridade, a união do todo o Povo⁴⁰⁹. Segundo, que a comunhão eclesial deve ser o desejo de todo o Povo de Deus e por isso está sempre em construção processual. Por exemplo, na busca pela superação dos desafios, na criação de condições de edificação do próximo, do não deixar de lado o compromisso da fé com a vida. É extremamente prejudicial quando a hierarquia deixa de acreditar que a comunhão eclesial deve ser construída na verdade da fé e na prática do Evangelho. Muitos pensam que a comunhão eclesial se faz justamente em Deus, por Deus, retirando responsabilidades pessoais perante o outro.

De modo contundente, afirma Comblin que a Igreja presta um grande desserviço à construção da comunhão eclesial quando não mais acredita que ela pode ser construída, mas já é dada e manifestada nos ofícios do Papa, dos bispos e padres, como pronta e acabada. A comunhão, afirma o teólogo belga, não reside apenas nos dogmas proclamados e nas disciplinas de cada época, mas na vontade e disposição sincera também dos leigos e leigas que vivem inspirados na vida de Jesus⁴¹⁰. A comunhão eclesial é, então, a união do espiritual e do institucional. São dependentes. No que se refere ao espiritual é mantido pela ação do Espírito Santo, dinâmica e livre. O mesmo deve valer para o institucional quanto ao exercício das tarefas e ministérios. Não pode ser também carismático e dinâmico? Pode e deve ser assim.

⁴⁰⁵ *Ibidem*, 2011, p. 1063.

⁴⁰⁶ Cf. KASPER, 2012, p. 115-117.

⁴⁰⁷ COMBLIN, 2002, p. 128.

⁴⁰⁸ Cf. LG, n. 4.

⁴⁰⁹ Cf. LG, n. 8.

⁴¹⁰ COMBLIN, 2002, p. 129.

Se o Povo de Deus desaparecesse, o que reaparece como natureza da Igreja é a burocracia clerical, a centralização burocrática da Cúria romana e a prática da Cúria romana de uma política muito humana – no sentido pejorativo da palavra – e pouco cristã. Se se nega o Povo de Deus, o que fica é aquela Igreja nascida de Trento⁴¹¹.

Não é estranho perceber que, atualmente, muitos membros do clero e também leigos e leigas, sem a devida compressão da dignidade batismal e carentes de adequada formação teológica, tem buscado romper com a compreensão de Igreja como Povo de Deus para mergulharem numa Igreja do passado que não existe mais. São pedidas missas rezadas em latim, padres rezando de costas para a assembleia, uso de paramentos antigos, volta do véu para mulheres, divisão dos assentos da igreja entre homens e mulheres. São fatos que podem externar a ruptura visível da comunhão eclesial e da fraternidade⁴¹², além de tornar mais explícita a não aceitação da Igreja como está organizada depois do CV II. O que é bastante sério. Pode, até a longo prazo, dividir a Igreja gerando o rompimento da comunhão. Estão se criando guetos religiosos tão diferentes e rivais entre si. Nesse sentido, afirmam os bispos brasileiros que eles retomam a teologia conciliar da Igreja como comunhão na diversidade e a propõe para os tempos de hoje, não admitindo um ambiente de confusão de ideias eclesiológicas.

Sabe-se que a teologia da comunhão do Concílio foi buscar seus fundamentos nas Sagradas Escrituras e também no movimento patrístico. A Igreja que qualifica o Povo de Deus como povo peregrino coloca em evidência a formação do povo de Israel como povo destinado à liberdade; enquanto buscam a liberdade, estruturam-se de modo coeso em torno da comum Aliança. Santo Agostinho, por sua vez, coloca e identifica a Igreja como comunhão cuja Eucarística é o sinal concreto, celebrado nas Igrejas Particulares. Diante da Palavra de Deus e da Eucaristia é feita a comunhão eclesial⁴¹³. Os leigos e leigas não são apenas convidados a passivamente ouvir a Palavra e receber a Eucaristia. Têm direito de fazê-lo ativamente, uma vez que encontram eles também na Palavra e na Eucaristia condições de sustento para fé e inserção na vida eclesial.

Fuellenbach explicita que a compreensão da Igreja como Povo que caminha e que se sustenta em torno da Palavra e da Eucaristia continua a “exercer atração sobre os grupos marginalizados na comunidade eclesial que passam por dificuldades comparáveis àsquelas vividas por Israel: grupos oprimidos e dependentes, que lutam por identidade e liberdade”⁴¹⁴. Esses encontram, na comunidade eclesial, a possibilidade de comunhão de fé e de amor. “A

⁴¹¹ *Ibidem*, p. 129.

⁴¹² WOLFF, Elias. *Comunhão*. Verbete. *Dicionário do Concílio Vaticano II*. PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner (orgs.). São Paulo: Paulus\Paulinas, 2015, p. 165.

⁴¹³ Cf. ALMEIDA, José Antonio. *Sois um em Cristo Jesus*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 90

⁴¹⁴ FUELLENBACH, 2006, p. 77.

Igreja se torna, assim, o espaço, não único, mas certamente privilegiado de comunhão”⁴¹⁵. No entanto, não são poucas as barreiras que estão, aqui, colocadas para que a Igreja possa ser lugar de comunhão para os mais pobres e excluídos. O clero não pertence ao grupo que necessita de libertação ou de melhores condições de vida. Os pobres e excluídos, que possivelmente são batizados, são leigos e leigas e não ministros ordenados que, pela sua própria condição, são evangelizadores.

Não se pode jamais se esquecer de que os cristãos leigos e leigas, sujeitos da comunhão eclesial, sofrem as contingências da sociedade, posto que eles também são sujeitos sociais. Como Povo de Deus, os leigos e leigas, formam o tecido da sociedade e levam para dentro da comunidade de fé seus problemas e necessidades⁴¹⁶. A comunidade eclesial, sobretudo na pessoa daqueles que assumiram o ofício de pastoreio, não pode ser alienada e desinteressada pela situação de sofrimento social que o outro está vivendo⁴¹⁷. Seria anular toda a vida de Jesus que, marcadamente, foi ao encontro dos sofredores; é não ouvir os apelos do Papa Francisco que convida a Igreja a sair e ir ao encontro do próximo. Como a sociedade não é homogênea, a Igreja também não é. Desse modo, os conflitos sociais fazem tornar também explícito dentro da Igreja outros vários conflitos pelo simples fato dela ser uma presença histórica.

Sobrino afirma que “ao fazer a missão como Jesus, o conflito do mundo se introduz dentro da Igreja”⁴¹⁸. Isso não é um mal em si. Produz apelos de conversão também nas estruturas eclesiais. Aqui, o apelo à comunhão é mais forte, uma vez que a Igreja não pode se furtar de “seu serviço à vida e à esperança”⁴¹⁹. É preciso aceitar as contingências do mundo e os limites da própria comunidade de fé. Sem essa humildade, não é possível a verdadeira comunhão. Há a necessidade de colocar em relevo que os sujeitos eclesiais de comunhão continuam a ser, em sua maioria, os leigos e leigas e que no meio onde vivem padecem e sofrem por força do capitalismo selvagem, pela corrupção, pelas liberdades negadas, pelo domínio do mercado, pelo mandatário corrupto burguês.

O *aggiornamento* do Concílio se efetiva pelo reconhecimento do novo sujeito eclesial e de sua práxis não como concessão ou desvio, mais ou menos tolerado pela “ortodoxia”, mas como expressão legítima da práxis cristã dos pobres e, por isso, também expressão legítima da intenção fundamental do Concílio. Esse caminho constituiria, então, a real chance de uma Igreja no mundo pós-moderno⁴²⁰.

⁴¹⁵ ALMEIDA, 2004, p. 90.

⁴¹⁶ CALIMAN, 2011, p. 1066.

⁴¹⁷ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 98, p. 60.

⁴¹⁸ SOBRINO, John. *A ressurreição da verdadeira Igreja*. São Paulo: Loyola, 1982, p. 212.

⁴¹⁹ CNBB, Doc. 105, n. 101, p. 61.

⁴²⁰ CALIMAN, 2001, p. 1067.

Cabe, ainda, fazer uma última distinção conceitual dentro da perspectiva da comunhão eclesial. Dentro da comunidade dos fiéis, não acima, nem abaixo dela, estão aqueles que receberam ofícios e funções e compõem a chamada hierarquia eclesiástica ou comunidade hierárquica⁴²¹. Os membros da comunidade dos fiéis, que receberam ofícios através do Sacramento da Ordem, não receberam distinção quanto à dignidade, mas diferenciação no serviço que prestam à comunidade de fé. Sendo os dons e carismas distribuídos de acordo com a vontade divina, eles têm uma única origem, Deus. Pelo ministério que realizam, os membros do clero, oxalá, realizassem a vontade do Senhor e não as próprias vontades.

Nunca é demais frisar que os ministérios que inserem a “pessoa dentro da hierarquia eclesiástica não foram instituídos por Cristo a fim de concentrarem em si, sozinhos, toda a missão salvífica da Igreja no mundo”⁴²². Há uma partilha de responsabilidades com os leigos e leigas perante o trabalho comum de evangelização e de construção da comunhão eclesial⁴²³, uma vez que depois do CV II, os próprios leigos recebem e são investidos em diversos ministérios e funções dentro da Igreja⁴²⁴.

A comunhão eclesial, enfim, é um dom de Deus e é mantida pela graça divina. Revela a própria maneira de organização da vida trinitária, comunhão – *koinonia* – das Pessoas Divinas. Na historicidade da Igreja, a comunhão é construída por todos os fiéis e em especial pelos cristãos leigos e leigas como sujeitos eclesiais. O CV II fez com que dentro da comunidade dos fiéis fosse destacada a comum dignidade entre todos os batizados e a diversidade de ministérios e funções são melhores compreendidos pela teologia conciliar como serviço. Os cristãos leigos e leigas aparecem, afirmam os bispos brasileiros, como sujeitos da comunhão eclesial, sendo eles mesmos a Igreja, não uma parte inferior e diminuída da comunidade eclesial. São autênticos protagonistas da construção da comunhão da Igreja, uma vez que dentro dela e fora dela, são sujeitos eclesiais⁴²⁵.

⁴²¹ WOLFF, Elias. *Comunhão*. Verbete. *Dicionário do Concílio Vaticano II*. PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner (orgs.). São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015, p. 165.

⁴²² *Ibidem*, 2015, p. 165.

⁴²³ Cf. *LG*, n. 37.

⁴²⁴ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 108, p. 64.

⁴²⁵ Cf. *Ibidem*, n. 109, p. 65.

2.5 Povo de Deus chamado à santidade, mas marcado pelo pecado

A Oração Eucarística V deixa bem claro a existência de uma realidade na vida da Igreja. Trata-se da presença do pecado e da santidade. A Igreja, compreendida nocionalmente como Povo de Deus, “é santa e pecadora”⁴²⁶. Antes da comunhão eucarística, toda a Igreja faz uma súplica a Deus para que não veja os pecados, mas somente a fé que a anima⁴²⁷. O CV II fala da santidade como elemento constitutivo, afirmando que, por sua própria origem, a Igreja é “indefectivelmente santa”⁴²⁸, mas também, como vocação, precisa ser alcançada por seus membros através de uma vida de abandono do pecado e de conversão. Os bispos brasileiros, na mesma perspectiva conciliar, asseguram que os cristãos leigos e leigas são chamados à santidade, sendo possível somente na inserção da vida em Cristo, “fonte de toda a santidade”⁴²⁹. Embora o Documento 105 não utilize nenhuma vez em todo seu desenvolvimento a palavra pecado, é inegável a presença dessa realidade na vida da comunidade eclesial.

Não se incorre em erro dizer que a existência dessa realidade na Igreja é um paradoxo. Journet afirma que esse paradoxo deriva do próprio mistério mesmo que a envolve. Para ele, em analogia com a pessoa de Cristo, a Igreja é divina e humana, não no sentido da união hipostática que une as duas naturezas de Jesus, mas por habitação comum, ou seja, o pecado e a santidade não se unem, mas ocupam o mesmo espaço: o coração do homem e da mulher. A formação da Igreja como santa e pecadora, a coloca em constante tensão. O seu ser de natureza humana é essencialmente inadequado para manifestar a santidade de Deus que mantém a comunidade eclesial. Santidade da qual a Igreja é portadora⁴³⁰. Corrobora a LG que a Igreja é comunidade visível e comunidade espiritual, ao mesmo tempo divina e humana, santa e pecadora; são duas realidades distintas e complexas quanto à presença e existência⁴³¹.

Congar lança ainda maior luz sobre a questão da existência da santidade e do pecado na Igreja. Em seu livro *Verdadeira e falsa reforma da Igreja*, o grande teólogo conciliar faz uma distinção entre “estruturas” – no plural – para se referir-se às estruturas sociológicas e históricas sobre as quais incidem o pecado, a necessidade de reforma e purificação da Igreja; e, “estrutura” – no singular – a qual entende como a essência da Igreja, sua origem em Deus, Escritura,

⁴²⁶ MISSAL ROMANO. *Oração Eucarística V*. 2 Ed. São Paulo: Paulus, 2011, p. 499.

⁴²⁷ Cf. *Ibidem*, 2011, p. 501.

⁴²⁸ LG, n. 39.

⁴²⁹ CNBB, Doc. 105, n. 116, p. 68.

⁴³⁰ JOURNET, Charles. O caráter teândrico da Igreja, fonte de tensão permanente. In: BARAÚNA, Guilherme (org.). *A Igreja do Concílio Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, p. 386.

⁴³¹ Cf. LG, n. 8.

sacramento, que são em si imóveis e imutáveis. Na “estrutura”, a Igreja é santa. Nas “estruturas”, a Igreja tem pecados⁴³².

Os cristãos leigos e leigas precisam saber da existência de uma via conciliadora para a vida cristã no que se refere à santidade e ao pecado. Muitos vivem em extrema paranoia, em busca de uma santidade que somente é reservada a Deus; outros, em estado permanente de vigilância escrupulosa, se acham pecadores perdidos e enxergam pecado em tudo e em todos. Possivelmente, isso é fruto de uma inadequada recepção do CV II ou até, talvez, da não recepção. Tal postura descrita nas linhas acima parece identificar a vida cristã com tempos pré-conciliares, cuja perspectiva teológica era verticalista e legalista. Baseada na punição às leis morais não observadas, na autoridade eclesiástica que ditava o que era, os cristãos leigos viviam sufocados e, em demasia, preocupados se estavam ou não agradando a Deus. Esse prisma não corresponde ao CV II que ofereceu um novo enfoque teológico no qual a vida cristã se centra na pessoa humana em sua totalidade e não somente em seus pensamentos, palavras, atos e omissões⁴³³.

O Papa Francisco, recentemente, na sua Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate* afirmou que, atualmente, há a tendência de enaltecer a santidade de Deus e o esforço pessoal e de grupos para atingi-la, como se fossem privilegiados em relação a outros; ao mesmo tempo em que outros se sentem pecadores, imerecidos da bondade divina e por isso não lutam contra o pecado e suas mais diversas formas estruturais. Ver a Igreja na sua verdade, santa e pecadora, oferece uma senda de equilíbrio para a vida cristã que, enquanto existência humana, nunca poderá ser plenamente santa e nem totalmente pecadora⁴³⁴.

“Especialmente iluminadora para o tema da presença da santidade e pecado dentro na Igreja é a concepção tradicional de Igreja como Povo de Deus itinerante na história, nitidamente valorizada pelo Concílio, junto com a concepção da Igreja como sacramento da salvação e como comunhão”⁴³⁵.

Indubitavelmente ao conceito de Igreja como Povo de Deus pertence este tema da santidade e pecado. A ideia de povo peregrino, tão usada pelos bispos brasileiros no Documento 105, permite, através da história da formação do Povo de Deus, concluir que se trata de um povo ferido pelo cansaço, pelo desânimo e que comete infidelidades. A Igreja, por consequência, participa dessa mesma realidade, uma vez que é a continuidade desse Povo: há

⁴³² BARREIRO, 2001, p. 109.

⁴³³ MATTOS, Luiz Augusto. *Pecado*. Verbete. *Dicionário do Concílio Vaticano II*. PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner (orgs.). São Paulo: Paulus\Paulinas, 2015, p. 732.

⁴³⁴ Cf. FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Gaudete et Exsultate*. São Paulo: Loyola, 2018, ns. 32-34.

⁴³⁵ BARREIRO, 2001, p. 98.

fidelidade e infidelidade. Por mais que exista uma realidade de pecado pessoal e todos os fiéis sejam leigos e leigas, papa, bispos, padres, são pecadores, faz da Igreja, em sua estrutura comunitária, assembleia reunida e organizada, toda ela, pecadora. Rahner afirma que não seria o real Povo de Deus se a Igreja negasse que a pecaminosidade de cada membro não determinasse ela mesma, não em essência, mas sim, em sua realidade histórica⁴³⁶.

Os parágrafos 116 a 118 do Documento 105 versam sobre o chamado à vida santa enfatizando que essa deve ser uma busca dos cristãos leigos e leigas, especialmente na Sociedade. No entanto, é necessário colocar em destaque que muitos leigos e leigas colaboram não só na santificação do mundo, mas de toda a Igreja⁴³⁷. Exercem sobre a Igreja testemunho e profetismo, denunciando também o que não vai bem, como a corrupção e abusos de poder por parte do clero, pregação sem obras, vida distante das virtudes evangélicas. A vida santa dos leigos e leigas nunca pode deixar de ser um constrangimento àqueles que, na hierarquia, não possuem mesma vivência e coragem de adequação da vida à vida de Jesus. Barreiro afirma que já que a eclesiologia do Povo de Deus não dá lugar ao clericalismo, também não dá espaço a nenhuma espécie de triunfalismo ou *theologia gloriae*⁴³⁸ por parte do clero. A todos, à luz da vida de Jesus, é exigido assumir a condição de fraqueza e fragilidade.

A Igreja, como Povo de Deus, necessita de *renovatio* e *reformatio*. Renovação, reforma, adaptação são muito necessárias, mesmo porque as estruturas históricas que compõem a formação da comunidade eclesial, nas quais a Igreja também expressa sua identidade e missão mudam e se transformam, assim como a sociedade muda. A novidade conciliar foi justamente esta: de deixar a Igreja ser interpelada pelas mudanças, abrir-se à adequada atualização. Não são necessárias doutrinas e dogmas novos, como muitos desejam. Não é preciso lançar anátemas e excomunhões. Basta utilizar da hermenêutica do conteúdo da fé à luz das circunstâncias de cada tempo e do modo como vivem os povos. Em outras palavras, não são necessárias novas disciplinas e medidas canônicas para se evitar o pecado, é mais útil uma pastoral que promova a conversão e a santidade⁴³⁹.

Como todos os membros da Igreja, em especial, os cristãos leigos e leigas são “chamados, antes de tudo, à santidade”⁴⁴⁰, não se pode reclinar ao pessimismo do pecado. A LG, como já citado, afirma que a Igreja é indefectivelmente santa. No entanto, é preciso analisar

⁴³⁶ RAHNER, Karl. O pecado na Igreja. In. BARAÚNA, Guilherme (org.). *A Igreja do Concílio Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, p. 467.

⁴³⁷ Cf. CNBB, Doc. 105, ns. 116-118, p. 68-69.

⁴³⁸ Cf. BARREIRO, 2001, p. 98.

⁴³⁹ *Ibidem*, p. 120.

⁴⁴⁰ CNBB, Doc. 105, n. 116, p. 68.

adequadamente essa afirmação. É imprescindível deixar claro que os Padres conciliares atribuem o predicado de santidade à Igreja terrena⁴⁴¹ e não à celeste como havia afirmado Agostinho⁴⁴² que, baseando-se em Paulo, segundo o qual a Igreja da eternidade, purificada, já é totalmente “sem ruga e sem mancha”.

O pensamento de Agostinho não pode ser utilizado para falar do Povo peregrino, o que prejudica a compreensão de Igreja como Povo de Deus, por antecipação. O Concílio inova ao afirmar que a santidade é a realidade da constituição da Igreja peregrina hoje, não permanecendo santa apenas na sua forma de instituição e em suas doutrinas, mas também na vida de cada um de seus membros. O processo de canonização de um fiel, por exemplo, é senão reconhecer a santidade alcançada na vida terrena e que permite concluir que a pessoa participa da santidade de Deus na vida pós-morte. Só o pode ser partícipe da santidade de Deus na eternidade por causa dos predicados de vida santa na terra. Ainda sobre o conceito de indefectibilidade, escreve Hahner:

O conceito já significa de maneira clara que a relação entre pecado e santidade da Igreja não é apenas a relação externamente dialética da coexistência do pecado e da santidade (repartida a diversos membros), mas que a santidade da Igreja tem uma primazia sobre sua pecaminosidade. (...) a santidade é sempre vencedora, concedida à Igreja, por Deus, em Cristo⁴⁴³.

Os bispos brasileiros deixam bem claro a que a vida dos cristãos leigos e leigas, pautada na busca pela santidade e na distância do pecado, “torna a Igreja mais atraente e convincente”. Através da vida dos leigos e leigas, a presença da Igreja se torna viva no contexto político, econômico, social. Nessas realidades, tantas vezes carentes de princípios éticos e morais, através da “inserção nas realidades temporais, na participação nas atividades terrenas”⁴⁴⁴, a atuação dos cristãos leigos se torna qual “fermento na massa”. Estes ajudam a superar as estruturas histórico-sociais corrompidas, geradoras de pecado social grave. Nesse campo, afirma o Documento 105 que os leigos e leigas devem exercer atividade pastoral cujo horizonte maior é romper com o pecado na construção possível da santidade⁴⁴⁵. Em meio a todas as dificuldades, tentações e tribulações, todos são chamados a encontrar e renovar as forças na

⁴⁴¹ Cf. LG, ns. 39-40.

⁴⁴² AGOSTINHO, Santo. *Retratações*. apud BARREIRO, Álvaro. *Igreja, Povo santo e pecador*. São Paulo: Loyola, 2001, p. 92.

⁴⁴³ RAHNER, 1962, p. 466.

⁴⁴⁴ CNBB, Doc. 105, n. 118, p. 68

⁴⁴⁵ Cf. *Ibidem*, p. 69.

graça de Deus. Os leigos e leigas, mesmo sentindo a dramática fraqueza da carne, não podem jamais olvidar-se de que são sujeitos eclesiais, sustentados pela graça de Deus⁴⁴⁶.

2.6. Carismas, serviços e ministérios dos leigos e leigas na Igreja

Os Padres conciliares conseguiram assimilar significativamente o desejo do Papa João XXIII de abrir as realidades da Igreja para o mundo. No entanto, outros passos muito importantes também foram dados. Destaca-se a abertura da Igreja para a corresponsabilidade⁴⁴⁷ e valorização dos mais diversos carismas, serviços e ministérios que os leigos e leigas podem assumir e exercer *ad intra ecclesia*⁴⁴⁸. Essa tomada de consciência pelo CV II é muito importante, uma vez que se trata de reconhecer, de modo incisivo, que a comunidade eclesial, sua organização e manutenção, não é somente uma responsabilidade daqueles que receberam o Sacramento da Ordem, mas missão e dever inerente a todos os batizados. Tal fato permitiu que se pudesse refletir sobre a participação dos leigos e leigas nos mais diversos serviços, no exercício de ministérios e na vivência múltipla dos dons e carismas.

Por sua parte, os sagrados pastores reconheçam e tornem efetivas a dignidade e a responsabilidade dos leigos na Igreja; aproveitem de bom grado o seu conselho prudente, confiêm-lhes tarefas para o serviço da Igreja, e deixem-lhes liberdade e campo de ação; animem-nos mesmo a empreender outras obras por iniciativa própria. Considerem atentamente, diante de Deus, com paternal afeto, as iniciativas, as propostas e os desejos manifestados pelos leigos⁴⁴⁹.

Acolher as iniciativas dos leigos e leigas dentro da Igreja significa além de reconhecer as potencialidades humanas, como inteligência, destreza, sagacidade, é aceitar que não se pode escravizar o Espírito Santo que distribui dons como quer⁴⁵⁰ e que está a serviço da Igreja toda, e que não dota de dons e carismas somente o clero, mas, sobretudo, os leigos e leigas. Recebendo essa verdade teológica conciliar, os bispos brasileiros reconhecem que a Igreja, nestas terras, cumpre com fidelidade e com maior eficácia sua missão evangelizadora, abrindo espaço para a corresponsabilidade nas tarefas, na organização dos ministérios úteis à comunidade de fé e no exercício pleno e livre dos carismas. No fundo, trata-se de acolher os

⁴⁴⁶ Cf. LG, n. 9.

⁴⁴⁷ *Ibidem*, n. 37.

⁴⁴⁸ KLOPPENBURG, Boaventura. *A eclesiologia da Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1971, p. 246.

⁴⁴⁹ LG, n. 37.

⁴⁵⁰ Cf. I Cor 12,7.

auxílios de Deus à sua Igreja. Cada carisma e ministério realizados pelos cristãos leigos e leigas devem ser tidos como ajuda efetiva de Deus às necessidades da Igreja⁴⁵¹.

O Documento 105 tem a intenção de deixar bem claro que sustenta sua concepção de Igreja toda ministerial e carismática à luz da teologia do Povo de Deus. O Povo de Deus é reunido em torno de uma única fé e de um só Batismo. No entanto, de modo análogo, como Deus é Um na diversidade das três Pessoas Divinas, a “Igreja é uma unidade na diversidade”⁴⁵². Essa verdade teológica implica considerar que: do mesmo modo que Deus, na Pessoa do Espírito Santo, distribuiu os dons como Lhe apraz, Deus é, ao mesmo tempo, o fundamento e sustento da unidade e a comunhão do Povo de Deus. Então, os cristãos leigos e leigas, na plena liberdade e liberalidade da ação do Espírito, encontram nos mais diversos ministérios e funções o imperativo de estar a serviço da unidade e comunhão de todo o corpo eclesial. Uma Igreja ministerial é também, no prisma do laicato, toda *diaconia* e *koinonia*, respectivamente, serviço e comunhão.

A reflexão pode ir para uma senda mais profunda. As atitudes e iniciativas dos leigos e leigas, no contexto eclesial brasileiro, são não só incentivadas, mas necessárias. As atitudes são expressões dos mais diversos carismas e capacidades que eles possuem. Na liberdade do Espírito Santo, as ações pastorais dos leigos não são apenas complementos das atividades pastorais do clero. Ambas, ações do clero e do laicato, caminham juntos e convergem. Há cooperação entre as duas perspectivas pastorais que divergem na pessoa e no campo, mas nunca na sua origem e lugar: Deus e a Igreja, concomitantemente. Brighenti, nessa perspectiva, afirma que o CV II proporcionou uma nova relação entre leigos e leigas com a Igreja, uma vez que a participação deles nas mais variadas atividades eclesiais não se caracteriza por mera cooperação com os ministros ordenados, mas deriva do mandato de Jesus a todos, isto é, pregar o Evangelho e batizar⁴⁵³.

Do ponto de vista eclesiológico, muito se tem ainda a progredir quando o assunto é autonomia dos leigos e leigas com seus dons e determinados carismas. A pesquisa de campo referenciada na primeira parte deste trabalho bem mostrou que grande parte dos leigos atuam na vida pastoral da Igreja, mas se sentem só e exclusivamente ajudantes e cooperadores dos ministros sagrados. Os leigos e leigas ainda carecem de consciência de que a presença e atuação deles em qualquer ramo pastoral ou até mesmo na Sociedade é a presença e atuação da Igreja toda. Não recebem nenhuma ordem para representar, como passivos, a comunidade eclesial.

⁴⁵¹ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 151, p. 83.

⁴⁵² *Ibidem*, n. 151, p. 83.

⁴⁵³ BRIGHENTI, 2019, p. 159.

São de fato, ela toda. Ninguém ignora que à Igreja, no papel de seus pastores cabe o discernimento sobre os dons e carismas; estes devem ajudar e promover a atuação dos leigos e leigas que independe de mandato e delegação⁴⁵⁴.

Uma vez que o Documento 105 aponta a necessidade de um reto discernimento, é preciso considerar que a *LG* não faz distinção contundente entre dons e carismas⁴⁵⁵. À luz das Sagradas Escrituras⁴⁵⁶, os dons têm origem no Espírito Santo e são sete: Sabedoria, Entendimento, Conselho, Fortaleza, Ciência, Piedade e Temor de Deus. Já os carismas são manifestações de capacidades segundo o Espírito Santo e não precisam ser de ordem extraordinária, sobrenaturais; podem ser ordinários, naturais⁴⁵⁷. Por exemplo, “alguém que tenha carisma para administrar bem as finanças, ou outro que tenha habilidade para a direção da comunidade”⁴⁵⁸. Sejam os dons, sejam os carismas, são capacidades especiais dadas aos fiéis⁴⁵⁹. Ambos devem estar sempre à disposição da construção do bem-comum, cuja manifestação fundamental está no amor a Deus e ao próximo⁴⁶⁰. Só são dons e carismas se estiverem à serviço do amor. Se a origem deles não for Deus, não edificarão e nem servirão à comunidade.⁴⁶¹

A *LG*, em seu parágrafo quarto, afirma que o Espírito Santo capacita a Igreja com os mais diversos carismas que são úteis à missão evangelizadora e à comunhão da comunidade de fé. Nessa reflexão, os Padres conciliares afirmaram que os dons encontram sua expressão mais significativa quando se tornam serviço na renovação da Igreja e no rejuvenescimento dela⁴⁶². De modo inovador, para serviço também se utilizar a palavra ministério. É inovador porque se trata do início da utilização dessa palavra não só ao serviço prestado pelos ministros ordenados, mas, agora, também ao serviço laical. Os serviços e ministérios ao serem fundamentados no Batismo e na Crisma fazem da Igreja uma comunidade de serviço ministerial, que oferece espaços de comunhão, corresponsabilidade e atuação dos leigos, colaborando também, fora dos limites da sacristia, na promoção do “serviço aos pequenos e a toda humanidade”⁴⁶³, como era o desejo de João XXIII.

⁴⁵⁴ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 152, p. 83.

⁴⁵⁵ Cf. *LG*, n. 4.

⁴⁵⁶ Cf. Is 11,2

⁴⁵⁷ Cf. JOÃO PAULO II, Papa. *Exortação Apostólica Pós Sinodal Christifidelis Laici*, n. 24.

⁴⁵⁸ BOAS, Alex Villas. *Carisma*. Verbete. *Dicionário do Concílio Vaticano II*. PASSOS, João Décio. SANCHEZ, Wagner (orgs.). São Paulo: Paulus\Paulinas, 2015, p. 80.

⁴⁵⁹ Cf. Rm 12,6.

⁴⁶⁰ Cf. 1Cor 13

⁴⁶¹ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 151, p. 83.

⁴⁶² Cf. *LG*, n. 4.

⁴⁶³ OTTAVIANI, Edécio. *Limites do Vaticano II*. Verbete. *Dicionário do Concílio Vaticano II*. PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner (orgs.). São Paulo: Paulus\Paulinas, 2015, p. 546.

Quanto ao significado de ministério, os bispos, no Brasil, definem-no como “o carisma que assume forma de serviço à comunidade e à sua missão na Igreja e na Sociedade”⁴⁶⁴. O ministério é o modo de realização dos carismas na comunidade eclesial. Dessa forma, é possível entender que a Igreja é totalmente ministerial, não só por causa daqueles que receberam algum grau do Sacramento da Ordem e comumente são chamados de ministros, como também dos leigos e leigas que recebem carismas e servem à comunidade, são ministros da comunidade eclesial. O fato de, historicamente, a Igreja ter reservado aos ordenados o substantivo de ministros e a ação deles como ministério, não implica que somente a eles seja reservado tal substantivo, não sendo empregado a mais ninguém. Nesse caso, a LG não é reducionista, nem mesmo jurídica. Há, aqui, uma ampliação da visão eclesial da realização de ministérios que passa também a ser designada a algumas atividades dos leigos⁴⁶⁵.

Os ministérios leigos derivam do Batismo e, de todo modo, do sacerdócio comum dos fiéis, qualificando o fiel à participação íntima na vida de Jesus, Sacerdote, Profeta e Rei. Por essa razão, os ministérios leigos devem ser “reconhecidos, confiados e instituídos”⁴⁶⁶. Historicamente, a prática pastoral da Igreja sempre confiou parte do ofício dos ministros ordenados aos leigos, o que ainda continua a acontecer hoje⁴⁶⁷. Na Igreja Católica, presente na América Latina, mormente no Brasil, tem se promovido e valorizado, provocados, também pela necessidade, ministérios aos leigos, antes reservados, massivamente, ao clero: ministros da Palavra, animadores da assembleia, coordenadores de pequenas comunidades, catequistas, líderes das comunidades eclesiais de base e outras pastorais específicas⁴⁶⁸. A possibilidade de confiar ministérios aos leigos não iguala em essência e grau o sacerdócio comum e o sacerdócio ministerial. A diferenciação continua. O que acontece é um espaço maior de participação dos leigos e leigas nas atividades de pastoreio da Igreja, como sujeitos eclesiais, ministros do serviço e da comunhão⁴⁶⁹.

Por outro lado, não há catecismo que ignore que qualquer leigo pode administrar validamente o batismo em caso de necessidade. O sacramento do matrimônio tem por ministros os próprios nubentes, segundo a doutrina comum da Igreja Latina. A unção dos enfermos até a era carolíngia, foi administrado e autoadministrado por qualquer cristão, com o óleo bento pelo bispo. A confissão a leigos foi durante séculos considerada a única expressão válida do voto do sacramento da penitência⁴⁷⁰.

⁴⁶⁴ CNBB, Doc. 105, n. 155, p. 84.

⁴⁶⁵ Cf. KUZMA, Cesar. *Leigos e leigas. Força e esperança da Igreja e no mundo*. Paulus, 2009, p. 97.

⁴⁶⁶ CNBB, Doc. 105, n. 157, p. 85.

⁴⁶⁷ Cf. TABORDA, 2012, p. 67.

⁴⁶⁸ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 158, p. 85.

⁴⁶⁹ *Ibidem*, n. 158, p. 86.

⁴⁷⁰ TABORDA, 2012, p. 167.

É interessante notar que ainda se faz presente no clero certa mentalidade clericalista que não entende a grandeza do sacerdócio comum dos fiéis e a possibilidade de confiar ministérios aos leigos como direito que lhes pertence. Kuzma escreve que quando um cristão leigo e leiga procura reivindicar a sua condição de ministro, não está indo contra os ensinamentos da Igreja ou mesmo propondo outra doutrina, mas está em busca de uma condição de direito⁴⁷¹. Isso não quer dizer que quer tomar o lugar de alguém ou substituir outro, mas, sim “somar força e contribuir, a sua maneira, no processo evangelizador”⁴⁷². O Documento 105 diz que faz parte da missão de toda a Igreja “o reconhecimento dos carismas dos demais”⁴⁷³ e que na diversidade dos ministérios, a Igreja testemunha à sociedade sua diversidade realizada pelo Espírito, na unidade da fé⁴⁷⁴.

Uma última proposição deve ser considerada na questão dos carismas e ministérios dos leigos e leigas: a Igreja não está em condição de dispensar o protagonismo dos leigos e leigas. Admitir isso é humildade. É consciência da realidade e urgência na necessidade. A missão de uma Igreja inteira ministerial, presente no contexto de sociedade secularizada, se apresenta como complexa e necessita de ações em muitas direções e espaços em que somente os leigos podem estar como acontece na política e na economia, por exemplo. No meio das realidades desafiadoras da sociedade, os leigos e leigas são ministros da Igreja⁴⁷⁵. Não há condições e nem tempo, afirmam os bispos brasileiros, para se pensar “uma Igreja que não incentive a participação e corresponsabilidade dos cristãos leigos e leigas na missão”⁴⁷⁶.

3. Teologia do Laicato proposta pelo Documento 105 *ad extra Ecclesia*.

3.1. Algumas aproximações entre *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes*

Almeida, ao refletir sobre a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* e a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, afirma que entre ambas “não há oposição, mas complementariedade, apesar da diferença de conteúdo e, sob alguns aspectos, de perspectiva, que naturalmente existe

⁴⁷¹ Cf. KUZMA, 2009, p. 96

⁴⁷² *Ibidem*, p. 97.

⁴⁷³ CNBB, Doc. 105, n. 159, p. 86.

⁴⁷⁴ Cf. *Ibidem*, n. 159, p. 86.

⁴⁷⁵ KUZMA, 2012, p. 97.

⁴⁷⁶ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 160, p. 86.

entre as duas”⁴⁷⁷. Os dois documentos conciliares expressam, fidedignamente aquilo que pensou o Papa João XXIII para toda a Igreja: uma abertura e renovação da eclesiologia *ecclesia ad intra*, como pensamento da Igreja para si mesma, e eclesiologia *Ecclesia ad extra*, enquanto postura e posição frente ao mundo⁴⁷⁸. Ainda que a GS seja o pensamento da Igreja perante a sociedade contemporânea, trata-se de uma reflexão consistente e válida para a toda Igreja, uma vez que é fruto soberano do CV II. Manzatto corrobora esse ponto de vista quando afirma que a GS leva a marca do CVII e ao ser caracterizada como o pensamento eclesial sobre a pastoral no mundo promove o *aggiornamento*, reintroduzindo a Igreja na sociedade⁴⁷⁹. Movimento inovador, visto décadas de condenação ao mundo por parte da Igreja e ausência, quer de reflexão ou pastoral, frente as realidades em que viviam os povos.

É necessário fazer um esclarecimento: a LG é uma Constituição Dogmática e a GS é uma Constituição Pastoral. O que significa essa adjetivação? À primeira vista, não é causa de problemas nem de divergência entre os dois documentos⁴⁸⁰. O que tem acontecido é que determinadas alas eclesiais, nostálgicas de imposição de doutrinas realizadas pelos Concílios passados, não aceitam o CVII como um trabalho eclesial com natureza pastoral, fazendo “interpretações apressadas e reducionistas do Concílio”⁴⁸¹. Na verdade, todos os documentos conciliares possuem o desejo de ensinar e mesmo de propor doutrinas que no passado não haviam sido oficialmente explicitadas pelo Magistério em documento formal. A própria GS traz uma nota de rodapé onde deixa claro que a Constituição é dividida em dois blocos: “pastoral”, uma vez que pautada na doutrina católica expressa as intenções da Igreja perante sua relação com o mundo e o ser humano na atualidade; “doutrinal”, porque também oferece a reflexão doutrinária sobre o homem e a mulher, sobre o mundo e contextos em que vivem, marcado por alegrias e esperanças⁴⁸². Sem essa visão conciliadora, não se entende o Concílio e nem mesmo seus documentos finais oficiais⁴⁸³.

Nesse sentido é que o CVII se fez capaz de falar para a Igreja e para a sociedade ao mesmo tempo. Essa é a estrutura fundamental de todo o trabalho conciliar. Recebendo o CVII, os bispos brasileiros, atentos a esse modo de trabalho, traçaram a reflexão sobre os leigos e

⁴⁷⁷ ALMEIDA, 2005, p. 161.

⁴⁷⁸ Cf. *Ibidem*, p. 161.

⁴⁷⁹ MANZATTO, Antonio. Fundamentos Teológicos da Gaudium et Spes. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, v. 17, n. 68, 2009, p.78.

⁴⁸⁰ Cf. ALMEIDA, 2005, p. 161.

⁴⁸¹ *Ibidem*, p. 161.

⁴⁸² Cf. *Ibidem*, p. 162.

⁴⁸³ Antonio Jose de Almeida deixa claro que: enquanto, pastoral, o CV II, baseado na doutrina católica, ofereceu uma reflexão que, no desenrolar do tempo, pode ser atualizada e renovada, por isso, contingente; no entanto, a doutrina em que o CVII se baseou para as proposições eclesiológicas pastorais são perenes, imutáveis, uma vez que fazem parte da sólida constituição da compreensão da fé eclesial. Cf. ALMEIDA, 2005, p. 162.

leigas no Documento 105 da mesma maneira. Refletem sobre o laicato e sua atuação protagonista, apontando que o lugar de desenvolvimento das atividades dos cristãos leigos e leigas se realiza no dia a dia da comunidade eclesial e na sociedade, sem separação⁴⁸⁴. São dois âmbitos diferentes de se realizar a missão dada por Jesus, mas complementares entre si. Assim como não se pode entender os documentos do Concílio sem levar em conta sua dinâmica de diálogo entre Igreja e mundo, não se pode entender o Documento 105 sem prestar atenção à sua dinâmica justaposta de duas realidades: a vida do cristão leigo e leiga só é plena respondendo à vida em comunidade eclesial e em comunidade societária brasileira⁴⁸⁵.

Os temas comuns e fundamentais à *LG* e à *GS* são a Igreja e o mundo. Já no primeiro parágrafo da *GS*, encontra-se quase que resumida toda a teologia exposta no documento conciliar: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo”⁴⁸⁶. Através dessa citação, pode-se afirmar que a Igreja vai eleger, de modo explícito, que seu campo de ação evangelizadora e missionária são justamente as realidades em que vivem os povos. Nas mais diversas sociedades e nos mais distintos ambientes envolvendo a presença humana, a Igreja encontrará nos cristãos preocupações, sofrimentos que também serão as suas, uma vez que a comunidade eclesial é constituída e organizada por seres humanos. A postura da Igreja será aquela que se aproxima da sociedade, cultiva postura dialogal⁴⁸⁷, ao mesmo tempo que evangeliza⁴⁸⁸.

Desnecessário dizer o quanto a *Gaudium et Spes* influenciou a mudança de perspectiva da Igreja do Concílio até hoje. Essa influência se percebe no plano pastoral, mas também no plano teológico. Muito do que temos na riqueza da reflexão teológica de hoje se deve à *Gaudium et Spes* e sua proposta de reencontrar o mundo contemporâneo, não para dominá-lo, mas para anunciar-lhe a boa-nova de Jesus Cristo, evangelizando-o⁴⁸⁹.

A compreensão de Igreja como Povo de Deus é desenvolvida também na *GS*⁴⁹⁰. Precisamente abordada na *LG*, a compreensão de Igreja como Povo de Deus é essencial para

⁴⁸⁴ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 11, p. 18.

⁴⁸⁵ Mocellim explica que comunidade societária “é o lugar onde podemos encontrar os semelhantes e com eles compartilhar os valores e visões de mundo”. MOCELLIN, Alan Delazeri. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. *Revista Plural*. Sociologia, USP. São Paulo, v. 17, n. 2, pp. 116-117, 2011. A comunidade de semelhantes se torna societária na partilha de suas ideias, valores e na discussão das diferenças. A comunidade é sempre positiva, a sociedade nem sempre, uma vez que é em sociedade que a comunidade dos seres humanos mostra suas semelhanças e diferenças. Cf. MOCELLIM, 2011, pp. 116-117.

⁴⁸⁶ *GS*, n. 1.

⁴⁸⁷ Cf. *GS*, n. 23.

⁴⁸⁸ MANZATTO, 2009, p. 78.

⁴⁸⁹ *Ibidem*, 2009, p. 78.

⁴⁹⁰ Cf. *GS*, n. 11.

que a Igreja possa abarcar dentro de sua realidade as contingências em que vivem os homens e mulheres contemporâneos. A visão de Igreja, como povo peregrino, motiva os cristãos e cristãs a almejar sempre mais melhores condições de vida e, ao mesmo tempo procuram realizar a vontade de Deus e agradá-lo. Na história do Povo há a ação de Deus que conduz e salva e que edifica e santifica o ser humano todo. O Documento 105 afirma que a ação divina na história da humanidade possibilita exigir correspondência a esta ação como chamado: todo ser humano é chamado, de modo integral, como pessoa inteira, a corresponder o amor salvador de Deus⁴⁹¹. “Ser cristão, sujeito eclesial, e ser cidadão não podem ser visto de maneira separada⁴⁹².”

Igualmente à *LG*, a *GS* remete a origem da Igreja à Trindade⁴⁹³. É importante tornar claro essa ideia uma vez que denota a íntima relação entre ambos os documentos conciliares. A origem da Igreja está em Deus-Uno-Trino. Também tem sua origem na mesma Trindade o gênero humano, cuja gênese é bem anterior à origem da Igreja. Na história do ser humano, Deus revelou seu projeto de criação e salvação, na qual a Igreja é sacramento, ou seja, guardiã, sinal e dispensadora dos recursos da salvação para o homem e mulher de todas as gerações. A tarefa primordial da Igreja é ir ao encontro de cada um dos seres humanos e apresentar o rosto do Pai, manifestado no rosto do Filho⁴⁹⁴. Ao atrair as pessoas para si, a comunidade eclesial deve levar as pessoas a se aproximarem de Deus. Como a Trindade é comunhão de Pessoas, a Igreja também é convidada a ser comunhão de pessoas, dos mais diversos rostos, cultura, ideias, vontades e a promover a edificação da sociedade comum “fundamentada na justiça e na paz”⁴⁹⁵.

Na concepção da Igreja como “sacramento universal de salvação”, encontra-se também outro nexos entre a Constituição dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja e a Constituição pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo de hoje. Nesta concepção eclesial, à luz das Sagradas Escrituras, o conceito de sacramento deve ser entendido como toda a economia da salvação, iniciada com a criação, cujo ápice é a Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus. Do itinerário da vida de Jesus a Igreja é herdeira e testemunha. Neste mundo, na comunidade de fé está, de modo misterioso, a presença de Deus que deve ser levada a todos⁴⁹⁶. A Igreja não pode ver o mundo como o lugar onde habitam aqueles que rejeitam a Deus. A *GS* entende o mundo

⁴⁹¹ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 163, p. 87.

⁴⁹² *Ibidem*, n. 164, p. 87.

⁴⁹³ Cf. *GS*, n. 40.

⁴⁹⁴ Cf. Jo 14,9.

⁴⁹⁵ CNBB, Doc. 105, n. 161, p. 87.

⁴⁹⁶ ALMEIDA, 2005, p. 167.

como lugar do desenvolvimento do gênero humano e sua história⁴⁹⁷. É nessa história que o CVII destinou grande parte do interesse de sua reflexão teológico-pastoral *in mundo*⁴⁹⁸.

Uma outra aproximação entre a *LG* e a *GS* pode ser mostrada: o sentido da universalidade da salvação dirigida a todos os homens e mulheres⁴⁹⁹. O princípio da salvação universal abarca também aqueles que mesmo não fazendo parte da comunidade eclesial, fazem parte da comunidade dos seres humanos. A *LG* diz que a Igreja deve ser luz para todo ser humano e a *GS* resgata a concepção de que todo ser humano é criatura amada de Deus. Como amados de Deus, o ser humano mesmo que não faça parte da comunidade de fé pertence à fraternidade do gênero humano e na medida em que vive a justiça e amor é atraído por Deus mesmo que não explicitamente⁵⁰⁰. Deus, de todo modo é o fim de todo o gênero humano. Mesmo que alguém não seja atraído pela luz da Igreja, tal fato não destrói sua vocação de destino final, que é o próprio Deus⁵⁰¹.

Essas aproximações entre a *LG* e a *GS* mostram a influência desses documentos na nova eclesiologia conciliar. Ambos os documentos levaram a Igreja a não se fechar sobre si mesma, mas a se abrir para uma adequada atualização de suas estruturas internas ao mesmo tempo em que se propunha a dialogar com a comunidade humana presente no mundo. Aos poucos, a Igreja vai deixando uma postura rígida de mestra absoluta⁵⁰² para aquela que aponta a Jesus verdadeiro Mestre⁵⁰³, o Caminho, a Verdade e Vida⁵⁰⁴ para toda a humanidade. Aponta para os que já fazem parte da comunidade de fé, aponta para os que não tem fé. Convida e atraí, como obrigação inerente à missão evangelizadora, a todos para conhecerem a Jesus. Para isso, ela mesma se torna luz para os povos.

3.2. O serviço dos leigos no mundo e suas ações transformadoras

Como já se aludiu, o serviço dos leigos e leigas corresponde à sua índole secular⁵⁰⁵. Este serviço no meio da Sociedade, nos mais diversos campos e tarefas é facultado a todos os batizados. Todos são enviados a levar o Evangelho às realidades mais diversas e aos mais

⁴⁹⁷ Cf. *GS*, 45.

⁴⁹⁸ Cf. ALMEIDA, 2005, p. 167.

⁴⁹⁹ Cf. *LG*, n.2 e *GS*, n. 24.

⁵⁰⁰ Cf. *LG*, n. 22

⁵⁰¹ Cf. *GS*, n. 24.

⁵⁰² Cf. ALMEIDA, 2005, p. 173.

⁵⁰³ Cf. Jo 13,13.

⁵⁰⁴ Cf. Jo 14,6.

⁵⁰⁵ Cf. *LG*, n. 31.

diferentes lugares e modos da presença do homem e mulher contemporâneos⁵⁰⁶. Os bispos brasileiros expressam por meio do Documento 105 que têm a consciência da necessidade de incentivar a “participação e a corresponsabilidade”⁵⁰⁷ dos leigos e leigas nas tarefas da evangelização. Os cristãos e as cristãs estão presentes em realidades da sociedade. Sem eles, não haveria a presença da Igreja nos “movimentos sociais, nas entidades de classes, nos partidos políticos, nos conselhos de políticas públicas e outros, sempre à luz da Doutrina Social da Igreja, constituindo-se num inestimável serviço à humanidade e tornando-se parte integrante da missão de todo Povo de Deus”⁵⁰⁸.

Como membros de uma comunidade de fé, os leigos e leigas não deixam de responder à vocação de cidadãos e, “como pessoas de boa vontade são chamados a assumir ativamente esta cidadania em toda a sua amplitude”⁵⁰⁹. No exercício dos deveres e na realização dos direitos ou nas lutas por eles, os cristãos assumem a nobre tarefa de levar a Cristo as estruturas da sociedade. Vivem do mesmo modo de Jesus que também conviveu em sociedade, pagou impostos, conversou com as autoridades, tinha liberdade de ida e vinda. É nesse sentido que na vida ordinária da sociedade se realiza tantas vezes o testemunho cristão⁵¹⁰, de modo até sacrificial. É assaz exigente o testemunho da fé nos dias atuais. O contexto é de secularização e de desprezo à religião. Em sociedade e na sociedade, os cristãos e cristãs também servem a Deus e atuam para romper com estruturas de exclusão e de situações não geradoras de vida.

Quando imaginamos que, para encontrar e servir a Deus devemos nos elevar, no sentido de deixar as coisas do mundo, vemos no Evangelho o testemunho contrário do próprio Deus: ele “desce” e “entra” em nosso mundo e em nossa história para assumir em tudo a nossa existência. Desta forma, também os cristãos, para seguir e servir a Deus, devem “descer” e “entrar” em tudo o que é humano, que constrói um mundo mais humano, que nos humaniza⁵¹¹.

O Documento 105 realiza uma distinção que parece ser bastante salutar: para a atuação e tarefas dentro da Igreja, deve-se empregar a palavras “ministério” e para a atuação cristã na sociedade é reservada a expressão “serviço cristão ao mundo”⁵¹². A palavra ministério encontra seu mais real significado dentro da comunidade eclesial, soando de forma não agradável fora de seu contexto eclesiológico. Isso não quer dizer que ao chamar o desempenho dos leigos e

⁵⁰⁶ Cf. BRIGHENTI, Agenor. Identidade e vocação do laicato: uma abordagem histórica. *Revista Perspectiva Teologia*, Belo Horizonte. V. 51, n. 1, p. 161, 2019.

⁵⁰⁷ CNBB, Doc. 105, n. 160, p. 86.

⁵⁰⁸ *Ibidem*, n. 162, p. 87.

⁵⁰⁹ *Ibidem*, n. 163, p. 87.

⁵¹⁰ Cf. *LG*, n. 31.

⁵¹¹ *EG*, n. 264 *apud* CNBB, Doc. 105, n. 163, p. 87.

⁵¹² Cf. CNBB, Doc. 105, n. 162, p. 87.

leigas na sociedade de “serviço cristão ao mundo” esteja diminuindo a importância dessa atuação. Pelo contrário, o serviço que é prestado na sociedade é regido pela qualidade da fé cristã que não mais assume postura de condenação, mas de serviço ao mundo⁵¹³. Nesse serviço, busca-se a coerência entre ser membro da Igreja e o ser cidadão, através de atitudes concretas que possam favorecer a transformação das estruturas sociais de injustiça por meio da prática do amor cristão⁵¹⁴.

Um detalhe não pode passar sem ser notado: os cristãos leigos e leigas, na sociedade, são também a representação oficial da Igreja. Não há espaço para a eclesiologia do CVII atribuir a representação da Igreja somente pelos ministros ordenados. De certo, não se questiona a representatividade na sociedade que um bispo e um padre, visivelmente, possuem. Entretanto, a Igreja é representada por todos os seus membros, cada qual a sua maneira. Isso significa que tudo aquilo que os leigos e leigas realizam na sociedade tem suas ressonâncias na comunidade eclesial. Muitos praticam a injustiça, promovem a desigualdade e são conhecidos como membros da Igreja; outros, praticam a solidariedade, a fraternidade, relações justas, e também são conhecidos como membros da Igreja⁵¹⁵. Kuzma escreve que “tanto o cristão-leigo quanto o ministro ordenado necessitam tomar consciência de que suas ações no mundo são ações que justificam a sua fé, e, portanto, são ações da Igreja”⁵¹⁶.

Dentre todas ações que os cristãos leigos e leigas podem desempenhar na sociedade, as mais dignas e elevadas, afirma o Documento 105, são aquelas que contribuem para a transformação do mundo e da vida das pessoas qualitativamente. Todos sabem que a “Igreja existe para servir”⁵¹⁷ e essa vocação existencial a impele a ir ao encontro do próximo que sofre as mais diversas injustiças sociais. Como sal, luz⁵¹⁸ e fermento⁵¹⁹, os cristãos devem se empenhar, com coragem e com o apoio de toda comunidade eclesial, “na construção da cidadania plena para todos”⁵²⁰.

Muitos cristãos leigos e leigas têm abandonado a missão evangelizadora na sociedade para somente atuar dentro dos limites da Igreja. Continua muito presente nos tempos de hoje nos discursos de certas alas clericalistas, a condenação da sociedade como antro de pecados. Para esses, o cristão não deve se misturar às realidades do mundo. Essa perspectiva está bem

⁵¹³ Cf. LG, n. 33.

⁵¹⁴ *Ibidem*, n. 165, p. 88.

⁵¹⁵ Cf. KUZMA, 2009, p. 104.

⁵¹⁶ *Ibidem*, p. 105.

⁵¹⁷ CNBB, Doc. 105, n. 166, p. 88.

⁵¹⁸ Cf. Mt 5,13-14.

⁵¹⁹ Cf. Mt 13,33; Lc 20,21.

⁵²⁰ CNBB, Doc. 105, n. 166, p.88.

longe do Evangelho, uma vez que Jesus afirmou que não veio para condenar o mundo, mas salvá-lo⁵²¹. Ainda mais, não corresponde à atual eclesiologia que ressoa o mandato de Jesus “ir pelo mundo inteiro e a todos pregai a Boa-Nova a toda criatura”⁵²²; Evangelho que também promove a vida⁵²³ e a liberdade dos filhos e filhas de Deus⁵²⁴.

O modo da realização do serviço cristão ao mundo está amparado no sacerdócio comum dos fiéis e na vida profética de Jesus. Os cristãos não podem deixar de lado a missão de ser profetas, advinda do Batismo e da configuração a Cristo. Sem o profetismo não existe atitude transformadora dentro e fora da Igreja. Para Comblin, o profeta é aquele que sabe ler os sinais dos tempos à luz do Evangelho e “toma atitudes de ação pública de grande visibilidade”⁵²⁵, falando, pregando, anunciando, denunciando não somente com palavras mas, mais ainda, com o testemunho de vida. As ações na sociedade são transformadoras através da profecia. O profeta sempre faz parte do Povo de Deus e de modo contundente não se conforma jamais com as estruturas de injustiças, sejam elas promovidas por quem foi posto à frente do Povo, papa, bispo, padre, deputados, presidente ou por quem quer que seja⁵²⁶.

O profeta denuncia a corrupção do povo de Deus, que não se dá conta de que se afastou da missão para ser um povo como os outros: conformado com a dominação e a injustiça. O profeta denuncia também a corrupção dos dirigentes do povo que abusam do seu poder para corromper o próprio povo. O profeta prega a conversão total das pessoas e da sociedade nas estruturas⁵²⁷.

Os bispos brasileiros sabem muito bem que as ações transformadoras que os leigos podem realizar são muito preciosas e contribuem para o crescimento do Reino de Deus como fermento na massa⁵²⁸. Os leigos e leigas são convidados a romper com a preguiça alienante de achar que podem ficar bem sossegados no templo religioso e com um certo conformismo que aponta a ideia de que as estruturas de pecado presentes na sociedade sempre existiram, e não deixarão de existir. Motivados pelos exemplos do Papa Francisco, que chama a atenção da Igreja para sair e ir ao encontro do outro que vive na sociedade, os leigos e leigas devem com “ardor, dinamismo, ousadia, criatividade, coragem e alegria”⁵²⁹, denunciar o “mundo

⁵²¹ Cf. Jo 3,17.

⁵²² Cf. Mc 16,15.

⁵²³ Cf. Jo 10,10.

⁵²⁴ Cf. Gl 5,5.

⁵²⁵ COMBLIN, José. *A profecia na Igreja*. São Paulo: Paulus, 2008, p. 12.

⁵²⁶ *Ibidem*, p. 12.

⁵²⁷ *Ibidem*, p. 13.

⁵²⁸ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 169, p. 89; Mt 13,33.

⁵²⁹ *Ibidem*, n. 173, p. 91.

globalizado e consumista que se sustenta na glória do lucro e que cria mecanismos de acumulação e onipotência do mercado”⁵³⁰.

Como partícipes do múnus profeta de Jesus, os leigos e leigas não podem deixar de tomar consciência crítica ante as mais diversas situações da vida e tomar posição inspirados no Evangelho⁵³¹. Infelizmente muitos cristãos pensam que podem ficar indiferentes ou em posição neutra diante das questões e debates na sociedade. Na *EG*, o Papa Francisco chama a atenção para que todos assumam a postura corajosa de dizer não a uma economia de exclusão e à cultura do descarte⁵³²; à globalização da indiferença⁵³³; ao fetichismo do dinheiro⁵³⁴; à desigualdade social que gera a violência⁵³⁵. Nesse sentido, afirma Brighenti que é mais seguro e eficaz para a missão no mundo quando o cristão e a cristã, tornando-se testemunhas proféticas do Evangelho, pertencem a uma pequena comunidade eclesial, a qual também está inserida profeticamente na sociedade. A ação transformadora, assim, não é de uma única pessoa, mas de toda a comunidade que sustenta seu profetismo no Evangelho⁵³⁶.

O Documento 105 deixa claro que o serviço cristão na sociedade pode ser visto de várias maneiras ou ter três principais dimensões. Cita em primeiro lugar, que os leigos e leigas prestam serviço transformador na ação rotineira da vida segundo a vocação que assumiram: no matrimônio, na vida solteira, nas funções diárias da casa, no trabalho e no lazer. Em segundo, o serviço laical incide na própria edificação da sociedade nas mais diversas frentes; por fim, contribuem não apenas na edificação da sociedade, mas ainda na transformação dela segundo o Evangelho, influenciando-a positivamente. Em qualquer uma das maneiras de serviço dos leigos e leigas, Deus também atua como força e graça, sem o qual, perante a fé cristã, nada pode ser realizado⁵³⁷. Enfim, na vida e serviço transformador dos leigos e leigas, “anunciar a profecia do Evangelho é mostrar que a Igreja continua a obra de Jesus e que quer ser esperança, sobretudo, aos que lutam contra toda esperança”⁵³⁸.

⁵³⁰ *Ibidem*, n. 176, p. 92.

⁵³¹ BRIGHENTI, Agenor. *O laicato na Igreja e no mundo. Um gigante adormecido*. São Paulo: Paulus, 2019, p. 79.

⁵³² Cf. *EG*, n. 53.

⁵³³ *Ibidem*, n. 54.

⁵³⁴ *Ibidem*, n. 55.

⁵³⁵ *Ibidem*, n. 59.

⁵³⁶ BRIGHENTI, 2019, p. 79.

⁵³⁷ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 178, p. 94.

⁵³⁸ BRIGHENTI, 2019, p. 81.

3.3. Opção de Cristo e, por consequência, do Povo de Deus: os pobres.

Com a recepção e atualização do CVII no contexto da Igreja na América-Latina e Caribe, especialmente no Brasil, a Igreja vem fazendo significativo esforço para assumir de forma incisiva a opção preferencial pelos pobres avocada por Jesus⁵³⁹. Lembra a *LG* que “assim como Cristo consumou sua obra na pobreza e na perseguição, a Igreja é chamada a seguir o mesmo caminho”⁵⁴⁰. Ou seja, a Igreja é herdeira da vida de Jesus marcada pelo despojamento, pobreza, e embora “fosse rico, tornou-se pobre”⁵⁴¹ desejou chegar-se mais próximo àqueles que sofrem. Toda atitude boa ou péssima diante do pobre é diante de Jesus que se faz, não havendo, nessa perspectiva, separação entre a vida do pobre e a vida de Jesus, uma vez que “tudo o que fizestes a um desses pequeninos foi a mim que o fizestes”⁵⁴².

Na mesma senda, o Documento 105 afirma que Jesus se fez pobre para se aproximar de todos, preferencialmente dos mais pobres. É à luz dessa decisão de Jesus que a Igreja tem que se tornar pobre e a serviço dos pobres, “presentes nas periferias geográficas e existenciais”⁵⁴³. Na comunidade eclesial, quando não há a consciência, seja do clero ou dos cristãos leigos leigas, de que todos devem imitar a Jesus de modo integral, corre-se, gravemente, o risco de se transformar em uma reunião qualquer de pessoas, na qual não existe compromisso com o Evangelho. Não é comunidade de fé a comunidade que não se interessa pela libertação integral do outro que sofre por causa de estruturas sociais de exclusão. Na procura pela correta interpretação da vida de Jesus é que surgiu, como esperança para muitos, a Teologia da Libertação que confrontará as Sagradas Escrituras, a Tradição e o Magistério com as estruturas geradoras de excluídos. No fundo, a Igreja é chamada cada vez mais a guiar o Povo de Deus perante as dificuldades da vida⁵⁴⁴.

Almeida aponta que essa postura eclesial de assumir o pobre como destinatário preferencial do Evangelho foi possível graças ao impulso do CVII que colaborou com a transição de uma Igreja comprometida com o poder para uma Igreja solidária com os pobres⁵⁴⁵. A opção pelos pobres é a opção pela pessoa humana que necessita tantas vezes de libertação e de promoção vida digna. A Igreja se coloca, no espírito do Evangelho e do Concílio, como uma das ferramentas promotoras da libertação, fazendo a articulação entre fé e vida, palavra e práxis

⁵³⁹ LIBANIO, João Batista. *Cenários da Igreja*. São Paulo: Loyola, 1999, p. 91.

⁵⁴⁰ *LG*, n. 8.

⁵⁴¹ 2Cor 8,9.

⁵⁴² Mt, 25,35.

⁵⁴³ CNBB, Doc. 105, n. 179, p. 94.

⁵⁴⁴ Cf. LIBANIO, 1999, pp. 90-91.

⁵⁴⁵ Cf. ALMEIDA, 2005, pp. 115-131.

(obras). E mais, quanto mais toma consciência das realidades em que vivem os pobres, a comunidade eclesial “oferece seus préstimos na construção da paz e na promoção da comunidade entre os povos. É sensível ao drama da miséria e dos pobres”⁵⁴⁶.

Portanto, a Igreja que saiu do Concílio Vaticano II mudou radicalmente seu foco. Desviou seu olhar do dogmatismo para tomar como a pupila de seus olhos a humanidade como ela é a cada tempo. Nessa virada teológico-antropocêntrica, conscientizou-se de sua vocação como servidora da humanidade⁵⁴⁷.

A Igreja é chamada a encontrar sua identidade não somente a partir de Deus, mas também a partir do mundo, a partir da história, sobretudo da realidade das realidades de sofrimentos. Sabe-se que muitos Padres conciliares tiveram resistência e nem sequer permitiram diálogo sobre uma Igreja mais voltada para os pobres⁵⁴⁸. No entanto, com o trabalho do cardeal Lercaro⁵⁴⁹ e a influência direta de Dom Elder Câmara, outros bispos fizeram com que a *LG* e a *GS* marcassem em seus textos o tema da Igreja que deve ser pobre. No fim do parágrafo oitavo da *LG*, está escrito que Jesus foi enviado pelo Pai para evangelizar os pobres⁵⁵⁰, do mesmo modo que Jesus é vocacionado do Pai, a Igreja também tem a mesma vocação e a realiza quando envolver “em seus cuidados amorosos todos os angustiados pela fraqueza humana, e mais, reconhecendo nos pobres e nos que sofrem a imagem de seu Fundador, pobre e sofredor”⁵⁵¹. Já na *GS*, está escrito que “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo”⁵⁵².

Há um modelo eclesiológico teológico libertador que bem se assenta nos ideais do CVII, incentivado pelas Conferências de Medellín e Puebla⁵⁵³ e que é recebido pelos bispos brasileiros. Tal modelo elege o pobre como o lugar da ação de Deus e o recebe dentro da comunidade uma vez que a Igreja tem sua origem no meio dos pobres do Antigo Testamento e sua continuidade nos pobres do Novo Testamento. Essa comunidade eclesial tem sua formação processual e contínua, por isso é base, para a vivência da fé comum e da partilha dos dons e bens. Ottaviani escreve, fazendo referência a Comblin, que é preciso criar dentro da

⁵⁴⁶ BOFF, Leonardo. *Do lugar do pobre*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 15.

⁵⁴⁷ DOMEZI, Maria Cecília. *O Concílio Vaticano II e os pobres*. São Paulo: Paulus, 2014, p. 16.

⁵⁴⁸ *Ibidem*, 2014, p. 17.

⁵⁴⁹ Cf. LOURENÇO, Vitor Hugo. A “opção preferencial pelos pobres” como chave hermenêutica da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, ano 25, n. 89, 2017, p. 388.

⁵⁵⁰ Cf. Lc 4,18.

⁵⁵¹ *LG*, n. 8.

⁵⁵² *GS*, n. 1.

⁵⁵³ Cf. LOURENÇO, 2017, p. 395.

comunidade “estruturas flexíveis e itinerantes”⁵⁵⁴ que vão colaborar na ação junto do pobre como “centros de estudos, equipes missionárias, grupos de ação social e política”⁵⁵⁵. Nas comunidades eclesiais de bases, os pobres são cuidados espiritualmente ao redor da Palavra e da Eucaristia; nessas mesmas comunidades há o comprometimento com os movimentos populares e sociais; nelas se vive o martírio, o sacrifício da miséria e da fome; e se fomenta uma espiritualidade encarnada, popular e libertadora, cujo fundamento está na associação da contemplação e da ação⁵⁵⁶.

Domezi escreve que não “há pessoa humana genérica, sem rosto e sem história, como também não há povo desvinculado de realidades históricas”⁵⁵⁷. A partir dessa afirmação, encontra-se no Documento 105 o esforço por reconhecer os diversos rostos dos sofredores presentes na sociedade. Perceber e notar o sofrimento do outro leva à possibilidade de se criar consciência maior da realidade e de se criar iniciativas que podem colaborar para quebrar uma estrutura de domínio e servidão. Os bispos brasileiros apontam as “novas formas de pobreza e fragilidade”⁵⁵⁸ que assolam a muitos: “os sem-abrigo, os refugiados, os povos indígenas, os negros, os nômades, os idosos, as pessoas que sofrem formas diferentes de tráfico, as mulheres que padecem situações absurdas de violência e maus tratos, os menores em situação de risco, os deficientes, os nascituros”⁵⁵⁹.

Uma das maiores contribuições que a Igreja pode oferecer à questão do pobre vai além de uma oferta de ajuda caritativa. Comblin aponta que a comunidade eclesial tem que ajudar os pobres a não perder a consciência de que são os preferidos de Jesus e, portanto, muito amados por Deus. Não há mais condição para que a religião possa continuar, como foi enfática no passado, com um discurso que afirma ser a condição dos pobres uma vontade de Deus e que deveria haver um conformismo para com essa situação por parte deles⁵⁶⁰. A leitura feita da vida de Jesus não era aquela em que Ele oferecia a vida e a libertação, mas a propaganda de sua Cruz: “Jesus era o exemplo a ser seguido em todas as crucificações da vida cotidiana. Os pobres sentiam-se chamados à resignação e à humilhação. Achavam a sua dignidade no sofrimento e na degradação”⁵⁶¹.

⁵⁵⁴ OTTAVIANI, Edélcio Serafim. Papa Francisco e Medellín. *Revista Fronteiras*. Recife, v. 1. n. 2, 2018, p. 219.

⁵⁵⁵ *Ibidem*, 2018, p. 219.

⁵⁵⁶ Cf. ALMEIDA, 2004, p. 198.

⁵⁵⁷ DOMEZI, 2014, p. 17.

⁵⁵⁸ CNBB, Doc. 105, n. 180, p. 94.

⁵⁵⁹ *Ibidem*, n. 180, pp. 94-95.

⁵⁶⁰ Cf. COMBLIN, 2002, p. 261.

⁵⁶¹ *Ibidem*, p. 261.

E mais, para o teólogo belga é urgente uma pastoral eficaz que vá ao encontro dos pobres, sendo preciso oferecer maior poder de ação aos leigos e leigas⁵⁶². A constituição de uma Igreja pobre para os pobres deve ter seu início em uma tomada de consciência da atual realidade eclesial e o convencimento da existência de uma estrutura geradora de exclusão social. Há muita cegueira que ainda tem impedido uma correta avaliação da realidade gerando atitudes pastorais descomprometidas com o pobre. A Igreja é essa força consciente que deve ajudar o povo pobre e com a qual eles podem contar. Houve um período, sobretudo nas décadas de 60 ao final de 90, em que a Igreja foi mais ativa perante os pobres: as comunidades eclesiais de base, as CEBs, foram as primeiras que procuraram a romper com a alienação que não admite haver na sociedade estruturas de exclusão⁵⁶³.

A Igreja, como Povo de Deus, continua a ser formada entre os pobres de todas as épocas. Foi assim na história de Israel, continuou sendo com aqueles primeiros que formaram a comunidade cristã, assentada na mensagem e na prática de Jesus. O cristianismo primitivo bem soube que poderia ser fiel ao Evangelho na prática das boas obras, sobretudo na “fraternidade, da proximidade e da compaixão”⁵⁶⁴. No entanto, não se pode deixar de considerar que além de uma colaboradora na conversão das estruturas geradoras de pobreza, a fé cristã estimula a conversão pessoal. Ninguém que faz parte da comunidade cristã consegue lutar contra as estruturas sociais de exclusão sem viver e dar testemunho pessoal da vivência da virtude evangélica da pobreza. Estar atenta à condição dos pobres sofredores, criar ou colaborar com as iniciativas que cessam a geração de exclusão, buscar a conversão pessoal dos discípulos e discípulas de Jesus, é o único caminho para a ser “Igreja pobre, para os pobres, com os pobres”⁵⁶⁵.

3.4. O cristão leigo e leiga e a espiritualidade encarnada

Quem toma os documentos conciliares para estudo e se debruça sobre o tema da espiritualidade cristã vai se deparar com uma consideração: os documentos não trazem uma reflexão conceitual sobre a espiritualidade cristã⁵⁶⁶. Isso não quer dizer que não se encontra no CV II um forte apelo à espiritualidade como caminho de construção de uma vida santa baseada nas Sagradas Escrituras, na Tradição eclesial milenar que acolhe as mais diversas expressões

⁵⁶² OTTAVIANI, 2018, p. 220.

⁵⁶³ *Ibidem*, p. 279.

⁵⁶⁴ DOMEZI, 2014, p. 19.

⁵⁶⁵ CNBB, Doc. 105, p. 94.

⁵⁶⁶ BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. *Espiritualidade. Verbete. Dicionário do Concílio Vaticano II*. PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner (orgs.). São Paulo: Paulus\Paulinas, 2015, p. 366.

da espiritualidade e do Magistério como regulador e instrutor da piedade cristã⁵⁶⁷. A própria *LG* define o cristão e a cristã como “casa espiritual”⁵⁶⁸ e suas atividades de apostolado como “oblações espirituais”⁵⁶⁹. E mais, pelo batismo, na participação do sacerdócio de Jesus, os leigos e leigas são também sacerdotes e vivem com intensidade a incidência da graça do Espírito Santo em suas vidas e no culto, são celebrantes da ação divina na comunidade eclesial no tempo e na história de hoje⁵⁷⁰.

Os Padres conciliares não tiveram, evidentemente, a intenção de elaborar um tratado da espiritualidade cristã. O que o CVII promoveu foi a possibilidade de aplicar a espiritualidade cristã dentro das realidades do mundo, contextualizando-a. A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* ofereceu condições para as Conferências episcopais do mundo todo⁵⁷¹, ao recepcionar as proposituras conciliares, elaborassem uma reflexão sobre a espiritualidade cristã a partir de seus próprios contextos, levando em consideração as realidades temporais e terrestres⁵⁷². Nesse ensino, a CNBB aponta como caminho espiritual para os cristãos leigos e leigas uma espiritualidade caracterizada pela vivência prática do Evangelho, consciente da realidade de sofrimento pelo qual passa a maior parte povo brasileiro. O Documento 105 aponta, então, a necessidade da construção de uma “espiritualidade encarnada”⁵⁷³.

A espiritualidade responde ao desejo e à busca do rosto de Deus e da comunhão com ele. Uma espiritualidade encarnada caracteriza-se pelo seguimento de Jesus, pela vida no Espírito, pela comunhão fraterna e pela inserção no mundo. Não podemos querer um Cristo sem carne e sem cruz. Não se trata de fugir das realidades temporais para encontrar-se com Deus, mas de encontrá-lo ali, e seu trabalho perseverante e ativo, iluminado pela fé⁵⁷⁴.

É preciso considerar que, anteriormente, no Documento 62, os bispos brasileiros convidavam os cristãos leigos e leigas a fazer da vida espiritual uma síntese do Evangelho com as atividades cotidianas da vida, sempre prestando atenção ao dever do amor ao próximo. A espiritualidade laical deve, desse modo, irradiar a vida de Jesus em tantos lugares e ambientes em que apenas os cristãos leigos e leigas podem fazer as vezes da presença da Igreja. A espiritualidade encarnada é, assim, caracterizada como uma constante ligação entre fé e vida,

⁵⁶⁷ Cf. *LG*, ns. 39-41.

⁵⁶⁸ *LG*, n. 10.

⁵⁶⁹ *AA*, n. 3.

⁵⁷⁰ Cf. *LG*, n. 34.

⁵⁷¹ Cf. PÁDUA, Lúcia Pedrosa. Espiritualidade laical na formação dos verdadeiros sujeitos eclesiais. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 33, n. 11, 2018, p.16.

⁵⁷² Cf. *GS*, n. 4.

⁵⁷³ CNBB, Doc. 105, n. 184, p. 96.

⁵⁷⁴ *Ibidem*, n. 184, pp. 96-97.

uma irradiação contínua e coerente da vida pessoal com o mistério da fé⁵⁷⁵. O caminho de construção da espiritualidade encarnada é aquele do discípulo que segue e imita seu mestre, ou seja, do cristão que vive e pratica a vida de Jesus ao modo descrito nos Evangelhos⁵⁷⁶.

O CV II incentiva que a espiritualidade da comunidade cristã seja fundamentada nas Sagradas Escrituras e na Eucaristia como “fonte e centro de toda a vida cristã”⁵⁷⁷. Através da Palavra de Deus e da Eucaristia, os leigos e leigas se encontram com Jesus, nutrem uma amizade especial, recebem força e graça para viverem em meio às realidades da sociedade. Por esse modo de fundamentar a espiritualidade, os leigos e leigas vivem com autenticidade a vida de piedade, não isoladamente, mas como comunidade que almeja ser cada vez mais acolhedora, misericordiosa, profética e solidária. Não existe uma espiritualidade ancorada nas Sagradas Escrituras e na Eucaristia que não possa ser vivida em comunidade. A espiritualidade encarnada é essencialmente comunitária⁵⁷⁸.

O Novo Testamento assegura a existência de uma equivalência do amor a Deus e ao próximo⁵⁷⁹. É possível duvidar do amor dispensado a Deus quando não há obras de amor perante o outro⁵⁸⁰. Desse modo, os bispos brasileiros escrevem que é preciso “discernir e rejeitar uma espiritualidade intimista e individualista, que dificilmente se coaduna com as exigências da caridade”⁵⁸¹. Bingemer escreve que não bastam para constituir a espiritualidade cristã nos tempos atuais práticas devocionais individuais, como recitação de ladainhas, devocionários, terços. Por mais preciosas que sejam, essas práticas piedosas devem conduzir os leigos e leigas a um comprometimento de fé social, encontrando-se com Jesus não somente nos atos particulares de oração e contemplação, mas, sobretudo, encontrando o Senhor na vida do sofredor, do que está preso, daquele que passa fome, do que está nu⁵⁸². Isso vale não só para os leigos e leigas, mas é uma assertiva dirigida também ao clero⁵⁸³.

A oração e contemplação são fundamentais na vida dos cristãos. É preciso cultivar um espaço interior dinamizado por um espírito contemplativo que ajude a cuidar da integridade da consciência e do coração e dê sentido cristão ao comprometimento e às atividades. Aí, é possível um encontro significativo com o Deus revelado por Jesus, que nos permite descobrir que somos depositários de um

⁵⁷⁵ Cf. CNBB, Doc. 62, n. 152, p. 109.

⁵⁷⁶ *Ibidem*, n. 177, p. 120.

⁵⁷⁷ LG, n. 11.

⁵⁷⁸ BINGEMER, 2015, p. 367.

⁵⁷⁹ Cf. Mt 22,34-40.

⁵⁸⁰ Cf. I Jo 4,20.

⁵⁸¹ CNBB, Doc. 105, n. 184, p. 97.

⁵⁸² Cf. Mt 25.

⁵⁸³ Cf. BINGEMER, 2015, p. 367.

bem que humaniza, que nos ajuda a viver uma vida nova e, portanto, a buscar esta vida nova para todos⁵⁸⁴.

A espiritualidade encarnada leva os leigos e leigas a colaborar na transformação da Sociedade⁵⁸⁵. No entanto, o Documento 105 cita algumas místicas que não servem aos cristãos leigos e leigas e tão pouco são ferramentas para uma ação transformadora da própria Igreja e da Sociedade: “tendências ao subjetivismo sentimental, ao devocionismo, ao demonismo, às revelações privadas”⁵⁸⁶. O Papa Francisco colabora na reflexão apontando que esses tipos de místicas, próprias de uma vivência individual e sentimental da fé, não corresponde a uma sadia piedade popular, mas são equívocos da espiritualidade cristã, que não está a serviço de uma pessoa em particular ou de determinados grupos. No fundo, diz o Papa que nesse tipo de espiritualidade não há preocupação com a promoção social e a formação dos fiéis. O mais grave é que essas vertentes místicas são usadas para a obtenção de benefícios econômicos ou algum poder sobre os outros⁵⁸⁷. Tentação recorrente de boa parte do clero e de leigos e leigas, especialmente aqueles chamados fundadores de Novas Comunidades. No fundo, “são expressões aparentemente ou pretensamente místicas, que não servem e até atrapalham o empenho da Igreja na transformação da realidade e o anúncio do Reino de Deus”⁵⁸⁸.

O contrário da espiritualidade encarnada é o “mundanismo espiritual”⁵⁸⁹. Citando mais uma vez o Papa Francisco, os bispos brasileiros definem o mundanismo espiritual como a tendência de “confiar nas próprias forças e se sentir superior aos outros por cumprir determinadas normas ou por ser irredutivelmente um fiel a um certo estilo de ser católico, próprio do passado”⁵⁹⁰. Tal modo errôneo de vida espiritual, nada autenticamente cristã, atinge não só a Igreja em suas estruturas internas, mas também a “militância social”⁵⁹¹: pretensamente alguns cristãos, em nome da caridade, mostram algumas conquistas sociais e políticas na procura por uma atração de autoestima e de realização autorreferencial⁵⁹².

A prática de uma mística mundanista não permite que a espiritualidade encarnada seja libertadora. A Igreja e a sociedade necessitam sempre de conversão e, por isso, de libertação. A Igreja não deve se tornar um espaço para o exibicionismo doutrinário-litúrgico e as relações

⁵⁸⁴ CNBB, Doc. 105, n. 186, p. 97.

⁵⁸⁵ Cf. PÁDUA, 2018, p. 19.

⁵⁸⁶ *Ibidem*, n. 195, p. 101.

⁵⁸⁷ Cf. EG, n. 70.

⁵⁸⁸ CNBB, Doc. 105, n. 195, p. 101.

⁵⁸⁹ *Ibidem*, n. 199, p. 103.

⁵⁹⁰ EG, n. 94 *apud* CNBB, Doc. 105, n. 199, p. 103.

⁵⁹¹ CNBB, Doc. 105, n. 200, p. 103.

⁵⁹² Cf. EG, n. 94 *apud* CNBB, Doc. 105, n. 200, p. 103.

sociais não devem ser geradoras de domínio e de exclusão⁵⁹³. Enquanto houver exibicionismo tão relacionado com um clericalismo aparente e uma sociedade geradora de excluídos, haverá a necessidade de conversão⁵⁹⁴. Sella diz que a espiritualidade encarnada e libertadora é a fonte de sustento para a vida de missão eclesial *ad intra* e *ad extra*, uma vez que somente uma verdadeira espiritualidade libertadora integra, alimenta, sustenta e torna fecundo a sensibilidade, a solidariedade, o profetismo, a denúncia e o anúncio do Evangelho visando a construção do Mundo Novo⁵⁹⁵.

Para que os leigos e leigas sejam bem formados na vida espiritual, o Documento 105 aponta, por fim, alguns princípios que devem nortear a vida espiritual encarnada: a) deve ser *integral* para responder aos aspectos da fé, da razão e da emoção; b) *missionária e inculturada*, de modo que os cristãos estejam conscientes e não alienados sobre a realidade social em que vivem; c) *articuladora*, como ferramenta que ajude a superar as distâncias entre fé e vida; d) *prática*, que colabore na transformação social; e) *dialogante*, que supere os isolamentos e autoritarismos eclesiais e sociais⁵⁹⁶.

3.5. O contributo dos leigos para a missão eclesial na sociedade

Um dos temas teológicos de maior importância para o CV II e para os trabalhos pastorais da Igreja nos dias atuais é sem dúvida a missão. O Concílio, no desejo de abrir-se às realidades dos mais diversos povos, teve que refletir a possibilidade de uma eclesiologia de maior abertura e proximidade das pessoas que não só estão dentro do corpo eclesial, mas daqueles e daquelas que estejam longe das atividades ditas eclesiais. De todo modo é preciso reconhecer que no início dos trabalhos do Concílio havia uma certa vontade de não querer refletir sobre o tema e até uma falta de unidade de pensamento dos Padres conciliares referente à ação missionária da Igreja. O mundo havia se transformado e não cabia mais uma ação missionária na Igreja como nos tempos do passado tão pautada na busca imperativa da conversão e na contagem do número de batizados. Esta noção de ação missionária, já caduca, estava ainda presente no início das sessões conciliares. No entanto, foi superada nos debates ainda no primeiro esquema, *De Ecclesia*, sendo incorporado no texto final da LG o tema da atividade missionária como parte constitutiva da essência da Igreja⁵⁹⁷.

⁵⁹³ CNBB, Doc. 105, n. 200, p. 93.

⁵⁹⁴ Cf. PÁDUA, 2018, p. 20.

⁵⁹⁵ Cf. SELLA, Adriano. *Globalização neoliberal e exclusão social*. São Paulo: Paulus, 2002, p. 117.

⁵⁹⁶ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 238, p. 117.

⁵⁹⁷ LAMBERT, Bernard. *A nova imagem da Igreja*. Trad. Nestor Dockhorn. São Paulo: Herder, 1969, p. 480.

A Igreja oferece claramente a todos um novo modo de compreender a missão como ação de Cristo. O conceito de missão, desse modo, não deixa de ser tratado dentro das proposições conciliares, porém com maior amplitude. A missão da comunidade eclesial não seria apenas as missões organizadas pelos mais diversos grupos, com distintos métodos; a missão não seria apenas o empenho de anunciar o Evangelho às pessoas que desconhecem Jesus; a missão não poderia ser mais entendida como uma expansão numérica que computa novas fundações e construções de templos; nem mesmo poderia ser reduzida à caridade perante alguma parcela de pessoas. Assim, o conceito de missão não é suprimido, mas revalorizado. À luz do Concílio, a Igreja mais consciente entende que missão não é apenas sua ação, mas, sobretudo, é a própria ação de Jesus no mundo, da qual ela é colaboradora.

A LG, no parágrafo dezessete, explicita que a missão de Jesus deriva de sua obediência ao projeto salvífico do Pai. Jesus, por sua encarnação é o primeiro missionário⁵⁹⁸. Toda autoridade de Jesus⁵⁹⁹, como Filho, se baseia em ter sido enviado pelo Pai para resgatar a todos pelo amor. Fica evidente nos Evangelhos que a missão de Jesus se endereça a todos, sobretudo àqueles que são excluídos, marginalizados, aos tidos como pagãos e pecadores públicos. Ao imitar integralmente a vida de Jesus, a Igreja, como comunidade de discípulos, recebe o mandato de ser a presença de Deus em meio à humanidade, na oferta do amor, da fé e da esperança. Desse modo, afirma Conrado que a missão da Igreja depende de todo modo da ação sempre eficaz e atual de Cristo⁶⁰⁰. O teólogo Karl Barth oferece uma significativa visão sobre missão:

O que vem a ser a missão? Com certeza ela quer ser uma ação da Igreja, ainda que isso só expresse de forma indireta do ponto de vista organizacional. Ação da Igreja quer dizer: determinada configuração do testemunho da autorrevelação de Deus em Jesus Cristo, determinada configuração daquela ação humana que se entende como obediência à convocação de Jesus Cristo como sendo o Senhor, uma experiência de fazer Sua vontade, o que significa divulgar sua mensagem, (...) aos que ainda não ouviram a Sua Voz e que ainda não pertencem a Ele⁶⁰¹.

Os bispos brasileiros recebendo a influência dessa nova concepção de missão e a partir das provocações do Papa Francisco na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*,

⁵⁹⁸ Cf. LG, n. 17.

⁵⁹⁹ Cf. Mt 28,18-19.

⁶⁰⁰ CONRADO, Sérgio. Da missão ao povo para o povo em missão. In. ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial (orgs.). *As janelas do Vaticano II*. Aparecida: Santuário, 2013. Aparecida: Santuário, 2013, p. 359.

⁶⁰¹ BARTH, Karl. *Teologia e missão na contemporaneidade*. GREGGERSEN, Gabriele. *Barth e a relação entre teologia e missão*. Tradução de Palestra proferida na Conferência de Missões de Brandenburgo, Berlim, 1932. Revista CAMINHANDO. v. 20, n.1, 2015, p. 15-16.

afirmam que a Igreja, no Brasil, é “eminentemente missionária”⁶⁰². A missão pode ser elencada como chave hermenêutica de leitura para todos os documentos conciliares; de igual modo a “chave da missão”⁶⁰³ não pode ser dispensada para entender toda a vida da Igreja no contexto brasileiro. Há um forte apelo, irrenunciável, para que a missão evangelizadora da Igreja seja a missão de todo o Povo de Deus. Isso implica mais uma vez assumir o protagonismo do leigo e leiga que pelo batismo são missionários por vocação. Os leigos e leigas “ajudam a Igreja a estar “mais a serviço do Reino, em diálogo e comunhão com o mundo, inculturada na realidade histórica, inserida na sociedade, encarnada na vida do povo”⁶⁰⁴.

O Documento 105 menciona a necessidade das comunidades eclesiais se tornarem cada vez mais conscientes da vocação missionária⁶⁰⁵. É através dessa consciência que a prática do amor é levada para as realidades cada vez mais distantes onde estão as pessoas, como a política, economia, condomínios habitacionais e empresariais, escolas e outros nichos. A comunidade de fé, nesses contextos, vai refletir “na terra o amor e a comunhão das pessoas da Santíssima Trindade”⁶⁰⁶. Dentro desta perspectiva, nunca é demais evidenciar que para um eficaz dinamismo missionário é preciso reconhecer os espaços dos leigos e leigas com a variedade de seus dons, ministérios na Igreja e serviços na Sociedade.

Para Suess, o núcleo da atividade missionária da Igreja é o anúncio do Reino de Deus. A tarefa de anunciar a presença do Reino no mundo é uma incumbência confiada a todos, mormente aos cristãos leigos e leigas. Não se trata de um privilégio dado a um grupo ou a uma pessoa em particular, mas a todos os batizados. Se a missão é de toda a Igreja espalhada no mundo, a empreitada missionária permite, então, contextualização frente aos mais diversos cenários, sobretudo quando leva em consideração a riqueza cultural dos povos, a arte peculiar de cada país, o idioma como identidade cultural. Por mais que a missão tenha um viés universal de apresentar o mesmo Cristo a todas as pessoas, é urgente considerar a pessoa em sua identidade cultural⁶⁰⁷. Jesus, assumindo a história do ser humano, pertenceu a uma determinada cultura, falou certo idioma, teve um fenótipo peculiar ao seu povo. A missão deve levar o Reino que, inculturado⁶⁰⁸, nada despreza, mas fermenta e purifica com o Evangelho.

⁶⁰² CNBB, Doc. 105, n. 170, p. 90.

⁶⁰³ *Ibidem*, n. 170, p. 90.

⁶⁰⁴ *Ibidem*, n. 170, p. 90.

⁶⁰⁵ *Ibidem*, n. 171, p. 90.

⁶⁰⁶ *Ibidem*, n. 171, p. 90.

⁶⁰⁷ Cf. SUESS, Paulo. *Missão/Evangelização*. Verbete. *Dicionário do Concílio Vaticano II*. PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner (orgs.). São Paulo: Paulus\Paulinas, 2015, p. 628.

⁶⁰⁸ “Os documentos conciliares não conhecem a conceito “enculturação”, mas utiliza outros bem próximos ao espírito de aggiornamento como adaptação (cf. SC 73) autonomia da realidade terrestre (GS 36, 56). Cf. SUESS, 2015, p. 633.

É preciso, ainda, esclarecer o que significa a “missão universal da Igreja” para se evitar erros conceituais. Quando se fala de missão universal, refere-se a um único discurso, um único objetivo e a uma única tarefa confiada: por discurso, entende-se o conteúdo da pregação do Reino de Deus que é senão o Evangelho; quanto ao objetivo é tornar o projeto salvador Deus conhecido e recebido pelas pessoas nos mais diversos contextos; e por tarefa missionária uma incumbência dada a todo o Povo de Deus de a todos fazer discípulos de Jesus. Mais uma vez a Igreja compreendida como Povo oferece as melhores bases teológico-pastorais para afirmar sua índole missionária. Os leigos e leigas são verdadeiros missionários na Sociedade quando assumem, como arautos, a missão evangelizadora com coragem e alegria à pregação do Evangelho, dirigindo-O às pessoas nos seus contextos⁶⁰⁹.

A presença dos leigos e leigas como missionários e missionárias na Sociedade não é nada fácil. Muitas pessoas e setores na sociedade brasileira têm feito propaganda de um “mundo globalizado e consumista”⁶¹⁰ que se sustenta na “lógica do lucro”⁶¹¹. Esse contexto torna a missão mais difícil; todavia, mais necessária. Perante o sistema de exclusão aparece a vida e a palavra profética dos leigos e leigas que, criando condições de luta pelas igualdades, levam a mensagem liberadora de Jesus para tantos que não têm mais nenhuma esperança. Boff, nesta linha de pensamento, afirma em seu livro *Do lugar do pobre*, que, indubitavelmente, a missão da Igreja reside na evangelização. Todavia, não é qualquer tipo de evangelização: deve ser aquela que doa a vida e que faz da pastoral missionária uma pastoral profética. Para ele, os cristãos leigos e leigas são os que mais entendem da condição do Povo de Deus em que tantos, também, estão na condição de pobreza. São a continuação, pela vida e presença do mundo, da vida missionária de Jesus. O maior contributo para a missão eclesial que os leigos e leigas podem oferecer é assumir os pobres como os destinatários preferenciais da missão salvadora divina⁶¹².

À luz da Palavra revelada, é possível emitir um juízo por meio de um discernimento profético sobre as realidades socioculturais nas quais os brasileiros estão inseridos. Pela profecia, os cristãos leigos e leigas vão anunciar a vontade salvadora de Deus e denunciar tudo o que lhe é contrário. Como profetas, os cristãos leigos e leigas devem enfrentar as “realidades que contradizem o Reino de Deus” mesmo que isso lhes exija assumir, por testemunho⁶¹³, a vocação de mártires destes tempos. O serviço missionário laical se realiza, mesmo diante das

⁶⁰⁹ Cf. SUESS, 2015, p. 631.

⁶¹⁰ CNBB, Doc. 105, n. 176, p. 92.

⁶¹¹ *Ibidem*, n. 176, p. 92.

⁶¹² Cf. BOFF, Leonardo. *Do lugar do Pobre*. Petrópolis: Vozes, p. 45.

⁶¹³ Cf. LG, n. 35.

dificuldades, com audácia e coragem. Atitudes próprias de uma Igreja que se entende como Povo de Deus, solidária e próxima do outro que, antes de tudo, é criatura amada de Deus.

Como mensagem de missão, a mensagem cristã não é de repetição, mas começo. Lá se dirige ao vazio, ela acontece em cima de esperança contrária a qualquer esperança. Ela só pode se articular àqueles pontos que ela mesma tem que estabelecer previamente, não àqueles que já estão presentes anteriormente e por si mesmos. Ela só pode ser anunciada de forma ditada e não parlamentada. Ela não conta com o desenvolvimento de algo já presente, mas com a criação do nada. Ela não proclama a cura dos doentes, mas a ressurreição dos mortos⁶¹⁴.

O texto final da Conferência de Aparecida escreve notoriamente, em seu capítulo quarto, que a vocação de todo batizado é também ser missionário. Todos os cristãos são convidados a intensificar a sua resposta de fé indo ao encontro do outro que sofre. Esse é o maior contributo para a missão da Igreja na sociedade⁶¹⁵. Não se trata apenas de cumprir uma tarefa opcional, mas faz parte integrante da vida cristã levar a cabo o mandamento do amor ao próximo, imitando Jesus, que recomendou que a vida cristã fosse extensão de seu serviço amoroso⁶¹⁶. Enfim, a Igreja, depois do CV II é mais consciente de sua missão evangelizadora na sociedade e convoca todos, em particular os cristãos leigos e leigas, sujeitos eclesiais da missão. Não se pode admitir que uma Igreja que deseja ser luz para todos os povos, não seja missionária⁶¹⁷.

Considerações finais

A compreensão nocional de Igreja como Povo de Deus é certamente uma das maiores contribuições conciliares para a eclesiologia atual. Através dessa compreensão de Igreja, muitos trabalhos de reflexão estão sendo realizados como verdadeiro movimento de recepção e atualização do CVII. O Documento 105 é um desses esforços por manter o desejo vivo do Papa João XIII, absorvido pelos Padres conciliares e condensados na *LG*, de transformação das estruturas internas da Igreja e de sua real missão de ser luz para as pessoas na Sociedade.

Dentro dessa perspectiva, os bispos brasileiros apontam que, quer *ad intra* ou *ad extra ecclesia*, os leigos e leigas são verdadeiros sujeitos eclesiais. Colaboram na transformação das estruturas eclesiais e ajudam a promover as condições de mudanças sociais através de atitudes

⁶¹⁴ BARTH, 2015, p. 22.

⁶¹⁵ Cf. DAp, 2007, n. 134, p. 73.

⁶¹⁶ Cf. Jo 13,15.

⁶¹⁷ Cf. DAp, 2007, n. 145, p. 76.

transformadoras. Na Igreja, não existe dignidade maior do que a condição de batizados. Assumir serviços e desempenhar funções não oferece porção maior de dignidade, sobretudo àqueles que receberam o ministério ordenado. A Igreja, por influência da *LG*, não é mais definida como comunidade hierárquica, “comunidade de desiguais”, mas como Povo de Deus, “comunidade de iguais”⁶¹⁸.

Desse modo, a tarefa de evangelização é dada a todos de modo igual, sendo apenas diferenciado o tipo de serviço que é prestado na ação evangelizadora: uns pelo matrimônio ou vida solteira são leigos e leigas, outros pelo Sacramento da Ordem são padres, bispos e papa. Todos, no serviço de expansão do Reino, são ministros e possuem dons e carismas recebidos do Espírito Santo para a edificação do Reino e do próximo. O chamamento à vida santa é inerente a todos, e não qualidade daqueles que receberam o ministério ordenado. Pelo contrário, esses podem levar vida de pecado tão mais escandalosa diferentemente de muitos leigos que lutam para corresponder ao amor de Deus e ao próximo através de uma vida justa e limpa aos olhos do Criador.

Os leigos e leigas não podem aguardar ou receber de modo passivo, um mandato eclesial para a missão evangelizadora na sociedade. Já o receberam de Jesus que mandou anunciar a Boa Nova a todas as pessoas e batizá-las⁶¹⁹. Claro que a missão precisa do discernimento da Igreja como instituição. Tal fato não pode ser um empecilho para que os leigos e leigas atuem com protagonismo na evangelização, especialmente em lugares onde apenas eles e elas podem fazer a presença da Igreja, como na política, economia, conselhos de políticas públicas, ONGs e outros. Na sociedade, calcados na espiritualidade encarnada, os cristãos leigos e leigas podem promover ações transformadoras que geram vida e inclusão social. Na vida em sociedade, naquilo que lhes é próprio, os leigos e leigas não fazem as vezes da Igreja, mas são a Igreja inteira, sobretudo quando eles mesmos são pobres ou vão ao encontro dos pobres e sofredores.

Por fim, não há espaço, depois do CVII, para uma Igreja que não promova a vida laical como sujeitos eclesiais e protagonistas da ação evangelizadora. Por isso os bispos insistem que o Documento 105 seja um instrumental para o enriquecimento da vida laical fora e dentro da Igreja. Acredita-se que, se for bem estudado o Documento 105, este pode ajudar a reverter um pouco o péssimo quadro da Pesquisa de Campo em que muitos sujeitos da pesquisa afirmaram não saber do que se trata o CVII; pouco entendem sobre o protagonismo cristão na

⁶¹⁸ Cf. BRIGHENTI, 2019, p. 162.

⁶¹⁹ Cf. Mc 16,15.

missão evangelizadora e, por isso, tristemente, permanecem passivos perante as estruturas que necessitam de conversão, seja da comunidade eclesial, seja da Sociedade.

CAPÍTULO 3

Uma postura nova de ser cristão leigo e leiga na Igreja e na Sociedade em nossos dias

O terceiro capítulo propõe oferecer reflexões e algumas pistas para o desenvolvimento de atitudes pastorais que colaborem na construção de uma nova postura de ser leigo e leiga na Igreja e na Sociedade atuais. A referência continua sendo as orientações propostas pelo Concílio Vaticano II para toda a Igreja, recebidas e atualizadas no Documento 105 da CNBB. A linha nomenclacional é aquela que compreende a Igreja como Povo de Deus e coloca em destaque o protagonismo da vida laical na estrutura eclesial brasileira. Depois de se termos visto, no primeiro capítulo, toda a contribuição do CVII para a vida laical e, no segundo capítulo, a sua recepção pelos bispos brasileiros na elaboração do Doc. 105, o capítulo terceiro aponta algumas atitudes que podem ajudar os cristãos leigos e leigas a viver, com plenitude, a proposta cristã de atuação *ad intra Ecclesia* e no serviço *ad extra Ecclesia*.

Este capítulo se divide em três partes. Na primeira, serão colocadas em evidência algumas atitudes que podem ser desenvolvidas e que colaboram na superação da distância entre a Teologia do Laicato e a prática pastoral. Sabe-se que a teologia do Povo de Deus é amplamente discutida e desenvolvida desde o CVII. No entanto, existe uma grande distância entre aquilo que está amadurecido na reflexão eclesial e o cuidado pastoral efetivo dos leigos e leigas na estrutura eclesial. Parece que todo o referencial teórico conciliar não tem proporcionado que leigos assumam o protagonismo da ação eclesial dentro da comunidade de fé e fora dela. A formação consistente e contextualizada do laicato, o estudo e aplicação do Documento 105, a retomada do conteúdo exposto no documento conciliar sobre o Apostolado dos leigos *Apostolicam Actuositatem*, uma releitura e resgate dos apontamentos da *Christifideles Laici*, podem colaborar em muito para firmar uma maior consciência em todos sobre a importância de se ter os cristãos leigos e leigas como sujeitos na comunidade de fé.

Na segunda parte, serão feitos discernimentos sobre algumas situações presentes na Igreja e na Sociedade e que provocam os leigos e leigas a uma mudança efetiva. Entre angústias e esperanças, acreditamos que o laicato brasileiro é verdadeira força motriz de transformação eclesial e social. Portanto, será mostrada a importância da Campanha da Fraternidade para toda a Igreja no Brasil e o imprescindível engajamento político dos leigos, bem como a superação urgente de um funcionalismo eclesial ineficiente visando favorecer o acesso dos leigos e leigas aos sacramentos, e não só, mas também à vivência da fé em comunidade, menos burocrática e impeditiva. Dar-se-á destaque à necessidade da superação de um clericalismo arraigado que

impede maior atuação laical na Igreja, o que, tantas vezes, gera, como consequência, o abandono da prática religiosa e pastoral comunitária por parte de muitos fiéis. Essa situação faz com que o cristão tantas vezes procure selecionar, de modo subjetivista e individualista, o conteúdo da fé explanado pelas mídias sociais católicas.

Por último, trazemos à tona a pessoa do Papa Francisco que muito tem colaborado por manter vivo o espírito conciliar de abertura da Igreja e de diálogo com a sociedade. Francisco é tido como uma verdadeira luz para a Teologia do Laicato, especialmente quando ressalta a Igreja como Povo de Deus, convocando a todos a assumirem a postura de ser uma Igreja em saída que, em movimento, se propõe a ir ao encontro do outro, especialmente dos mais pobres. Dentro dessa perspectiva, Francisco chamará a atenção para o cuidado pastoral dos leigos e leigas pelos ministros ordenados que, ao assumirem o serviço ministerial, devem ir ao encontro de todos, sem distinção, promovendo a dignidade batismal e incentivando o laicato a assumir as responsabilidades inerentes à fé cristã. A índole missionária da Igreja é constantemente resgatada pelo Pontífice na *Evangelii Gaudium* e proposta como ação permanente de todo corpo eclesial. Os leigos e leigas, sendo membros constitutivos da maior parte da Igreja, levam ao mundo a alegria de serem discípulos e missionários de Jesus a lugares onde os ministros ordenados não podem estar. Ainda mais, se descreverá, de forma sintética, o que Francisco refletiu, na exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate*, sobre a santidade cristã e os meios de alcançá-la nos tempos atuais.

1. Superação da distância entre a Teologia do Laicato e a prática pastoral

1.1. Formação teológica laical em vista do engajamento Pastoral

Não são poucos os documentos do Magistério, quer universal, quer das Igrejas Particulares, que fazem alusão à importância de se empregar forças pastorais e recursos financeiros na formação do laicato. No contexto da América Latina e Caribenha, todos os textos finais das Conferências Latino-americanas fazem um apelo ao cuidado da formação dos cristãos leigos e leigas. No Brasil, o Documento 62 já apontava a urgência de se criar condições para uma “formação adequada”⁶²⁰ para aqueles que podem engajar-se e os que já estão comprometidos com comunidades eclesiais, de modo que, conscientes e livres, consigam, na sociedade, dar as razões da fé. Na sequência, o Documento 105 mostra que, sem uma formação

⁶²⁰ CNBB, Doc. 62, n. 175, p. 119.

“permanente, contínua, consistente”⁶²¹, a missão dos leigos e leigas na vida da Igreja e na sociedade é prejudicada, uma vez que sem formação não é possível responder aos inúmeros questionamentos da sociedade, tão marcada pela indiferença referente às questões religiosas.

De início, é preciso ficar bem claro que a tarefa do estudo da Teologia não se reserva somente aos ministros ordenados, mas também aos leigos e leigas. Por exemplo, desde o início do cristianismo, sobretudo durante o século II e seguintes, quando a fé cristã foi duramente confrontada com a cultura dita pagã, a literatura apologética nasceu como resposta da fé cristã, elaborada e sistematizada racionalmente. Nessa época, teólogos leigos, como Quadrato⁶²², Atenágoras de Atenas⁶²³, São Justino⁶²⁴, Panteno⁶²⁵, Clemente⁶²⁶, Orígenes⁶²⁷, Lactâncio⁶²⁸ podem ser citados. No tempo atual, quando a proposta da Igreja de uma volta às origens do cristianismo é mais contundente, não se pode deixar de mencionar que foi justamente no período do cristianismo primitivo que o labor teológico feito por leigos foi sobrepujante. Não se pode apagar esse dado evidente da história teológica. O contributo deles, naquele tempo, foi de grande importância, haja vista que conseguiram, ao dar conta de outros saberes, como a filosofia, colaborar com a sistematização da fé cristã. Devem ser exemplos para todos os cristãos leigos e leigas na atualidade⁶²⁹.

Nesse sentido, há uma dupla missão de formação no que diz respeito à vida dos leigos e leigas: eles e elas não são apenas chamados a ser inseridos nos projetos formativos da Igreja, recebendo formação doutrinária, mas como sujeitos eclesiais devem ser igualmente responsáveis pelo labor teológico na construção e elaboração, por eles mesmos, de pensamento que se some ao escopo da produção teológica atual. O Documento 105 deixa bem claro que a responsabilidade pelo conteúdo e a sua produção para a formação eclesial não são exclusivas dos bispos, padres e diáconos, mas também dos cristãos leigos e leigas. Estes recebem o conteúdo e tornam-se eles mesmos formadores quando contribuem no ensino nas comunidades

⁶²¹ CNBB, Doc. 105, n. 226, p. 113.

⁶²² Provavelmente tenha vivido na Ásia Menor. Seu escrito *Apologia do cristianismo* se dirige ao Imperador Adriano, por volta do ano 123.

⁶²³ Viveu em Atenas, por volta do ano 133 a 190 depois de Cristo. Escreveu uma apologia endereçada ao Imperador Marco Aurélio.

⁶²⁴ Foi palestino de nascimento. Morando em Roma, conseguiu fazer um válido diálogo entre a cultura helênica e o cristianismo. Escreveu duas *Apologias* e o *Diálogo com Trifão*. Morreu em 165.

⁶²⁵ Foi quem fundou a Escola de Alexandria e viveu possivelmente durante os anos de 140 a 216 d.C.

⁶²⁶ Discípulo de Panteno, lecionou na Escola de Alexandria. Escreveu obras como o *Stromata*, *Protéptico*, *Pedagogo*.

⁶²⁷ Teve também sua formação teológica feita na Escola de Alexandria e se dedicou boa parte de seu tempo ao estudo das Sagradas Escrituras. Escreveu *Comentário e Homilias*, *Héxaplas*, *Dos Princípios* e *Contra Celso*.

⁶²⁸ Cristão nascido no norte da África viveu ca – 240 a ca – 320 d.C. Escreveu *Divinae Institutiones* e *De mortibus persecutorum*.

⁶²⁹ Cf. CAVACA, Osmar. Leigos e Teologia: a formação da consciência social da doutrina cristã. *Revista de Cultura Teológica*, Belo Horizonte, v. 20, n. 79, 2012, p. 12-13.

eclesiais, nas escolas e nas Universidades. Os leigos e leigas são sujeitos da produção teológica e o fazem como conteúdo científico inserido no Magistério. Não se pode negar a dupla função da formação laical. Não são passivos diante da Teologia, mas agentes do fazer teológico, como teólogos e teólogas⁶³⁰.

Bruno Forte diz que “graças à dignidade de todo batizado, assinalado de modo singular pela experiência da Graça, pode-se afirmar que todos, na comunhão eclesial, são chamados a aprofundar o conhecimento do Mistério”⁶³¹. Essa visão é decorrente do espírito conciliar, especialmente da nova eclesiologia do Povo de Deus que deu condições de ser retomada com maior força a necessidade de uma adequada formação dos leigos e leigas e do oferecimento da oportunidade destes de se engajarem na produção teológica. Não se pode promover uma atualização da fé como exigência contínua do CVII sem que se leve em conta todos os níveis da vida humana, como o social, econômico, político, cultural e o psíquico. O Magistério teve que se abrir, além dos clérigos, para o contributo dos leigos e leigas que, na *expertise* das outras ciências e campos de presença, dialogam com a Teologia⁶³².

Como se percebe, o processo se dá organicamente. Por um lado, com a eclesiologia do Povo de Deus e consequente emergência do leigo na vida da Igreja, desdobra-se o processo de desclericalização da teologia. Por outro lado, a reconsideração de lugares teológicos que ultrapassam a dimensão religiosa, urge o diálogo da fé com a racionalidade das várias ciências, campo em que os leigos estão melhor formados e assessorados que os clérigos em geral⁶³³.

Posto que os leigos e leigas são sujeitos eclesiais da formação e podem assumir diversas tarefas no labor teológico, inclusive no contributo para evolução e atualização da sistematização da fé nos tempos atuais, é preciso deixar explícito em que consiste a adequada formação cristã para o laicato em vista também de um maior engajamento pastoral. Segundo os bispos brasileiros, uma adequada formação do sujeito eclesial deve ser integral e levar em conta as dimensões humana e espiritual, teológica e pastoral, teórica e prática⁶³⁴. Em outras palavras, o cristão é instruído pela comunidade eclesial a partir de sua totalidade de pessoa humana vocacionada a assumir uma identidade: a laical. Esta vocação jamais pode ser confundida como um modo reducionista de participação na Igreja, mas como vocação gerada e alimentada no espaço eclesial, em comum dignidade com qualquer outra. Se há esforço para a formação dos

⁶³⁰ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 225, p. 113.

⁶³¹ FORTE, Bruno. *Teologia em diálogo*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 43.

⁶³² *Ibidem*, 2002, p. 43.

⁶³³ CAVACA, 2012, p. 17.

⁶³⁴ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 266, p. 133.

clérigos como vocação eclesial, o mesmo dispêndio deve ser oferecido na formação dos leigos e leigas, também como a vocação eclesial⁶³⁵.

Faz parte da “própria condição humana a formação”, e a comunidade eclesial é uma ferramenta formativa para o ser humano que deseja se encontrar com Deus e ser instruído por Ele. A formação perpassa todas as atividades eclesiais e mormente todas as dimensões constitutivas do ser humano. O conteúdo da fé encontra no coração e na mente do ser humano o seu espaço de assentamento. Nenhum conteúdo de fé é verdadeiro se não se assentar sobre um desenvolvimento antropológico que colabore adequadamente com a maturidade humana que gera, por conseguinte, a maturidade da fé. Rudolf Otto afirma que o ser humano tem em sua natureza constitutiva o desejo do conhecimento do misterioso que o faz se deparar com uma realidade para além de si mesmo. O fascínio pelo misterioso o faz caminhar em direção ao desconhecido⁶³⁶. E isso não é diferente analogamente à fé cristã, que conduz o cristão e a cristã a se depararem com o Criador e com o projeto de salvação empenhado por Jesus, cuja cruz é a mais alta expressão. Santo Anselmo fala da “*fides quarens intellectum*”, ou seja, o ser humano que crê, à luz da razão, tira da fé e de sua sistematização, significado para sua vida.

Nesse sentido, a instrução dos leigos e leigas deve ser contextualizada⁶³⁷. A teoria do conteúdo da fé deve ser constantemente experimentada na missão da Igreja e na Sociedade. Não há espaço para a teoria da fé sem sua prática, uma vez que os leigos procuram na fé o sentido para sua vida; procura, para além do conteúdo teórico, a prática em favor da vida. No fundo, é repetir a dinâmica do Evangelho que é conteúdo de fé, mas também é conteúdo de vida, basilarmente concentrada no amor a Deus e no amor ao próximo. A construção teológica atual não deve descartar as realidades que tantas vezes gritam por vida. A contextualização teológica permite sua pluralidade teórica e pastoral. Clodovis Boff mostra, então, cinco principais enfoques contextualizados que incidem sobre a vida pastoral eclesial: o da libertação, o feminista, o étnico, o inter-religioso e o ecológico. Os leigos e leigas, desse modo, no tempo, na história e em culturas diversas estão a serviço do Reino e são eles mesmos a presença de Jesus nos mais diferentes âmbitos e assuntos da sociedade⁶³⁸.

De certo, são necessários os aspectos sistemáticos e formais da educação da fé como atividade planejada; no entanto, é imprescindível que a formação planejada contribua para que o cristão e a cristã se encontrem cada vez mais com Jesus e vivam o seguimento, oferecendo

⁶³⁵ CAVACA, 2012, p. 23.

⁶³⁶ Cf. OTTO, Rudolf. *O Sagrado*. Coimbra: Edições 70, 1992, p. 120.

⁶³⁷ CAVACA, 2012, p. 25.

⁶³⁸ Cf. KUZMA; Cesar, SANTINON; Ivenise. A teologia do laicato no Concílio Vaticano II. In: PASSOS, João Décio (org.). *Sujeitos no mundo e na Igreja*. São Paulo: Paulus, 2014, p. 137-138.

não só a fé, mas também a vida⁶³⁹. Afirma o Documento 105 que a instrução deve gerar engajamento pastoral na comunidade eclesial e que, à luz dos sinais dos tempos, sobretudo na realidade brasileira, marcada pela pobreza, o conhecimento da fé produza obras de vida diante do outro⁶⁴⁰.

A epistemologia do pensamento especulativo teológico exige abertura, sob pena de perder a relação fundante com o outro. E essa abertura que acolhe a consciência do outro, da pessoa concreta e histórica, cujo rosto é marca do Outro transcendente e soberano. (...). Como demonstrar que é sensato o discurso de fé sobre Deus, sem referir-se a um horizonte preciso de busca do sentido? Uma teologia que não faça o esforço de interpretação, para mediar entre a salvação oferecida na revelação e a presente história dos homens, está condenada ao silêncio. A indiferença para com o outro de si redundará em mera repetição do mesmo, sem efeito algum sobre a vida real⁶⁴¹.

Infelizmente, muitos são os sinais de que a formação laical tem sido negligenciada. Poucos são os incentivos para que os leigos e leigas possam estar presentes nos cursos de formação, especialmente os de Teologia, oferecidos por algumas universidades católicas. Muitas Dioceses não possuem espaços para a formação continuada que ultrapasse os limites da instrução para os Sacramentos. As Escolas Diocesanas de Teologia são poucas e mal estruturadas. Necessitando de serem melhor cuidadas, as universidades católicas, as Escolas de Teologia são lugares privilegiados para a formação dos leigos e leigas e proporcionam construir relações entre “teoria e prática, a pedagogia participativa em vista do exercício da liderança, numa perspectiva de inculturação”⁶⁴². No espaço catequético, em vista da recepção dos sacramentos, não há tempo para a formação contextualizada. É preciso, de todo modo que a teologia contextual, mesmo que de modo transversal, esteja presente na educação da fé cujos temas podem ser sobre a “pessoa e prática de Jesus, a missionariedade e a relação Igreja – Mundo – Reino, análise da realidade à luz da Doutrina Social da Igreja”⁶⁴³, além da opção pelos pobres, a educação para a justiça social, a convergência dos temas de fé e política, a sexualidade humana e a afetividade; temas tão importantes na formação do cristão que não tem sido amplamente trabalhado por falta de ambiente e tempo propícios.

Sem a formação integral e contextualizada, a formação teológica dos leigos e leigas é alienante e obscura. A formação nos contextos provoca nos cristãos e cristãs o engajamento pastoral, uma vez que não é possível manter um discurso teológico sem sua *práxis*. Bruno Forte

⁶³⁹ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 234, p. 116.

⁶⁴⁰ *Ibidem*, n. 235, p. 116.

⁶⁴¹ FORTE, 2002, p. 85.

⁶⁴² CNBB, Doc. 105, n. 236, p. 117.

⁶⁴³ *Ibidem*, n. 236, p. 117.

escreve que a “*qualidade pastoral*” é modificada quando a Teologia provoca o amor a Deus na vivência do amor operoso para com o próximo⁶⁴⁴. O engajamento pastoral é o instrumento eclesial mais eficaz de ir ao encontro do outro. A formação deve imbuir os leigos e leigas da vontade de missão evangelizadora, de modo que, conhecendo mais sobre Jesus e a Igreja, possam ofertar o conhecimento como libertação. A formação teológica e sua aplicação permite que os leigos e leigas ofereçam preciosa colaboração na transformação das estruturas eclesiais e sociais. Sem essa colaboração, a Teologia não tem coerência e se torna um discurso carente de verdade, tornando ideologia para uns ou alguns que desejam submeter os mais fracos e incultos na fé a uma dominação religiosa sem frutos de vida.

A formação teológica leva, enfim, os leigos e leigas ao compromisso com a prática da fé no engajamento pastoral, dentro da comunidade eclesial de base. A prática da fé e sua vivência se tornam uma crítica ao modo do fazer teológico, purificando-o, melhorando-o e adequando-o ao tempo e às necessidades. Sabe-se que quanto mais instruídos, os leigos e leigas são capazes de assumir posturas mais adequadas e de acordo com o Evangelho. A ignorância leva à falta de atitude. A comunidade eclesial de base é um dos lugares mais adequados para a formação na fé, na instrução da Doutrina e na prática concreta da fé transformada em obras de libertação, sobretudo perante as camadas mais carentes da população⁶⁴⁵.

1.2 A importância do estudo do Documento 105

É inegável que os leigos e leigas desejam ter maior acesso aos meios de formação oferecidos pela Igreja. Os instrumentos são os mais variados, como Escolas Teológicas, palestras, encontros formativos, estudos de documento. São essas algumas das ferramentas que podem colaborar para inserir cada vez mais o cristão e a cristã num processo de formação da fé cujo objetivo principal é conduzi-los a um itinerário de amadurecimento eclesial que desemboque em uma maior atuação, consciente, dos leigos e leigas, na Igreja e na Sociedade. No Documento de Aparecida, está explícita a ideia dos bispos latino-americanos e caribenhos de que é urgente e “necessário fomentar o estudo e a pesquisa teológica e pastoral frente aos desafios da nova realidade social, plural, diferenciada e globalizada, procurando novas respostas que deem sustentação à fé e à experiência de discipulado dos agentes de pastoral”⁶⁴⁶.

⁶⁴⁴ FORTE, 2002, p. 99-110.

⁶⁴⁵ LIBÂNIO, João Batista; MURAD, Afonso. *Introdução à Teologia. Perfil, enfoques, tarefas*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 183-184.

⁶⁴⁶ DAp, n. 345.

Acredita-se que o Documento 105 é um excelente instrumental para a formação do laicato. Propor seu estudo é uma necessidade porque ele vai ao encontro de tudo o que é pedido para a vida cristã no tempo presente: um encontro sempre pessoal com Jesus que transforma o coração do crente⁶⁴⁷ e, que, conseqüentemente, na força desse encontro possa surgir atitudes transformadoras da vida em comunidade e em sociedade. O tempo de hoje é tempo de necessidade, de encantamento pelo Cristo e pela sua Igreja, como Povo de Deus, e leigos e leigas são os chamados a esse encantamento que muda a vida e lhes dá entusiasmo para missão e atuação pastoral. O conteúdo do Documento 105, ao ser estudado nas comunidades eclesiais pode trazer novo entusiasmo aos leigos e leigas, uma vez que o que ali se encontra desenvolvido é particularmente dirigido a eles, na valorização da pessoa, vida, trabalho e missão de cada um deles.

Os bispos brasileiros afirmam que a “dimensão formativa perpassa todas as atividades eclesiais e exige de todos os membros uma atualização permanente sobre os conteúdos da fé e sua compreensão, bem como vivência em cada tempo e lugar”⁶⁴⁸. Nesse sentido, é preciso insistir que frente à necessidade de formação, “entendida como educação permanente na fé”⁶⁴⁹, os leigos e leigas são responsáveis diretos por sua própria formação. Não são protagonistas da formação, uma vez que toda a instrução na vida eclesial tem o protagonismo do Espírito Santo. Os cristãos leigos e leigas estão inseridos dentro do conteúdo da fé, permanente e processual, como sujeitos de sua própria formação eclesial. São chamados a refletir sobre o conteúdo da fé e, ainda mais, sobre a prática dessa fé no meio da Igreja e no mundo onde vivem⁶⁵⁰.

À luz dessas proposições citadas, leigos e leigas precisam de bons instrumentos formativos que os levem não somente ao conteúdo da fé, reflexivo-teórico, mas a um conteúdo prático-vivencial da fé. A formação laical, então, deve considerar duas dimensões: o conteúdo da fé e a prática vivencial⁶⁵¹. Numa sociedade pluralista como a destes tempos, quem faz e estuda a Teologia se depara com um grande desafio que está em não apenas compreender a Deus a partir da fé, mas também compreender o mundo a partir desta mesma fé. Nessa tarefa, os leigos e leigas são os mais privilegiados, pois exercem, pela presença dentro da sociedade, a influência do Evangelho e do conteúdo da fé transmitida pela Igreja. Nessa senda, “só eles são capazes de traçar um diálogo aberto da teologia com a sociedade na tentativa de superar

⁶⁴⁷ Cf. At 2,42-47.

⁶⁴⁸ CNBB, Doc. 105, n. 234, p. 116.

⁶⁴⁹ *Ibidem*, n. 234, p. 116.

⁶⁵⁰ *Ibidem*, n. 235, p. 116.

⁶⁵¹ LIBÂNIO; MURAD, 1996, p. 184.

obstáculos”⁶⁵², especialmente os geradores de exclusão, pobreza, miséria, tão presentes em algumas estruturas da sociedade brasileira⁶⁵³.

As Igrejas particulares ou a reunião delas através das Conferências Nacionais, por sua própria constituição como Povo de Deus, têm condição, e até o dever, de elaborar documentos instrutivos e não somente normativos. Longe de oferecerem apontamentos doutrinários novos, podem colaborar na instrução da fé e incentivar a atuação e protagonismo dos leigos e leigas através de documentos próprios. Aqui, então, aparece destacado o Documento 105 como uma ferramenta que não propõe conteúdo novo de fé, mas reflete o conteúdo da fé cristã relativa à Teologia do Laicato e a propõe para todos os cristãos e cristãs, contextualizando-a a partir da situação atual da comunidade eclesial e de toda a sociedade brasileira.

Comblin afirma que tantas vezes o Povo de Deus recebe de forma suspeita e de modo superficial os documentos do magistério eclesial. Isso porque tantos deles, mesmo sendo ricos por um escopo doutrinário baseado na filosofia e na teologia, não encontram ressonâncias práticas na vida e no costume do crente. Há uma multiplicação de documentos que, na verdade, não são estudados, e mais, até muitas vezes não aceitos como grande parte dos documentos do Concílio Vaticano II⁶⁵⁴. No entanto, não é isso o que se percebe dentro do conteúdo temático do Documento 105. Todo documento parte da experiência do Povo de Deus. A vida laical é iluminada pela teologia e a reflexão colabora na crítica e na prática da pastoral *ad intra* e *ad extra Ecclesia*. A leitura analítica do Documento permite inferir sua linguagem próxima e, ao mesmo tempo, pedagógica e compreensível, possivelmente para a maior parte dos irmãos e irmãs das comunidades

O *status quaestionis* da formação laical depois do Concílio Vaticano II é outro. A formação laical não é feita para sustentar a presença dos leigos e leigas na Igreja tornando-os mero repetidores de verdades de fé. Hoje, a formação dos leigos e leigas deve impulsioná-los a ter atitudes compromissadas com a verdade, não somente expressa na doutrina, mas também na interpretação das verdades da fé na cultura atual, perante os desafios e debates da sociedade moderna. Por isso, a formação cristã é formação também para a maturidade, que se constrói, inclusive, na vivência do amor oblato e sacrificial em direção ao outro. Negar à formação de leigos e leigas uma formação cujo conteúdo leve em conta a história do Povo de Deus,

⁶⁵² KUZMA, Cesar Augusto. Leigos e leigas no debate teológico atual. Uma reflexão a partir da V Conferência de Aparecida. *Comunicação*. Simpósio de Teologia Puc-RJ. Disponível em: [www. http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/simposioteologia/pdf/Cesar20Augusto20Kuzma.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/simposioteologia/pdf/Cesar20Augusto20Kuzma.pdf).

⁶⁵³ CNBB, Doc. 105, n. 235, p. 116.

⁶⁵⁴ COMBLIN, 2002, p. 383.

absolutizando a doutrina, resistindo ao avanço de tornar prática a formação teológica⁶⁵⁵, chega a ser pouco evangélico e nada parecido com o itinerário formativo de Jesus com seus discípulos, que se retirou com eles para formá-los no amor e mostrou-lhes a Si mesmo como exemplo desse amor, e os enviou a praticá-lo⁶⁵⁶.

Não se tem dúvida de que o Documento 105 deve ser estudado nas comunidades eclesiais. Trata-se do mais recente esforço da Igreja, no Brasil, em refletir de modo teológico e contextualizado a vida laical. Todo o Documento é uma referência à Igreja compreendida como Povo de Deus, cuja fonte eclesiológica é o Vaticano II. O estudo do Documento 105 pode, assim, promover maior interesse pelo trabalho da Igreja feito no CVII. Para que isso aconteça, os ministros ordenados devem assumir também a tarefa de instrutores da fé, oferecendo eles mesmos a adequada leitura e reflexão sobre o Documento, ou até mesmo possibilitando que seja feito por outra pessoa competente para a tarefa privilegiando possivelmente um leigo ou uma leiga. Não seria de forma alguma desprezioso sugerir que se invista certo recurso financeiro na compra e distribuição dessa ferramenta para que chegue às mãos dos leigos e leigas.

1.3 Retomada da *Apostolicam Actuositatem* sobre o Apostolado laical

A teoria é mais frutífera quando se torna prática. A experiência teológica do Magistério eclesial, sobretudo na América Latina e Caribenha, mormente no Brasil, já expôs que é preciso que o conteúdo teológico se aproxime da vida dos crentes, de modo que possa fomentar uma consciência crítica da realidade e um engajamento pastoral, visando colaborar com a missão evangelizadora da Igreja. Libânio e Murad afirmam que o conteúdo teológico julga a prática da fé e vice-versa. Então, se torna inquestionável que um dos meios mais eficazes de se romper uma certa distância entre o conteúdo da fé e de sua prática é que haja consciência e atitude crítica entre ambas: as proposições teológicas devem ser assumidas e refletidas nos mais diversos contextos e o contexto deve ser interpretado à luz da fé⁶⁵⁷. É nesse sentido que o CVII procurou oferecer um instrumental, ao mesmo tempo teórico e prático, crítico e contextual, sobre o apostolado dos leigos e leigas na vida da Igreja e da Sociedade: trata-se do Decreto *Apostolicam Actuositatem* (AA)⁶⁵⁸.

⁶⁵⁵ Cf. QUEIRUGA, Andrés Torres. *A teologia depois do Vaticano II. Diagnóstico e propostas*. São Paulo: Paulinas, 2015, p. 137.

⁶⁵⁶ Cf. Jo 13.

⁶⁵⁷ LIBANIO; MURAD, A. 2005, p. 174.

⁶⁵⁸ Usaremos a sigla AA para fazer referência ao Decreto *Apostolicam Actuositatem*.

A elaboração teológica é mais precisa quando ela surge a partir da realidade da vida. O CV II foi senão a mais plena realização dessa proposição. O tema do trabalho dos leigos e leigas, chamado pelo AA de *apostolado*, surge como uma necessidade manifestada no questionário pré-conciliar que solicitava, a pedido de João XXIII, temas para ser desenvolvidos no Concílio. Kuzma afirma que “o Documento brota de um pedido da própria Igreja”⁶⁵⁹, quando os Padres Conciliares, percebendo as necessidades e urgências pastorais frente aos mais diferentes campos da presença de leigos e leigas, sentiram a obrigação de produzir uma ferramenta que contivesse indicações teológicas precisas, visando favorecer maior consciência sobre o trabalho e autonomia da vocação laical⁶⁶⁰. Tal feito só foi possível de ser concretizado graças aos movimentos leigos e leigas que ganharam durante os anos pré-conciliares mais preponderância e também à nova eclesiologia pautada na compreensão da Igreja como Povo de Deus⁶⁶¹.

Sobre o Decreto *Apostolicam Actuositatem*, a melhor forma de lê-lo e de compreender seu conteúdo, de maneira a ser aplicado na comunidade eclesial, é ter por um lado a Constituição *Lumen Gentium*, onde se encontram os pilares da eclesiologia conciliar, principalmente pela definição da Igreja como Povo de Deus (...). É dessa forma que se pensou o apostolado dos leigos: 1) numa boa base eclesiológica, firmemente presente na comunidade eclesial, de onde sai sua base e conteúdo; 2) na inserção pastoral, no mundo, na sociedade, onde devem atuar como agentes de transformação em prol do Reino de Deus⁶⁶².

É urgente, sobretudo quanto à pertinência do tema tratado, que o AA possa ser retomada pelas comunidades eclesiais para seu estudo e aplicação, uma vez que ele guarda a consciência conciliar a respeito do apostolado laical para os dias de hoje. Os bispos brasileiros lembram que é imprescindível que os cristãos leigos e leigas assumam, como sujeitos eclesiais, de “maneira pessoal e livre as interpelações da fé”⁶⁶³. Não se trata, aqui, de uma mera colaboração ao trabalho eclesial realizado pelos ministros ordenados, nem mesmo de complemento, mas sim de efetiva contribuição para com o trabalho da Igreja. É uma vocação e convocação ao trabalho evangelizador que deriva da identificação da pessoa de fé com o próprio trabalho de Jesus. Vocação e convocação, são recebidas desde o Batismo. Koser assinala que o trabalho apostólico dos leigos e leigas é uma habilitação sobrenatural oriunda da identificação a Jesus acompanhado

⁶⁵⁹ KUZMA, Cesar. *Apostolicam Actuositatem*. Verbete. *Dicionário do Concílio Vaticano II*. PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner (orgs.). São Paulo: Paulus\Paulinas, 2015, p. 27.

⁶⁶⁰ Cf. AA, n.1.

⁶⁶¹ *Ibidem*, p. 27.

⁶⁶² *Ibidem*, p. 27.

⁶⁶³ CNBB, Doc. 105, n. 124, p. 70.

do tríplice múnus: sacerdotal, profético e régio. Desse modo, todos são chamados ao apostolado, não havendo, portanto, excluídos⁶⁶⁴.

O Decreto AA, de modo contundente, aponta para uma realidade que deve ser irrenunciável na vida eclesial: que o apostolado dos leigos e leigas, decorrente da vocação cristã, “jamais pode deixar de existir na Igreja”⁶⁶⁵. Completa o Documento 105 da CNBB que esse apostolado somente pode ser desenvolvido dentro da perspectiva que admite que toda ação eclesial laical se sustenta na consideração de que os leigos e leigas são sujeitos eclesiais e, dessa maneira, realizam a ação da Igreja. Os Padres Conciliares entenderam que o apostolado dos leigos é o apostolado da Igreja. Isso significa que faz parte da essência da vida cristã o trabalho evangelizador, sendo a “vocação cristã, por sua natureza, também vocação para o apostolado”⁶⁶⁶. Apostolado, como atividade da Igreja, deve ser sempre mais dedicado à construção do Reino de Deus, a fim de que todos possam participar da obra redentora de Jesus, sobretudo os mais pobres⁶⁶⁷. Não é errado afirmar que o trabalho eclesial, seja qual ele for, é um dever e um direito salvaguardado pela comunidade eclesial e por ela incentivado. A autonomia de ação e organização do laicato se realiza no interior dessa mesma comunidade⁶⁶⁸. Ao menos deveria ser.

Há uma grande distância entre o incentivo teórico, que prevê que a comunidade eclesial seja o lugar do estímulo do apostolado do leigo e da leiga, e a concretização e aplicação desse referencial. Para Salenson, se a missão do laicato não for a missão da comunidade onde estão inseridos, a tarefa apostólica já está estagnada e destinada à morte⁶⁶⁹. De certo, o campo onde são desenvolvidas as tarefas de apostolado dos leigos e leigas, peculiarmente, é a família, a sociedade, a vida social, trabalho, educação, economia, política⁶⁷⁰. Essas tarefas são diversas, mas não restritas e reduzidas somente a estes campos, mas amplamente difusas, porque sendo ação da Igreja, podem estar em qualquer ambiente onde se possa semear o Evangelho e endereçadas a todos e a todas que possam acolher Jesus. O Decreto AA usa a expressão “apostolado múltiplo”⁶⁷¹ para designar a amplitude de campo da ação laical. Nestes mais diversos campos, está a presença da comunidade de fé, não meramente representada pelos

⁶⁶⁴ Cf. KOSER, Constantino. Cooperação com a hierarquia no apostolado. In: BARAÚNA, Guilherme (org.). *A Igreja do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, p. 1029.

⁶⁶⁵ AA, n. 1.

⁶⁶⁶ Cf. AA, n. 2.

⁶⁶⁷ Cf. BRECHÓ, Nelson Maria. A importância do apostolado leigo na vida paroquial: um estudo à luz do decreto Apostolicam Actuositatem. *Revista de Teologia Contemplação*. (FAJOPA), n. 07, 2013, p. 78.

⁶⁶⁸ CNBB, Doc. 105, n. 127, p. 71.

⁶⁶⁹ SALENSON, Christian. Les Laïcs dans le monde et dans l'Église. Liège, Belgique. Tome 413, 2010, *Revue Études*. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-etudes-2010-9-page-211>.

⁶⁷⁰ Cf. AA, n. 7.

⁶⁷¹ *Ibidem*, n. 9.

leigos, mas presente neles e por eles, na liberdade e na autonomia. Não é nada fácil romper com uma certa visão clericalista, que não admite aceitar a vida e missão dos leigos como a vida e missão da Igreja toda⁶⁷².

Os leigos e leigas assumem nos dias de hoje a nobre tarefa de anunciar e propor a fé. Já não se pode mais pautar o anúncio da fé sem diálogo e proximidade das realidades das pessoas. A sociedade não tolera mais um discurso ufanista e apologético da fé. Esse tipo de discurso não tem convencido a mais ninguém. Há certa crise instalada no modo evangelizador dos ministros ordenados que não buscam mais fundamentar a pregação nas Sagradas Escrituras. Comumente, não estão incorporando à fala a riqueza da Tradição e se perdem na insegurança, fechando-se a uma pregação de sacristia e embotada de medievalismos. A Igreja, pela voz de tantos bispos, presbíteros e diáconos, não consegue dialogar, mostrar seu trabalho evangelizador e, assim, não leva as pessoas a se encantarem com Jesus. Ajuda a superar este terrível quadro quando os leigos e leigas têm liberdade de atuação eclesial e com o testemunho de vida e pela presença são capazes de levar a Igreja, por sua própria voz, às pessoas afastadas e aos não crentes. Nessa tarefa, os leigos e leigas são protagonistas⁶⁷³.

Através dos leigos e leigas, o *“l’apostolat est un art, l’art de la rencontre”*⁶⁷⁴. O Papa Francisco tem insistido que o apostolado da Igreja deve estar basilarmente estruturado no encontro com as pessoas. O CV II não pensou de forma diferente. Toda tarefa da Igreja deve ser serviço diante do outro, sobretudo daqueles que mais precisam de uma palavra de esperança e de vida. O apostolado dos leigos e leigas, dessa forma, é alimentado por uma espiritualidade encarnada que não admite uma fé sem vida. Eles e elas têm mais condições de se encontrarem com as pessoas nos mais diferentes campos e podem, justamente ali, apresentar aquele Cristo que vai ao encontro das pessoas. Aquele Jesus que fala, toca, levanta, anima e que caminha com todos, sem fazer distinções.

Há de se considerar que o CV II, a partir do Decreto AA, especificamente no capítulo IV, quando trata das diversas modalidades de apostolado, incentiva o apostolado individual⁶⁷⁵ quando há impossibilidade de reunir mais católicos, sobretudo em terras de missão. No entanto, além desse tipo de apostolado individual, é permitido a associação⁶⁷⁶ ou comunidades de fiéis⁶⁷⁷, visando maior eficácia do método evangelizador. É preciso ficar claro que AA mostra

⁶⁷² Cf. KUZMA, 2015, p. 27

⁶⁷³ Cf. SALENSON, 2010, p. 214. Tradução nossa: “o apostolado é uma arte, a arte do encontro”.

⁶⁷⁴ *Ibidem*, 2010, p. 251.

⁶⁷⁵ Cf. AA, 16-17.

⁶⁷⁶ Cf. AA, 19-19.

⁶⁷⁷ KUZMA, 2015, p. 29.

que, mesmo havendo possibilidade de haver ação individual de apostolado, esta é sempre uma ação eclesial e deve seguir as orientações da Igreja quer em seu Magistério Universal ou Particular. Mesmo individualmente, todos podem expressar-se à luz da fé ou fazer críticas a partir daquilo que não acham adequado no modo de evangelização da Igreja. No entanto, as atitudes individuais, quando se distanciam da comunidade de fé, sem exageros, podem se transformar em determinada divisão, cisma, quando não em apostasia.

Do mesmo modo, as associações públicas de fiéis se constituem como uma organização eclesial que abriga uma nova forma de ser Igreja e não podem estar desvinculadas de todo o corpo eclesial. Mas, tantas vezes, as associações de fiéis fazem contraponto às orientações da Igreja, tornando-se comunidades autoindependentes que orbitam em torno de um estatuto próprio e dos ideais dos fundadores. Infelizmente, não é isso que propôs o CV II. O Decreto AA assegura o apostolado individual, bem como a associação pública de fiéis, mas nunca como libertinagem para uma reação à própria comunidade da fé, ao Papa e às orientações oficiais da Igreja. Uma leitura mais atenta e sua aplicação podem ser muito úteis para os dias de hoje no que tange especificamente ao apostolado dos leigos e leigas quer individualmente, quer associados.

1.4 Releitura da *Christifideles Laici* para nossos tempos

Kasper escreve que os “enunciados do Concílio sobre a vida e missão dos leigos e leigas na Igreja foram preparados pelos movimentos pré-conciliares de renovação e pela Teologia”⁶⁷⁸. Essa ideia é muito importante porque os trabalhos conciliares deveriam encontrar nas diversas Conferências Episcopais desejo de recepção e de atualização e continuidade. No entanto, certa insegurança tomou conta de parte do clero no que se refere ao papel do laicato, especificamente à possibilidade de lhe serem confiados determinados ministérios⁶⁷⁹. Muito há que se fazer para tornar as proposições conciliares aplicadas na vida eclesial atual.

Muitas questões foram levantadas⁶⁸⁰ e, em 1984, quase vinte anos após o encerramento do Concílio, o Conselho da Secretaria Geral da Santa Sé dá início à preparação de um novo Sínodo que pudesse, de alguma forma, ser um resgate dos trabalhos conciliares. No dia 18 de abril do mesmo ano, o Papa João Paulo II definiu que o tema do Sínodo dos Bispos, convocado

⁶⁷⁸ KASPER, 2012, p. 271.

⁶⁷⁹ *Ibidem*, p. 271.

⁶⁸⁰ É possível inteirar-se mais profundamente das diversas questões que provocaram a decisão de um Sínodo sobre os leigos e leigas, no artigo: MOUKINET, Daniel. *L'Apostolat des laïcs: mise en perspective historique*. CdEP, Paris, 2012. Disponível em: www.cdep.asso.org/documents.cdep

para 1987, seria a missão dos leigos na Igreja e no mundo⁶⁸¹. A preparação desse Sínodo foi muito peculiar, haja vista a grande movimentação e participação dos leigos e leigas na elaboração do documento entregue à Assembleia Sinodal para a realização dos trabalhos. Pode-se destacar que um dos eventos preparativos do Sínodo, também conhecido como Sínodo dos Leigos, foi a realização do Encontro do Conselho Nacional dos Leigos no Brasil, que aconteceu de 31 de outubro a 2 de novembro de 1986. Esse encontro, de grande notoriedade para Igreja no Brasil, ofereceu ao Sínodo um texto que foi utilizado como ferramenta para conhecer um pouco mais a realidade dos leigos e leigas, sobretudo os problemas e dificuldades no contexto da América-Latina⁶⁸².

O objetivo do Sínodo Episcopal de 1987 sobre a *Vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo* foi aclarar e aprofundar as questões suscitadas. A Exortação Apostólica Pós-sinodal *Christifideles Laici* (1988) de fato explicitou alguns aspectos do Concílio Vaticano II. Ela não desistiu do conceito de leigo, como em parte foi requerido, mas tentou aprofundá-lo em seu aspecto positivo⁶⁸³.

Então, como fruto de todo trabalho sinodal, o Papa João Paulo II, no dia 30 de dezembro de 1988, promulga a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Christifidelis Laici*⁶⁸⁴, sendo apresentada no dia 30 de janeiro de 1989. É importante frisar que a *ChFL* é caracterizada por ser uma recepção e atualização do CVII no que se refere à Teologia do Laicato e à compreensão nocional da Igreja como Povo de Deus⁶⁸⁵. No entanto, a falta de interesse pelo tema e a leitura da Exortação fez dela mais um trabalho do Magistério, por uma maioria, esquecido. A releitura da *ChFL* pode oferecer mais condições de favorecimento a uma correta valorização da vida laical à luz do CVII, tão urgente para os dias de hoje. O texto possui cinco capítulos, desenvolvidos “numa perspectiva de Igreja entendida como mistério, comunhão e missão”⁶⁸⁶, e é a partir dessa tríplice perspectiva que a *ChFL* compreende a vida e missão do laicato na Igreja e no mundo⁶⁸⁷.

Partindo da compreensão de Igreja como Povo de Deus⁶⁸⁸, o Papa João Paulo II, no primeiro capítulo, afirma que toda vocação tem origem no Batismo e é através deste Sacramento basilar que os leigos e leigas são inseridos na comunidade de fé e recebem a missão de serem

⁶⁸¹ Cf. SCOPINHO, Sávio. O Laicato nos pontificados de Paulo VI e João Paulo II. *Revista Pistis e Práxis*, Curitiba, v. 5, n.2, p. 510, 2013.

⁶⁸² Cf. *Ibidem*, 2013, p. 513.

⁶⁸³ KASPER, 2012, p. 271.

⁶⁸⁴ Utilizaremos a sigla *ChFL* para nos referirmos à Exortação Apostólica Pós-sinodal *Christifideles Laici*.

⁶⁸⁵ Cf. SCOPINHO, 2013, p. 515.

⁶⁸⁶ *Ibidem*, 2013, p. 516.

⁶⁸⁷ Cf. *Ibidem*, 2013, p. 516.

⁶⁸⁸ Cf. *ChFL*, n. 8.

protagonistas na missão evangelizadora da Igreja. Scopinho diz que é muito interessante o pensamento de João Paulo II quando reflete “sobre a participação dos leigos no tríplice ofício de Jesus, aprofundando e ampliando alguns temas conciliares”⁶⁸⁹. A primeira identificação do cristão e cristã é com Jesus, depois com a comunidade e a missão dada ao corpo eclesial. Colocando a missão dos leigos e leigas predominantemente nas realidades temporais, a *ChFL* realiza uma descrição da vocação laical positiva⁶⁹⁰ afirmando que não só a Sociedade, mas especialmente a Igreja é campo de missão e trabalho do laicato⁶⁹¹.

O segundo capítulo é importante, posto que marca, a partir de uma retomada das Sagradas Escrituras, do CVII e do Sínodo de 1985, a necessária comunhão entre os cristãos, acentuando que os mais diversos ministérios recebidos não são qualificações, mas habilitação de serviço, expressões de diversidade e complementariedade, nunca uniformidade, mas, sim, unidade⁶⁹². Os bispos brasileiros, no Doc. 105, afirmam, neste ponto da reflexão que, a *ChFL* oferece, de modo substancial e de forma sintética, a teologia dos carismas⁶⁹³. Atualmente, num ambiente eclesial onde se promovem os dons e os mais diversos carismas individuais e se coloca sobre eles valor de importância, gerando rivalidades e contendas na comunidade de fé, ler e aplicar a teologia dos carismas apresentada na *ChFL* provocaria, possivelmente, a passagem de uma certa ignorância sentimentalista para um verdadeiro discernimento eclesial, coerente e frutuoso, a partir do Espírito Santo, dos dons e carismas exercidos na comunidade eclesial⁶⁹⁴.

O Papa João Paulo II chama a atenção, no capítulo terceiro, para um tema de suma importância para a evangelização e muito valorizado pelos bispos brasileiros: trata-se da corresponsabilidade de todos os fiéis na Igreja-Missão⁶⁹⁵. A ênfase é dada na compreensão de Igreja como Povo de Deus que vive a comunhão. Assumir as responsabilidades da evangelização prevê a anterior formação da comunidade eclesial de base sustentada na Palavra e na Eucaristia. A comunhão eclesial, oriunda da Palavra proclamada e da Eucaristia partilhada, permite ir ao encontro daqueles que necessitam também de ouvir a mesma Palavra e de serem alimentados pela Eucaristia. João Paulo II diz que “a comunhão e a missão estão profundamente ligadas entres si, compenetraram-se e integram-se mutuamente”⁶⁹⁶; sendo assim, é necessário

⁶⁸⁹ SCOPINHO, 2013, p. 517.

⁶⁹⁰ Cf. *ChFL*, n. 8.

⁶⁹¹ Cf. *ChFL* nn. 16-17.

⁶⁹² SCOPINHO, 2013, p. 517.

⁶⁹³ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 153, p. 84.

⁶⁹⁴ Cf. *ChFL*, n. 24.

⁶⁹⁵ Cf. SCOPINHO, 2013, p. 518.

⁶⁹⁶ *ChFL*, n. 32.

“confiar aos leigos, em comunhão com todos os membros do Povo de Deus, uma grande parte de responsabilidade”⁶⁹⁷ na atividade eclesial, quer dentro da Igreja, quer na Sociedade.

É necessário afirmar que a “evangelização deve estar destinada à formação de comunidades eclesiais maduras”⁶⁹⁸, ou seja, conscientes de ser e de pertencer ao Povo de Deus, vocacionado à comunhão de fé e enviado à missão. Interessa notar que a *ChFL* não dá a possibilidade de que o processo de formação e de maturidade cristã possa ser feito por si mesmo prescindindo da comunidade. Certo disso, João Paulo II, no capítulo quarto pondera sobre a diversidade das vocações, cuja origem está no chamamento de Deus, cuja raiz de concretização está centrada na Igreja. Há uma valorização quanto ao papel dos jovens, das crianças, anciãos e o cuidado pastoral que a Igreja deve ter para com eles. Há também uma importante reflexão sobre a dignidade das mulheres e o importante contributo que oferecem na missão eclesial⁶⁹⁹. A *ChFL* é contundente afirmando que se a tarefa de evangelizar pertence a todos na Igreja e na Sociedade, “em particular pertence às mulheres, que devem sentir-se empenhadas como protagonistas em primeira linha”⁷⁰⁰.

A formação do laicato é tratada pela *ChFL*, no capítulo quinto, como uma prioridade. Através da formação dos leigos e leigas, a Igreja tem condição de se tornar mais madura, consciente de sua presença no mundo como sinal do Reino de Deus⁷⁰¹. O processo formador deve ser integral, visando à unidade dos membros da Igreja com a vocação de cada um deles e delas como pessoas de fé e como cidadãos na Sociedade. A *ChFL*, em nenhum momento, contrapõe as duas realidades da vocação cristã: membros da Igrejas e cidadãos do mundo⁷⁰². Enfim, a *ChFL* elabora uma reflexão muito substancial para o laicato, retomando as principais “intuições conciliares”⁷⁰³ ao mesmo tempo em que propõe uma visão teológica e eclesiologia mais ampla, que devem ser retomadas na contemporaneidade.⁷⁰⁴

2. Entre angústias e esperanças: a necessidade discernimentos necessários

2.1. A Campanha da Fraternidade e o necessário engajamento político

⁶⁹⁷ *Ibidem*, n. 32.

⁶⁹⁸ SCOPINHO, 2013, p. 519.

⁶⁹⁹ Cf. *ChFL*, nn. 46-48.

⁷⁰⁰ *Ibidem*, n. 49.

⁷⁰¹ Cf. *LG*, n. 5.

⁷⁰² Cf. *ChFL*, n. 59.

⁷⁰³ SCOPINHO, 2013, p. 520.

⁷⁰⁴ *Ibidem*, p. 520.

Os debates em torno do papel relativo à religião, mormente o Cristianismo, dentro da atuação do Estado não são novos. O estudo das relações entre a Igreja e o Estado tem sido objeto de muitas ciências, tais como a Sociologia, a História, a Ciência Política⁷⁰⁵ e, graças a um movimento de maior consciência teológica que procura dialogar com todos os ambientes da presença e atuação do homem e da mulher, também a Teologia Prática tem se esforçado por lançar luzes e novas contribuições às questões relativas ao tema. No Brasil, muitos passos já foram dados para a construção de um pensamento sólido que contempla, ao mesmo tempo, as exigências da fé da pessoa e de seus direitos assegurados e deveres impetrados na Sociedade. Nesse sentido, a Igreja Católica, mais fortemente a partir dos anos 60, anos em que se seguiu a Ditadura Militar, tem se empenhado em favorecer atitudes de inserção na vida do Estado por parte do Povo de Deus, especialmente quanto ao necessário engajamento político.

É justamente nessa época que começa a surgir, entre alguns bispos do Brasil, especialmente Dom Helder Câmara, uma reflexão sobre uma maior e adequada inserção do Povo de Deus na consciência política do Brasil e que se transformaria rapidamente num esforço prático por maior engajamento no campo político; haja vista que toda a reflexão eclesial brasileira em torno das questões políticas sempre contará com um convite para que todos se tornem socialmente atuantes e conscientes, levando a luz do Evangelho também à Política, de modo a torná-la um maior instrumento de libertação dos pobres e excluídos. Trata-se da Campanha da Fraternidade que teve origem em 1962, como uma campanha feita na Arquidiocese de Natal, no Rio Grande do Norte, e que se espelharia no Brasil por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A primeira Campanha da Fraternidade celebrada nacionalmente ocorreu em 1964, com o tema: “Igreja em Renovação” e lema: “Lembre-se: você também é Igreja”.

Os bispos brasileiros afirmam que o Evangelho deve procurar produzir a mudança de mentalidade, o que implica, inevitavelmente, “mudança de estruturas”⁷⁰⁶. O engajamento político é um espaço privilegiado de mudança de estruturas e nesse campo os leigos e leigas são os indicados, como que enviados da comunidade de fé, para provocarem mudanças qualitativas na sociedade. Nesse sentido, a Campanha da Fraternidade procura tornar mais evidente a defesa que o Evangelho faz da justiça social e, a partir dele e de todo o escopo da Doutrina Social da Igreja, oferecer críticas às políticas consideradas neoliberalistas que, de

⁷⁰⁵ DERMI, Azevedo. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. *Revista de Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, n 18, 2004, p. 109.

⁷⁰⁶ CNBB, Doc. 105, n. 84, p. 54.

muitos modos, acarretam o processo de empobrecimento da população, gerando pobres e, os muitos pobres, mais miseráveis⁷⁰⁷.

Os cristãos leigos e leigas encontram no engajamento político um verdadeiro campo de serviço da fé, pelo qual deve, sem lhes faltar coragem, trabalhar não prioritariamente pela difusão da Igreja, o que seria um ativismo político, mas, sim, pelos valores contidos no Evangelho, como a vida, o respeito, a autonomia, a liberdade, a corresponsabilidade, o direito ao pão e às demais condições dignas de vida. Nesse serviço, na Sociedade, o cristão e a cristã promovem a “vivência da liberdade, a autonomia e a relacionalidade”⁷⁰⁸.

Não se pode deixar de considerar que o engajamento político por parte dos cristãos leigos e leigas é verdadeiro serviço ao Reino de Deus e participação qualitativa da Igreja na Sociedade. Jung Mo Sung lembra que a Teologia da Libertação e a vida viva das CEBs ajudaram e devem continuar a ajudar a Igreja toda a tomar atitude de protesto diante das injustiças cometidas por instituições ou sistemas sociais⁷⁰⁹. Os cristãos leigos e leigas são um grupo de pressão que age na transformação social. Este grupo de pressão, segundo Luis González Santabárbara, professor na Faculdade Espanhola de Comilhas, é um dos mais poderosos, uma vez que a proposta social cristã do Evangelho, solidamente testada ao longo da história, permanece intacta e poderosamente irradiante⁷¹⁰. Pode-se associar a essa proposta à compreensão de que o cristão e cristã se tornam pelo engajamento político, não isoladamente, mas em grupo, não só um grupo de pressão, mas verdadeiramente aquilo que Jesus desejou que fosse a atuação do Reino de Deus em meio às realidades do mundo: para além de grupo de pressão, são fermento na massa⁷¹¹.

Através da Campanha da Fraternidade⁷¹², a Igreja no Brasil promove uma reflexão sobre os mais diversos assuntos existenciais do povo brasileiro: por exemplo, a fome⁷¹³, a questão da terra⁷¹⁴, o mundo do trabalho⁷¹⁵, a juventude⁷¹⁶, a educação⁷¹⁷, povos indígenas⁷¹⁸, pessoa

⁷⁰⁷ Cf. DERMI, 2004, p. 110.

⁷⁰⁸ CNBB, Doc. 105, n. 126, p. 71.

⁷⁰⁹ Cf. MO SUNG, Jung. *Cristianismo de libertação. Espiritualidade e luta social*. São Paulo: Paulus, 2008, p. 17.

⁷¹⁰ Cf. SANTABÁRBARA, Luiz González. *Os cristãos num Estado Laico*. Coimbra: Gráfica de Coimbra 2, 2010, p. 64.

⁷¹¹ Cf. Mt 13,33.

⁷¹² Usaremos para Campanha da Fraternidade a sigla CF.

⁷¹³ CF de 1985.

⁷¹⁴ CF de 1986.

⁷¹⁵ CF de 1991.

⁷¹⁶ CF de 1992 e de 2013.

⁷¹⁷ CF de 1998.

⁷¹⁸ CF de 2002.

idosa⁷¹⁹, Amazônia⁷²⁰, saúde pública⁷²¹, políticas públicas⁷²², e outros. Sempre durante o Tempo Quaresmal, na Quarta-feira de Cinzas, a CF tem seu início e o trabalho de reflexão e atuação pastoral pode ser estendido ao longo do ano. Com o objetivo de ser um empenho de reflexão e promoção de atitudes a serviço da dignidade integral da pessoa humana, a CF estimulou e continua encorajando muitos cristãos e cristãs a se inserirem na vida política, na militância e na adesão partidária, visando angariar mais força na luta pela justiça social. Os bispos brasileiros, no Documento 105, escrevem que é próprio da vida cristã buscar participação em mediações concretas para a transformação social. A política é uma dessas mediações⁷²³.

O cristão leigo expressa o seu ser Igreja e seu ser cidadão na comunidade eclesial e na família, nas opções éticas e morais, no testemunho de vida profissional e social, na sociedade política e civil e em outros âmbitos. Busca sempre a coerência entre ser membro da Igreja e ser cidadão, consciente de encontrar mediações concretas – quer sejam políticas, jurídicas, culturais ou econômicas – para a prática do mandamento do amor, de forma especial em favor dos marginalizados, visando a transformação das estruturas sociais injustas⁷²⁴.

Dois principais discernimentos são necessários serem feitos quanto ao engajamento político: o primeiro é relativo à promoção da consciência política que deve ser realizada pelos ministros ordenados como educadores e formadores de consciência; o segundo se refere à polarização política oriunda das diferentes opiniões políticas. No que diz respeito ao primeiro discernimento, é preciso ficar bem claro que os ministros ordenados por mais que estejam impedidos por norma da Igreja de participar da política partidária⁷²⁵, não estão impedidos de assumir, de modo adequado, a missão como educadores e formadores da consciência política do Povo de Deus. Faz parte da formação integral dos cristãos leigos a educação política, “concreta e preciosa colaboração”⁷²⁶ promovida pela comunidade de fé.

A formação política dos cristãos leigos e leigas deve ser incentivada no ambiente eclesial de forma que possam surgir e incrementar as Escolas de Fé e Política, estudos sobre a Campanha da Fraternidade, diálogo com Câmaras Municipais e outras entidades. Como os cristãos e cristãs nesses ambientes, sobretudo os alheios à fé, não só representam a Igreja, mas são a Igreja, se faz necessário acompanhar o Povo de Deus oferecendo um reto discernimento

⁷¹⁹ CF de 2003.

⁷²⁰ CF de 2007.

⁷²¹ CF de 2012.

⁷²² CF de 2019.

⁷²³ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 165, p. 88.

⁷²⁴ CNBB, Doc. 105, n. 165, p. 88.

⁷²⁵ Cf. CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, n. 285 § 3º e n. 287 § 1º e 2º.

⁷²⁶ CNBB, Doc. 105, n. 237, p. 117.

das questões sociais, a adequada compreensão do espaço político, o estudo das leis que proporciona a clareza sobre os direitos e deveres. É missão da Igreja utilizar seus espaços, como jornais, canais televisivos, internet, rádios para promoção da consciência política. No entanto, tantas vezes, a voz da Igreja não aparece como formadora da consciência do Povo de Deus sob uma alegação já difundida de que a Igreja não trata de política. A Igreja não trata de política partidária; a Igreja, Povo de Deus trata de assuntos políticos, sobretudo da política entendida como virtude do bom cidadão⁷²⁷ e campo participativo da Igreja⁷²⁸.

Quanto ao segundo discernimento, a Igreja não deve promover a polarização de ideias, mas deve promover as ideias políticas que são, dentro da cultura moderna e do espaço democrático, as mais variadas. Isso promove e ressalta as ideias que mais convergem com o Evangelho. A voz nunca será monocórdica porque os assuntos sociopolíticos são complexos⁷²⁹, especialmente os que são tratados pela CF. Mesmo compartilhando dos mesmos princípios é natural que possam surgir diversas opiniões sobre os caminhos que se devem seguir sobre a atuação e engajamento político. Cabe aos ministros ordenados acompanhar as discussões de forma zelosa de modo que não falem aos interessados da comunidade de fé, que orbitam sobre o tema as condições de liberdade de expressão. Não cabe aos ministros ordenados deliberar sobre algum tema, de engajamento político, por uso de autoridade⁷³⁰, que não venha de madura reflexão, baseada no diálogo e na partilha de responsabilidades, sempre à luz do Evangelho e da opção política pelos pobres⁷³¹.

2.2. Estruturalismo paroquial ineficiente

Não faz pouco tempo, a palavra “estrutura” foi incorporada, sobretudo depois do Concílio Vaticano II, às questões levantadas em torno da eficácia da organização paroquial e ao modo como são dispostas à participação da comunidade de fé perante os Sacramentos. A questão é: o modo como está organizada a vida paroquial está propiciando a missão

⁷²⁷ Os gregos procuraram entender a política como a virtude do bom cidadão, ou seja, daquele que sabe de seus deveres e os cumpre e ainda, conscientes de seus direitos, luta para obtê-los. A política como virtude pode ser individual como consciência da pessoa que procura seu próprio bem, e também como consciência comunitária, que visa a construção do bem comum, por isso, é chamada de atividade pública. A mais admirada é a política como virtude comunitária (Cf. RAMOS, 2014, p. 2-3). Para aprofundar na temática: RAMOS, Cesar Augusto. Aristóteles e o sentido político da comunidade ante o liberalismo. *Revista de Filosofia Kriterion*. vol. 55, n. 1229, Belo Horizonte, jan/jun, 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&p.

⁷²⁸ Cf. AURÉLIO, Marlos. *Leigos e leigas na Igreja e na Sociedade*. Bases históricas, desafios e oportunidades de participação. Aparecida: Santuário, 2018, p. 145.

⁷²⁹ SANTABÁRBARA, 2010, p. 65.

⁷³⁰ *Ibidem*, 2010, p. 65.

⁷³¹ Cf. MO SUNG, 2008, p. 21.

evangelizadora da Igreja, especialmente aquelas empenhada pelos leigos e leigas? A Igreja, no Brasil, por meio de seus bispos, assessores ordenados e peritos leigos e leigas tem alavancado reflexões em torno do tema, feito análises e emitido orientações. A mais recente orientação pode ser encontrada no Documento 100, cujo título é “Comunidade de Comunidades: uma Nova Paróquia”, publicado, em 2014, pelas edições CNBB. Neste documento, os bispos brasileiros propõem uma nova dinâmica da organização paroquial, mais descentralizada e menos concentrada na matriz paroquial, visando organizá-la como uma rede interligada de comunidades, onde se celebram os Sacramentos e em especial o Batismo e a Eucaristia, lugar no qual se formam os discípulos e missionários de Jesus⁷³².

É inegável que há uma estrutura presente nas realidades eclesiais. Motta diz que a estrutura não escapa de nenhuma organização, seja qual ela for, quer religiosa, econômica, social. A estrutura pode ser entendida como o espaço físico, ideológico, político e também religioso em que determinado grupo de pessoas orbita, seja por algum período da vida ou a vida toda. A estrutura pode ser estática, imóvel, ou ainda móvel e mutável, ou as duas simultaneamente, vista em sua totalidade ou em partes,⁷³³. E ainda, a estrutura de organização da Igreja pode ser compreendida de forma bipartida: a Igreja, Povo de Deus, tem uma estrutura imóvel, como por exemplo, o conteúdo da Revelação e as Sagradas Escrituras; e a estrutura móvel, e por isso pode ser dinâmica e criativa, como a organização das comunidades, o estilo pastoral, o exercício da caridade e outros. É justamente no campo das estruturas móveis e dinâmicas que se encontram as comunidades paroquiais e o ambiente do trabalho eclesial do laicato.

O CV II foi o promotor de uma séria mudança eclesial, permitindo que a Igreja, quer fiéis ordenados ou não, possa fazer leituras dos sinais dos tempos - *signa temporum* - a fim de aperceber a partir de uma autocrítica eclesial que muitas estruturas que formam a Igreja no tempo presente carecem de adequada atualização⁷³⁴. Por mais que as estruturas paroquiais sejam uma forma ainda não superada, uma vez que se constituem o maior *modus* organizacional da Igreja, elas necessitam de constante renovação. O Papa Francisco fazendo ressonância disso em suas palavras, escreve na *EG* que toda a estrutura eclesial necessita de uma constante renovação, tornando-a cada vez mais adequada ao Evangelho e à cultura na qual a Boa-Nova é anunciada e praticada. De certo, se a estrutura paroquial não tem sofrido a incidência de

⁷³² Cf. CNBB, Doc. 100, n. 228.

⁷³³ MOTTA, Fernando C. Prestes. O Estruturalismo na Teoria das Organizações. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 23-41, 1970.

⁷³⁴ Cf. PASSOS, João Décio. Concílio Vaticano II. *Reflexões sobre um carisma em curso*. São Paulo: Paulus, 2014, p. 25.

mudança e adequação para tornar a missão evangelizadora da Igreja mais eficaz, ela tem perdido tempo e gastado esforço em práticas pastorais obsoletas.

A paróquia não é uma estrutura caduca; precisamente porque possui uma grande plasticidade, pode assumir formas muito diferentes que requerem a docilidade e a criatividade missionária do Pastor e da comunidade. Embora não seja certamente a única instituição evangelizadora, se for capaz de se reformar e adaptar constantemente, continuará a ser a própria Igreja que vive no meio das casas dos seus filhos e das suas filhas. Isto supõe que esteja realmente em contato com as famílias e com a vida do povo, e não se torne uma estrutura complicada, separada das pessoas, nem um grupo de eleitos que olham para si mesmos. A paróquia é presença eclesial no território, âmbito para a escuta da Palavra, o crescimento da vida cristã, o diálogo, o anúncio, a caridade generosa, a adoração e a celebração⁷³⁵.

Em vista de uma pastoral eclesial que possa oferecer melhores condições do Povo de Deus viver a fé e ainda, dos túbios se firmarem e dos não crentes começarem um caminho de adesão à fé, é preciso que algumas estruturas paroquiais, como os horários de atendimento, de celebrações e espaços celebrativos estejam imersos dentro de uma cultura global. Por mais que a herança do modo de organização seja ainda colonial com vestígios de medievalidade, a paróquia não pode se tornar evangelizadora sem ser transformada pela cultura do seu tempo. É a cultura de cada época que oferece a “percepção da realidade”⁷³⁶ e, à luz dessa realidade, a paróquia tem maior condição de penetrar nos ambientes e corações, sobretudo dos mais afastados ou daqueles ou daquelas que necessitam de conversão segundo os valores do Evangelho. Dentro da comunidade paroquial, a vida e serviço dos cristãos leigos e leigas é indispensável. Sem os leigos e leigas a paróquia se torna um ambiente sem vida e dinamismo.

Hoje, no entanto, muitas são as dificuldades que a paróquia enfrenta. Um olhar analítico permite inferir que uma pastoral de mera conservação dos espaços existentes de evangelização, sem o fermento da criatividade e de uma adequada leitura das realidades, com ênfase na sacramentalização do Povo de Deus e pouco espaço para a atuação dos leigos, tem tornado as paróquias cada vez menos atrativas como espaço de vivência de fé⁷³⁷. Muitos procuram, assim, os serviços oferecidos pelo sacerdote e agentes de pastorais, mas não estão dispostos a fazer daquela paróquia sua comunidade de fé. Brighenti assinala que uma pastoral transformadora com todo sobrepeso na evangelização é capaz de trazer vivacidade e eficácia às estruturas paroquiais que já foram atingidas pela estagnação e por certo pessimismo diante da tarefa de

⁷³⁵ EG, n. 28

⁷³⁶ FUELLENBACH, 2006, p. 154.

⁷³⁷ BRIGHENTI, Agenor. Por uma Evangelização realmente nova. *Revista Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 45, 2013, p. 84.

sair e ir ao encontro com o outro⁷³⁸. As paróquias devem ser cada vez mais comunitárias e a estrutura organizativa delas deve permitir incorporar novos membros ao passo que se cuida dos que já são. Em outras palavras, a paróquia deve ser como aquela comunidade de discípulos de Jesus que procura a fidelidade no seguimento sem se esquecer de ser comunidade geradora de laços fraternos e afetuosos.

Leonardo Boff ajuda a compreender esta dimensão comunitária do Povo de Deus, organizado nas paróquias, alegando que a tensão existente entre a manutenção do caráter institucional e societário da Igreja não deve se sobrepor a dimensão comunitária do Povo de Deus. Quando isso acontece, fruto de uma compreensão eclesiológica errônea e nada parecida com a reflexão conciliar, a paróquia se torna representação da visibilidade da instituição e não espaço de vida da comunidade dos discípulos de Jesus. Não se pode perder de vista que é sempre preciso dar espaço para as transformações, sobretudo àquelas originadas nas comunidades eclesiais de base, de forma que “a Igreja perca sua identidade ou se perversa em sua essência histórica”⁷³⁹. A dimensão da fé comunitária impulsiona especialmente os cristãos leigos e leigas “a impregnar de espírito comunitário o aspecto institucional e organizatório da Igreja”⁷⁴⁰ levando-a ser cada vez mais comunidade missionária de discípulos.

Quanto mais a estrutura paroquial for comunitária tanto melhor serão as suas condições para cumprir a tarefa evangelizadora da missão proposta pelo magistério da Igreja. Isso se dá porque há uma soma de forças advinda da comunidade eclesial, especialmente dos cristãos leigos e leigas⁷⁴¹. A participação e colaboração dos cristãos leigos e leigas como sujeitos da fé comunitária, atuantes na vida eclesial, criam condições de nascimento, sem dispensar as estruturas paroquiais institucionais, de novos espaços evangelizadores, especialmente aqueles implantados nos setores populares, como a celebração da Palavra, o estudo bíblico, a discussão formadora de consciência sobre fé e política, educação religiosa, exercício de novos ministérios e serviços. A efetiva participação dos leigos e leigas na vida paroquial, a partir da atuação deles nesses espaços citados, a torna cada vez mais “missionária, misericordiosa e samaritana”⁷⁴².

“A paróquia e as comunidades eclesiais são espaços para a vivência da unidade na diversidade em que os cristãos leigos atuam como sujeitos e tem cidadania plena”⁷⁴³. A comunidade paroquial não pode deixar-se vencer pela imobilidade estrutural. É preciso existir

⁷³⁸ Cf. *EG*, ns. 54-56.

⁷³⁹ BOFF, Leonardo. *Eclogênese: a reinvenção da Igreja*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 32.

⁷⁴⁰ *Ibidem*, p. 32.

⁷⁴¹ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 274, p. 138.

⁷⁴² Cf. *Ibidem*, n. 274, p. 139.

⁷⁴³ Cf. *Ibidem*, n. 139, p. 78.

a estrutura para a organização, sem que esta seja paralisante. Isso depende de uma compreensão eclesiológica que traga à tona as assertivas propostas pelo CVII que almeja fazer da Igreja uma comunidade de fé aberta e dialogante. Papa, bispos, padres e diáconos não podem estar somente a serviço de uma instituição. São servidores especialmente daqueles e daquelas que professam a mesma fé. É necessário confiar aos leigos e leigas o lugar de protagonismo no trabalho e serviço paroquial. O Papa Francisco não se cansa de orientar os ministros ordenados, uma vez que entregaram a vida exclusivamente às obras do Reino, a fazerem da comunidade de fé, paróquia e comunidades eclesiais de base, uma realidade aberta ao próximo e ainda em constante espírito de saída, proporcionando tornar as relações de fé também mais pessoais e comprometidas com a vida⁷⁴⁴. Assim, para superar um estruturalismo paralisante, tão incentivado por um individualismo ou grupos sectários de fé, é necessário sempre espírito de crítica, adequação à realidade, correta compreensão e aceitação do CVII, criatividade pastoral, bem como a efetiva colaboração dos cristãos leigos e leigas⁷⁴⁵.

2.3. O clericalismo como mal arraigado

O Papa Francisco, em 20 de agosto de 2018, em carta endereçada a toda Igreja, como ele mesmo diz “ao Povo de Deus”⁷⁴⁶, escreve que o clericalismo é um mal que deve ser evitado de modo enérgico e que sua instalação nas realidades eclesiais, quer promovido pelos sacerdotes, quer pelos leigos e leigas, “gera divisão no corpo eclesial que beneficia e ajuda a perpetuar muitos dos males que hoje denunciemos”⁷⁴⁷. O Papa segue dizendo que todo tipo de clericalismo faz diminuir e subestimar a graça do Batismo que está presente no coração do Povo de Deus. Há uma diferenciação que precisa ficar clara: falar, abordar e desenvolver o tema do clericalismo não é assumir uma postura anticlerical que almeja prescindir do ofício dos ministros ordenados, mas é sim, verdadeiramente, por meio de crítica, levantar algumas atitudes e posturas que fazem denotar uma relação desigual, autoritária, exclusivista, segregadora entre ministros ordenados e cristãos leigos e leigas⁷⁴⁸.

A consideração do Pontífice acima citada permite voltar a considerar a importância que o CVII deu à compreensão de Igreja como Povo de Deus, enfatizando a dignidade de pertença

⁷⁴⁴ Cf. EG, n. 89.

⁷⁴⁵ Cf. BOFF, 2008, p. 34.

⁷⁴⁶ FRANCISCO, Papa. *Carta ao Povo de Deus*. Publicada em 28 de agosto de 2018. Disponível em: www.vatican.va/letters/papa-francesco_20180820_lettera-popolo-didio.

⁷⁴⁷ *Ibidem*, p. 1.

⁷⁴⁸ Cf. *Ibidem*, p. 1.

a este Povo por meio do Batismo. Existe de modo basilar apenas a dignidade do Batismo, na qual se assentam os serviços e ministérios assumidos. Por mais que se possa fazer uma reminiscência histórica e perceber que no passado a Igreja talvez fosse mais clericalista, com o poder centralizado na pessoa dos ministros ordenados, causa certo estranhamento que, depois do CVII um movimento centralizador na pessoa dos ministros ordenados seja novamente pujante. Comblin afirma que antes do Vaticano II o clero era educado por um catecismo abstrato, longe das Sagradas Escrituras e da devoção popular. A instrução, então, era sem vida e oferecida à comunidade eclesial, o que provocou uma dualidade entre religião professada e religião praticada. E, como não bastasse, havia a perpetuação do domínio religioso pelo exercício de poder, uma vez que o clero se comportava como polícia da Igreja e agia por meio da imposição e do castigo⁷⁴⁹. A volta a esse clericalismo é, como afirma Brighenti, mais uma prova de que, em relação à renovação do Vaticano II, nada se entendeu; há uma clericalização por parte dos padres e bispos que cria, infelizmente, também leigos clericalizados⁷⁵⁰.

O documento sobre a Igreja, a Constituição dogmática *Lumen Gentium*, ao confirmar a Igreja como Povo de Deus, estabelece uma nova configuração eclesial, na qual a centralidade está em Cristo e ao seu redor circulam os diversos ministérios, cada qual com sua vocação e carisma, naquilo que lhe é próprio, mas todos em igual dignidade, membros do mesmo Povo⁷⁵¹.

O clericalismo tem muitas causas e algumas são: a ineficaz instrução oferecida nas Casas de Formação, imaturidade psicológica de ministros ordenados e de leigos e leigas, falta de compreensão da realidade, também é inadequada leitura da eclesiologia conciliar⁷⁵². Almeida expõe que não cabe mais, no tempo presente, uma Igreja *domina*, uma vez que o CVII propôs uma Igreja *ancilla*, servidora, imitadora do serviço trinitário de amor e comunhão⁷⁵³. Infelizmente, percebe-se que muitos sacerdotes, em especial os mais jovens e com pouco tempo de exercício de ministério, têm vivido e propagado um modelo de Igreja triunfalista, assaz midiática, aprisionada às tradições litúrgicas e costumes do passado já abandonados pela Igreja e pela Sociedade. Nesse quadro, a dignidade batismal fica ofuscada. Francisco recorda numa missiva ao cardeal Marc Ouellet, Presidente da Comissão para a América Latina, em março de

⁷⁴⁹ COMBLIN, 2002, p. 389.

⁷⁵⁰ BRIGHENTI, 2019, p. 20-22.

⁷⁵¹ KUZMA, Cesar. *Leigos*. Verbete. *Dicionário do Concílio Vaticano II*. PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner (orgs.). São Paulo: Paulus\Paulinas, 2015, p. 527.

⁷⁵² BENELLI, Silvio José. A formação de diversos tipos de padre católicos na instituição seminário. *Revista Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 19, n. 11\12, p. 899-900, 2009.

⁷⁵³ Cf. ALMEIDA, 2005, p. 105-112.

2016, que “nossa primeira e fundamental consagração afunda suas raízes em nosso Batismo. Ninguém foi batizado padre nem bispo”⁷⁵⁴.

Nas Casas de Formação, os vocacionados se tornam “prisoneiros de privilégios”, amantes de uma vida segura, conforto e benefícios. Depois levam tal estilo de vida para as comunidades, aproximam-se dos ricos, abandonam os pobres e não assumem a virtude evangélica da pobreza como normativa para a vida pessoal. A missão pautada no serviço e na comunhão da Igreja é descaracterizada, as pessoas não procuram atendimento pastoral e, não poucas vezes, o sacerdote se isola, se torna prepotente e ambicioso pelo poder que oprime e divide. Quando o sacerdote impõe na comunidade eclesial este modelo de pastoreio e ele promove, não poucas vezes, imitação desta mesma postura pelos leigos e leigas.

Também não é correto afirmar que a discussão referente ao clericalismo seja uma crítica severa à hierarquia. Não se trata disso, uma vez que a LG já refletiu sobre o papel da hierarquia dentro do Povo de Deus e do serviço que prestam à comunidade eclesial. O objetivo é de tomar consciência de que o clericalismo é um mal arraigado e propor uma reflexão madura sobre a temática de forma que leve toda Igreja a uma autocrítica, uma vez que o clericalismo se caracteriza por ser também um empecilho para o diálogo, a comunhão e a unidade do Povo de Deus⁷⁵⁵. “A Igreja que acolhe o mundo (diversidade) e o Reino (a comunhão) faz o caminho do diálogo permanente em todos os âmbitos de suas relações”⁷⁵⁶. Isso leva a crer que o desejo do Papa Francisco de promover a comunidade eclesial como irradiadora de uma cultura do encontro também seja *centrípeta*⁷⁵⁷, ou seja, passe a sê-lo não somente indo ao encontro dos outros, mas especialmente criando a cultura de proximidade, acolhida, respeito entre as pessoas de dentro da própria comunidade, seja qual for a vocação tenham assumido. O clericalismo não se arranja com a cultura do encontro, uma vez que qualquer tipo de não abertura e diálogo com o outro, são “totalizações que prendem a Igreja em sua identidade fechada autossuficiente”⁷⁵⁸.

Paillot diz, com razão, que o clericalismo se apodera de algumas expressões e as utiliza de modo equivocado. O uso das expressões “*alter Christus*”, “*in pernona Christi*” ou sua variante “*in pernona Christi capitis*” quando não traduzidas corretamente e postas no devido lugar teológico, promovem um discurso que serve para sacralizar o sacerdote, quando não de

⁷⁵⁴ FRANCISCO, Papa. *Carta ao Cardeal Marc Ouellet, Presidente da Comissão para a América Latina, em 19 de março de 2016*. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2016/documents/papa-francesco_20160319_pont-comm-america-latina.html

⁷⁵⁵ Cf. KUZMA, 2009, p. 27.

⁷⁵⁶ PASSOS, 2014, p. 199.

⁷⁵⁷ *Centrípeta*: movimento em direção ao próprio eixo de rotação. Movimento de ir ao centro. Fonte: Dicionário online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/centrípeto>.

⁷⁵⁸ *Ibidem*, p. 199.

tantos modos, para colocá-lo acima dos cristãos leigos e leigas, sob os quais exerce pretenciosa e acreditada autoridade divina emanada de Jesus. Uma coisa significa a “graça de estado” que o Sacramento da Ordem oferece à missão sacerdotal, outra coisa, bem diferente, é achar que o sacerdote é uma nova encarnação de Jesus, o que incorre em heresia. O sacerdote quando preside a Celebração Eucaristia, a faz por Cristo e em Cristo; é Cristo que age através do padre em favor da comunidade reunida. Não poucas vezes se pode encontrar de modo subliminar, especialmente nos discursos de religiosos e religiosas, a ideia de que na Igreja é Jesus que age e opera prestando um favor ao padre e ao bispo⁷⁵⁹.

Uma outra consideração que deve ser feita é o fato de que existe uma falsa associação entre o ministério ordenado e um grau superior de santidade. Isso significa que existe e é propagado com ênfase, que aqueles que recebem as Ordens Sacras são mais santos ou participam de privilégios no caminho de santificação da vida cristã. Desfazem da vida do povo simples e não admitem que os cristãos leigos e leigas possam também atingir alta condição de vida santa. Tal propositura não corresponde ao que os Padres Conciliares mostraram no Decreto *Presbyterorum ordinis* que, mesmo recebendo o dom insigne da vocação sacerdotal, são acometidos das fraquezas humanas, estão sujeitos às tentações e todo modo devem se esforçar para alcançar a perfeição de Cristo Sacerdote⁷⁶⁰. A perfeição cristã não depende do modo de vida vocacional assumido por cada um dos membros do Povo de Deus, quer sejam celibatários, casados, viúvos, padres, religiosos, mas exclusivamente da resposta pessoal e comunitária, de acordo com a peculiaridade de cada vocação, à graça de Deus⁷⁶¹. Quando assim se entende, percebe-se a intenção divina de a todos santificar e não só a uma pessoa ou grupo sectário. Foi a todo o Povo de Israel e não a um grupo que Deus deu o imperativo: “sede santos, como eu vosso Deus sou Santo”⁷⁶².

Francisco Taborda oferece luz à questão afirmando que a compreensão do exercício do ministério ordenado à luz do modelo do Bom Pastor pode colaborar para superar o clericalismo arraigado. Desde a formação nos Seminários deve ser proposta a adequação do ministério sacerdotal à imagem de Jesus, o Bom Pastor. Por meio das referências bíblicas, o pastor é aquele que guia, provê, está atento e solidário às suas ovelhas. Desse modo, aquele que exerce o ministério pastoral não pastoreia para si, mas para o Bom Pastor e conduz os cristãos leigos para o coração do Pastor. Os cristãos leigos e leigas são também, nesse sentido, chamados a

⁷⁵⁹ PAILLOT, Bernard. Clericalismo, esse é o inimigo!. *Revista de Teologia e Cultura Ciberteologia*, São Paulo, n. 58, 2018, p. 97.

⁷⁶⁰ Cf. *PO*, n. 12.

⁷⁶¹ PAILLOT, 2018, p. 98.

⁷⁶² Cf. Lv 19,2.

compreender que são atraídos ao Senhor e não ao ministro ordenado e que no redil do Bom Pastor, ou seja, em comunidade, vivem a fé que a Igreja professa.

2.4. Uso das mídias e o abandono da prática religiosa e pastoral

Em recente mensagem para o 53º Dia Mundial das Comunicações Sociais, o Papa Francisco lembrou que os meios de comunicação social, de modo especial a internet, são locais de “encontro das pessoas e solidariedade entre todos”⁷⁶³. Este é o prisma de entendimento que a Igreja, sobretudo no pontificado de Francisco, tem se esforçado por caracterizar os meios de comunicação. Para além de todos os perigos que advém do mau uso desses meios, como “a desinformação e à distorção consciente e pilotada dos fatos e relações interpessoais”⁷⁶⁴, é inegável que as redes sociais contribuem para conectar melhor as pessoas, fazendo-as encontrar e solidarizar-se entre si, ampliando a possibilidade de relacionamentos e de vínculos⁷⁶⁵. Desse modo, a Igreja, também se utiliza das facilidades dos meios de comunicação social como um instrumental para levar o que tem de mais precioso, Jesus Cristo e o Evangelho.

Joana Puntel afirma que a comunicação sempre foi, “a seu modo, segundo os critérios de cada época”⁷⁶⁶ objeto de interesse da Igreja. O CVII mostrou grande interesse sobre o tema, desenvolvendo-o no Decreto *Inter Mirifica*, sobre os meios de comunicação social. O modo como a Igreja relaciona com os meios comunicativos foi sendo aperfeiçoados e mudando ao longo do tempo. Da recusa à imprensa e da censura às notícias para a aceitação modesta e uso das mídias sociais, por exemplo o *Facebook*, foi uma questão de tempo e de adequação às transformações da sociedade marcada pela velocidade digital. Não se tem dúvida que as mídias sociais são um novo campo de uso e modo para mostrar o amor de Deus à humanidade. Depois do Concílio Vaticano II, uma das ações eclesiais que mais colaborou para assumir o espírito de abertura e de aproximação com as realidades das pessoas nas mais diversas culturas, foi a maneira como a Igreja passou a se utilizar dos meios de comunicação⁷⁶⁷.

No documento *Inter Mirifica (IM)*, se encontra exposta a razão pela qual a Igreja se debruça na reflexão em torno dos meios de comunicação: “a Igreja sabe que esses meios, se

⁷⁶³ FRANCISCO, Papa. *Mensagem do Papa Francisco para o 53º Dia Mundial das Comunicações Sociais – 02\07\2019*. Disponível em: www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco-comunicazioni-sociali.html. Acesso em 24 de dezembro de 2019.

⁷⁶⁴ *Ibidem*, p. 1.

⁷⁶⁵ *Ibidem*, p. 1.

⁷⁶⁶ PUNTEL, Joana. A Igreja a caminho na da comunicação. *Revista de Teologia Teocomunicação*, Porto Alegre. v. 41, n. 2, p. 221-241, jul\dez, 2011, p. 223.

⁷⁶⁷ Cf. *Ibidem*, 2011, p. 3.

retamente empregados, oferecem valioso auxílio ao gênero humano, por contribuírem eficazmente para recrear e enriquecer o espírito, propagar e consolidar o Reino de Deus”⁷⁶⁸. De forma contundente, a Igreja aceita, oficialmente, utilizar os meios de comunicação para a difusão do Evangelho, afirmando ser seu direito e obrigação dispor desses instrumentos, especialmente quando estão orientados à educação cristã e à colaboração da obra salvífica de Deus⁷⁶⁹. Puntel afirma que um passo significativo é dado na compreensão do uso desses meios de comunicação pelos Padres Conciliares. Ela mostra que a *IM* utiliza a terminologia de “comunicação social” para designar não somente os instrumentos de comunicação e difusão, mas também considerar tais instrumentos dentro de uma perspectiva de serviço às questões sociais, mormente as de promoção da vida e da dignidade, tão adequado aos princípios do Evangelho⁷⁷⁰.

Tal preferência baseou-se no fato de que o decreto queria referir-se a todas as tecnologias de comunicação; mas também usou um conceito de tecnologia que não se atenha apenas às técnicas ou à difusão destas, mas inclua os atos humanos decorrentes, que são, no fundo, a principal preocupação da Igreja em seu trabalho pastoral⁷⁷¹.

Os cristãos leigos e leigas assumem papel protagonista no uso dos meios de comunicação e colaboram com todo o Povo de Deus fazendo destes instrumentos técnicos ferramentas a serviço da vida⁷⁷². Os bispos brasileiros orientam os leigos e leigas a desenvolver a comunicação interpessoal e a evangelizar com a ajuda das mídias⁷⁷³, cooperando com o bem comum e, conseqüentemente, para a tão desejada “superação dos problemas sociais, éticos e religiosos”⁷⁷⁴. Os leigos e leigas, por meio de formação adequada oferecem as condições de que a Igreja, através deles, possa se comunicar com todos, utilizando-se dos meios de comunicação, de maneira especial quando atuam escrevendo em jornais, blogs, falando através do rádio, da televisão. Precisam assumir estes espaços dentro da mídia católica e também fora dela visando à vida espiritual, à vivência eclesial e à dignidade humana⁷⁷⁵.

Os avanços acelerados das tecnologias digitais não só trouxeram benefícios, mas também desafios a serem superados. As pessoas competem por serem notadas, a busca pelo sucesso financeiro a qualquer custo, a inércia diante do mercado exclusivista e excludente tem

⁷⁶⁸ *IM*, n. 2.

⁷⁶⁹ Cf. *IM*, n. 3.

⁷⁷⁰ PUNTEL, 2011, p. 229.

⁷⁷¹ *Ibidem*, p. 229.

⁷⁷² Cf. *IM*, n. 15.

⁷⁷³ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 270, p. 136.

⁷⁷⁴ *Ibidem*, n. 271, p. 136.

⁷⁷⁵ Cf. *Ibidem*, 271, p. 136.

tornado as pessoas cada vez mais desumanas, promovendo relacionamentos objetificados, ou seja, quando o outro é apenas um objeto de uso e de manipulação. “O ciberespaço é também uma arena de segregação e exerce influência no modo de ser das pessoas, facilmente percebido no sentido de novas linguagens, atitudes, ideologias”⁷⁷⁶. Isso incide sobre a vida do Povo de Deus que não poucas vezes muitos podem sucumbir à tentação do isolamento e do abandono da prática comunitária da fé.

O acesso à informação permite às pessoas, mesmo que de modo ilusório, maior poder de liberdade e de decisão perante os acontecimentos da vida. Zygmunt Bauman em seu livro *Modernidade Líquida*, caracteriza a sociedade moderna como uma sociedade marcada pela possibilidade infinita de escolhas, carência de solidez e certezas, fortemente marcada pelo consumo e bem-estar presente⁷⁷⁷. Está imersa no provisório e em busca constante de atualização virtual. Tudo ou quase tudo podendo ser feito *on line*. Infelizmente o uso inadequado dos meios de comunicação ajuda a alastrar dentro da comunidade de fé estas características da sociedade atual. Afirmo Sbardelotto que, nesse sentido, Deus, para muitos, passou a ser digital e a vivência da fé realizada prescindindo da vida da comunidade⁷⁷⁸.

Capelas virtuais, velas virtuais, terço virtual, missas em vídeos online, pedidos de oração e aconselhamento espiritual pela internet. São inúmeros os serviços oferecidos pela grande maioria das igrejas cristãs, especialmente pela Igreja Católica, entre os bits e pixels da internet. Deus se faz digital, a religiosidade passa a ser vivida de modo online, o fiel se conecta com o sagrado mediado pela internet: a fé praticada nos ambientes digitais aponta para uma mudança na experiência religiosa do fiel e da manifestação do religioso⁷⁷⁹.

Isso é promovido não poucas vezes pelas mídias católicas. Muitos vivem a fé virtualmente através das mídias sociais prescindindo da comunidade. Muitos perfis de paróquias no *Facebook* têm milhares de seguidores enquanto as missas estão vazias. Reza-se o terço mariano transmitido pela tevê, enquanto se declina o convite para rezá-lo na comunidade. Contribuem com obras de fé de comunidades longínquas, ao passo que não são dizimistas na comunidade mais próxima. Fazem adoração ao Santíssimo e direção espiritual pela mídia, mas não vão à Igreja a procura do sacerdote. Manter esse tipo de ideia de Igreja como uma realidade acessível virtualmente é mais uma justificativa para não pertencer à Igreja de fato e fazer dela

⁷⁷⁶ HABOWSKI, A.C.; CONTE, E. Os desafios da evangelização com as novas tecnologias digitais. *Revista Pistis e Práxis*, Curitiba, v. 10, n. 3, 703-721, set/dez, 2018, p. 705.

⁷⁷⁷ Cf. BAUMAN, Zigmund. *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 54.

⁷⁷⁸ SBARDELOTTO, Moisés. Deus digital, religiosidade *on line*, fiel conectado. Estudos sobre religião e internet. *Cadernos Teologia Pública*, São Leopoldo, Unissionos, Ano IX, n. 70, 2012, p. 5.

⁷⁷⁹ *Ibidem*, 2012, p. 5.

um mercado de opções subjetivistas nada condizentes com as propostas evangélicas. Não se pode vivenciar e praticar a fé sem a comunidade eclesial.

É notório o abandono da comunidade eclesial em vista do acesso virtual ao conteúdo de fé. Muitos não se sentem convidados a se fazerem presentes nas atividades comunitárias da Igreja. É claro que não é a única causa para essa constatação, mas não se pode deixar de considerá-lo. A mídia católica por muitos é vista “como espetáculo, deixando de lado as características da vida cristã que precisam ser destacadas, como a experiência de fé, a oração constante e as ações de caridade”⁷⁸⁰. Nesse caso, a evangelização se torna horizontal, sem conexão com uma espiritualidade contextualizada, tão mais atenta aos marcos de audiência. Assume-se o papel e o risco de disponibilizar o Evangelho como produto de consumo⁷⁸¹. Isso dá condições de se criar uma religião centrada na escolha individual, cujo maior critério não é a objetividade do Evangelho, nem as orientações da Igreja, mas tão somente as escolhas pessoais. Os cristãos leigos e leigas ajudam, a partir de suas vivências, a purificar a mídia católica, marcadamente clericalista e ufanista. Os leigos e leigas levam para dentro do conteúdo midiático católico as suas questões de fé e procuram alçar debates colaborando emitindo opiniões sobre os mais diversos assuntos da fé cristã. Causa certo estranhamento que alguns programas católicos contam com leigos e leigas apenas para a formação de auditório.

Não se tem dúvida de que a vivência da fé nos tempos atuais tem se tornado cada vez mais individualizada. As mídias, de todo modo, tem colaborado com esse triste quadro, uma vez que não valoriza a “totalidade da fé cristã para a alteridade, mas valoriza o eu”⁷⁸². Ainda é preciso que haja discernimentos quanto ao uso dos meios de comunicação e, principalmente, quanto ao conteúdo elaborado para ser transmitidos por essas ferramentas tecnológicas. A centralização nas escolhas individuais nunca foi associada à atividade de construção do Evangelho que é assaz comunitária. O intuito de toda comunicação católica é conduzir as pessoas a Jesus e à comunidade dos discípulos que vivem em torno ao mestre de Nazaré e se nutrem da escuta da Palavra e do memorial da Eucaristia.

Os meios de comunicação são, sim, inquestionavelmente um modo de ir ao encontro das pessoas distantes das práticas da fé e dos que também não vivem em comunhão com alguma comunidade eclesial⁷⁸³. No entanto, eles não são um fim em si mesmos, mas, sim apenas um

⁷⁸⁰ HABOWSKI; CONTE, 2018, p. 716.

⁷⁸¹ *Ibidem*, p. 717.

⁷⁸² Cf. *Ibidem*, p. 718.

⁷⁸³ Cf. LORO, Tarcísio J. Os meios de Comunicação Social e a evangelização. ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial (orgs.). *As janelas do Vaticano II*. Aparecida: Santuário, 2013, p. 473.

instrumental⁷⁸⁴. Deve-se prestar atenção e fazer um correto discernimento que ao utilizar-se da mídia, está-se preservando o conteúdo do Evangelho de modo que a evangelização não “sofra deturpações e mutações”⁷⁸⁵. Os leigos e leigas aqui, neste sentido, são especialmente chamados a animar com espírito cristão as mídias sociais a fim de que possam corresponder às exigências do Evangelho e à solidariedade e ao encontro com o outro⁷⁸⁶.

2.5. As mulheres na comunidade de fé e a teologia feminista

Em seu discurso de encerramento do CVII, o Papa Paulo VI dirigiu algumas palavras às mulheres. Naquela ocasião, o Papa disse que “a Igreja orgulha-se, como sabeis de ter dignificado e libertado a mulher, de ter feito brilhar pelos séculos, na diversidade de caracteres, a sua igualdade fundamental com o homem”⁷⁸⁷. Analisando as palavras do Pontífice parece ser um pouco exagerado afirmar que a Igreja promoveu por séculos a igualdade entre homens e mulheres, quer pela própria ciência teológica, quer pelas estruturas eclesiais. É possível ler as palavras de Paulo VI em perspectiva futura, soando como um convite à reflexão teológica sobre a dignidade e libertação da mulher por meio de atitudes que, ressoando na Igreja e fora dela, promovam a vida feminina. Pode ser mais adequado considerar que as palavras de Paulo VI têm mais propriedade à luz de tudo o que se desenvolveu a partir do Concílio e não antes dele, quer no campo prático, onde se viu um maior protagonismo das mulheres na vida eclesial, quer no teórico, com o desenvolvimento da teologia feminista.

Os Evangelhos mostram que Jesus se interessava em encontrar-se com as mulheres de seu tempo e a elas também mostrar seu projeto libertador e doador de vida. Foi assim que se manifestou à samaritana⁷⁸⁸, ofereceu o seu amparo misericordioso à pecadora pública livrando-a do apedrejamento⁷⁸⁹, na escuta da mulher cananea⁷⁹⁰ e na aceitação de muitas delas como membros do seu grupo de discípulos e discípulas⁷⁹¹. Essa postura marcante de Jesus deveria ser a mesma postura da Igreja. No entanto, afirma Kuzma, a Igreja por muito tempo não ofereceu as condições adequadas à participação das mulheres na vida estrutural eclesial, nos ofícios de

⁷⁸⁴ HABOWSKI; CONTE, 2018p. 719.

⁷⁸⁵ Cf. *Ibidem*, p. 719.

⁷⁸⁶ Cf. LORO, 2013, p. 473.

⁷⁸⁷ PAULO VI, Papa. *Às Mulheres*. Mensagem do Papa Paulo VI na Conclusão do Concílio Vaticano II. Disponível em: www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_epilogo-concilio-donne.html. Acesso em 26 de dezembro de 2019.

⁷⁸⁸ Cf. Jo 4,4-26.

⁷⁸⁹ Cf. Jo 8,1-11.

⁷⁹⁰ Cf. Mt 15,21-28

⁷⁹¹ Cf. Lc 8,1-3.

decisão, na “condição de igualdade de gêneros, na liderança pastoral e comunitária, na pregação, na formação teológica e no exercício de ministérios”⁷⁹².

Em terras latino-americanas e caribenhas, a eclesiologia desenvolvida a partir do CVII tem se esforçado, não sem objeções, em fazer a mulher ocupar um lugar preferencial na reflexão teológica e promover sua emancipação dentro e fora da estrutura eclesial. No entanto, ainda e de tantos modos, são excluídas da sociedade, estão à margem das condições dignas de vida, são exploradas sexualmente, cerceadas na sua liberdade em vários ambientes, poucos valorizadas no campo do trabalho. Na Igreja, de várias maneiras, as mulheres são colocadas em papel auxiliar dos homens, instrumentalizada pelo clericalismo, pouco chamadas para emitir opinião; são excluídas dos debates teológicos e poucas vezes convidadas a participarem dos Conselhos Diocesano e Paroquiais. Movida por esses contextos, é tarefa também da reflexão teológica de debruçar sobre as questões que envolvem a mulher, *ad intra* ou *ad extra Ecclesia*.

O Concílio não refletiu de modo vigoroso acerca do papel eclesial e social das mulheres, mas o espírito de abertura conciliar e de valorização do Povo de Deus em comum dignidade, frutos da nova eclesiologia, permitiu que uma teologia contextualizada, a partir do gênero feminino, pudesse alçar desenvolvimento. A teologia feminista tem produzido muitos frutos como a maior sensibilidade dos bispos brasileiros no tocante ao reconhecimento da dignidade da mulher e de sua indispensável contribuição na comunidade eclesial e na sociedade. Eles escrevem que é urgente a ampliação dos espaços à presença da mulher, especialmente na formação e nos ambientes de tomada de decisões, bem como no labor teológico, permitindo que elas mesmas possam fazer enriquecer a teologia católica⁷⁹³.

A teologia da mulher se debruça sobre essas realidades, animando a práxis transformadora da comunidade de fé e das relações humanas⁷⁹⁴ e oferece, à luz do Evangelho, resistência e esperança àquelas que são a maioria nas comunidades eclesiais. A teologia feminista, assim, se propõe a fazer uma análise crítica dos contextos das mulheres, denunciando notadamente o sexismo, que são atitudes, posturas e ações discriminatórias deferidas contra o sexo feminino, especialmente vindas de uma cultura patriarcal, machista e centrada no homem (androcêntrica)⁷⁹⁵. Teólogas latino-americanas estão há algum tempo assumindo tal empenho

⁷⁹² KUZMA, 2009, p. 98.

⁷⁹³ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 274d, p. 134.

⁷⁹⁴ LIBÂNIO, J.B.; MURAD, A. 1996, p. 255.

⁷⁹⁵ Cf. *Ibidem*, p. 255.

de reflexão teológica em seus trabalhos, como Maria do Pilar Aquino, Tereza Cavalcanti, Maria Clara Bingemer, Ivone Gebara e Silvia Baeske⁷⁹⁶.

A teologia feminista não deve ser tida como uma reflexão feita por mulheres e, por isso, dirigida somente a elas. Existe uma abertura ao labor teológico feminista, mesmo que ainda poucos homens, sobretudo os pertencentes à hierarquia da Igreja, estejam interessados em escrever e desenvolver tal teologia. Ainda mais, essa abordagem feminista não pode ser vista jamais como uma forma parcial do trabalho teológico, sendo um apêndice da Teologia. É verdadeira reflexão eclesial que, junto com a Teologia da Libertação, promove práticas transformadoras que reservam o lugar de protagonista da mulher na Igreja e na Sociedade. A mulher não é incluída na comunidade eclesial e da sociedade; é parte integrante delas, por vocação e natureza⁷⁹⁷. As mulheres sempre foram, mesmo em número menor, mais engajadas que os homens. De todo modo, elas ocuparam historicamente espaços na comunidade de fé⁷⁹⁸, mesmo sendo aquém do ideal. As mudanças sociais e a motivação feminina de assumir postos de lideranças aos poucos pressionaram toda a Igreja, o que lhes fez abrir espaço para o aprofundamento da formação teológica da mulher; espaço outrora reservado aos homens que visavam ao sacerdócio⁷⁹⁹.

Teologia Feminista é resultado de uma ação reflexiva de mulheres que se produzem sujeitos de saber, com capacidade tanto quanto o sujeito masculino. Sua produção aparece como expressão de resistência política perante a violência simbólica operada pelo discurso hegemônico e androcêntrico que, por muito tempo, subordinou e inferiorizou o sexo feminino, e justificou historicamente a hierarquização de sexos e a exclusão das mulheres em espaços de liderança. (...) Ou seja, fortalece o chamado processo de “libertação” das mulheres, transformando-as em sujeitos da ação evangelizadora na Igreja, contribuindo, também, na tomada de consciência de sua igual competência para assumir espaços de liderança⁸⁰⁰.

Boff afirma que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são verdadeira expressão de um ambiente eclesial adequado para a presença da mulher como protagonista da missão evangelizadora. Estas comunidades “não constituem apenas o lugar onde se ensaia a liberdade cristã dos leigos; ela propicia a libertação da mulher”⁸⁰¹. Segundo ele, a compreensão da

⁷⁹⁶ Cf. ALBUQUERQUE, Janice Marie. A mulher na Igreja da América Latina depois do Concílio Vaticano II. *Revista de Ciências da Religião Paralelus*. Recife, ano 1, n.2, jul/dez, 2010, p. 55.

⁷⁹⁷ Cf. LIBÂNIO, J.B; MURAD, A. 1996, p. 256.

⁷⁹⁸ Sobre a participação das mulheres na comunidade cristã, é importante ler: TEIXEIRA, José Luiz Sauer. A atuação das mulheres nas primeiras comunidades cristãs. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, v. 18, n72, out/dez, p. 55-66, 2010.

⁷⁹⁹ Cf. FURLIN, Neiva. Teologia feminista: uma voz que emerge nas margens do discurso teológico hegemônico. *Revista de Estudos da Religião – Rever*. Ano 11, n. 1, pp. 139-164, jan/jun, 2011, p. 150.

⁸⁰⁰ *Ibidem*, p. 157.

⁸⁰¹ BOFF, 2008, p. 189.

mulher, em sua dignidade e da igualdade dos sexos diante de Deus, leva a uma adequada formação da consciência da mulher, que não deve se sentir subordinada ao sexo masculino⁸⁰². A Igreja, compreendida como Povo de Deus, oferece condições de abandonar posturas inadequadas no trato das mulheres; enaltece e favorece a presença delas nas estruturas eclesiais e sociais, ao mesmo tempo que as incube de, com autonomia, refletirem sobre as questões de fé e sobre os problemas sociais a partir do seu próprio olhar.

3. Luz de Francisco para a Teologia do laicato

3.1. Igreja, Povo de Deus em saída

Renold Blank afirma que – mesmo passados mais de cinquenta anos depois do Concílio Vaticano II e apesar de todo o enfoque eclesiológico de abertura e diálogo não só frente às realidades das pessoas, mas também direcionado para as estruturas eclesiais – é muito difícil superar o peso de uma tradição de séculos em que ministros ordenados regulavam a vida religiosa dos fiéis por meio de uma doutrina acéfala de vida. Os cristãos leigos e leigas eram preparados para a obediência e não para o serviço livre e quando não usados de forma discreta pela hierarquia para não perder na sociedade o *status* de poder⁸⁰³. De muitos modos, parece que esta mentalidade de organizar a vida da Igreja e dos leigos e leigas permanece hoje. Como uma força propulsora, uma eclesiologia inadequada tenta arrastar a vida da Igreja para o passado ou, o que é pior, trazer uma Igreja que não existe mais, calcada e pensada no Concílio de Trento para os dias de hoje.

Não basta apenas a boa letra dos documentos conciliares para gerar mudança. É preciso esforço pessoal e adesão convicta para perceber a originalidade do CVII⁸⁰⁴. Nesse sentido, uma luz aparece para toda a Igreja. Surge, assim, um Pontífice que, marcado pelo seu ministério ordenado vivido em meio às realidades de sofrimento do povo argentino, aguçado no conhecimento das tensões internas da Igreja, é sensível às necessidades de mudança. Aos 13 de março de 2013, Jorge Bergoglio, com o nome de Francisco, assume a Cátedra de Pedro, passando a ser, não por causa do nome, mas por causa das atitudes e de suas palavras uma luz

⁸⁰² *Ibidem*, p. 193.

⁸⁰³ Cf. BLANK, Renold. *A Igreja e a nova autonomia do laicato no século 21*. São Paulo: Paulus, 2006, p. 38.

⁸⁰⁴ Cf. CATÃO, Francisco Augusto. O perfil distintivo do Vaticano II: recepção e interpretação. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio; BOMBONATTO; Vera Ivanise (orgs.). *Concílio Vaticano II. Análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2 ed, 2005, p. 103.

para a Igreja e para o mundo. Francisco está inserido justamente nesse contexto de recepção do Concílio Vaticano II e, em seus gestos e em cada palavra proferida, procura reformar a Igreja para que ela se torne cada vez mais Povo de Deus, comunidade de irmãos e irmãs unidos pelo amor do Pai⁸⁰⁵.

É o Pontífice que, do seu lugar enquanto bispo de Roma, fala e vai ao encontro da Igreja espalhada pelo mundo e não a Igreja espalhada pelo mundo que vai ao encontro do Papa. Francisco está, assim, com o Povo de Deus e mostra de modo contundente, a seu modo, o Concílio Vaticano II. Uma dimensão muito importante do Vaticano II foi estabelecer na Igreja e propor ao mundo condições de diálogo. Não se trata de um simples contato ou uma conversa rápida. O diálogo é uma manifestação de identidade e de aceitação. A Igreja se mostra, a sociedade se apresenta e nesse encontro, respeito e concórdia. Francisco sabe que a Igreja não pode deter o monopólio sobre as pessoas. Há experiências pessoais, comunitárias, culturais, sociais, econômicas que estão fora do alcance da Igreja e que precisam ser alcançadas⁸⁰⁶. Desse modo, incentivando as comunidades eclesiais a serem mais missionárias e em saída, Francisco faz a Igreja se abrir novamente à condução do Espírito Santo, como fizeram outrora João XXIII e Paulo VI.

Na bula de abertura ao Ano da Misericórdia, o Papa Francisco reconhece que a Igreja deve manter vivo o evento conciliar e procurar anunciar o Evangelho de modo novo⁸⁰⁷. Este novo modo de anunciar o Evangelho se faz resgatando a índole missionária da Igreja e enviando-a, em espírito de saída e com alegria⁸⁰⁸, ao encontro das pessoas, sobretudo dos mais pobres. Esta visão eclesial, afirma Salvador Pié-Ninot, está em profunda sintonia com a renovação eclesiológica empenhada pelo Concílio e neste ponto específico referente a uma Igreja em saída faz o ministério de Francisco manter o espírito conciliar vivo e atuante nos dias de hoje⁸⁰⁹. É nítido que o Papa Francisco, ao se expressar por palavras e atitudes, mostra constantemente seu desejo de levar a comunidade eclesial a encontrar-se com os demais, sejam os que não tem fé, afastados ou de outras confissões religiosas, deixando transparecer sua convicção de que a Teologia do Povo de Deus responde melhor aos desafios de anunciar e

⁸⁰⁵ Cf. IVEREIGH, Austen. *El Reformador: Francisco, retrato de um papa radical*. Tradução: Juanjo Estrella. 3ª reimpressão. Barcelona et alii: Grupo Zeta, 2016, p. 35.

⁸⁰⁶ Cf. MANZINI, Rosana. Igreja em diálogo com o mundo moderno. *Gaudium et Spes*. ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial (orgs.). *As janelas do Vaticano II*. Aparecida: Santuário, 2013, p. 221.

⁸⁰⁷ Cf. MV, n. 4.

⁸⁰⁸ Cf. EG, n. 1.

⁸⁰⁹ Cf. PIÉ-NINOT, Salvador. La eclesiología del Papa Francisco. *Revista de Teologia Atualidade Teológica*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 59, p. 255-286, 2018, p. 256.

praticar o Evangelho na cultura hodierna⁸¹⁰. Nessa atividade de saída, os leigos e leigas são os primeiros a serem vocacionados, uma vez que vivem inseridos com maior força nas realidades do mundo.

A compreensão eclesiológica de Francisco é aquela que realça a compreensão da Igreja como Povo de Deus, admitindo a análise histórico-cultural. Há um destaque ao contributo das culturas levando em conta a história e as estruturas de cada uma ao passo que realiza um discernimento dos maiores dramas da humanidade através de uma naturalidade afetiva⁸¹¹. Em síntese, Francisco faz a Igreja se lançar no mundo e misturar-se às culturas⁸¹². José Comblin, por sua vez, mostra que quando há uma abertura para uma eclesiologia contextualizada e mais pastoralista, os pobres são colocados em relevo⁸¹³. Na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (EG), Francisco afirma que todo o Povo de Deus é evangelizador e, especialmente, os pobres que, por sua própria condição de pobreza e padecimento, se tornam o testemunho vivo da Palavra e em tudo se assemelham a Jesus, servo e pobre⁸¹⁴. Os pobres, com Francisco, são novamente, como fez a Teologia da Libertação na América Latina e Caribe, o centro do olhar de Deus e o prisma pelo qual a Igreja difunde e vive a fé.

A apresentação de uma Igreja em saída resgata a concepção da essência missionária da Igreja, Todo batizado é missionário, ou seja, é chamado a evangelizar, anunciar o amor de Deus no mundo de hoje, comprometido com o promover, o cuidar, o defender e o celebrar a vida. Essa missão precisa ser realizada a partir do encontro com Jesus Cristo, numa opção preferencial pelos pobres e pelos enfermos, para, dessa forma, contribuir na construção de uma sociedade mais solidária e justa⁸¹⁵.

A expressão “Igreja em saída” caracteriza, assim, a eclesiologia perpetrada por Francisco. É possível que, para cunhar esta expressão, o Pontífice tenha ido às Sagradas Escrituras e destacado a dinâmica de saída de Abraão de Ur dos Caldeus, a formação do Povo da Aliança, o Êxodo e, particularmente, a narração da missão, na qual se vê Jesus confiando a seus discípulos a missão de anunciar o Evangelho, a qual só é possível mediante o impulso do Espírito Santo, que impele constantemente a Igreja a sair e a ir ao encontro do outro, anunciando-lhe o amor de Deus. Ao escutar a Jesus e ao aceitar seu mandato missionário, a comunidade eclesial sai de seus limites e procura chegar a todas as distâncias ou periferias do

⁸¹⁰ Cf. *Idem*, p. 259.

⁸¹¹ *Ibidem*, p. 259.

⁸¹² Cf. EG, n. 115.

⁸¹³ Cf. COMBLIN, 2002, p. 277.

⁸¹⁴ Cf. EG, n. 186 e n. 197.

⁸¹⁵ TAITSON; BURROCCHI, 2018, p. 194.

mundo⁸¹⁶. Segundo o desejo do papa Francisco, a Igreja deve chegar, sobretudo com o protagonismo laical, a todos os lugares⁸¹⁷.

Nesse sentido, Francisco exorta a construção de uma Igreja de comunhão, que se reúne em torno da Palavra e da Eucaristia, que é servida pelos seus ministros ordenados, mas “sem fronteiras”⁸¹⁸. Para Francisco, uma Igreja em saída representa o esforço da superação de uma eclesiologia que promove o clericalismo e a compreensão de si mesma como uma sociedade de perfeitos⁸¹⁹. É estando no meio do mundo que a comunidade de fé se torna cada vez mais atrativa e, pelo testemunho alegre de seguir a Jesus, recebe a todos e a todas, dado que “uma Igreja em saída é uma Igreja de portas abertas”⁸²⁰. Infelizmente as propostas eclesiológicas de Francisco ainda não foram assumidas por boa parte dos ministros ordenados, o que tem ressonância negativa na vida laical. Faria muito bem ao exercício pastoral de alguns ministros ordenados e de certa quantidade de leigos e leigas, intitulados tradicionalistas, realizarem o esforço por entender e promover os passos de mudanças da Igreja empenhados pelo atual sucessor do apóstolo Pedro.

3.2. A *Evangelii Gaudium* e o abandono do pessimismo da missão

A escolha de um cardeal latino-americano para assumir um pontificado certamente traria novas perspectivas para toda a Igreja. O acento de mudança já se fizera sentir quando o Cardeal Jorge Mario Bergoglio tomou como nome pontifical o mesmo do missionário pobre de Assis, Francisco. Por trás desse nome, há o desejo de manter o mesmo espírito de abertura e de diálogo com a sociedade, seguindo o caminho do CVII, através do prisma da pobreza e da humildade. Tais virtudes evangélicas serão levantadas pelo Papa Francisco como a base e inspiração de toda a ação missionária da Igreja que deve continuar a ser discípula de Jesus e servidora dos mais pobres. O impulso consiste em seguir os passos de uma Igreja em saída, em contínua postura missionária, “não levando nem bolsa, nem sacola, nem sandálias”⁸²¹, mas somente o Cristo e o amor redentor a todas as pessoas⁸²².

⁸¹⁶ Cf. EG, n. 20.

⁸¹⁷ Cf. EG, n. 102.

⁸¹⁸ Cf. EG, n. 210.

⁸¹⁹ Cf. PIÉ-NINOT, 2018, p 263.

⁸²⁰ Cf. EG, n. 46.

⁸²¹ Lc 10,4.

⁸²² TAITSON; BURROCCHI, 2018, p. 186.

A Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (EG), sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual⁸²³, é o primeiro documento assumido por ele, Francisco. *Lumen Fidei* já havia sido redigida em grande arte por Bento XVI⁸²⁴. EG, publicada em dia 24 de novembro de 2013, retoma algumas bases teórico-práticas de como deve ser o anúncio do Evangelho nos tempos atuais, colocando como chave hermenêutica, em todo seu texto, a missão. Convoca especialmente os leigos e leigas a assumirem com coragem a missão da Igreja de viver e testemunhar o Evangelho com alegria. Isso significa que Francisco deseja oferecer condição para superar certa distância entre a teoria e a ação evangelizadora, apontando a necessidade de uma nova evangelização mais frutífera e a prática pastoral mais eficaz. Ressalta-se que esse foi também o desejo do CVII de superar a distância entre as referências teológicas e a prática pastoral. A missão evangelizadora da comunidade eclesial não é mais apologética na forma dos argumentos doutrinários, mas, sim, no testemunho cristão que se faz por meio da alegria. Afirma Francisco que a força motriz da evangelização do grupo apostólico e de outros cristãos no cristianismo primitivo foi a alegria: a “alegria do Evangelho”⁸²⁵ que é promover a “alegria missionária”⁸²⁶.

O Concílio Vaticano II, a Conferência de Aparecida e a trajetória eclesial e o pontificado do Papa Bergoglio são do mesmo modo razões históricas que nos possibilitam compreender o sentido do texto de EG. A noção conciliar de aggiornamento e a eclesiologia do Povo de Deus oferecem-nos elementos para uma leitura da EG à luz do Concílio⁸²⁷.

Imbuir a teologia e a prática pastoral da índole missionária da Igreja cria possibilidade de aproximação entre ambas: tanto a teologia deve ser missionária, com uma elaboração teórico-pedagógica e compreensível pelo Povo de Deus, como a pastoral que deve ser privilegiadamente desenvolvida pelo Povo de Deus em saída⁸²⁸. Ademais, os bispos brasileiros, citando a EG, escrevem que muitas tentações, que podem gerar ações pastorais nada condizentes com o Evangelho, como por exemplo a acedia egoísta, o pessimismo estéril, a acomodação, a falta de valorização dos leigos, da mulher, dos jovens podem ser superados com uma adequada teologia, sobretudo bíblica, e com a escuta do Espírito Santo⁸²⁹. O centro da EG

⁸²³ Cf. EG, n. 19.

⁸²⁴ Cf. UNISINOS On line. *Lumen Fidei, a encíclica de dois Papas*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/umen-fidei-a-primeira-enciclica-de-dois-papas>. Acesso em 05 de dezembro de 2019.

⁸²⁵ EG, n. 20.

⁸²⁶ *Ibidem*, n. 20.

⁸²⁷ MAÇANEIRO, Marçal; PESSOTTO, Diogo. A pneumatologia missionária do Papa Francisco em *Evangelii Gaudium*. *Revista Pistis e Praxis*, Curitiba, v. 10, n. 3, 2018, p. 553.

⁸²⁸ EG, n. 24.

⁸²⁹ Cf. CNBB, Doc. 105, ns. 82-83.

é, de todo modo, a ideia de que, a partir da índole missionária que conduz a uma “conversão missionária”⁸³⁰, a Igreja possa fazer da atitude permanente de missão seu principal estilo de vida. Aqui, mais uma vez, os leigos e leigas são sujeitos e protagonistas dessa atitude primordialmente eclesial⁸³¹. Missionário são todos aqueles que saem, em nome de Jesus e por mandato da Igreja, ao encontro do outro. Os leigos e leigas, pelo batismo, são missionários que já receberam o mandato, como cristãos, para sair em nome de Jesus e de atuar como corpo eclesial.

O contributo essencial do Papa Francisco foi colocar em relevância o fato de que não basta sair ao encontro das pessoas com ímpeto evangelizador, à procura de convencer os demais na força de argumentos. Sair e ir ao encontro é verdadeira atitude missionária, mas que deve ser preenchida, embebida de alegria. Sem essa alegria, que brota de uma pertença filial a Deus Pai, a eficácia da saída missionária e a qualidade do encontro ficam comprometidas. A vivência da virtude da alegria deve ser não somente uma atitude cristã, mas o único modo de vida cristã. A atividade pastoral quando fica somente na manutenção e no atendimento sacramental, aparentemente tudo procedendo dentro da normalidade⁸³², corre o risco de esvaziar-se no mecanicismo da repetição ritual, o que “corrói o dinamismo apostólico”⁸³³. O Papa insiste em que nada possa roubar a alegria da evangelização⁸³⁴.

Alguém desinformado, ao ler a *EG*, pode achar que não há nada de inovador. No entanto, uma das contribuições inovadoras está na compreensão de que a alegria não é mais tida como virtude pessoal e marca de vida dos santos e santas, mas, agora, como virtude e atitude comunitária da comunidade eclesial de fé. Os cristãos leigos e leigas testemunham a alegria da pertença a Deus, a mesmo tempo que pela vitalidade deles e delas, impulsionam a comunidade eclesial a sair do marasmo e da tibieza. É comum encontrar cristãos leigos mais entusiasmados com o Evangelho do que ministros ordenados.

No capítulo terceiro da *EG*, encontra-se bem nítida a visão eclesiológica do Papa Francisco. Maçaneiro e Pessotto afirmam que, influenciado pelo CVII e também pela Teologia do Povo desenvolvida em seu trabalho como arcebispo de Buenos Aires, Francisco compreende a Igreja como Povo de Deus, unido pelo amor da Trindade, na comunhão eclesial e vocacionado ao anúncio do Evangelho⁸³⁵. Neste capítulo, estão expostas a relação entre o Povo de Deus e a

⁸³⁰ *EG*, n. 30.

⁸³¹ Cf. MAÇANEIRO; PESSOTTO, 2018, p. 553.

⁸³² Cf. *LG*, n. 83.

⁸³³ *Ibidem*, n. 83.

⁸³⁴ CAVACA, Osmar. Uma eclesiologia chamada Francisco. Estudo da eclesiologia do Papa Francisco a partir da *Evangelii Gaudium*. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, n. 83, jan/jun, 2014, p. 20.

⁸³⁵ MAÇANEIRO; PESSOTTO, 2018, p. 563.

evangelização⁸³⁶. A essência do pensamento do Pontífice é que mais uma vez a Igreja é considerada em seu mistério originante, ou seja, a Trindade, e o modelo de vida trinitária, sustentada na comunhão das Pessoas é também o modelo de vida da Igreja. Além de ser uma instituição orgânica e hierárquica, é, antes de tudo, um povo”⁸³⁷.

Do mesmo modo que toda a Trindade é evangelizadora, a Igreja, compreendida como Povo de Deus, é “sujeito da evangelização”. Nesse sentido, a comunidade evangelizadora, sobretudo os leigos e leigas como protagonistas do anúncio do Evangelho, não podem esquecer-se de que há uma condução divina do trabalho evangelizador, uma “primazia da graça”⁸³⁸, que sustenta o evangelizador e a atividade missionária. O Espírito Santo é que conduz a atividade missionária evangelizadora sempre propondo a salvação em Jesus, que não é feita exclusivamente de modo isolado, mas comunitariamente, como Igreja⁸³⁹. Uma atividade, mormente missionária de toda a Igreja, deve ser feita na alegria porque Deus mesmo é a fonte dessa alegria.

O encontro pessoal com Jesus dá alegria à missão evangelizadora. À medida que alguém se encontra com Jesus e se insere na comunidade eclesial vai assumindo, mesmo que de modo processual, a tarefa de anunciar o Evangelho. Tal tarefa nasce da espontaneidade da consciência que está fecundada pelo desejo missionário, que não é obrigação, mas atitude característica de todo aquele que se encontra com Jesus Cristo⁸⁴⁰. Mesmo que sobrevenha o cansaço, o cristão leigo e leiga nunca podem deixar-se vencer e se derrotar por encontrar tantas vezes repostas negativas no trabalho de ir ao encontro das pessoas. Nada pode ser mais forte que o compromisso com Jesus e o Evangelho, mesmo que o anúncio da Boa-Nova encontre como destinatários corações tíbios e desacreditados em Deus. Francisco escreve que a esses, sobretudo, é preciso levar sempre o Evangelho⁸⁴¹.

Uma última consideração sobre Francisco nesse tema, é que ele ressalta que para uma adequada missão evangelizadora da Igreja, tão amplamente realizada por leigos e leigas, é necessário que o anúncio do Evangelho deva ter como destinatário preferencial os pobres. Francisco relembra e repropõe a opção evangélica pelos pobres afirmando que, quando a comunidade de fé leva Jesus, leva uma “obra libertadora da graça”⁸⁴². Não se trata apenas de ter gestos concretos de solidariedade, uma vez que não se trata de uma opção sociológica, mas

⁸³⁶ Cf. EG, n. 111.

⁸³⁷ *Ibidem*, n. 111.

⁸³⁸ *Ibidem*, n. 112.

⁸³⁹ *Ibidem*, n. 113.

⁸⁴⁰ CAVACA, 2014, p. 27.

⁸⁴¹ Cf. EG, n. 127.

⁸⁴² *Ibidem*, n. 188.

de gestos de libertação que gerem vida divina e vida humana digna. Contemplar o rosto dos pobres faz a Igreja redescobrir neles sua força evangelizadora. Quanto mais a comunidade eclesial fica longe dos pobres, insensível às realidades de sofrimento, mais pode cair no pessimismo e na paralisia. O Pontífice, assim, não de modo inovador, mas autêntico, repropõe que a alegria da Igreja seja os seus pobres⁸⁴³. Infelizmente, muitos ainda permanecerão na tristeza por não aceitar que os pobres sejam os destinatários preferenciais do Evangelho e continuarão a contaminar a missão da Igreja com o pessimismo clerical, quando, também, não atrapalham o processo de evangelização ao sufocar o ardor missionário dos leigos e leigas tocados pela alegria do Evangelho.

3.3. Pastores com cheiro de ovelha: o cuidado para com os leigos e leigas

O Papa Francisco tem revelado ao mundo e interpelado a Igreja a assumir um novo rosto eclesial: uma Igreja-mãe, misericordiosa e samaritana. Sem dúvida, os fundamentos eclesiológicos deste modo de compreender a Igreja são bíblicos, patrísticos⁸⁴⁴ e se assentam sobre a experiência pastoral de Francisco enquanto sacerdote e bispo. A postura da Igreja deve ser como o coração de uma mãe e como a casa do pai⁸⁴⁵ que estão sempre abertos para que seus filhos entrem. Esse coração se torna assim o lugar do encontro. A Igreja é chamada a ter esse mesmo coração de mãe para com os filhos que foram gerados na fé. Tantos estão feridos, machucados, marcados pelas tristezas do mundo presente, marcados, na sua maioria, pelo sistema capitalista neoliberal e excludente, fugindo das guerras civis, abandonando suas terras e tornando-se imigrantes, passam por discriminação ético-religiosas. Os sofrimentos de tantos cristãos leigos e leigas são os sofrimentos da Igreja nos tempos atuais e esta precisa tomar atitudes práticas, motivadas pelo comportamento de Jesus perante os mais pobres e sofredores para cuidar pastoralmente dos leigos e leigas e também daqueles que lhe vêm ao seu encontro mesmo não professando a fé cristã⁸⁴⁶.

Ficaram marcadas em toda a Igreja as palavras de Francisco quando a convida a sair do centro de si mesma, tantas vezes enfraquecida e enferma pelo fechamento e pela comodidade de se agarrar às seguranças institucionais para ir ao encontro dos sofredores, mesmo que esta postura a torne “uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas”⁸⁴⁷.

⁸⁴³ CAVACA, 2014, p. 33.

⁸⁴⁴ Cf. PIÉ-NINOT, 2018, p 270.

⁸⁴⁵ Cf. EG, n. 47.

⁸⁴⁶ Cf. PIÉ-NINOT, 2018, p 271.

⁸⁴⁷ EG, n. 49.

Trata-se, ao modo do Papa Francisco, de verdadeira leitura e atualização das perspectivas conciliares que não deseja que a Igreja se apegue à justiça e ao legalismo no trato com o Povo de Deus, mas que possa ser cada vez mais misericordiosa e cuidadora⁸⁴⁸. Para o Pontífice, a credibilidade da Igreja no mundo moderno está no exercício do cuidado pastoral do Povo de Deus exercendo o amor misericordioso para tudo e para com todos. Para ele a “misericórdia é a viga que sustenta a vida da Igreja”⁸⁴⁹.

Na primeira Missa Crismal, que presidiu como Bispo de Roma, Bergoglio se dirigiu aos sacerdotes com palavras contundentes diante do cuidado pastoral dos cristãos leigos e leigas. Naquela ocasião, na homília, disse que os sacerdotes devem ter “cheio das ovelhas”⁸⁵⁰. Misturando-se às realidades do Povo de Deus para lhes anunciar o Evangelho, os ministros ordenados devem levar sobre os próprios ombros as realidades de sofrimento deste mesmo Povo, assumindo pelas atitudes de proximidade e serviço as dores das ovelhas. O anúncio do Evangelho impulsiona os ministros ordenados a terem atitudes práticas de amor ao próximo. Este amor é libertador, pois comunica o próprio amor de Deus. Em *Carta sobre o Laicato* dirigida ao Cardeal Marc Ouellet, em 16 de março de 2016, Francisco mais uma vez deixa evidente que quer e incentiva que os que foram colocados como pastores do Povo de Deus sejam “continuamente convidados a olhar, proteger, acompanhar, apoiar e servir”⁸⁵¹. Continua o Papa escrevendo que “um pastor não se compreende sem um rebanho, que está chamado a servir. O pastor é pastor de um povo, e o povo deve ser servido a partir de dentro”⁸⁵².

Olhar continuamente para o Povo de Deus salva-nos de certos nominalismos declarativos (slogans) que são frases bonitas, mas não conseguem apoiar a vida das nossas comunidades. Por exemplo, recorde a famosa frase: «Chegou a hora dos leigos» mas parece que o relógio parou. (...). Olhar para o Povo de Deus é recordar que todos fazemos o nosso ingresso na Igreja como leigos. O primeiro sacramento, que sela para sempre a nossa identidade, e do qual deveríamos ser sempre orgulhosos, é o batismo⁸⁵³.

Esse serviço a que o Papa se refere e que deve ser realizado a partir de dentro é feito principalmente pelos sacerdotes e bispos. Estes são os primeiros a viverem a lógica da

⁸⁴⁸ Cf. PIÉ-NINOT, 2018, p 272.

⁸⁴⁹ MV, n. 10.

⁸⁵⁰ FRANCISCO, Papa. *Homília na Missa Crismal proferida em 28 de março de 2013, na Basílica de São Pedro*. Disponível em: <https://www.acidigital.com/noticias/o-papa-aos-sacerdotes-sede-pastores-com-o-cheiro-das-ovelhas-e-pescadores-de-homens-80276>. Acesso em 31 de dezembro de 2019.

⁸⁵¹ FRANCISCO, Papa. *Carta ao Cardeal Marc Ouellet sobre os Leigos na Igreja, em 16 de março de 2016*. Disponível em: <https://centroloyola.org.br/revista/outras-palavras/desdobramentos/1199-sobre-os-leigos-na-igreja-carta-de-francisco>. Acesso em 31 de dezembro de 2019.

⁸⁵² *Ibidem*, p. 1

⁸⁵³ *Ibidem*, p. 1.

misericórdia pastoral, interessando-se em ouvir os problemas das pessoas. Na medida em que são impelidos pela caridade e nas circunstâncias que podem, devem oferecer as condições para o melhor engajamento dos leigos e leigas na comunidade eclesial. Se perceberem que existem condições indignas de vida e atentados contra a dignidade da vida humana, precisam assumir a vocação de profetas da verdade e saindo de si, ajudem a aliviar as dores do próximo. No entanto, diz o Papa, falta ainda muito para se ter atitudes eclesiais de valorização e cuidado dos leigos e leigas. Muitos sacerdotes, reclinados ao mal do clericalismo, fazem do laicato seus mandatários, cumpridores de tarefas, não lhes dão tempo e vez nas comunidades paroquiais. Ainda, quando não tantas vezes trabalham por anular as iniciativas dos leigos, apagando-lhes o espírito profético do qual a Igreja é chamada a dar testemunho, sobretudo na Sociedade⁸⁵⁴.

Ao lado do clericalismo, há outro desserviço que acomete uma pequena porcentagem dos ministros ordenados, mas que produz amplos efeitos na comunidade do Povo de Deus: trata-se dos escândalos de abusos contra menores, quebra do voto de celibato, desvios de recursos financeiros, e outros. Os casos de abusos sexuais e demais formas de violência promovidas por clérigos evidenciam a existência de uma distância entre os pastores e o Povo de Deus. Abusadores que já distantes da correta vida ministerial, para além de não terem o cheiro de ovelhas, ferem e lesam até de modo perpétuo àqueles e àquelas que lhes foram colocados sob seus cuidados. Francisco sabe que deve empenhar-se para eliminar este sofrimento para toda a Igreja, o qual fere a comunhão de fé e leva a tantos a não mais acreditar na Palavra de Deus anunciada pelos ministros ordenados. Infelizmente é o que acontece, muitos pensam que se trata de um mal generalizado e que não devem mais confiar o direcionamento de suas vidas à Igreja, abandonando a prática pessoal e comunitária da fé.

Foi criada, em 22 de março de 2014, a Pontifícia Comissão para a Tutela dos Menores com a finalidade de acompanhar os menores abusados, suas famílias e ajudar na criação de iniciativas que coíbam novos casos. Francisco, na Carta Apostólica *Vos estis lux mundi*⁸⁵⁵, estabelece que os casos sejam denunciados e que os Bispos se saibam obrigados a averiguar as situações de denúncias e em caso cuja razoabilidade é evidente, fazer denúncia em esfera civil. Recentemente, o Pontífice retirou o dever de manter em “segredo pontifício” os documentos eclesiais que dizem respeito aos abusos de menores e que estão em posse da Igreja. São iniciativas que mostram o desejo da Igreja de ser compreendida no seu cuidado pastoral para

⁸⁵⁴ *Ibidem*, p. 2.

⁸⁵⁵ FRANCISCO, Papa. Carta Apostólica *Vos estis lux mundi*, 9 de maio de 2019. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/motu_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio-20190507_vos-estis-lux-mundi.html. Acesso em 31 de dezembro de 2019.

com os cristãos e cristãs, como aquela que não tolera, em nenhuma hipótese, qualquer atitude feita pelos seus membros ordenados que levem sofrimentos, especialmente, aos leigos e, no caso, os mais indefesos. Numa Igreja que deseja ser cuidadora não cabe espaço para clericalismo e tolerância a casos de escândalos no meio do Povo de Deus.

Tudo isso coloca em evidência a visão pastoral de Francisco que interpela constantemente a Igreja a uma pastoral de conversão⁸⁵⁶. Não se trata aqui de uma apologia da fé católica e nem de novos métodos evangelizadores, mas sim de viver a santidade cristã em todos os seus aspectos, pessoal e comunitário. É uma conversão que se faz não somente realizando reformas nas estruturas. Mudanças exteriores não são verdadeiras conversões⁸⁵⁷. As reformas estruturais devem proporcionar os meios para a conversão da Igreja e sua eficácia evangelizadora. O que não se pode esquecer é que os ímpetus de conversão devem chegar ao mais íntimo do coração, pois é do coração humano que “procedem os maus intentos, homicídios, adultérios, imoralidades, roubos, falsos testemunhos, calúnias, blasfêmias”⁸⁵⁸. O Pontífice sabe que reformas nas estruturas eclesiais são importantes e por isso, com grande reação por parte de alguns, as tem feito. Entretanto, também tem consciência que é preciso mais: uma verdadeira santidade interna do ministro ordenado.

Um grande contributo que pode ser oferecido é que se deixe voz e vez ao laicato sobretudo quando são promotores de uma pastoral popular rica de expressões de fé e de solidariedade humana⁸⁵⁹. Em nome de uma falsa pureza no exercício da ação evangelizadora, muitos sacerdotes se afastam e não promovem a religiosidade popular que nutre a vida de fé da maior parte dos leigos e leigas. Se bem orientada, essa espiritualidade pode ser mantida como o lugar do encontro pessoal com Jesus Cristo. É parte da missão dos ministros ordenados discernir, animar, enriquecer o que existe na piedade popular sem dela se desfazer ou menosprezar. Esta mesma atitude deve ser levada para o campo da ação pastoral dos leigos e leigas. Os ministros ordenados têm por obrigação servir animar e enriquecer a ação pastoral do laicato e não prescindir da atuação dos leigos e leigas, dando-lhes abertura, liberdade e condições deles mesmos se empenharem no cuidado da comunidade de fé e dos que estão mais longe. A formação de um laicato consciente de sua missão na Igreja e na Sociedade é um desafio também pastoral dos ordenados e não pode ser omitido.⁸⁶⁰

⁸⁵⁶ Cf. PIÉ-NINOT, 2018, p 274.

⁸⁵⁷ Cf. BLANK, 2006, p. 116.

⁸⁵⁸ Mt 15,19.

⁸⁵⁹ Cf. EG, n. 68.

⁸⁶⁰ *Ibidem*, n. 102.

3.4. As heresias antigas escancaradas no tempo presente pela *Gaudete et Exsultate*

O Concílio Vaticano II, ao compreender a ação de Deus no mundo e a formação da Igreja a partir da Trindade⁸⁶¹, afirmou a igual dignidade entre todos os batizados e que os caminhos à santidade cristã são comuns a todos, não havendo privilegiados, mas modos diferentes de responder à vontade divina e a seus designios sobre a vida de cada pessoa e de toda a comunidade eclesial. A *LG* afirma que todos são templos do Espírito Santo⁸⁶² e pela participação nas coisas divinas através do sacerdócio comum dos fiéis, todos, sem exclusão, são chamados a fazer a vontade de Deus na Igreja e na Sociedade, santificando a si na plena confiança da graça divina, ao mesmo tempo que, pela conduta pessoal, santificam a comunidade de fé e a sociedade. Nesse sentido, afirma o Cardeal Walter Kasper que a santidade cristã é dom de Deus e depois correspondência à santidade divina. A eficácia da santificação está sempre no desejo de Deus que é Santo em santificar e não do homem e da mulher que desejam, em muitos ambientes eclesiais, serem santos a todo custo por força de suas obras piedosas⁸⁶³.

Convém lembrar que, resgatando alguns breves elementos bíblicos, a ação salvífica de Deus é anterior à existência da Igreja, mas a ela se destina como congregação dos povos. Isso é importante uma vez que mostra que a Igreja, na história, nunca deteve e não detém todos os meios da salvação do ser humano. A santificação é obra de Deus; Ele toma para si as prerrogativas de santificação, uma vez que é a fonte dela⁸⁶⁴. No Antigo Testamento, dirigindo-se a todo o povo de Israel, encontra-se explícito o imperativo à santidade na exortação “Sede santos porque eu sou santo”⁸⁶⁵. O homem e a mulher encontram em Deus a santidade e vão se santificando ao passo que realizam a vontade de Deus em suas vidas. Já no Novo Testamento, o imperativo é o mesmo e Jesus, aludindo a esta mesma passagem do AT, a reformula. No Evangelho de Lucas, vemos Jesus colocando a santidade humana como continuação da atitude misericordiosa de Deus, alçando a dupla vida de santificação, que é amor a Deus e também ao próximo: “Sede misericordiosos como vosso Pai é misericordioso”⁸⁶⁶. Sem dúvida, a perfeição cristã está então na correspondência à vontade de Deus e no amor ao próximo. É errôneo afirmar e propagar que a santidade é para alguns eleitos ou uma parcela dos cristãos. Todos são

⁸⁶¹ Cf. *LG*, n. 4.

⁸⁶² Cf. *LG*, n. 9.

⁸⁶³ Cf. KASPER, 2012, p. 221.

⁸⁶⁴ Cf. *Ibidem*, p. 221.

⁸⁶⁵ Lv 19,2.

⁸⁶⁶ Lc 6,36.

chamados à santidade e às obras de amor misericordioso. É nesse sentido que o CVII fala de chamado universal a santidade⁸⁶⁷.

No entanto, sempre houve quem entendesse que a santidade fosse reservada a alguns poucos eleitos detentores de um conhecimento especial ou que fosse alcançada pelo modo como vivem as pessoas e as obras que realizam, e isso, desvinculadas da comunidade de fé. O Papa Francisco, inspirado na busca pelos caminhos verdadeiros da vida de santidade cristã, publicou, em 19 de março de 2018, a Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate*⁸⁶⁸, onde mostra mais uma vez, resgatando ideias da LG, que a santidade é um chamado a todos e explicita a existência de duas heresias antigas surgidas na história da Igreja, o gnosticismo e o pelagianismo, que são duas sendas equivocadas na compreensão da santidade cristã. Francisco afirma, assim, que o gnosticismo e o pelagianismo são dois inimigos sutis da santidade, aparecendo nela um imanentismo antropocêntrico, disfarçado de verdade católica⁸⁶⁹ e que abre espaço para se criar na comunidade eclesial uma classe elitista, narcisista e autoritária “seduzidas por estas duas propostas enganadoras”⁸⁷⁰.

Escreve o Papa que o “gnosticismo é uma das piores ideologias, pois, ao mesmo tempo que exalta indevidamente o conhecimento ou determinada experiência, considera que sua própria visão da realidade seja a perfeição”⁸⁷¹. Dentre as facetas desta ideologia, a corrente gnóstica se assenta na compreensão do mundo através da oposição entre matéria e espírito e isso também é válido para o campo religioso e moral⁸⁷². Tenta oferecer explicações sobre Deus e a realidade formulando complexos sistemas de ideias que se tornam incompreensíveis para a maior parte das pessoas. Não admite a revelação, muito menos que Deus tenha se encarnado e assumido as contingências humana, em especial o sofrimento da Cruz. Para quem é gnóstico, não existe mistério, tudo pode ser explicado pela razão. Na visão deles, quem entende racionalmente as coisas e as explica possui a santidade porque é capaz de entendê-las e explicá-las. Estão mais a “serviço das próprias elucubrações psicológicas e mentais” do que interessados pela verdade⁸⁷³.

Infelizmente, afirmam os bispos brasileiros já em 2016, antes que o fizesse Francisco em 2018, a existência nas comunidades cristãs ou mesmo afastados delas pessoas ou grupos

⁸⁶⁷ Cf. LG, 39-42.

⁸⁶⁸ Usaremos a sigla GE.

⁸⁶⁹ GE, n. 35.

⁸⁷⁰ GE, n. 35.

⁸⁷¹ GE, n. 40.

⁸⁷² Cf. FRANGIOTTI, Roque. *História das heresias (séculos I-IV): conflitos ideológicos dentro do cristianismo*. 4ª ed. São Paulo: Paulus, 2004, p. 32.

⁸⁷³ GE, n. 41.

de elites, católicos que afirmam ser iluminados, ministros ordenados e também cristãos leigos e leigas, que se enaltecem por mostrar uma espiritualidade possivelmente mais elevada, se contrapondo a outros, adotando “posição de privilégio, prestígio e superioridade”⁸⁷⁴. Não aceitam a palavra do Magistério atual, se afastam e colaboram por dividir a comunidade eclesial. Padres e até bispos assumem, mesmo que sem pleno conhecimento, as veredas gnósticas à procura de se alavancarem acima dos leigos e leigas. Não aceitam a compreensão comum da fé, as experiências populares de piedade, a religiosidade mais simples e trabalham para a formação de uma Igreja de privilegiados de cultura, educação e formação cristã. Nesses ambientes, não se aceitam os cristãos simples, os sofredores e os pobres. Não se parece nada com a comunidade dos discípulos de Jesus. Não aceitam a formação das comunidades eclesiais de base porque não admitem uma espiritualidade encarnada. Reúnem-se nos templos católicos ricos e são nutridos pelos fartos banquetes. Não poucas vezes, o gnosticismo está lado a lado com um arraigado clericalismo, nada santo e infrutífero para o Reino de Deus⁸⁷⁵.

Como resposta ao gnosticismo, Francisco lembra que a razão também tem seus limites e que não pode dar respostas sobre tudo. Aceitar isso é ser humilde. Isso vale não só para as questões da sociedade, mas sobretudo para as questões religiosas, uma vez que “só de forma muito pobre, chegamos a compreender a verdade que recebemos do Senhor”⁸⁷⁶. Não se pode perder a riqueza da maneira diferente e legítima de se interpretar os muitos aspectos sobre a doutrina e sobre a vida cristã. Os gnósticos de hoje não aceitam uma visão teológica contextualizada, combatem a Teologia da Libertação em nome de um misticismo vago e sem incidência na vida prática, sobretudo nas exigências de obras de amor ao próximo.

Os que pensam assim não estão engajados nas pastorais. É urgente que os cristãos leigos e leigas ajudem a livrar a comunidade de fé da ideologia gnóstica quando são bem formados à luz do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja. Os leigos sem se esquecerem de viver uma espiritualidade mística e pessoal, enriquecem-na com a vivência da fé encarnada e comunitária, indo ao encontro do próximo. Além disso ajudam a mostrar aos ministros ordenados que não podem ficar alheios às condições de miséria e outros sofrimentos frente àqueles que lhes foram confiados ao pastoreio. A vida cristã dos leigos e leigas bem formados nas virtudes evangélicas e engajados especialmente nas pastorais sociais se torna verdadeiro constrangimento à boa parcela do clero, autossuficiente e autoritário.

⁸⁷⁴ CNBB, Doc. 105, n. 81d. p. 50.

⁸⁷⁵ Cf. *Ibidem*, n. 80g, p. 51.

⁸⁷⁶ *EG*, n. 43.

No que se refere ao pelagianismo, o Papa Francisco afirma que se trata de outra heresia que se opõe à correta vivência da santidade cristã. Para os pelagianos, não é o verdadeiro conhecimento que salva, mas o esforço pessoal. No fundo, é uma confiança total nas próprias escolhas e nas próprias obras. A ação não é de Deus, mas, sim, da pessoa que se sente superior aos outros pelo simples fato de seguir algumas normas ou por se intitular guardião de tradições realizando práticas piedosas antigas e já bem superadas em seu uso⁸⁷⁷. A pessoa não confia na graça de Deus. Por ela mesma, de modo autossuficiente, acredita poder realizar as obras que a salva. Além de ser um equívoco admitir que pode prescindir da graça de Deus, afirma o Pontífice que é também uma falta de humildade e de conhecimento pessoal sincero. O autoconhecimento permite tomar consciência dos limites e fraquezas inerentes à natureza humana, que necessita da ajuda divina. A santidade, é assim, uma integração da natureza humana com a graça divina que purifica a outra e a santifica de modo progressivo. O cristão e a cristã que se deixam influenciar pelas tendências do pelagianismo acabam por não precisar de ninguém, nem de Deus e nem da Igreja⁸⁷⁸.

Busca-se a solução dos problemas sem contar nem recorrer à graça de Deus, confiando apenas na disciplina, na lei, no rigorismo, na restauração de condutas já superadas como, por exemplo, o tradicionalismo. Enfoca-se na segurança doutrinal ou disciplinar, procurando buscar o passado perdido. Há um exagero nas vestes, leis e rigorismos, principalmente no campo da liturgia, mas sem mudança interior. É a volta ao ritualismo e à exterioridade.⁸⁷⁹

A santidade não é alcançada pela força das obras nem mesmo pelo número delas. São necessárias as obras, senão a fé seria vã. No entanto, as obras por si só, sem verdadeira vivência do Evangelho, são moralmente boas, mas pouco válidas sem a graça de Deus. Ninguém, sejam os leigos e leigas ou ministros ordenados, religiosos ou religiosas não podem requisitar a graça de Deus, comprando-a pelas obras que realizam⁸⁸⁰. É preciso considerar que existe uma diferença entre obras de amor, dirigidas a Deus e ao próximo, de exercícios rituais de piedade. Para muitos, as obras se limitam à “obsessão à lei, ao fascínio de exhibir conquistas sociais e políticas, à ostentação no cuidado da liturgia, da doutrina e do prestígio da Igreja, à vanglória ligada a gestão de assuntos práticos, à atração pelas dinâmicas de autoajuda e realização autorreferencial”⁸⁸¹. Fica claro isso quando clero, leigos e leigas dão maior importância à

⁸⁷⁷ Cf. *EG*, n. 49.

⁸⁷⁸ Cf. *EG*, n. 50.

⁸⁷⁹ CNBB, Doc. 105, n. 80e, p. 50.

⁸⁸⁰ Cf. *EG*, n. 57.

⁸⁸¹ *EG*, n. 57.

“observância de certas normas próprias, costumes ou estilos”⁸⁸² e, ao esvaziarem o mistério, se concentram em pequenas estruturas eclesiais, tornando-se “fossilizados ou corruptos”⁸⁸³.

Para contrapor ao pelagianismo, Francisco escreve que não se pode esquecer de que existe uma hierarquia das virtudes e convida a todos a buscar o que é essencial e não perder tempo com aquilo que é periférico na vida cristã. Dentre as virtudes, destacam as teologais (fé, esperança e caridade), uma vez que se referem ao próprio Deus. Essas virtudes também se desdobram no relacionamento com o próximo que, pela fé, nunca deixa de acreditar que o ser humano é essencialmente bom⁸⁸⁴; não se desespera, mas tem esperança sobre o fim da humanidade, mesmo em meio a tantos sofrimentos e angústias⁸⁸⁵; jamais deixa de amar e de aproximar-se do outro, imitando o amor, caritativo e oblato de Deus pelo homem e mulher, particularmente os mais necessitados⁸⁸⁶.

Os cristãos leigos e leigas ajudam a comunidade eclesial de fé a não cair nas tentações do pelagianismo testemunhando sua opção preferencial pelo cuidado para com os pobres, como o fez Jesus. Francisco convida a todos a viver *à luz do Mestre*⁸⁸⁷ que em imerso no judaísmo, que também é uma religião rica em rituais, não se deixou prender-se pela exterioridade ritual, mas mostrou aquilo que era mais importante: o rosto do Pai⁸⁸⁸ e o amor ao próximo⁸⁸⁹. As práticas externas da fé não substituem as obras de amor ao próximo. Desse modo, leigos e leigas e quiçá o clero, devem lutar contra a cultura do descartável que impera na sociedade atual, sobretudo na vivência das bem-aventuranças. Em cada uma delas, está o rosto de Jesus que se apresenta a todo ser humano. Quem as vive imita as atitudes de Jesus diante dos sofredores e descobre nelas a via de santificação pessoal e comunitária⁸⁹⁰.

Valeria muito, enfim, para superar o pelagianismo, uma melhor aceitação e ampliação do serviço social da Igreja por parte de clérigos, leigos e leigas. Para isso, os cristãos leigos oferecem colaboração importantíssima, pois muitos são formados em Ciências Sociais e afins, e como instrumentos para edificação do Reino de Deus ajudam a edificá-lo na paz e na justiça⁸⁹¹. Francisco afirma que ninguém deve assumir um ideal de santidade cristã ignorando a injustiça social. Nem um *verticalismo* que contempla somente a realização da vontade Deus

⁸⁸² EG, n. 58.

⁸⁸³ EG, n. 58.

⁸⁸⁴ Cf. Gl 5,6.

⁸⁸⁵ Cf. Rm 4.

⁸⁸⁶ Cf. Gl 5,14.

⁸⁸⁷ Título dado ao terceiro capítulo da GE.

⁸⁸⁸ Cf. Jo 14,1-14.

⁸⁸⁹ Cf. Jo 15.

⁸⁹⁰ Cf. EG, n. 63.

⁸⁹¹ Cf. Rm 14,17.

de modo pessoal, nem tampouco um *horizontalismo* que coloca o outro no centro das atitudes⁸⁹². Não se pode admitir que ainda nos meios eclesiais o compromisso social seja visto como “algo superficial, mundano e secularizado, imanentista, comunista e populista”. O equilíbrio entre essas duas vertentes constitui a melhor vereda para a construção da santidade cristã⁸⁹³.

Considerações finais

Este terceiro capítulo teve por objetivo apontar alguns caminhos que contribuem para a construção de uma nova postura de ser cristão leigo e leiga na Igreja e na Sociedade na atualidade. Existe uma distância entre a reflexão desenvolvida pela Igreja no que diz respeito ao laicato desde o Concílio Vaticano II e a prática pastoral. Parece que a teologia do Povo de Deus não foi totalmente compreendida, aceita e estudada nas comunidades eclesiais. Isso tem permitido possivelmente surgir uma geração de cristãos leigos e leigas influenciados por uma paralisia clerical, pouco conscientes de seu papel de protagonistas da ação eclesial, dentro e fora da comunidade eclesial.

Não se tem dúvidas de que é preciso ir ao estudo dos documentos do Magistério, especialmente do CVII. No entanto, um segundo passo é preciso ser dado: é necessário desenvolver de modo prático aquilo que a reflexão apontou como necessidade de mudança. Em sua maioria, os documentos trazem, além da teoria, pistas e ações eclesiais que passam despercebidas ou são, conscientemente, negligenciadas. Por isso, a primeira parte desse capítulo propôs ir não apenas à teoria dos documentos eclesiais, quer seja o Documento 105 da CNBB, a *Apostolicam Actuositatem*, a *Christifideles Laici*, ou outros, mas realizar o que pastoralmente propõem. Aqui, os leigos e leigas colaboram muito entendendo seu lugar de sujeitos na Igreja e na Sociedade e desenvolvendo eles mesmo trabalho pastoral eficaz inspirados no Evangelho de Jesus.

Os fundamentos da reflexão teológica sobretudo aqueles que incidem sobre a ecclesiologia que compreende a Igreja como Povo de Deus, cria espaço e condições para que haja maior compromisso social da Igreja, vivenciando com intensidade os temas da Campanha da Fraternidade e incentivando o engajamento político do laicato. São leigos e leigas os grandes promotores no campo da política de ações transformadoras da Sociedade. Infelizmente o laicato não é incentivado a esse tipo de engajamento por causa de um clericalismo que ainda condena

⁸⁹² Cf. EG, n. 100.

⁸⁹³ Cf. EG, n. 101.

a vida social do cristão, fazendo incutir neles que a vida no mundo é perigosa e cheia de ocasiões de pecado. Falta a toda Igreja assumir de fato sua triste realidade: é sustentada por uma pastoral de manutenção do que existe. De tantos modos, o funcionalismo paroquial colabora apenas por manter a aglomeração de povo, não oferecendo condições para o surgimento de uma prática autônoma de pastoral pelo laicato e no respectivo engajamento nas realidades sociais.

No entanto, uma voz, em verdadeira sintonia com o Concílio Vaticano II, continua a lembrar a Igreja da sua salutar postura de abertura eclesial e de diálogo com a sociedade deste tempo. Trata-se de Francisco que, desde que assumiu o serviço de Bispo de Roma e de Papa para toda a Igreja, faz apelo para que a Igreja, Povo de Deus, assuma a postura de sair e ir ao encontro dos demais, quer professem a mesma fé cristã católica ou a abandonaram, quer tenham outra confissão religiosa ou até mesmo sem fé alguma. Nesse sentido, os leigos e leigas são a Igreja, viva e dinâmica em missão. Na sociedade, estes estão diante de pessoas e frente a lugares que só eles têm condições de ser presença eclesial. Uma Igreja sob o pontificado de Francisco não despreza a ação protagonista missionária desenvolvida pelo laicato.

Francisco, profeticamente, mostra que a verdadeira postura da comunidade de fé é ir ao encontro dos outros, sobretudo daqueles e daquelas que são descartados pela sociedade. Os cristãos leigos e leigas oferecem esforço e tempo, atuação e engajamento em tantos lugares que necessitam do Evangelho e de ações transformadoras que visem promover a dignidade humana, como cadeias, hospitais, Câmaras Municipais, Departamentos Públicos, escolas, etc. Nesses ambientes, e não só na Igreja, se santificam. Muitos se dedicam à prática da fé, não a desvinculando das boas obras e nem se acham melhor e mais privilegiados que outros. Vivem a fé na liberdade dos filhos de Deus⁸⁹⁴. Estes devem ser promovidos e incentivados para que se tornem formadores dos irmãos na fé. É possível, por fim, afirmar que sem o Papa Francisco o espírito do Concílio Vaticano II estaria bem mais longe do lugar que ocupa na história da Igreja e de todo Povo de Deus.

⁸⁹⁴ Cf. Rm 8.

CONCLUSÃO

Sem dúvida, os estudos eclesiológicos receberam depois do Concílio Vaticano II, com a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, novos impulsos. Com novas luzes do Espírito Santo, a compreensão da Igreja agora é tratada dentro de uma disciplina autônoma, a Eclesiologia. Assim, não dá para pensar em um estudo sobre a Igreja e sua importância na sociedade, sem recorrer à eclesiologia do Vaticano II. Desse modo, considerando-o um esforço para fazer uma recepção e atualização do espírito e documentos conciliares, esta pesquisa tomou como objeto de estudo o Documento 105 *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade – Sal da Terra e Luz do Mundo (Mt 5,13-14)*”. No seu conteúdo, os bispos brasileiros retomaram alguns conceitos teóricos e certo número de referências práticas para a vida eclesial dos leigos e leigas na Igreja e que são, à luz da *Lumen Gentium*, contextualizados a partir dos desafios eclesiais da Igreja no Brasil.

João XIII e Paulo VI procuram oferecer à Igreja novos tempos pautados na abertura reforma das estruturas eclesiais e um maior diálogo com a sociedade. Coube, então, à reflexão teológica oferecer condições de sustentação do desejo dos pontífices. Colhendo os frutos de movimentos renovadores, especialmente eclesiológico, bíblico e litúrgico, o Concílio refez a autocompreensão da Igreja, outrora assaz hierárquica e jurídica, para uma Igreja que olha para si como comunidade de batizados, comunidade de irmãos e, desse modo, se apresenta ao mundo. A senda hermenêutica para se entender o CVII e que se procurou ficar mostrado nesta pesquisa é que uma adequada compreensão de Igreja para os dias de hoje se faz através da noção de Igreja como Povo de Deus⁸⁹⁵.

O percurso da elaboração da LG foi realizado entre debates e tensões. Entre aqueles que queriam que o CVII fosse continuação daquilo que foi refletido no Concílio Vaticano I e entre outros que desejavam novos tempos; ganhou força a dinâmica renovadora do Espírito Santo que sopraria os novos ventos a toda a Igreja. Sinal disso se apresenta segunda Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e Caribenho, em 1968, poucos anos depois do encerramento dos trabalhos conciliares, trazendo como tema a “*a Igreja na atual transformação da américa latina à luz do Concílio*”. A Igreja latino-americana, como mostrou o mapeamento da expressão “Povo de Deus” nos documentos finais do CELAN, recebeu as assertivas conciliares e procurou assimilá-las à luz de seu contexto, tão marcado pela pobreza, miséria e exclusão.

⁸⁹⁵ Cf. Cf. LORSCHIEDER, Aluísio. Linhas mestras do Concílio Vaticano II. In: LORSCHIEDER, A.; LIBÂNIO, J. B.; COMBLIN, J.; VIGIL, J. M.; BEOZZO, J. O. *Vaticano II: 40 anos depois*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 39.

Comblin havia aludido que mesmo que o CVII tivesse feito grande esforço por restaurar o Povo de Deus, estava sendo esquecido pela hierarquia, quando não conscientemente colocado de lado⁸⁹⁶. Afirmou o teólogo belga que o CVII não foi bem recebido pelas comunidades de fé, não porque os cristãos leigos e leigas não tivessem interesse, mas fundamentalmente porque os ministros ordenados, como responsáveis pela formação do laicato, não estavam interessados em uma Igreja de irmãos, unidos pela comunhão da fé, onde todos têm igual dignidade pelo batismo. A Pesquisa de Campo apresentada no capítulo primeiro procurou, qualitativamente, mostrar um pouco a influência da nova eclesiologia na atual consciência dos cristãos leigos e leigas nos respectivos nichos. É triste o quadro. A maioria não sabe o que foi o CVII, não conseguiu citar um documento, não tem consciência da formação da Igreja com Povo de Deus e atua como meros colaboradores dos ministros ordenados na ação evangelizadora da Igreja.

No entanto, é preciso que a Igreja faça esforço por manter o espírito do CVII vivo e, ainda, para que possam surgir atitudes pastorais concretas para sua aplicação. Pautando-se no resgate da compreensão nocional da Igreja como Povo de Deus, os bispos brasileiros no Documento 105 fizeram mais uma vez ressoar a *LG*, especialmente quando ressaltam a igual dignidade dos cristãos oriunda do Batismo, da identificação a Jesus, sacerdote, profeta, por meio do sacerdócio comum dos fiéis, além de entender e promover o laicato como sujeitos da ação evangelizadora, quer dentro da Igreja (*ad intra*) ou na Sociedade (*ad extra*)⁸⁹⁷.

A ação evangelizadora da Igreja é uma tarefa entregue por Jesus a todos. O que diferencia é o tipo de serviço que é prestado ao Reino de Deus na atividade evangelizadora da comunidade eclesial. Desse modo, não há tempo e nem espaço na comunidade eclesial para privilégios ou para que alguém se sinta superior a outro. Nunca é bastante deixar claro que os que recebem algum grau do Sacramento da Ordem, não recebem maior dignidade, mas maiores condições de estarem à serviço do Povo de Deus. Infelizmente, o clericalismo e a falta de espaço para a promoção do protagonismo laical continuam a ser grandes empecilhos para a renovação conciliar.

Os cristãos leigos e leigas são protagonistas da ação evangelizadora, assumindo eles mesmos os grandes desafios de viver o Evangelho e de testemunhá-lo no meio da sociedade, promovendo ações transformadoras na cultura, na educação, na política, na economia, visando uma sociedade mais impregnada dos valores do Evangelho e por isso mais justa e igualitária. Alimentados pela Palavra e pela Eucaristia e na vivência de uma espiritualidade encarnada, os

⁸⁹⁶ COMBLIN, 2002, p. 386.

⁸⁹⁷ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 10.

leigos e leigas têm força para o labor das boas obras perante o próximo ao passo que fazem da comunidade mais consciente das realidades. Resgatar a noção de Igreja como Povo de Deus é mais vez incentivar ao cuidado ou a criação de comunidades eclesiais de base, pois são através delas que o laicato pode melhor viver, alimentar sua fé e ainda tomar maior consciência de seu papel cristão no meio dos pobres.

Sem muito trabalho não é possível superar a distância que existe entre a reflexão teológica e a prática pastoral⁸⁹⁸. Sem uma adequada formação do laicato visando receber e atualizar a eclesiologia conciliar, as mudanças são pouco substanciais. O estudo e a aplicação das propostas do Documento 105 nas comunidades eclesiais é uma forma de se aproximar do CVII e implementá-lo. Além desse documento, não se pode esquecer do Decreto *Apostolicam Actuositatem* e da Exortação Apostólica sobre a vida dos leigos promulgada pelo Papa João Paulo II, a *Christifideles Laici*. O estudo desses documentos não deve ser apenas referencial, mas propositivo. Deve levar os cristãos leigos e leigas ao engajamento pastoral e ao compromisso com ações transformadoras da Sociedade.

Verdadeira providência de Deus está sendo o pontificado do Papa Francisco. Por sua eloquentes palavras e atitudes sensíveis diante do outro, Francisco tem incentivado a retomada da eclesiologia conciliar, levando a Igreja a estar em constante atitude de renovação, purificação e de proximidade com todos os povos e nações. É nítido que o pontífice deseja que todos estejam empenhados na promoção da “cultura do encontro”. Para tanto a comunidade eclesial não pode estar paralisada, mas motivada pela alegria da missão⁸⁹⁹. Em constante saída, deve buscar aproximar-se dos demais e se esforçar por superar ou aliviar, por exemplo, o sofrimento dos pobres, mulheres, imigrantes, órfãos, viúvas, encarcerados.

Francisco incentiva que se possa ter um cuidado muito especial para com os leigos e leigas. Nesse cuidado, os ministros ordenados devem levar sobre os ombros as ovelhas, incorporando o cheiro delas. O sofrimento de um cristão ou até mesmo de outro que não professa a mesma fé ou não tem fé, é o sofrimento de toda a comunidade eclesial, mormente daqueles que estão colocados no meio do Povo de Deus para servi-lo. Nesse ínterim, ministros ordenados e cristãos leigos vão se santificando correspondendo à vontade de Deus e cooperando com a graça. Fogem de cair nas tentações de heresias⁹⁰⁰ que promovem uma falsa santidade baseada na crença de uma eleição pessoal vazia e sem comprovação, na força do ritualismo e no número da participação nos sacramentos.

⁸⁹⁸ Cf. CNBB, Doc. 105, n. 234-237, p. 116-118.

⁸⁹⁹ Cf. EG, n. 20.

⁹⁰⁰ Cf. GE, n. 35.

Enfim, visa-se fazer desta dissertação mais uma contribuição para o esforço atual da Igreja, no Brasil, em retomar, receber e atualizar a eclesiologia do Povo de Deus em seu contexto. Nada pretencioso, possa ser motivação para posteriores aprofundamentos de quem se interessar em ler todo este trabalho. As referências teóricas são abundantes e existe apontamentos de outras pesquisas. Há em cada uma dessas páginas o desejo vivo de que a Igreja possa ser cada vez mais Povo de Deus em saída, promovendo condições autonomia e responsabilidade do laicato em sua atuação na Igreja e na Sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

ALBERIGO, Giuseppe. *Storia del Concilio Vaticano II. Il cattolicesimo verso una nuova stagione. L'annuncio e la preparazione (gennaio 1959 – settembre 1962)*. Bologna: Il Mulino, 2012.

_____. *Storia del Concilio Vaticano II. La formazione della coscienza conciliare. Il primo período e la prima intersezione (ottobre 1962 – settembre 1963)*. Vol. 2. Bologna: Il Mulino, 2012.

_____. Giuseppe. *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995.

ALMEIDA, Antonio José. *Lumen Gentium. A transição necessária*. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. *Leigos em quê? Uma abordagem histórica*. Paulinas, 2006.

ALTEMEYER JUNIOR, Fernando. Leigos e Leigas no Concílio Vaticano II: Novos atores e atrizes. In: PASSOS, João Décio (org.). *Sujeitos no mundo e na Igreja*. São Paulo: Paulus, 2014, p. 105-122.

AURÉLIO, Marlos. *Leigos e leigas na Igreja e na Sociedade*. Bases históricas, desafios e oportunidades de participação. Santuário: Aparecida, 2018.

BARDIM, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

BARREIRO, Álvaro. *Povo Santo e Pecador: a Igreja questionada e acreditada*. São Paulo: Loyola, 1994.

BAUMAN, Zigmund. *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. *Espiritualidade*. Verbete. *Dicionário do Concílio Vaticano II*. In: DÉCIO, João, SANCHEZ, Wagner (orgs.). São Paulo: Paulus\Paulinas, 2015, p. 366-372.

BLANK, Renold. *A Igreja e a nova autonomia do laicato no século 21*. São Paulo: Paulus, 2006.

BEOZZO, José Oscar. O Concílio Vaticano II: a etapa preparatória. In: LORSCHIEDER, A.; LIBÂNIO, J. B.; COMBLIN, J.; VIGIL, J. M.; BEOZZO, J. O. *Vaticano II: 40 anos depois*. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 9-37.

BETTI, Umberto. Cronistória da Constituição. In: BARAÚNA, Guilherme (org.). *A Igreja do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, p.135-159.

BOFF, Leonardo. *Do lugar do pobre*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BOFF, Leonardo. *Eclesilogênese: a reinvenção da Igreja*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

BOAS, Alex Villas. *Carisma*. Verbete. *Dicionário do Concílio Vaticano II*. PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner (orgs.). São Paulo: Paulus\Paulinas, 2015, p. 78-80.

BRIGHENTI, Agenor. *O laicato na Igreja e no mundo. Um gigante adormecido*. São Paulo: Paulus, 2019.

FORTE, Bruno. *Teologia em diálogo*. São Paulo: Loyola, 2002.

CALIMAN, Cleto. *Povo de Deus\Igreja*. Verbete. *Dicionário do Vaticano II*. São Paulo: Paulinas\Paulus, 2015, p. 757-764.

CÂMARA, Dom Helder. *Circulares Conciliares*. Zildo Rocha (org.). Recife: CEPE, 2009.

CATÃO, Francisco Augusto. O perfil distintivo do Vaticano II: recepção e interpretação. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio; BOMBONATTO; Vera Ivanise (orgs.). *Concílio Vaticano II. Análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2 ed, 2005, p. 95-115.

CONRADO, Sérgio. *Da missão ao povo para o povo em missão. As janelas do Vaticano II. A Igreja em diálogo com o mundo*. Aparecida: Santuário, 2013.

COMBLIN, José. *Prefácio*. In. CÂMARA, Dom Elder. *Circulares Conciliares*. Zildo Rocha (Org). Recife: CEPE, 2009.

_____. *O Povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002.

_____. *A profecia na Igreja*. São Paulo: Paulus, 2008.

CONGAR, Ives. *Introdução ao Mistério da Igreja*. Trad. Petrus Gerardus Hollanders. São Paulo: Herder, 1966

_____. À guisa de conclusão. In: BARAÚNA, Guilherme (org.). *A Igreja do Concílio Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, p. 1285-1292.

DOMEZI, Maria Cecilia. *O Concílio Vaticano II e os pobres*. São Paulo: Paulus, 2014.

DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. 6.ed. Campinas: Edição, 2003.

FALLICO, Antonio. *Pedagogia Pastorale. Questa sconosciuta*. Roma: Edizioni Chiesa-Mondo, 2001.

FLORES, Juan Javier. *Introdução à Teologia Litúrgica*. São Paulo: Paulinas, 2006.

FONSECA, J. *Metodologia da Pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Gaudete et Exsultate*. São Paulo: Loyola, 2018.

FUELLENBACH, John. *Igreja comunidade para o Reino*. São Paulo: Paulinas, 2006.

GADAMER, H.G. *Verdade e método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1999.

IVEREIGH, Austen. *El Reformador: Francisco, retrato de um papa radical*. Tradução: Juanjo Estrella. 3ª reimpressão. Barcelona et alii: Grupo Zeta, 2016.

JAPIASSÚ, Hilton. *Um desafio à educação: repensar a pedagogia científica*. São Paulo: Letras & Letras, 1999.

JOÃO, Adriano São. *Batismo*. Verbete. In: *Dicionário do Concílio Vaticano II*. PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner (orgs.). São Paulo: Paulus\Paulinas, 2015, p. 50-53.

JOURNET, Charles. O caráter teândrico da Igreja, fonte de tensão permanente. In: BARAÚNA, Guilherme (org.). *A Igreja do Concílio Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, 384-395.

HACKMANN, Geraldo. *A amada Igreja de Jesus Cristo*. Manual de Eclesiologia como Comunhão Orgânica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

KASPER, Walter. *A Igreja Católica. Essência, Realidade, Missão*. São Leopoldo: UNISINOS, 2012.

KLOPPENBURG, Boaventura. *A eclesiologia do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1971.

_____. Os debates conciliares. *Revista Igreja e Missão*. Revista missionária de cultura e atualidade. (versão impressa), Ano XVI. n. 13-14, 1964.

KOSER, Constantino. Cooperação dos leigos com a hierarquia no apostolado. In: BARAÚNA, Guilherme. (org.). *A Igreja do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, p.1018-1035.

KUZMA, Cesar. *Leigos e leigas. Força e esperança da Igreja e no mundo*. Paulus, 2009.

KUZMA; Cesar, SANTINON; Ivenise. A teologia do laicato no Concílio Vaticano II. In: PASSOS, João Décio. (org.). *Sujeitos no mundo e na Igreja*. São Paulo: Paulus, p. 123-144, 2014.

KUZMA, Cesar. *Apostolicam actuositatem*. Verbete. *Dicionário do Concílio Vaticano II*. PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner (orgs.). São Paulo: Paulus\Paulinas, p. 26-30, 2015.

LAMBERT, Bernard. *A nova imagem da Igreja*. Trad. Nestor Dockhorn. São Paulo: Herder, 1969.

LORSCHIEDER, Aluísio. Linhas mestras do Concílio Vaticano II. In: LORSCHIEDER, A.; LIBÂNIO, J. B.; COMBLIN, J.; VIGIL, J. M.; BEOZZO, J. O. *Vaticano II: 40 anos depois*. São Paulo: Paulinas, 2005, p.39-49.

LIBÂNIO, João Batista; MURAD, Afonso. *Introdução à Teologia. Perfil, enfoques, tarefas*. São Paulo: Loyola, 1996.

LIBANIO, João Batista. *Cenários da Igreja*. São Paulo: Loyola, 1999.

LIBÂNIO, João Batista. *Concílio Vaticano II. Em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005.

LORO, Tarcísio J. Os meios de Comunicação Social e a evangelização. In: ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial. (orgs.). *As janelas do Vaticano II*. Aparecida: Santuário, p. 463- 477, 2013.

MARCONI, Mariana de Andrade. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINA, R. *Il contesto storico in cui è nata l'idea di un nuovo concilio*. In: Bilancio e prospettive venticinque anni dopo (1962-1987), Assisi, 1987.

MATTOS, Luiz Augusto. *Pecado*. Verbete. *Dicionário do Concílio Vaticano II*. PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner (orgs.). São Paulo: Paulus\Paulinas, 2015, p. 732-733.

MANZINI, Rosana. Igreja em diálogo com o mundo moderno. *Gaudium et Spes*. In. ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial (orgs.). *As janelas do Vaticano II*. Aparecida: Santuário, 2013, p. 211-240.

MISSAL ROMANO. Oração Eucarística V. 2 Ed. São Paulo: Paulus, 2011.

MO SUNG, Jung. *Cristianismo de libertação. Espiritualidade e luta social*. São Paulo: Paulus, 2008.

OTTAVIANI, Edécio. *Limites do Vaticano II*. Verbete. *Dicionário do Concílio Vaticano II*. PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner (orgs.). São Paulo: Paulus\Paulinas, 2015, p. 546-551.

OTTO, Rudol. *O Sagrado*. Coimbra: Edições 70, 1992.

PASSOS, João Décio. Concílio Vaticano II. *Reflexões sobre um carisma em curso*. São Paulo: Paulus, 2014.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. op. cit., TATIANA, Engel; DENISE, Tolfo (org.). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRS, 2009.

QUEIRUGA, Andrés Torres. *A teologia depois do Vaticano II. Diagnóstico e propostas*. São Paulo: Paulinas, 2015.

RAHNER, Karl. O pecado na Igreja. In. BARAÚNA, Guilherme (org.). *A Igreja do Concílio Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, p. 453-470.

RATZINGER, Joseph. *O Novo Povo de Deus*. Trad. Clemente Rafael Mahl. São Paulo: Editora Molokai, 2016.

ROUSSEAU, Olivier. A Constituição no quadro dos Movimentos renovadores de Teologia e Pastoral nas últimas décadas. In. BARAÚNA, Guilherme (org.). *A Igreja do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, p. 115-134.

SANTABÁRBARA, Luiz González. *Os cristãos num Estado Laico*. Gráfica de Coimbra 2: Coimbra, 2010.

SCHNEIDER, Theodor (org.). *Inabituação*. Verbete. *Manual de Dogmática*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SELLA, Adriano. *Globalização neoliberal e exclusão social*. São Paulo: Paulus, 2002.

SMEDT, Emile Joseph de. O Sacerdócio dos fiéis. In: BARAÚNA, Guilherme (org.). *A Igreja do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, p. 486-498.

SMELOTH, Otto. A Igreja, novo Povo de Deus. In: BARAÚNA, Guilherme (org.). *A Igreja do Concílio Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, p. 471-485.

SOBRINO, John. *A ressurreição da verdadeira Igreja*. São Paulo: Loyola, 1982.

SUESS, Paulo. *Missão/Evangelização*. Verbete. *Dicionário do Concílio Vaticano II*. PASSOS, João Décio, SANCHEZ, Wagner (orgs.). São Paulo: Paulus\Paulinas, 2015, p.627-634.

TABORDA, Francisco. *Igreja e seus ministros. Uma teologia do ministério ordenado*. São Paulo: Paulus, 2012.

TARTUCE, T. J. A. *Métodos de pesquisa*. Fortaleza: UNICE, 2006.

TATIANA, Engel; DENISE, Tolfo. (Orgs.). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRS, 2009.

VILELA, Avelar B.; PIRÔNIO, Eduardo. *Apresentação do Documento Final de Medellín*. In. *DMed*. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1969, p. 7-8.

WILTGEN, Ralph. *O Reno se lança sobre o Tibre. O Concílio Desconhecido*. Niterói: Editora Permanência, 2007.

WOLF, Elias. *Comunhão*. Verbete. Dicionário do Concílio Vaticano II. PASSOS, João Décio, SANCHEZ, Wagner (orgs.). São Paulo: Paulus\Paulinas, 2015, p. 162-168.

Documentos

CNBB. *Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas*. Documento 62. (Coleção Documentos da CNBB). Paulinas: São Paulo, 1999.

CNBB. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade*. Documento 105. (Coleção Documentos da CNBB). Brasília: Edições CNBB, 2016.

CONCÍLIO VATICANO II. *Decreto Apostolicam Actuositatem*. (Coleção Documentos da Igreja) São Paulo: Paulus, 3. Ed, 2004, p. 369-409.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. (Coleção Documentos da Igreja) São Paulo: Paulus, 3. Ed, 2004, p. 540-661.

CONCÍLIO VATICANO II. *Decreto Inter Mirifica*. (Coleção Documentos da Igreja) São Paulo: Paulus, 3. Ed, 2004, p. 87-99.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Dogmática Lumen Gentium*. (Coleção Documentos da Igreja) São Paulo: Paulus, 3. Ed, 2004, p. 102-197.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Gaudete et Exsultate*. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papafrancesco_esortazione-ap_20180319_gaudete-et-exsultate.html. Acesso em 29 de agosto de 2018.

JOÃO XXIII, Papa. *Gaudet Mater Ecclesia. Discurso de abertura do Concílio Vaticano II*. Disponível em: www.w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html. Acesso em 28 de maio de 2018.

JOÃO PAULO II, Papa. *Exortação Apostólica pós-Sinodal Christifideles Laici*. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_30121988_christifideles-laici.html. Acesso em 25 de novembro de 2019.

Revistas Científicas

ALBUQUERQUE, Janice Marie. A mulher na Igreja da América Latina depois do Concílio Vaticano II. *Revista de Ciências da Religião Parallelus*, Recife, ano 1, n.2, jul/dez, 2010, p. 53-77. Disponível em: www.unicap.br/ojs/index.php/parallelus/article/view/133/113. Acesso em 26 de dezembro de 2019.

AZEVEDO, Josimar. Leigo como sujeito eclesial: da Teologia do Laicato à Teologia do Povo de Deus. Comunicação. *Horizonte. Revista de Teologia e Ciências da Religião*, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 182-187, 2007. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/496/0>. Acesso em 15 de novembro de 2019.

BARTH, Karl. Teologia e missão na contemporaneidade. GREGGERSEN, Gabriele. Barth e a relação entre teologia e missão. Tradução de Palestra proferida na Conferência de Missões de Brandenburgo, Berlim, 1932. *Revista CAMINHANDO*. v. 20, n.1, 2015, p. 13-38. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/Caminhando>. Acesso em 18 de novembro de 2019.

BENELLI, Silvio José. A formação de diversos tipos de padre católicos na instituição seminário. *Revista Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 19, n. 11\12, p. 899-916, 2009. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/1187/836>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. Da teologia do Laicato à Teologia do Batismo. *Revista Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, n. 19, p. 29-48 1987. Disponível em: <https://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1712/2040>. Acesso em 05 de maio de 2019.

BRECHÓ, Nelson Maria. A importância do apostolado leigo na vida paroquial: um estudo à luz do decreto *Apostolicam actuositatem*. *Revista de Teologia Contemplação (FAJOPA)*, n. 07, p. 75-87. Disponível em: <http://fajopa.com/contemplacao/index.php/contemplacao/article/view/47/46>. Acesso em 03 de dezembro de 2019.

BRIGHENTI, Agenor. Por uma Evangelização realmente nova. *Revista Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 45, 2013, p. 83-106. Disponível em: www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/2832. Acesso em 09 de dezembro de 2019.

BRIGHENTI, Agenor. Identidade e vocação do laicato: uma abordagem histórica. *Revista Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 51, p. 149-168, 2019. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/3992/4271>. Acesso em 30 de maio de 2019.

CALDERIA, Rodrigo Coppe. O Concílio Vaticano II: apontamentos bibliográficos para um estudo historiográfico. *Revista Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, vol. 43, n. 120, p. 211-226, Mai/Ago, 2011, p. 211-226. Disponível em: <http://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva>. Acesso em 23 de maio de 2019. DOI: <https://doi.org/10.20911/21768757v43n120p211/2011>.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Bispos conservadores brasileiros no Concílio Vaticano II (1962-1965): D. Geraldo de Proença Sigaud e D. Antônio de Castro Mayer. *Horizonte. Revista de*

Teologia e Ciências da Religião, Belo Horizonte, v.9, n.24, p. 1010-1029, 2011. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2011v9n24p1010>. Acesso em 23 de maio de 2019.

CAVACA, Osmar. Leigos e Teologia: a formação da consciência social da doutrina cristã. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, v. 20, n. 79, 2012, p. 9-33. Disponível em: www.ken.pucsp.br/culturateo/article/viewFile/14421/10520. Acesso em 01 de dezembro de 2019

DERMI, Azevedo. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. *Revista de Estudos Avançados. Universidade de São Paulo - USP*, São Paulo, n 18, 2004, p. 109-120. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10027>. Acesso em 05 de dezembro de 2019.

FURLIN, Neiva. Teologia feminista: uma voz que emerge nas margens do discurso teológico hegemônico. *Revista de Estudos da Religião – Rever*, São Paulo, ano 11, n. 1, pp. 139-164, jan/jun, 2011, p. 139-164. Disponível em: www.revistas.pucsp.br/rever/article/view/6034/4380. Acesso em 26 de dezembro de 2019.

GÓMEZ, Luiz Alberto. As várias faces da Igreja Católica. *Revista de Estudos Avançados - USP*, São Paulo, n. 18, 2004, p. 77-95. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10025/11597>. Acesso em 20 de maio de 2019.

GODOY, João Miguel. O Contexto Histórico do Concílio Vaticano II. *Revista Notícia Bibliográfica e Histórica*. Revista da Faculdade de História, (versão impressa), Campinas, Puc-Campinas, nº 201, julho/dezembro, 2006, p. 117.

HABOWSKI, A.C.; CONTE, E. Os desafios da evangelização com as novas tecnologias digitais. *Revista Pistis e Praxis*, Curitiba, v. 10, n. 3, 703-721, set/dez, 2018, p. 703-721. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/pistispraxis/article/view/24519/23209>. Acesso em 11 de dezembro de 2019.

JUNIOR, Francisco de A. Medellín – Centralidade dos pobres na Igreja: clamores e resistências atuais. *Horizonte. Revista de Teologia e Ciências da Religião*, Belo Horizonte, v. 16, n. 50, p. 576-599, 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view>. Acesso em 26 de junho de 2019.

LAURIER, Jean-Mariae. Dom Helder Câmara e o Concílio Vaticano II. *Revista Contemplação (FAJOPA)*, n. 01, 2010. Disponível em: fajopa.com/contemplacao/index.php/contemplacao. Acesso em 27 de maio de 2019.

LIBANIO, João Batista. O leigo na Igreja do Brasil. Tipologia de movimentos. *Revista Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, n. 19, p. 69-80, 1997. Disponível em: <http://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1714>. Acesso em 27 de maio de 2019.

LOURENÇO, Vitor Hugo. A “opção preferencial pelos pobres” como chave hermenêutica da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, ano 25, n. 89, p. 381-407, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.pucsp.br/culturateo/article/view/rct.i89.31591>. Acesso em 20 de setembro de 2019.

MANZATTO, Antonio. Fundamentos Teológicos da Gaudium et Spes. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, v. 17, n. 68, p. 75-92, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/culturateo/article/view/15446>. Acesso em 21 de setembro de 2019.

MOCELLIN, Alan Delazeri. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. *Revista PLURAL*. Sociologia, São Paulo, v. 17, n. 2, pp. 105-128, 2011. Disponível em: www.revistas.usp.br/plural/article/view/74542. Acesso em 25 de junho de 2019.

MORAES, João Ricardo de; GONÇALVES, Paulo Sérgio. A verdadeira religião segundo Agostinho. *Anais do XVIII Encontro de Iniciação Científica*, Campinas, 2016. Disponível em: www.puc-campinas.edu.br/websist/Rep/Sic08/Resumo/2013820_10330_375703357_resIC-.pdf. Acesso em 26 de outubro de 2019.

MOTTA, Fernando C. Prestes. O Estruturalismo na Teoria das Organizações. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 23-41, 1970. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/vol10-num4-1970>. Acesso em 06 de dezembro de 2019.

OTTAVIANI, Edécio Serafim. Papa Francisco e Medellín. *Revista Fronteiras*, Recife, v. 1. n. 2, p. 207-227, 2018. Disponível em: <http://www.unicap.br/ojs/index.php/fronteiras/article/view/207>. Acesso em 23 de junho de 2019.

PÁDUA, Lúcia Pedrosa. Espiritualidade laical na formação dos verdadeiros sujeitos eclesiais. *Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 33, n. 13-33, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/viewFile/824/553>. Acesso em 20 de agosto de 2019.

PAILLOT, Bernard. Clericalismo, esse é o inimigo!. *Revista de Teologia e Cultura Ciberteologia*, São Paulo, n. 58, 2018, p. 96-102. Disponível em: <https://ciberteologia.com.br/assets/pdf/post/clericalismo-esse-e-o-inimigo.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

PEREIRA, Reginaldo. Igreja Povo de Deus: o Sacerdócio comum dos fiéis na vida da Igreja. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, n. 53, Ano 24, 2009, p. 151-164. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/viewFile/309/296>. Acesso em 10 de setembro de 2019.

PIÉ-NINOT, Salvador. La eclesiología del Papa Francisco. *Revista de Teologia Atualidade Teológica*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 59, p. 255-286, 2018. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34471/34471.PDFXXvmi>. Acesso em 27 de dezembro de 2019.

PUNTEL, Joana. A Igreja a caminho na comunicação. *Revista de Teologia Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 221-241, jul/dez, 2011. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/9755/6685>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

ROUSSIAU, Albert. L'Eglise du Christ, réalité visible et invisible. Signification historique d'un thème conciliaire. *Nouvelle histoire de l'Eglise*, Paris: Seuil, p. 814-822. Disponível em:

[https://www.nrt.be/docs/articles/1985/107-6/858 conciliaire%0B.pdf](https://www.nrt.be/docs/articles/1985/107-6/858%20conciliaire%0B.pdf). Acesso em 23 de agosto de 2019.

SBARDELOTTO, Moisés. Deus digital, religiosidade *on line*, fiel conectado. Estudos sobre religião e internet. *Cadernos Teologia Pública*, São Leopoldo, Unisinos, ano IX, n. 70, 2012, p. 1-40. Disponível em: https://www.academia.edu/3589328/Deus_digital_religiosidade. Acesso em 24 de dezembro de 2019.

SALENSON, Christian. Les Laïcs dans le monde et dans l'Église. Liège, Belgique. Tome 413, 2010, *Revue Études* – ISSN 0014-1941. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-etudes-2010-9-page-211>. Acesso em 05 de dezembro de 2019.

SCHICKENDANTZ, Carlos. Las investigaciones históricas sobre el Vaticano II, estado de la cuestión y perspectivas de trabajo. *Revista Teología y vida*, Santiago, vol. 55, n. 01, 2014. Disponível em: <https://repositorio.uc.cl>. Acesso em 24 de maio de 2019.

SCOPINHO, Sávio. O Laicato nos pontificados de Paulo VI e João Paulo II. *Revista Pistis e Práxis*, Curitiba, v. 5, n.2, p. 493-528, 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/pistispraxis/article/view/12935>. Acesso em 05 de dezembro de 2019.

SOUZA, Ney de. Contexto e movimento histórico do Concílio Vaticano II. *Revista de Cultura e Teologia Ciberteologia*, São Paulo, ed. 02, 2005. Disponível em: <https://ciberteologia.com.br/assets/pdf/post/contexto-e-desenvolvimento-historico-do-concilio-vaticano-ii.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2019.

TAITSON, Paulo Franco; BURROCCHI, Aurea. Fundamentos da eclesiologia de Francisco. *Revista de Ciências da Religião Paralellus*, Recife, v. 9, n. 20, jan\abr, 2018, p. 185-197. Disponível em: <http://www.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/1127/pdf>. Acesso em 27 de dezembro de 2019.

ANEXO I – Pesquisa de Campo

PESQUISA		
Qual sua idade?	Qual sua escolaridade?	Quais sacramentos você possui?
☐ até 15 anos	☐ fundamental	☐ Batismo
☐ de 15 a 30 anos	☐ Fundamental Incompleto	☐ Eucaristia
☐ de 30 a 50 anos	☐ Médio	☐ Crisma
☐ de 50 a 70 anos	☐ Médio Incompleto	☐ Matrimônio
☐ de 70 ou mais	☐ Superior	
	☐ Superior incompleto	

1. Você já ouviu a expressão “Povo de Deus”? ☐ sim ☐ Não

2. Se afirmativo, onde ouviu?

- ☐ Na Igreja
☐ Na Televisão\Jornal\Internet
☐ Cursos de Formação
☐ Documentos da Igreja

3. Para você, quem faz parte o Povo de Deus?

- ☐ Todos os seres humanos
☐ Todos os batizados
☐ Todos os que ouvem e praticam a Palavra de Deus

4. Você se sente parte do Povo de Deus? De qual modo?

5. Você exerce alguma atividade pastoral na Igreja?

- ☐ Sim ☐ Não Se “sim”, qual?: _____

6. A tarefa de evangelizar cabe a quem?

- ☐ aos ministros ordenados (Bispo, padres e diáconos)
☐ aos agentes de pastoral
☐ a todos os batizados

7. Você já ouviu falar algo sobre o sacerdócio comum dos fiéis? Sabe do que se trata?

- ☐ Sim, ouvi e sei de que se trata ☐ Não, nunca ouvi e não sei do que se trata

8. De tempos em tempos, os bispos sob a presidência do Papa, se reúnem em Concílio. O último Concílio é chamado de Concílio Vaticano II. Você já ouviu falar desse Concílio? Conhece algum documento desse Concílio?

- ☐ Sim, já ouvi falar, mas nunca li nenhum documento conciliar;
☐ Sim, já ouvi falar, e já li algum documento conciliar;
☐ Não, nunca ouvi falar e nunca li nenhum documento conciliar.

9. Se você já leu algum documento conciliar, poderia nos dizer qual?

10. O que você entende com a expressão “protagonismo leigo (a)?

ANEXO II - Tabulação – idade, escolaridade e sacramentos, respectivos de cada Paróquia.

1) Caracterização do perfil dos sujeitos por idade.

Tabela 1 – Perfil dos sujeitos investigados por idade – Abril/2019

Paróquia	Idade	
	0-15	Nenhuma pessoa
Paróquia Nossa Senhora do Amparo	16-30	8 pessoas
	31-50	8 pessoas
	51-70	14 pessoas
	71-mais	Nenhuma pessoa

Modo de interpretação: das 30 pessoas entrevistadas, nenhuma assinalou ter idade de 0 a 15 anos; 8 pessoas estão na faixa etária de 16 a 30 anos; 8 pessoas afirmam possuir de 31 a 50 anos; 14 pessoas disseram ter entre 51 a 70 anos; nenhuma pessoa sinalizou possuir 71 anos ou mais.

Tabela 2 – Perfil dos sujeitos investigados por idade – Abril/2019

Paróquia	Idade	
Nossa Senhora de Fátima	0-15	Nenhuma pessoa
	16-30	1 pessoa
	31-50	8 pessoas
	51-70	17 pessoas
	71-mais	4 pessoas

Modo de interpretação: das 30 pessoas entrevistadas, nenhuma assinalou ter idade de 0 a 15 anos; 1 pessoa está na faixa etária de 16 a 30 anos; 8 pessoas afirmam possuir de 31 a 50 anos; 17 pessoas disseram ter entre 51 a 70 anos; 4 pessoas sinalizaram possuir 71 anos ou mais.

Tabela 3 – Perfil dos sujeitos investigados por idade – Abril/2019

Paróquia	Idade	
Imaculada Conceição	0-15	Nenhuma pessoa
	16-30	3 pessoas
	31-50	7 pessoas
	51-70	15 pessoas
	71-mais	5 pessoas

Modo de interpretação: das 30 pessoas entrevistadas, nenhuma assinalou ter idade de 0 a 15 anos; 8 pessoas estão na faixa etária de 16 a 30 anos; 8 pessoas afirmam possuir de 31 a 50 anos; 14 pessoas disseram ter entre 51 a 70 anos; nenhuma pessoa sinalizou possuir 71 anos ou mais

2) Caracterização do perfil dos sujeitos por **escolaridade**.

Tabela 1 – Perfil dos sujeitos investigados por escolaridade – Abril/2019

Paróquia	Escolaridade	
Paróquia Nossa Senhora do Amparo	Fundamental	3 pessoas
	Médio	10 pessoas
	Superior	15 pessoas
	Superior Incompleto	2 pessoas

Modo de interpretação: das 30 pessoas entrevistadas, 3 afirmam ter apenas o Ensino Fundamental; 10 pessoas possuem o Ensino Médio; 15 pessoas o Superior e 2 pessoas Superior Completo.

Tabela 2 – Perfil dos sujeitos investigados por escolaridade – Abril/2019

Paróquia	Escolaridade	
Paróquia Nossa Senhora de Fátima	Fundamental	Nenhuma pessoa
	Médio	6 pessoas
	Superior	22 pessoas
	Superior Incompleto	2 pessoas

Modo de interpretação: das 30 pessoas entrevistadas, nenhuma disse ter apenas o Ensino Fundamental; 6 pessoas possuem o Ensino Médio; 22 pessoas o Superior e 2 pessoas Superior Completo.

Tabela 3 – Perfil dos sujeitos investigados por escolaridade – Abril/2019

Paróquia	Escolaridade	
	Fundamental	1 pessoas
Imaculada Conceição	Médio	4 pessoas
	Superior	23 pessoas
	Superior Incompleto	2 pessoas

Modo de interpretação: das 30 pessoas entrevistadas, 1 afirma ter apenas o Ensino Fundamental; 4 pessoas possuem o Ensino Médio; 23 pessoas o Superior e 2 pessoas Superior Completo.

3) Caracterização do perfil dos sujeitos por **sacramentos**.

Tabela 1 – Perfil dos sujeitos investigados por sacramentos – Abril/2019

Paróquia	Sacramentos	
	Batismo	30 pessoas
Paróquia Nossa Senhora do Amparo	Eucaristia	30 pessoas
	Crisma	25 pessoas
	Matrimônio	28 pessoas

Modo de interpretação: das 30 pessoas entrevistadas, todas foram batizadas e fizeram a Primeira Eucaristia. Dessas 30 pessoas, apenas 25 receberam o Crisma e do total de entrevistados, 28 celebraram o sacramento do Matrimônio.

Tabela 2 – Perfil dos sujeitos investigados por sacramentos – Abril/2019

Paróquia	Sacramentos	
Nossa Senhora de Fátima	Batismo	30 pessoas
	Eucaristia	30 pessoas
	Crisma	21 pessoas
	Matrimônio	27 pessoas

Modo de interpretação: das 30 pessoas entrevistadas, todas foram batizadas e fizeram a Primeira Eucaristia. Dessas 30 pessoas, apenas 21 receberam o Crisma e do total de entrevistados, 27 celebraram o sacramento do Matrimônio.

Tabela 3 – Perfil dos sujeitos investigados por sacramentos – Abril/2019

Paróquia	Sacramentos	
Imaculada Conceição	Batismo	30 pessoas
	Eucaristia	30 pessoas
	Crisma	25 pessoas
	Matrimônio	28 pessoas

Modo de interpretação: das 30 pessoas entrevistadas, todas foram batizadas e fizeram a Primeira Eucaristia. Dessas 30 pessoas ainda, apenas 25 receberam o Crisma e do total de entrevistados, 28 celebraram o sacramento do Matrimônio.